



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÍVEL: DOUTORADO**

Modernização da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique no contexto de redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017



Fonte: Org. próprio autor (2016): Fotos registradas durante o trabalho de campo na província de Nampula, Moçambique.

Doutorando: Ernesto Jorge Macaringue
Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Goiânia
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

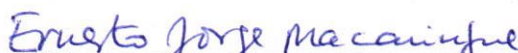
Nome completo do autor: Ernesto Jorge Macaringue

Título do trabalho: Modernização da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique no contexto de redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017

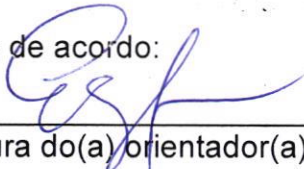
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 18 / 07 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

ERNESTO JORGE MACARINGUE

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO DISTRITO DE MONAPO EM
MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DE REDEFINIÇÃO DA GEOPOLÍTICA DA
FRONTEIRA AGRÍCOLA MUNDIAL ENTRE 2004 A 2017

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Natureza e Produção do Espaço

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

GOIÂNIA
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

JORGE MACARINGUE, ERNESTO

Modernização da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique no contexto de redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017 [manuscrito] / ERNESTO JORGE MACARINGUE. 2018.

CCCXIII, 313 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2018.

Bibliografia.

Inclui mapas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Território. 2. Modernização da Agricultura. 3. Geopolítica da Fronteira Agrícola. 4. Autodeterminação dos Povos. 5. Agronegócios. I. Felício Chaveiro, Eguimar, orient. II. Título.

CDU 911.37



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DE
ERNESTO JORGE MACARINGUE**

Aos 18 dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito (2018), a partir das 08:00h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de **Ernesto Jorge Macaringue** "MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO DISTRITO DE MORAPO E MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DE REDEFINIÇÃO DA GEOPOLÍTICA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA MUNDIAL ENTRE 2004*2017". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 063/2018 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: **Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro** (Orientador), **Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira** (Membro Titular Interno), **Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves** (Membro Titular Externo), **Prof. Dr. Roberto de Souza Santos** (Membro Titular Externo) e **Prof. Dr. Gilmar Elias Rodrigues da Silva** (Membro Titular Externo). Os examinadores arguiram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às B.2W horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (Presidente) - Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira - Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves - Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Roberto de Souza Santos - Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Gilmar Elias Rodrigues da Silva - Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Resultado final: Aprovado (X) Reprovado ()

Houve alteração no Título? Sim (X) Não ()

Em caso afirmativo, especifique o novo título: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO DISTRITO DE MORAPO EM MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DE REDEFINIÇÃO DA GEOPOLÍTICA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA MUNDIAL ENTRE 2004 a 2017.
Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria.....

Luana de Castro

Luana de Castro Amorim
Assistente em Administração
Instituto de Estudos Sócio Ambientais
Matrícula: 2267211

DEDICATÓRIA

*É a ti MÃE - Adelina Ernesto Tembe - que dedico esta tese!
Tu que não arredaste à tua condição de filha de camponeses.
Tentaste ser operária no setor de indústria de caju. Esse sonho
dilui-se com o reajustamento estrutural, quando
espetacularmente esse programa tirou a sua principal fonte da
renda mensal. Corajosa que sempre és botaste os teus pés na
terra, tuas mãos asseguraram a enxada com a qual tem nos
alimentado, a mim, meus irmãos, nossos filhos. Tu és minha
escola de vida!*

AGRADECIMENTOS

A tese que apresentamos é a concretização de um sonho que nasceu no percurso de vida, sobretudo quando iniciamos os estudos universitários em 1998, para cursar o curso de Geografia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. O sonho é de formação em nível mais elevado possível do ensino superior.

Endereço primeiro os agradecimentos à minha esposa – Ana Bela Xavier Maxonissane, aos meus filhos mano Tério, Nhaduco, às minhas filhas Jete e Dininha, meus irmãos e às minhas irmãs, à todas e todos membros das famílias Macas, Tembes mais próximos de mim e à Romana Uamusse. Digo de viva voz que as vossas orações têm transmitido energia positiva que me fortalece para enfrentar os desafios de uma formação da dimensão do doutorado. São vossas preces que espriam afetividade e sorrisos que enchem meu rosto.

É efetivamente essa energia que nos permite estarmos aqui defendendo esta tese que se tornou possível graças ao apoio de sujeitos anônimos, em particular camponeses e profissionais que aceitaram ser entrevistados, incluindo aqueles que sempre estiveram abertos à troca de impressões, em particular, os extensionistas do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, colegas docentes, amigos de longa data, pequenos comerciantes ambulantes espalhados nas cidades de Nampula, nas vilas de Monapo e de Namialo e nos centros comerciais que estão distribuídos em todo o distrito de Monapo. Certamente todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente, deixaram suas agendas e deram o que puderam nesta pesquisa. Alguns nos acompanharam nas cansativas voltas realizadas nas comunidades em toda a província de Nampula e outros conversaram conosco sobre vários assuntos. Fizemos o máximo que pudemos para que este trabalho seja uma contribuição valiosa aos debates em defesa do trabalho e da cultura dos camponeses.

No conjunto dos sujeitos anônimos, o senhor Romão, motorista em serviço na Direção Provincial de Agricultura de Nampula, os membros da família do querido amigo António Jofrica, que residem no bairro de Muhavire, na cidade de Nampula, o senhor Mafigo Líder Tradicional no povoado de Carapira, ativistas, camponeses e camponesas da União distrital de Camponeses de Monapo, liderados pelos senhores Alberto Locote, Batista, Jardela e Álvaro e pelas senhoras Crimilda Jaime, Fatima Formiga, dos povoados de Murruto, Nacololo, Netia, Itoculo, Carapira, ao senhor Armando Castigo Deixa, senhor Hélder Armando Miteca e todos os outros sujeitos, camponeses e camponesas, técnicos, comerciantes que sempre estiveram disponíveis para assistência durante as longas jornadas de trabalho de campo.

A lista dos que devemos gratidão abarca ainda instituições públicas e sujeitos singulares ligados ou não às instituições públicas. A ordem de enumeração, de forma alguma significa o grau de importância. As contribuições prestadas não são comparáveis. Todas foram valiosas para construção desta tese.

À Direção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar de Nampula, vai o nosso obrigado por todo apoio providenciado para concretização de visitas às sedes dos Serviços de Atividades Económicas, dos distritos de Monapo, Eráti, Ribaué, Malema. A abertura do senhor Pedro Daniel Zucule (diretor provincial) facilitou muito as articulações que foram efetuadas com os técnicos vinculados aos departamentos de Agricultura, Extensão Rural e Cooperação e Planeamento. Agradecemos particularmente aos senhores Tomás Luís Sande, Luís Aliasse, Aly Awasse, aos engenheiros, Pacule, Chissico, Mateus Comé, Tomo pelo tempo disponibilizado para entrevistas. Os agradecimentos são também dirigidos aos senhores Abaco Daniel da União Geral das Cooperativas de Nampula; aos senhores Costa da União Provincial de Camponeses de Nampula, Mutoua presidente da Solidariedade.

Agradecemos, ainda, à direção da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane e à Reitoria da Universidade Eduardo Mondlane, por terem nos autorizado para o embarque em estudos de doutorado em Geografia e pelo apoio financeiro dado ao trabalho de campo; ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais-Laboter vinculado ao Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás por todo aprendizado construído em diversas atividades, aulas, seminários, colóquios de pesquisas, rodas de conversas e atividades de campo.

Agradecemos ainda a todos os colegas, amigos e amigas do Grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa: Espaço, Sujeito e Existência, Dona Alzira, pelo acolhimento e acompanhamento em todo o percurso de estadia em Goiânia (GO). Devo registrar aqui a mobilização que foi feita neste grupo à toda a comunidade da UFG, em particular, à diretoria do IESA, à coordenação da Pós-graduação em Geografia, à Reitoria e à Coordenação de Assuntos Internacionais no ano de 2016, que permitiu angariação de recursos para custeio das despesas pela assistência médica e medicamentosa quando padecia de malária.

Agradeço particularmente ao Magnífico Reitor Prof. Doutor Orlando Afonso, com toda sua equipe, à Coordenadora de Assuntos Internacionais, Prof.^aDra. Ofir Bergemann de Aguiar, à Senhora Alexandra Nogueira, ao Prof. Dr. Cláudio Leles, por todo apoio providenciado nos momentos mais difíceis da minha vida. Agradeço também à Prof.^a Dr.^a. Ana Cristina do IESA, pelo fato de ter me ajudado, em 2014 o acesso aos serviços sanitários oferecidos pelo Sindicato dos Docentes das Universidades de Goiás (Adufg).

Agradeço também à Prof.^a Maria Geralda, do IESA, que sempre teve algo por perguntar sobre Moçambique. É sempre gratificante encontrar com quem dialogar, trocar ideias em torno dos espaços que fazem parte da Gente. Muito obrigado Geraldinha!

Registra-se, a orientação prestada pelo Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro, com quem aprendi diferentes dimensões pedagógicas, outras formas de “ser/estar” num espaço cada vez mais complexo, que reclama o derrube das barreiras postas nos nossos caminhos. Obrigado por lhe ter como meu orientador.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela relevante contribuição da bolsa oferecida; ao Fundo Nacional de Investigação de Moçambique, à Universidade Eduardo Mondlane, à IESA pela bolsa e apoio financeiro para trabalho de campo. Agradeço ainda aos Profs. Elizeu Lira e Roberto de Souza membros do Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários da Universidade Federal de Tocantins, Campus Porto Nacional, pelas oportunidades concedidas e espaço para debates teórico-empíricos de assuntos relativos aos espaços agrários.

Aos colegas e amigos moçambicanos com quem partilhei espaços de debates, particularmente o querido amigo Helsio de Azevedo – partiu de ti esta oportunidade, Vanito Frei, Eduardo Bata, Eduardo Humbane, Óscar Namuholopa, Albino Massimaculo, Daniel Augusta Zacarias, Emídio Tonetti, entre outros moçambicanos, com os quais partilhamos os diferentes espaços do IESA e em outros espaços da UFG.

A terminar, endereço os meus agradecimentos a todos (as) e amigos (as) brasileiros (as) com quem estabeleci relações de amizade e de trabalho, tanto dentro dos espaços universitários, como fora deles. A lista de amigos e amigas é enorme e para não se esquecer de nenhum, prefiro não citar os nomes. Estou convicto que aquele que ler esta tese, sendo brasileiro e tendo me conhecido nos espaços acima referidos, não terá nenhuma dúvida de que está contemplado.

No entanto, quando estava no leito do Hospital das Doenças Tropicais duas personalidades – Tatiele e a Dona Maria fizeram jus ao instinto de maternidade. Em meu nome próprio e, da minha família agradecemos tudo o que foi feito, o tempo que foi dedicado à minha saúde, as vossas orações. Se não fosse vossa mobilização, vossos cuidados, certamente eu não estaria aqui neste momento defendendo esta tese.

Khanimambo!

Muito Obrigado!

RESUMO

MACARINGUE, Ernesto Jorge. Modernização da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique no contexto de redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017. 2018. 300 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2018.

A economia moçambicana dependente de donativos, créditos e investimentos privados externos mostra-se contraditória, ambígua e em constante transformação. O Estado, ator e agente político territorial, concessionaria os bens naturais que o país dispõe sem o mínimo respeito com a autodeterminação dos povos. Pelo que constatamos no distrito de Monapo, a forma como administra a terra, há razões para se afirmar que a administração se baseia no desprezo pelo povo. Em nome dos esforços de desenvolvimento, o Governo de Moçambique e seus parceiros bilaterais e multilaterais, se aproveitam dos aspetos mais sensíveis, como é a fome, por exemplo, para forçarem os povos a adotarem estilos de vida com ligação efetiva ao controle geopolítico mundial. A ideia de desenvolvimento, dado que as suas referências estão na verdade em um movimento, é muito difícil de se alcançar face à complexidade das sociedades mundiais em que Moçambique se encontra presente. Os “rios de dinheiro” que são gastos em nome de combate à fome e modernizações, não passam de manobras e novas estratégias de submissão dos povos para abrir as fronteiras de dominação através do capital financeiro. É justamente essa temática que é discutida nesta pesquisa, intitulada “Modernização da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique no contexto de redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017”. Tal como se contextualiza nas linhas acima transcritas, os povos de Moçambique estão submetidos a uma situação de pobreza. Em função das intervenções levadas a cabo pelo Governo, há expropriação dos bens naturais, em particular, da terra em posse dos camponeses. Não existem quem proteja os seus direitos. Em 2009, quarenta países que comandam o sistema mundial-moderno (capitalismo) tentando mostrar o seu “civismo”, estabeleceram um acordo que se desdobrou em “Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional para países africanos”, no qual, Moçambique está contemplado. No âmbito da “geopolítica de fome” os corredores de desenvolvimento, boa parte deles concebidos durante a dominação estrangeira, ressurgem como novas oportunidades para investimentos do agronegócio. O distrito de Monapo, em Nampula, com outros distritos da mesma província de Nampula e de Zambézia e Niassa, inseridos no corredor de Nacala, estão no centro de atenção dos investidores estrangeiros, que procuram terra para produção de *commodities*, como também para conversão de sistemas de produção de autoconsumo dos camponeses em sistemas de produção vinculados ao agronegócio. A problemática da pesquisa reside nesse ponto. A concretização desse projeto é facilitada pelo Governo de Moçambique com seus parceiros bilaterais através do Programa de Cooperação Triangular entre Brasil, Japão e Moçambique para Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais de Moçambique – ProSAVANA-JBM. Dialogando com a Geografia Crítica discute-se a territorialidade do capital mascarado em assistência técnica para superação da insegurança alimentar. O pressuposto teórico que investiga o objeto em questão se situa assim: as mudanças territoriais em curso no Corredor de Nacala ocorrem num entrecruzamento entre as escalas mundiais, nacionais e locais reconstituindo as relações de vida das comunidades e instaurando conteúdos problemáticos envolvendo terra, trabalho e modos de vida. Um conjunto de procedimentos metodológicos foram decisivos para a realização da pesquisa, a saber: levantamento bibliográfico; leitura documental; trabalhos de campo; entrevistas; observação; realização de seminários.

Palavras-chave: Território; Modernização da Agricultura; Geopolítica da Fronteira Agrícola; Autodeterminação dos Povos; Agronegócios.

ABSTRACT

MACARINGUE, Ernesto Jorge. Modernização da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique no contexto de redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017. 2018. 300 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2018.

The Mozambican economy relying on donations, credits and foreign investment is contradictory, ambiguous and unstable. The State as the main political and territorial actor has been made concessions of the country's natural resources without a minimum respect of its citizen's autonomy. Taking in consideration the way the land is administered in Monapo district, there is reason to affirm the Government is careless about its citizen's wellbeing. In the name of development efforts, the Government of Mozambique and bilateral partners take advantage of the most human sensitive aspects such as hunger, for instance, to force citizens to adopt suffocating lifestyles that has an effective connection with the global geopolitical system, faltering the self-determination of the citizens. Taking in account that the references for development are not static, the idea of development is very difficult to achieve in the modern complexity world societies in which Mozambique is present as periphery. The financial resources spent in the name of fighting hunger and modernisations are nothing more than manoeuvres and new strategies to subdue the citizens through financial capital. Entitled "Agriculture modernisation in Monapo district the geopolitics redefinition of the world agricultural frontier between 2004 and 2017", this research discusses agricultural modernisation in Mozambique. As mentioned above, Mozambique still subjected to a situation of poverty. Due to the Government interventions, there is expropriation of country's natural resources, mainly, the land belonging to peasants and there is no one who protects their rights. In 2009, forty countries that command the world-modern system or capitalist world economy trying to show "civility", established an agreement that was unfolded in "New Alliance for Food and Nutrition Security for African countries", in which Mozambique is contemplated. The research problem lies on the view that under the "hunger geopolitics", development corridors, many of which were conceived during colonisation era, reappear as new opportunities and projects for agribusiness investments. The Monapo district, in Nampula, with other several districts of Nampula, Zambézia and Niassa, located in the Nacala corridor, are in the spot of foreign investors, who are looking for land for commodities production, as well as for conversion of peasant's systems in production systems linked to agribusiness. The implementation of this project is coordinated by the Government of Mozambique with bilateral partners through the Triangular Cooperation Program between Brazil, Japan and Mozambique for the Development of Agriculture in the Tropical Savannas of Mozambique - ProSAVANA-JBM. Based on Critical Geography, this research discusses the territoriality of capital masked in technical assistance to overcome food insecurity. Under the territorial assumption that the territorial changes, taking place in the Nacala Corridor, afoot in a cross-linkage between the world, national and local scales are modifying community life relations and arising several issues involving land, work and modes of life, a set of methodological procedure were decisive for accomplishment of the research, namely: literature review, field work, interviews and workshops.

Keywords: Territory; Agriculture Modernisation, Geopolitics of the Agricultural Frontier; Self-determination of peoples; Agribusiness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1- Mandioca seca armazenada no mercado popular na Vila de Monapo.....	38
Figura 2 - Camponês na cintura verde do Município de Inhambane	39
Figura 3 – Pormenor de resolução de conflito de terra	67
Figura 4 – Cerca na propriedade de Alfa Agricultura Lda.....	68
Figura 5 – Espaço de conversas/diálogos com membros da UDAC Monapo.....	69
Figura 6 – Momentos de diálogos e entrevistas	70
Figura 7 – Momentos de diálogos e entrevistas	71
Figura 8 – Formas de relevo em zonas planálticas.....	87
Figura 9 – Formas florestais de savana	93
Figura 10 – Formas florestais de savana	93
Figura 11 – Formas florestais de savana	94
Figura 12 – Habitações dos camponeses nas margens do rio Monapo	94
Figura 13 - Floresta típica do planalto, distrito de Mecuburi	95
Figura 14 – Espaços de uso comum	97
Figura 15 – Espaços habitacionais dos povos	98
Figura 16 – Processo de preparação de bebidas alcoólicas de cana-doce	131
Figura 17– Traçado da Rede Ferroviária do Norte.....	139
Figura 18 - Estação de comboio ferroviária Nacala/Moatize	140
Figura 20 - Mercado informal na comunidade de Metocheria	180
Figura 21 – Faces do mercado informal formal	181
Figura 22 – propriedade familiar.....	216
Figura 23 – propriedade familiar.....	217
Figura 28 – Faces do mercado de produtos agrários	239
Figura 29 – Habitação típica de famílias camponesas nas periferias urbanas.....	252
Figura 23 – Inauguração de novas instalações de IITA. Cidade de Nampula.....	279
Figura 24 – Presidente da República no ato de lançamento do projeto Sustenta	290

MAPAS

Mapa 1 – Perfil das principais infraestruturas de transportes	27
Mapa 2 – Território em disputa - ProSAVANA-JBM	34
Mapa 3 – Domínios etnolinguísticos bantu mais expressivos em Moçambique	58
Mapa 4 – Biomas Africanos	85
Mapa 5 – Rede hidrográfica e perfil morfológico da província de Nampula	89
Mapa 6 – Uso e Cobertura de Terra na província de Nampula	92
Mapa 7 – Ecorregiões de Moçambique	96
Mapa 8 - Área Piloto do ProSAVANA-JBM	121
Mapa 9 – Corredores de desenvolvimento agrícola em África	123
Mapa 10 – Domínios de grandes corporações mundiais em África	124
Mapa 11 - Região do Corredor de Desenvolvimento de Nacala	129
Mapa 12 – Presença do Banco Mundial na vida socioeconómica em Moçambique	163
Mapa 13 - Mapa agroecológico de Moçambique	177
Mapa 14 – Dinâmica espacial da população – 1997 – 2017	194
Mapa 15 – Dinâmica espacial da população	196
Mapa 16 – Distribuição espacial da população	197
Mapa 17 – Distribuição espacial da população	200
Mapa 18– Aldeia de Canacué	201
Mapa 19a – Expansão de plantações em povoações camponesas	220
Mapa 20b – Expansão de plantações em povoações camponesas	222
Mapa 21 – Infraestruturas de Estradas em Nampula, Moçambique	234
Mapa 22 - Enquadramento geográfico de Moçambique	243

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comportamento dos setores econômicos no PIB	164
Gráfico 2 – Línguas maternas mais faladas.....	176
Gráfico 3 – Relação área/população na província de Nampula	195
Gráfico 4 - Evolução dos pedidos de DUAT	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista do(a)s informantes entrevistado(a)s	63
Quadro 2 - População do distrito de Monapo.....	128
Quadro 3 - Linhas de Intervenção do Projeto Integrado	143
Quadro 4 - Zonas agroecológicas mais dominantes na região norte de Moçambique	174
Quadro 5 - Cont. do Zonas agroecológicas mais dominantes na região norte de Moçambique	175
Quadro 6 - Fatores para classificação de explorações agropecuárias.....	212
Quadro 7 – Desempenho dos setores econômicos no PIB	231
Quadro 8 – Grupos de interesses sobre a terra na província de Nampula.....	232
Quadro 9 - Estados e Reinos em Moçambique no Século XIX	242
Quadro 10 - Relação de Culturas: Multiplicação de Semente Certificada.....	273
Quadro11 – Insumos agrícolas disponíveis.....	277
Quadro12 – Relação de culturas que o IITA produz sementes certificadas.....	280
Quadro13 – Área dos camponeses abrangida pelo IKURO	283
Quadro14 – Espécies de culturas em investigação pelo IIAM em parceria com Ikuro.....	288
Quadro 15 - Investimentos Estrangeiros concedidos a Moçambique 1999 – 2007.....	292

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação simplificada dos tipos de cobertura florestal (2005).....	91
Tabela 2 – População africana Subnutrida em relação a todo o mundo.....	99
Tabela 3 - Taxa de crescimento anual de PIB por área de produção	113
Tabela 4 - Estrutura do PIB (Taxa de crescimento)	113
Tabela 5 - Alguns indicadores da economia moçambicana, período 1984-86.....	114
Tabela 6 - Línguas maternas mais faladas.....	178
Tabela 7 – População, habitações e agregados familiares em Nampula	187
Tabela 8 – Zonoeamento do ProSAVANA-JBM.....	188
Tabela 9 - Relação população e extensão territorial em Monapo	195
Tabela 10 – Tamanho da população da província de Nampula, IV RGPH 2017.....	199
Tabela 11 – Pedidos de DUAT	208
Tabela 12 - Resultados de auditorias de Uso da Terra 2002 – 2008	209
Tabela 13 - Delimitação da terra – hectares	209
Tabela 14 - Delimitação da terra – hectares de comunidades	210
Tabela 15 - Grandes Concessões de terra.....	211
Tabela 16 – Quantificação cadastros dos titulares	212
Tabela 17 – Dimensão de explorações agrícolas agropecuárias em todo o país	228
Tabela 18 - População de 15 anos e mais distribuída por ramos de atividades.....	229
Tabela 19 – Dimensão das áreas cultivadas	230

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ADECRU Rurais	Associação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais
AFSA	Aliança para Soberania Alimentar na África
AGP	Acordo Geral de Paz
AGRA Verde em África)	Alliance for a Green Revolution in África (Aliança para Revolução Verde em África)
AJICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
ANS	Autoridade Nacional de Sementes
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CDT	Cadastro Nacional de Terra
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
CIP	Centro de Integridade Pública
CTV	Centro Terra Viva
DNAE	Direção Nacional de Economia Agrária
DNER	Direção Nacional de Extensão Rural
DNTF	Direção Nacional de Terra e Florestas
DPASA	Direção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar
DUAT	Direito de uso e aproveitamento da terra
DUAT	Direito de Uso e aproveitamento de terra
EDM	Eletricidade de Moçambique
Embrapa	Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária
En4	Estrada Nacional nº 4
En8	Estrada nacional nº 8
EUA	Estados Unidos da América
FAEF	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura –
FES	Formação Econômica Social
FMI	Fundo Monetário e Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
Frelimo	Partido da Frente de Libertação de Moçambique
FUNUAP	Fundo das Nações Unidas para População
GdM	Governo de Moçambique
GRAIN	Pequena Organização não-governamental internacional
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
IESE	Instituto de Estudos Sócio Econômicos
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
INA	Instituto Nacional de Algodão
INCAJU	Instituto Nacional de Caju
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITC	Iniciativas Terras Comunitárias
LDHM	Liga dos Direitos Humanos de Moçambique
MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
OLAM	Consórcio de Agro processamento
OMR	Observatório do Meio Rural

OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PARPA	Programa de Redução da Pobreza Absoluta
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PRE	Programa de Reajustamento Estrutural
ProSAVANA-JBM da Savana Tropical em Moçambique	Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola – Japão, Brasil e Moçambique
Renamo	Resistência Nacional Moçambicana
RM	Rádio Moçambique
RSA	República da África do Sul
SANAM	Sociedade Algodoeira de Namialo
SNS	Serviço Nacional de Sementes
SPER	Serviços Provinciais de Extensão Rural
SPGC	Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro
TDM	Telecomunicações de Moçambique
TVM	Televisão de Moçambique
UDC	União Distrital de Camponeses
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNAC	União Nacional de Camponeses
UPC	União Provincial de Camponeses
Laboter	Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais

ÍNDICE

CAPITULO I.....	21
1 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PELO CAPITAL NO DISTRITO DE MONAPO, REGIÃO NORTE DE MOÇAMBIQUE .	21
1.1 Trajetória Geográfica	22
Objetivo geral	29
Objetivos específicos.....	30
1.2 Problematização	31
1.3 Fundamentação Teórica	39
1.3.1 Território	39
1.3.2 Modernização da agricultura: instrumento de cooptação.....	44
1.3.3 Geopolítica da fronteira agrícola.....	51
1.3.4 Geopolítica da fome	54
1.4 Metodologia	61
1.4.1 Paradigmas geográficas.....	61
1.4.2 Instrumentos - critério de coleta de dados.....	61
1.4.3 Fontes de dados escritos, gráficos, áudios e visuais.....	62
1.4.4 Roteiros de trabalhos de campo	64
1.4.5 Entrevistas e diálogos.....	66
1.4.6 Constrangimentos.....	71
CAPÍTULO II.....	79
2 A SAVANA TROPICAL MOÇAMBICANA NA ROTA DE PRODUÇÃO DE COMMODITIES	79
2.1 Os bens naturais e fetichismo do mercado	86
2.1.1 Bens naturais e formas de cobertura da terra	91
2.2 Fome em Moçambique: a armadilha do agronegócio através do ProSAVANA-JBM ...	99
CAPÍTULO III	110
3 DESCONTINUIDADE DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO EM MOÇAMBIQUE	110
3.1 Disputas territoriais no corredor de desenvolvimento de Nacala.....	125
3.2 Territórios camponeses reduzidos em corredores de desenvolvimento.....	127
3.3 Ferrovia Nacala/Moatize: elemento estruturante do capita.....	136
3.4 Estruturação econômica em trono do corredor de desenvolvimento de Nacal	144
3.5 O problema relacional em Moçambique	147
3.6 A economia camponesa reduzido aos interesses privados.....	154

CAPÍTULO III	166
4 ESPAÇO AGRÁRIO DO DISTRITO DE MONAPO	166
4.1 Determinantes da escolha de Monapo e do ProSAVANA-JBM	186
4.2 Dinâmicas social e econômica no distrito de Monapo	190
4.3 Perfil, organização e distribuição espacial da população	193
4.4 A nova estrutura fundiária	203
4.5 Restruturação espacial da economia camponesa	233
CAPÍTULO IV	237
5 TERRITÓRIO: CONFLITOS E REPRODUÇÃO DO CAPITAL	237
5.1 Da dimensão territorial: organização territorial versus territórios	241
5.2 A questão territorial em Moçambique	250
5.2.1 A machamba como meio de territorialidade dos camponeses	250
5.2.2 Lutas de resistência contra apropriação da terra camponesa	254
5.3 Autodeterminação dos povos perante a armadilha da fome	256
5.4 Os rumos de formação social e econômica no distrito de Monapo	261
5.5 A atuação do governo no processo de formação social e econômica	266
5.6 A ação da técnica no corredor de Nacala	272
5.7 A atuação do capital financeiro	289
Considerações finais	294
6 REFERÊNCIAS	302

CAPITULO I

1 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PELO CAPITAL NO DISTRITO DE MONAPO, REGIÃO NORTE DE MOÇAMBIQUE

1.1 Trajetória Geográfica

Na trajetória geográfica há encontros e reencontros. Essa é uma realidade dada. Quantas vezes nos cruzamos nos corredores do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, nas diversas salas de aulas etc.? O tempo todo é assim. Têm sido desse jeito as nossas cavalgadas pelo alto das montanhas, e o mergulho nos mares a dentro e as passadas nas ruelas das terras de *Nhachicene*. Paradoxalmente, a trajetória de vida é uma incerteza. Da certeza da incerteza já nos alertaram *Stephan Jay Gould* e *Edgar Morin*: «A nossa única certeza atual é esta incerteza: o futuro da humanidade sempre foi incerto...» (MORIN, 2000, p. 69). Certamente para mim, recuando para trás, nada ocorreu na minha trajetória que pudesse me conduzir a imaginar que o meu futuro seria registrado aqui nas mãos da Comunidade do IESA.

Nada nos lembra que tenhamos tido um sonho de um dia pisar o solo brasileiro e, muito menos ainda, pensar em frequentar um espaço acadêmico de um país irmão – o Brasil. Assim a História escreveu e ninguém apagará. Tal como nada neste mundo consegue nos fazer esquecer da terra que nos viu nascer. Goiânia está registrada na memória, igual aos arbustos que estão na minha cabeça, sobre os quais amarrava a corda que assegurava os cabritos.

Acompanhar os cabritos era minha tarefa diária, antes mesmo de ir lavar o rosto e escovar os dentes com paus, que a natureza nos ofertava em troca de “nada”. Ai, Ai, Ai, o tempo muda. Já se foi esse tempo da “natureza generosa”. Hoje a natureza tornou-se recurso. Hoje tudo se vende. Pode-se prever que em breve, serão produzidos *dumba-nengues* p’ra vender coisas como o “ar”. Mas como? Veremos assim que essa certeza chegará!

Oh, desculpa-me, Ernesto não é das vendas que combinamos nos debruçar. Isso mesmo. A nossa fala é sobre o que nos motivou a “abandonar” a família e virmo-nos juntar à Comunidade do IESA/UFG. Qual é o nosso compromisso de vida?

Antes de começar com o que propomos a tratar, queremos aqui e agora nos dirigirmos à “Dona Goiânia, essa mulher generosa para lhe endereçar os nossos sinceros agradecimentos pela acolhida nos foi proporcionada. Tudo não nos faltou. Desde a preciosíssima gota d’água nunca nos faltou. Foram noites e dias tranquilos. Com a sua permissão construímos amigos e amigas. Lá na minha terra, em Nhachichene, nas bandas de Moçambique, Gente Fina como a Senhora, só merece presentinhos: o que eu lhe dou é esta CAPULANA, os beijinhos e abraços. Ei-los! Com esta CAPULANA muita coisa vai fazer: nenecar bebê, cobrir seu corpo, enfeitar seja lá o que quiser. Diz-se por aí que a CAPULANA não é moçambicana. “Ora, essa meu Deus”. A CAPULANA é uma das nossas “moçambicanidades”. O tecido com que se faz capulana é o que não é invenção moçambicana.

Antes que se esgote o nosso tempo precisamos dizer o motivo que nos obrigou a separar temporariamente da nossa família e virmo-nos juntar à Comunidade do IESA/UFG. Afinal, do que estamos à procura?

Estamos à procura de um suporte que possa nos apoiar nas incertas trajetórias de vida. E, esse projeto nasceu a partir de um encontro ocasional, do qual outros tantos encontros foram reproduzidos. A história iniciou assim:

Certo dia dois Rapazes, cada um no seu rumo, eis que se encontram na bela Baía de Inhambane. Desse cruzamento, houve possibilidade de estreitamento das relações de amizade e de Cooperação, tendo inclusive juntos passado por duas experiências marcantes, uma Palestra sobre Planejamento Territorial e um curso de Trilha turística. No final da experiência da trilha, criou-se um espaço para comemoração da Amizade e Cooperação no Restaurante *Bistros*.

No *Bistros* os dois Rapazes pediram o mesmo tipo de iguaria “peixe frito da água salgada”. A Servente, que os atendeu enquanto escrevinhava no seu bloco de solicitações dos clientes, perguntou: o que os senhores vão tomar? Vai uma cerveja, senhora a Manica. Instantes depois o peixe frito já estava na mesa. Nessa pequena história falta um rapaz que foi interlocutor do encontro, Helsio Azevedo. Foi desse encontro que surgiu a ideia de continuidade dos estudos de um dos dois Rapazes aqui no Brasil.

Esse Rapaz sou eu,

Sai de Moçambique com o propósito de estudar Geografia no sentido de possibilitar, primeiro a mim e minha família, como também à sociedade Moçambique, viver também. Certamente essa Geografia chama-se Escola de Geografia Brasileira. E como escola, Ela comporta várias turmas. No IESA pode-se dizer que funcionam três: i) Dinâmica Socioespacial, ii) Ensino-Aprendizagem de Geografia e, iii) Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica. Em função do projeto de pesquisa fui integrado na de Dinâmica Socioespacial.

E foi efetivamente nessa turma onde tive a oportunidade de dialogar com grandes referências de Geógrafos de todo o Mundo. Tal como em outros domínios de conhecimento a maioria dessas referências é europeia. Na minha formação, Milton Santos, David Harvey, Claude Raffestin, Ariovaldo Umbelino, Carlos Walter Porto-Gonçalves e, entre outros foram fundamentais para a constituição do pensamento que norteou as análises que tenho desenvolvido na tentativa de interpretação dos contornos dos processos de territorialização do capital em Moçambique.

A tese que hoje defendemos aborda uma parte dos processos de territorialização do *capital estrangeiro*, no distrito de Monapo na região Norte de Moçambique. As ferramentas que nos proporcionaram a interpretação feita foram construídas durante o percurso da nossa

formação. Dessa maneira, consideramos fundamental falarmos de como se deu a minha saída de casa, para aqui em Goiânia dedicar-se à finalidade de frequentar o curso de Geografia.

O processo de tomada de decisão para o projeto formação *não foi nada difícil*. O duro, foi quando tomei conhecimento de que fui selecionado num edital em que concorriam cidadãos de outros países que se beneficiam de apoio fornecido pelo Governo do Brasil. Vos confesso que o meu estômago esfriou. Olhei os cantos da nossa casa, pensei nos nossos filhos e nas duas filhinhas muito novas e, claro, na minha companheira (esposa), minha querida mãe. Naquele instante vieram vários sentimentos, eles tomaram conta de mim: angústia, alegria e medo. Afinal aquele concurso me conferia certificado para “abandonar” por um período não inferior a três anos a minha família.

Submerso nesses três sentimentos a decisão que tomei contou com o apoio da minha família. A maior força para sair de casa obtive da minha própria família. Se ela não tivesse me incentivado, poderia, certamente, ter desistido. Com todos os desafios enfrentados seja no Brasil ou em Moçambique, há um sentimento que neste momento tenho o desafio de vencer. Quando avalio as potencialidades de uma formação como esta, tenho bons motivos para me regozijar, por essa ousada decisão.

No entanto, deixo em aberto a avaliação do meu posicionamento. À minha família, peço o perdão. Desculpem-me!

O outro cenário que me sinto na obrigação de partilhar, foi o que norteou o mundo do meu imaginário pelo Brasil. Esse processo gerou medo. O imaginário construído de um Brasil contraditório foi terrível.

Em Moçambique as notícias que nos chegam do Brasil misturam o crime associado ao consumo de drogas. O outro Brasil que nos é ilustrado é o das fantasias associadas às novelas de Tieta, Roque Santero; um Brasil de exímios jogadores de futebol, dos renomados músicos, tais como Zeca Pagodinho, do sambista Martinho da Vila, Roberto Carlos e Roberta Miranda, que representam uma riqueza musical inquestionável. Eu não conseguia me contemplar nesse imaginário paisagístico cultural.

Não sei dizer o por quê desse sentimento. Não sei se isso foi influenciado pelas minhas origens, de vivências campesinas de *Nhaxixene* – local onde vivi até atingir dezesseis anos. As memórias das travessias camponesas foram reavivadas, quando contemplei as paisagens naturais do Cerrado. As cidades capitais das *províncias*³ de Gaza e Inhambane, Xai-Xai e Inhambane respetivamente, em Moçambique, apresentam traços semelhantes como as das

³ Província compreende uma categoria de organização territorial politico-administrativa praticada em Moçambique. Em nível inferior existe o distrito, o posto administrativo, a localidade e a aldeia.

cidades de Goiandira (GO) e de Porto Nacional (TO), no Brasil. Com traçados viários ligeiramente estreitos e Igrejas situados no centro em pontos mais elevados, transmitem a mensagem de arquitetura europeia do século XIX, cuja dinâmica econômica era a do transporte ferroviário, enquanto o poder político se abraçava à Igreja Católica.

Contrariamente ao que está sucedendo com os "sertanejos" da região central brasileira, a minha relação com a cidade de Xai-Xai é realizada sem uma mediação direta dos poderosos. As fantasias das cidades dos países mais ricos já espreitam as cidades de Moçambique. O mesmo sucede com os campos que são alvos de disputas territoriais. A aparente harmonia entre o campo e as cidades já dá sinais de que está desprovida de pilares. O edifício gradualmente vai se rachando, revelando inconsistência da sua estrutura.

As duas descrições aqui apresentadas resultam do aprendizado construído aqui, que nos permite realizar olhares que nos elucidam as "incertezas certas". Incerteza de assegurar o espaço, de assegurar o trabalho assalariado justo. Certamente a incerteza tem dado sinais de manifestação. A que merece menção é a que me obrigou em 1998, a migrar para cidade de Maputo (capital de Moçambique), em busca de um novo rumo de vida, o de continuidade com os estudos na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Faculdade de Letras e Ciências Sociais para cursar Geografia. Foi a partir desse rumo que hoje estou aqui.

A nossa estadia aqui é parte de um projeto que iniciou com a pesquisa, em 2003, do fenômeno de "expansão urbana, uso e aproveitamento de terras nos bairros de nova incorporação urbana (bairros periféricos): *Matola Gare, Cobe e Matlemele*". Neste estudo foi possível observar como o capital produz a pobreza no seio camponês.

A expropriação da terra é um dos mecanismos pelo qual se produz os pobres no campo. Em Moçambique, a terra para os camponeses é o único meio para sua sobrevivência. Qualquer forma de restrição (total ou parcialmente) do acesso à terra, considerada "meio universal de criação da riqueza e do bem-estar e social" (MOÇAMBIQUE, 2002, p.3) é realmente sujeição à situação de penúria. Aos que já possuem o direito de uso, obtido a partir de herança ou de outras formas que cabem dentro das normas *consuetudinárias*, a sua retirada é também uma forma de produção de pobres.

A Lei nº 19/97, de 1 de Outubro, Lei de Terra, institui três formas de aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT),

Ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normais e práticas costumeiras no que não contrariem a Constituição; ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa-fé, esteja a utilizar a terra há pelo menos dez anos; autorização de pedido apresentado por pessoas singulares ou coletivas na forma estabelecida na presente Lei (MOÇAMBIQUE, 2002, p.3).

Infelizmente, essa norma é sistematicamente violada. E os mais prejudicados têm sido os camponeses. Os atropelos à norma são praticados, segundo consta nos relatórios da União Nacional de Camponeses (UNAC), com a conivência dos órgãos que administram a terra. Os servidores públicos ligados à administração de terra, uma vez revestidos do poder do Estado, expropriam arbitrariamente a terra ocupada por famílias camponesas.

As transformações operadas nos bairros de *Matola Gare, Cobe e Matlemele* se deram a partir de duas formas de expropriação: aliciamentos dos chefes dos agregados familiares, dos líderes das famílias e ou dos grupos e; decisões arbitrárias executadas pelas autoridades locais, que em muitas ocasiões estão associadas às pressões dos *burocratas, comerciantes, banqueiros, dirigentes políticos e membros do governo*.

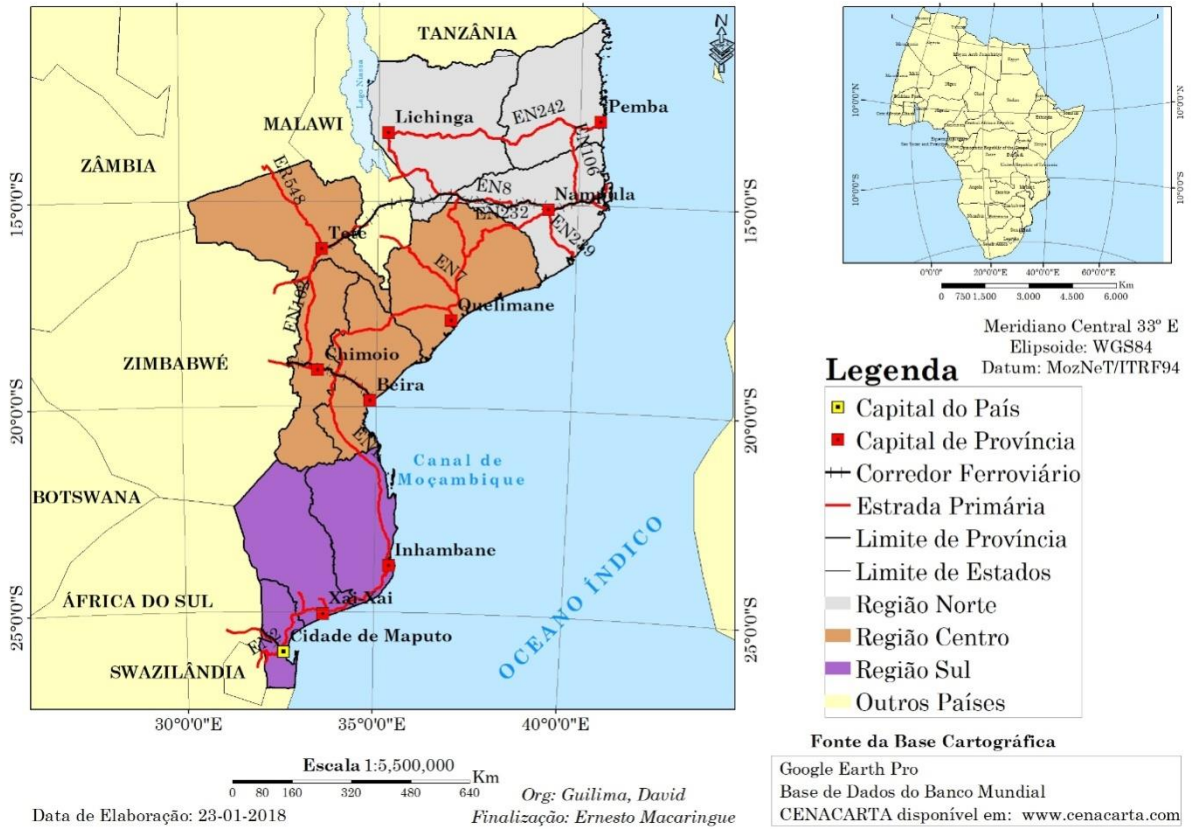
As decisões arbitrárias em Moçambique têm um campo fértil para sua ocorrência, que é o próprio estatuto legal da terra. Embora estatuto que rege a terra em Moçambique, seja qualificado por muitos autores como o melhor e moderno em África, está claro que essa avaliação é meramente teórica, pois, desde que foi concebido o novo quadro legal, o Governo nunca se preparou para a sua implementação.

A realidade de ocupação da terra é tão complexa, sendo que o seu conhecimento só será alcançado por meio de um diagnóstico sério com envolvimento dos camponeses. As intervenções do Governo não sinalizam esse cometimento, sobretudo, o de envolvimento dos camponeses, e a consequência disso é a emergência de “surto” de conflitos.

A determinação de que a terra é *propriedade do Estado*, pela forma como está sendo gerida, se converte como geradora de conflitos. Ela mesma é violação dos direitos dos povos. O Estado, através dos agentes, ao invés de se articular para que não haja ociosidade da terra, como também situações de açambarcamento de espaços alheios por grupos mais poderosos, se aproveitando das suas posições aliam-se aos que possuem dinheiro, com o qual promovem atos contrários à Lei, como é o caso da venda.

No atual jogo geopolítico, o Governo de Moçambique ao se deixar levar pela onda do apetite financeiro, celebra acordos que fragmentam o espaço em função dos interesses das maiores corporações mundiais. Esse fato, faz com que a avaliação do território seja estabelecida pelo valor econômico conforme os preceitos do mercado internacional. Uma das provas disso, são os discursos dos governantes no âmbito da propaganda das potencialidades econômicas existentes no país.

Papal A3



Mapa 1 – Perfil das principais infraestruturas de transportes
 Fonte: Org. pelo autor

Tornou-se muito comum, ouvir-se que em Moçambique há 36 milhões de terra arável, dos quais, a terra efetivamente ocupada não está para além de 5 milhões de hectares. Primeiro, tendo em conta as formas organizacionais dos povos que habitam os espaços do campo de Moçambique, esses discursos são falsos. Há uma tendência de se ignorar outras formas de uso e aproveitamento da terra praticados pelos camponeses, que são uma realidade bem conhecida. O outro fato é de que, os números que são propagados refletem a situação de uso agrícola da terra mais frequente, que está associado à capacidade e lógicas de produção camponeses.

O conhecimento das ocupações e usos da terra, requiere estudos mais aturados que até então nunca configuraram, como pauta da agenda pública do Governo. O que nos leva a concluir que, em Moçambique, não se sabe como a terra está efetivamente ocupada.

Pode-se tomar o exemplo da dinâmica territorial nacional a partir das infraestruturas de transportes – mapa 01. Observando-se este mapa, que ilustra as principais infraestruturas de transportes (ferrovias e rodovias), implantadas em todo o país, uma das leituras prováveis de se fazer, é de que a região Sul está menos conectada do que a região Norte. Essa provável leitura, pode de fato conduzir a conclusão de que, a região Norte, está mais integrada do que a do Sul, o que na realidade não constitui verdade.

Os fatos no terreno revelam que na região metropolitana de Maputo – a chamada “Grande Maputo”, que inclui claro, a capital do país, as cidades de Maputo e Matola, integra ainda os distritos de Maracuene e de Boane, estes últimos espaços estão longe de serem equiparadas às cidades portuárias de Nacala e da capital de Nampula. Um outro pormenor é que as duas regiões são as que têm sido contempladas pelos grandes investimentos, em particular, as infraestruturas. Na região Sul, há que se assinalar a estrada nacional nº 4 que liga Maputo à África do Sul (EN4) e a ponte Maputo – Catembe, tida como uma das maiores do continente africano. Com isso, argumenta-se que a afirmação de disponibilidade de 36 milhões de terra por si só não revela nada de significativo que possa ajudar para se pensar onde efetivamente há disponibilidade de terra livre para ser ocupada.

O outro elemento a mencionar é o das estruturas de reprodução social no seio dos camponeses, que também não são homogêneos. Ainda para a maioria dos camponeses faz parte da sua realidade formas de relacionamento homem/espaço fora dos princípios de direito privado, como também, que regem no contexto de propriedade Estatal. Para muitos camponeses, a terra (solo, água e floresta) não é um bem de apropriação privada, e nem é um bem estatal, ou seja, é um bem sem dono, o qual todos tem o direito de usá-lo de acordo com as regras que vigoram em cada grupo. Isso não significa que, onde as relações homem/espaço estão fora dos princípios de pertencimento individual não se tem limites ou esferas do mercado.

As análises sobre essa complexa realidade dos territórios camponeses, compõem o projeto com o qual nos comprometemos a estudá-la. A nossa tese é apenas uma introdução do estudo do espaço agrário de Moçambique. Ora, antes de encerrar a contextualização das nossas pesquisas, há que, assinalar o nosso compromisso com o tema, que iniciou entre 2007 a 2009 no âmbito da formação em Desenvolvimento Agrário, com ramificação em Desenvolvimento Rural, pela Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da UEM.

Ao mergulhar no mundo na complexidade rural, aos olhos do capital do Turismo, foi possível agregar outros olhares e, questionar os paradigmas que evocam o turismo como um setor econômico mais promissor do século XXI. Com o curso de Desenvolvimento rural ganhamos paixões sobre os modos de vidas dos camponeses e decidimos, embargarmos para compreendê-los e, por via disso nos juntamos aos que defendem a sua cultura e seus territórios de reprodução social da existência.

As nossas pesquisas significam momentos ricos de aprendizagem, portanto, também desenvolvidas mediadas pelo nosso compromisso com o camponês. Todavia, a nossa caminhada tem deparado com a falta de colaboração dos servidores públicos, que ocupam cargos de chefia. Essa falta de colaboração, pode até nos conduzir a interpretações equivocadas, o que é de lamentar. Esse fato foi observado entre outros pesquisadores ao se queixarem de situação similar, em que os dirigentes não se mostram disponíveis para entrevistas (FRANCISCO; LOPES; MAGALHÃES, 2010, p.10).

Objetivo geral

= compreender as transformações territoriais que ocorrem no distrito de Monapo, ao longo do Corredor de Nacala, região Norte, como resultado da modernização da agricultura no período compreendido entre 2004 a 2017.

Na história de formação social e econômica de Moçambique, os primeiros anos que marcam a passagem de um período de conflitos armados, enquanto se desencadeava a reabilitação de infraestruturas destruídas pela guerra, e ao mesmo tempo, os povos que tinham se dispersado retornavam às suas terras, ou iam se fixando em novos espaços, o país foi atingido por uma onda de temporais naturais associadas ao fenômeno *El nino*, que mobilizaram a solidariedade internacional.

No âmbito das intervenções que têm sido tomadas, para mitigação da vulnerabilidade dos povos, comunidades rurais que estão distribuídas pelo país, é sintomático ouvir narrativas que aconselham o Governo a se dedicar na transformação da estrutura agrária herdada da

colonização, que ainda mantém um perfil de desigualdades como resultado de exclusão de certos grupos no acesso à distribuição da terra.

As mudanças operadas conferiram o controle da terra pelo Estado, que na realidade esse controle é exercido pelas elites políticas. Embora, a participação do Estado nas atividades econômicas tenha reduzido bastante, o controle da terra pelo Estado continua se manifestando por meio da concessão dos direitos de uso e aproveitamento da terra (DUATs) a todos os interessados por exploração do solo e das riquezas do subsolo.

No quadro das atribuições dos órgãos do Estado, o Governo de Moçambique (GdM) através do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) mobiliza, por meio de acordos de cooperação, a entrada de investimentos estrangeiros assegurando que há disponibilidade de terra livre.

O Programa Triangular de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA - JBM) foi concebido no âmbito das intervenções do Governo moçambicano em cooperação com os governos do Brasil e Japão. É apresentado como uma iniciativa do Governo de Moçambique que visa, com base na “modernização da agricultura” no corredor de Nacala, incrementar a produção e produtividade agrárias, que atualmente registram índices mais baixos na África Subsaariana. Por outro lado, o ProSAVANA-JBM é apresentado como uma nova forma de cooperação entre os Governos no âmbito dos esforços de criação de melhores condições para a população.

A iniciativa ganha robustez num período em que globalmente há uma crise financeira, que tem provocado subida de preços de alimentos e das *commodities* agrícolas, o capital financeiro tende migrar para espaços marginais. A migração do capital no setor da agricultura cria uma reconfiguração/redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial. Nessas circunstâncias, nosso interesse com esta pesquisa é compreender o impacto que é provocado pela chegada de capital estrangeiro no seio dos povos moçambicanos, em relação ao acesso, uso e controle da terra.

Objetivos específicos

- a) Examinar o modo pelo qual a modernização da agricultura influencia na desagregação dos laços sociais no seio das comunidades locais e, por conseguinte, no aumento da vulnerabilidade social e econômica;
- b) Estabelecer a relação entre uso e cobertura de terra com a estrutura fundiária no distrito de Monapo entre 2004 a 2017;

- c) Interpretar as relações sociais entre o Estado, setor empresarial com o campesinato no distrito de Monapo;
- d) Distinguir a relação entre os circuitos de produção e de consumo da produção gerada no distrito de Monapo;
- e) Identificar a relação entre os processos de inovações tecnológicas e de divulgação com a cultura local.

1.2 Problematização

A modernização dos setores econômicos e, em particular, o da agricultura tem sido apontada como uma das prioridades do Governo de Moçambique⁴. Pode-se dizer mesmo que as intervenções promovidas pelo Governo através da MASA, que compreende a definição de política agrária, mobilização de recursos para sua concretização, licenciamento de empresas, prestação de serviços básicos necessários à cadeia produtiva, visam a concretização da produção agrária.

Ao observar a documentação-base que define os objetivos da economia política, pode-se dizer ainda que o processo de formação econômica e social (FES) de Moçambique, passou por duas etapas históricas claramente distintas. A primeira, que se estendeu entre 1975 a 1990, e a subsequente, correspondente ao momento atual, que teve seu registro a partir do ano de 2000. A década de 1990 é considerada neste trabalho, do ponto de políticas econômicas, como tendo sido de “estagnação”, uma vez que as intervenções desenvolvidas nesse período se enquadram no âmbito de “ajuda de emergência”.

Com a periodização aqui estabelecida não se pretende definir as etapas exatas e muito menos estabelecer uma comparação das políticas econômicas que deram e continuam dando origem à formação econômica e social (FES) de Moçambique. A nossa intenção é traçar um quadro temporal, dentro dos eventos históricos marcantes que possa-nos auxiliar na reflexão dos desdobramentos da “modernização da agricultura” no distrito de Monapo em Moçambique, que na atualidade ganhou uma força espetacular, em virtude da mobilização do capital financeiro, envolvendo países mais ricos do mundo, como também, em função das disputas territoriais com povos que distribuídos no campo em todo o país. Uma vez que a modernização da agricultura que vem ocorrendo nos países mais ricos do mundo atinge a periferia, ela torna-

⁴ Cf. Linhas Fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo para 1981-1990; Estratégia de Revolução Verde de Moçambique

se um mecanismo geopolítico de redefinição da fronteira agrícola mundial. A questão é saber quais são as consequências sociais desse modelo de controle do território.

Nos últimos anos, e em particular entre 2004 em diante, o processo de modernização da agricultura em Moçambique foi apresentado como um projeto do Governo que visa transformar a estrutura agrária herdada da colonização. A sua pertinência, de acordo com os seus promotores, se ancora em dois grandes objetivos ou funções atribuídas ao setor agrário: satisfazer a demanda nacional de alimentos e *commodities* agrícolas e fazer da agricultura principal fonte das matérias-primas, tanto para processamento em território nacional, como também, para exportação.

No entanto um fato característico desse processo é a violência social que o acompanha, dado que, onde são fixadas as empresas modernizadoras, no processo de concessão de terra há sempre expropriações de terra. A prática de violência contraria o espírito de melhoria das condições de vida da população com que é apresentada ideologicamente.

Uma pergunta que se coloca e que constitui ao mesmo tempo nossa pesquisa é: por que o *processo de criação de melhores condições de vida* necessita de métodos violentos? Até que ponto essa intenção pode ser assumida como verdadeira intenção?

Com base no que tem sido reportado como resultados das intervenções levadas a cabo pelo MASA, consubstanciando às narrativas que ocorrem durante a interação entre os membros do Governo moçambicano, tudo nos conduz a supor que, diante das condições concretas para realização da produção, formou-se uma ideia poderosa que destaca a necessidade de *transformação da estrutura agrária*, dado que, nas condições em que hoje está não tem capacidades de geração de altos níveis de produção e produtividade.

Essa ideia tornou verdade que, produzir sem se orientar com a demanda do mercado, determina a insegurança alimentar que o país atravessa. Nesse sentido, as quatro milhões de “explorações agropecuárias”, que são efetivamente unidades de reprodução social existentes, cuja a maioria, isto é, cerca de 3,9 milhões correspondem às unidades produtivas de reprodução social familiar devem estar adaptadas à lógica do mercado. Melhor dizendo, as unidades de reprodução social familiar, para que tenham capacidade de gerar maiores rendimentos, devem adotar o agronegócio como novos modelos de produção. Essa é a ideologia subjacente do projeto.

Tornou-se imperativo a entrada de novos operadores, de modo que se ultrapasse as atuais 51872 explorações agropecuárias que representam “médias unidades produtivas” e 728 explorações agropecuárias se configuram como empresas. A palavra de ordem é que a produção agrária deve estar orientada para o comércio, ou seja, deixar-se de produzir comida para

transformar alimento em mercadoria e assim, submeter-se às demandas do mercado mundial de *commodities* agrícolas.

Essas ideologias que já ganharam um corpo firme no seio do Governo foram construídas no âmbito da *cooperação técnica bilateral*. A cooperação técnica é uma experiência eurocêntrica, que emergiu no contexto de reconstrução pós-guerra nos meados do século XX. Paradoxalmente, nessa altura, os países que hoje são alvos para difusão dessas experiências de cooperação técnica, não foram contemplados. No caso concreto dos povos que habitam o território de Moçambique, que nem se reconhecia o seu direito de autodeterminação, além de não se terem sido contemplados, tiveram de enfrentar as vicissitudes de dominação imperialista.

As experiências tecnológicas que hoje são expandidas para a periferia do capitalismo mundial foram criadas a mais de cem anos, e só agora é que se vê a necessidade de sua localização em territórios africanos, onde nem a simples enxada de cabo cumprido, para não falar de trator, triturador, descaroçadeira e carro de boi, não existem nos mercados de muitos países. Há que se estranhar esse fato, o que mobiliza a formular a seguinte questão: o que está por detrás da cooperação técnica?

O interesse com a cooperação técnica entre os países mais ricos do mundo com os países subdesenvolvidos, em particular, os da África Subsaariana, surge num contexto em que o sistema capitalista financeiro enfrenta uma das crises que perdura por muito tempo, na história dos colapsos periódicos do capitalismo mundial (Harvey, 2011). A cooperação técnica não será uma estratégia destinada para encontrar formas alternativas que possam salvar os “rios de dinheiros” em risco de se “converterem em papéis simples” (Harvey, 2011)?

Só o decurso da história dará a resposta das perguntas aqui formuladas.

Do que foi acima descrito pode-se dizer que a ideia de *transformação da estrutura agrária* advogada corresponde um projeto que pretende sujeitar a satisfação das necessidades familiares ao jogo mercantil, pois vincular-se a produção familiar para lógica do mercado, significa entre muitas coisas: especialização, produção de acordo a demanda do mercado e transformação de alimentos em *commodities*. Dado que, a atual estrutura agrária é majoritariamente composta por *camponeses* que produzem para satisfação das suas necessidades através de produção de bens de consumo direto e de comercialização local. Por outro lado, a ação que se impõe é a conversão do *camponês* em *agricultor*, de tal forma, que será capaz de cumprir com a nova missão – a de satisfação da demanda do mercado.

Papel A3



Mapa 2 – Território em disputa - ProSAVANA-JBM
 Fonte: Org. pelo autor

Uma vez que a alteração pretendida acarreta custos e, não havendo capacidades internas, a estratégia que tem sido adotada pelo Governo consiste no estabelecimento de alianças com o capital financeiro dos países mais ricos, de modo que se criem condições para viabilização da conversão pretendida.

Tomando como ponto de observação o ProSAVANA - JBM constata-se que há um estabelecimento de novos “limites de fronteira agrícola” mundial – mapa 2, com participação direta de Brasil e Japão que se configuram como indutores dos processos conducentes à “conversão”, na primeira fase, dos camponeses inseridos na região Norte de Moçambique para agricultores em modalidade do agronegócio.

No conjunto dos processos impostos há que apontar as seguintes ações: realização de novas territorialidades cada vez mais robustos e vinculados aos países indutores; inovações tecnológicas, com implicações nas relações sociais e nos modos de vida, que incluem introdução de novos hábitos alimentares; alteração da estrutura fundiária etc.

O ProSAVANA – JBM enquadra-se no quadro dos programas e estratégias do capital internacional, que usa o poder que possui para estabelecer ações geopolíticas com “Estados frágeis”, como é o caso do Estado de Moçambique, onde ainda se luta pela construção da “unidade nacional”, a administração exercida no território nacional conta, em grande medida, com apoios externos diretos, em forma de donativos no orçamento do Estado. O país tem muitas limitações para ter acesso a créditos comerciais. Nesse sentido, o ProSAVANA – JBM é entendido neste trabalho como um instrumento do poder político, econômico, cultural e ideológico. Como instrumento do poder, as ações nele inseridas são impostas por meio de dispositivos estratégicos para apropriar e controlar territórios

Ao se dizer que o objetivo do ProSAVANA-JBM está vinculado à melhoria das condições de vida da população, uma das questões que se coloca é: ***até que ponto se deve assumir que a vinculação do camponês à lógica do mercado, que exige especialização da produção, capacidades para concorrência, se constitui como condição para melhoria das condições de vida?***

Ao se prestar atenção nas ações em curso, em particular o processo de promoção, monitoria, fiscalização que são exercidas pelo MASA, depara-se com uma dificuldade para se estabelecer uma relação de causalidade entre os objetivos da política agrária e as intervenções concretas no território. ***Será que a partir das ações inseridas no ProSAVANA-JBM pode-se afirmar que há produção de novas territorialidades onde estão territorialidades camponesas?***

Um fato que nos chama atenção em Moçambique, e em particular, na região Norte de Moçambique, é que as narrativas que justificam a necessidade do ProSAVANA-JBM baseiam-se no objetivo de incrementar elevados níveis de produção e produtividade agrárias através dos componentes técnicos e aumento das áreas de cultivo a serem asseguradas pela parceria-público-privada.

Ora, à medida que decorre o debate que questiona⁵ as intenções pretendidas com o ProSAVANA-JBM, ao se constatar expropriações de terra por “espoliação”, o Governo e seus parceiros, parece-nos num jeito de tentativa de “limpar a mancha em pano branco” concebeu um projeto de titulação da terra em massa, que se designa “Terra Segura”.

O projeto “Terra Segura” na fase “piloto” abrange apenas as províncias de Nampula e Zambézia, que na realidade fazem parte do Corredor agrícola de Nacala. Com esse projeto o Governo prevê proceder o registro de 5 milhões de parcelas ocupadas⁶. Há um entendimento no seio do governo de que esse registro conferirá os respectivos DUAT’s.

O projeto “Terra Segura” é entendido neste trabalho como uma etapa que antecede o ProSAVANA-JBM, e faz parte dos compromissos assumidos pelo GdM, no âmbito do novo modelo de desenvolvimento parceria-público-privado, inserido no Quadro de Cooperação do G8 para apoiar a Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique (NEW ALLIANCE, s/d, p. 4). A titulação massiva é uma estratégia dos capitalistas de modo que se contorne as barreiras enfrentadas na expropriação, como também, para abafar as críticas que são atiradas às iniciativas do ProSAVANA, associadas aos novos conflitos de terras que emergem à medida que as ações planejadas são concretizadas.

Internamente as críticas são proferidas pela UNAC, como também, por entidades de pesquisa autônomas, pesquisadores, organismos da Igreja Católica (Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula – CAJUPANA, Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nacala – CDJPN), Livaningo, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos – LDH que ambas acusam o Governo de proceder concessões de terras ocupadas pelos camponeses, ou seja, as concessões de terras alegadamente livres ou disponíveis, se realizam em territorialidades camponesas. Entende-se como territorialidades camponesas todas as formas de uso de terra, que incluem, habitações, machambas, uso sagrado, exploração florestal baseada em faixinais, em que a

⁵ Cf. Campanha Não ao ProSavana. Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/>; Acesso: 20 de jun. 2017; <https://www.farmlandgrab.org/post/view/27604>; <https://www.grain.org/article/entries/5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala> Acesso em: 12 dez 2015

⁶ Cf. <http://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/terra-segura> Acesso em 14 de jun. de 2017

floresta se constitui como fonte de *remédios de medicina popular*, da lenha e carvão vegetal, de materiais de construção, espaço de produção de mel, entre outros usos. Por conseguinte, diante da demarcação e registro dos DUATs das terras de usos particulares dos agregados familiares, o projeto revela a falta de consideração pelos usos florestais coletivos campestres.

No plano externo, as vozes que criticam as iniciativas do ProSAVANA-JBM são do Fórum Mulher – Marcha Mundial das Mulheres, Justiça Ambiental (JÁ!) – Amigos da Terra Moçambique, GRAIN, Parlamento Europeu, tendo até solicitado, em 2016, a suspensão das ações inseridas na iniciativa da Nova Aliança para Segurança Alimentar em África, etc.

Pode-se dizer que, o ProSAVANA-JBM foi concebido como um instrumento de transformação da estrutura agrária ao longo do Corredor de Nacala. No entanto, dependendo do sentido e das concepções que se dá à *transformação da estrutura agrária*, as perguntas formuladas acima podem ser respondidas de diversas formas. Neste caso aqui, a leitura que se faz é de que, o sentido da transformação da estrutura agrária compreende as modificações do quadro legal, em particular, a lei de terra incluindo o respectivo regulamento, definição de uma nova política econômica, capazes de proceder alteração de uma herança histórica que deu origem às atuais formas de acesso e proteção dos direitos adquiridos sobre a terra, e, ao mesmo tempo, das relações de trabalho que prevalecem no campo.

Realmente, em Moçambique, a atual estrutura social e econômica, que inclui a estrutura fundiária, as ações do capital privado e dos povos e das infraestruturas são expressões, tanto da dominação estrangeira portuguesa, como, dos programas de territorialização do capital, através das cooperativas e empresas estatais e das recentes reformas no âmbito das políticas neoliberais. Um fato que nos chama atenção na estrutura social e econômica edificada, é que em todos os contextos históricos, os interesses dos camponeses foram subalternizados.

Pode-se dizer que, o direito de acesso à terra de boa qualidade, há muito que vem se exigindo, ou seja, uma redistribuição da terra (reforma agrária) fora dos programas e intervenções de emergência, que o país vivenciou quando se alcançou a paz em 1992, e ou aqueles que são desencadeadas para mitigação dos efeitos das cheias, inundações ou ainda diante das novas concessões de terra para investimentos privados.

Fora desses programas esporádicos, que evidentemente têm dado acesso à terra aos camponeses entre outros sujeitos que vivem nas periferias urbanas, atingidos pelas intempéries naturais, há ainda ocupações que ocorrem no âmbito das normas consuetudinárias que regulam os povos espalhados pelo campo que são qualificadas na Lei de Terra nº 19/97 de 1 de Outubro, como ocupações de boa-fé (MOÇAMBIQUE, 2002, p. 9).

As ocupações de “boa-fé” e outras formas de acesso à terra recorridas pelos camponeses, em parte, contribuem para produção de novas territorialidades camponesas. Mas há que se reconhecer que, algumas práticas consuetudinárias apresentam critérios que cristalizam exclusão de certos grupos, em particular, para mulheres e jovens.



Figura 1- Mandioca seca armazenada no mercado popular na Vila de Monapo
Fonte: Org. próprio autor. Foto captada em 2015

Em relação à tecnologia, o país enfrenta o desafio de adoção de tecnologias para facilitação de atividades no processo de produção, no transporte, no armazenamento e processamento. Só para se ter ideia, na província de Nampula, onde se estima que há cerca de 1.473.792 agregados familiares, cuja maioria está fixada no campo, as estruturas que administram o setor agrário afirmam que só há 25.000 enxadas de cabo cumprido, 53 tratores. Estes dados incluem os meios comprados no ano de 2015 (MASA, 2015).

Admite-se que esses dados podem não refletir a realidade atual, porém, não estão muito distantes dos fatos concretos. O camponês em Moçambique continua submetido às técnicas rudimentares: como é o caso de enxada de cabo curto, condições de armazenamento (figuras 1 e 2), que comprometem a qualidade dos produtos e capacidade de trabalho. Esse fato exige que se repense nas formas de redução do emprego intensivo de mão-de-obra barata, sem que isso acarrete endividamento dos camponeses pelas instituições financeiras.



Figura 2 - Camponês na cintura verde do Município de Inhambane
A enxada de cabo curto é o principal instrumento de trabalho no seio dos camponeses
Fonte: Org. próprio autor. Foto captada em 2016

Todas essas perguntas alavancadas a partir das constatações efetivadas, podem-se resumir no seguinte: *como o processo de modernização do espaço agrário efetivado no distrito de Monapo se coloca como um fator de reconfiguração da geopolítica mundial mirando a África, em geral, e Moçambique, em particular, como um território de ação do capital financeiro?*

1.3 Fundamentação Teórica

1.3.1 Território

Tal como vários autores têm destacado, o conceito de território ganhou centralidade nas pesquisas científicas das ciências humanas. Souza (2013), menciona a palavra “território” mostrando que ela permanece sendo usada de modo amplo. Cotidianamente “território” pode se referir simplesmente a uma “grande extensão de terra”. O autor afirma que essa acepção é a “primeira e, consta do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (SOUZA, 2013, p.77).

Noutra busca, desta feita, no *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*, extraímos as seguintes definições:

S. m extensão considerável de terra; Área de um país, ou estado, ou província, ou cidade, etc.; *Jur.* base geográfica do Estado, sobre a qual exerce ele a sua soberania, e que abrange o solo, rios, lagos e mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos; *Jur.* A parte juridicamente atribuída a cada Estado sobre os rios lagos e mares contíguos, e bem assim o espaço aéreo que corresponde ao território, até a altura determinada pelas necessidades da política e segurança do país, devendo-se, ainda, considerar como território os navios de guerra, onde quer se encontrem, e os navios mercantes em alto mar ou em águas nacionais (FERREIRA, 1988).

Como se pode observar, dois sentidos básicos são atribuídos ao “território” - o primeiro é referente a um objeto concreto – extensão de terra; o segundo – sentido jurídico, diz respeito, a um imaginário humano, que transmite o sentido de pertencimento. Da segunda acepção pode se perceber que “território” é um conceito de *dimensão política*, dado que, a partir dessa acepção, há um estabelecimento de relações entre os sujeitos reunidos num mesmo espaço territorial jurídico.

Se recorrermos às palavras de Souza (2013), de Haesbaert (1997) e de Raffestin (1993), deparamo-nos com o fato de que, para os três, o que define e delimita o “território” são as relações de poder.

No entanto, segundo a advertência de Souza (2013, p. 78), considerar-se território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é apenas uma primeira aproximação, necessária, mas insuficiente no esforço de conceituação. O autor chama atenção à necessidade de questionar *quem domina, governa ou influencia e como domina, governa ou influencia esse espaço* (SOUZA, 2013, p. 78, grifo nosso).

Para Raffestin (1993), tido como um dos geógrafos que mais se dedicou à discussão conceitual sobre o território, analisando o processo de T-D-R - territorialização-desterritorialização-reterritorialização - também desenvolvido pelo geógrafo brasileiro Haesbaert (1997, p.32), iniciou a conceituação do “território”, baseando-se na proposição de Lefebvre⁷ que considerou-o como um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Nestes dois autores há um aspeto que interessa neste estudo, que tem a ver com o ato de territorialização, isto é, o processo de produção do território se dá por intermédio de dois fatores interdependentes: imagem projetada e poder. Em Souza (2013) assinala-se que,

⁷ A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o *poder*. Ou, em outras palavras, o que determina o perfil do conceito é a *dimensão política* das relações sociais, compreendendo essa dimensão no sentido amplo de o político (le politique, das Politische), e não no sentido de a política (la politique, die Politik). O autor acrescenta que o que importa reter é que, por conta dessa *dimensão política*, não se justifica, pura e simplesmente, confundir o território com o substrato espacial material que serve de referência para qualquer (tentativa de) territorialização. Diversamente do substrato, os territórios não são matéria palpável, mas sim campos de força, que só existem quando durarem as relações sociais das quais eles são projeções especializadas. O verdadeiro *Leitmotiv* do conceito de território é político, e não econômico ou, como ocorre com o conceito de lugar, cultural-simbólico (SOUZA, 2013, p. 89).

O autor adverte ainda para não se confundir o “território” do substrato espacial material (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis – edifícios, campos de cultivo, “feições naturais”, etc.), como ainda não confundir o lugar com o território. Não se pode imaginar que o conceito território esteja habilitado de dar conta de todas as facetas do espaço social.

Quando observamos o mundo, em relação ao que tem sido universalizado, por exemplo, do ponto de vista das dimensões política e econômica, constata-se que as categorias desprovidas de substância são as mais debatidas. Tal é o caso das categorias de “Território-nação” e “Produto Interno Bruto” (PIB). Contraditoriamente, observa-se que nos países do Terceiro Mundo há mais preocupação com essas categorias. Muitas das vezes, o que se assume como uma questão central na vida concreta de um povo, na realidade pode ser uma pura ilusão.

Qual é a pertinência de se dizer, por exemplo, que “o território da República de Moçambique é uno, indivisível e inalienável” (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 3), num contexto em que são observadas situações de concessões de terra às grandes corporações, sem o mínimo respeito com os povos fixados nas terras concessionadas?

Parece que a observação de Milton Santos segundo a qual, “Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (SANTOS, 1998, p. 15) contextualiza as perspectivas do território em Moçambique. Há pouco dinamismo, o que nos priva o entendimento de que a noção do território se deslocou para outra perspectiva. De acordo com o mesmo autor,

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Seu entendimento é, pois fundamental para afastar risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1998, p. 15).

A noção atual, isto é, a “transnacionalização do território” o que não significa que a transnacionalização abarca tudo. Mesmo nos lugares onde os vetores de mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. O autor concebe o território em duas perspectivas: como forma e a outra, a de território usado que são objetos e ações, sinônimo do espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 1998, p. 15, 16).

Esta nova concepção é a que mobiliza a análise desenvolvida nesta tese. Hoje a percepção que se tem sobre o território faz um chamamento para a distinção de novas dimensões territoriais: horizontalidades e verticalidades, que certamente diferem à de Estado-nação. “Compreendem horizontalidades os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto, as verticalidades constituem os pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 1998, p. 15, 16).

A sua pertinência tem a ver com o fato de ser a expressão espacial do que Santos chama “espaço vivido”. O espaço vivido, corresponde ao que Raffestin (1993) define como “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144), os *atores* como protagonistas de ações no território, designadamente, *comunidades rurais*, que são na realidade territórios campestres; há também, outra categoria de atores, que assumem o formato de singularidade ou ainda instituições. Fazem parte desse grupo, administradores territoriais (representantes do governo - poder formal, autoridades tradicionais – poder informal) são atores políticos; outro ainda, compreende o grupo de proprietários de complexos agroindustriais ou de plantações - que por sua vez, representam os capitalistas.

As unidades espaciais são as manifestações da territorialização. Nesse sentido, o território, seja em que nível de escala, resulta do que Raffestin (1993), chama “ação conduzida por um ator sintagmático”, isto é, por uma instituição que realiza um programa em qualquer nível. O processo de produção do território é mediado por “relações de poder”, que na realidade são determinadas pelas imagens projetadas pelos atores sobre o mesmo espaço.

A partir da teoria procurar-se-á responder a pergunta de Raffestin (1993), sobre as intenções subjacentes na delimitação do espaço de Corredor de Nacala, a partir de tessituras de paisagens agrícolas, redes logísticas e comandos de controle que conduzem a construção de um novo território e ao mesmo tempo desconstrução do território construído.

A explicação que tem sido fornecida na territorialidade é baseada na teoria das relações de troca entre os sujeitos entendidos como atores sintagmáticos. O raciocínio da teoria das relações entre os atores sintagmáticos obedece ao mesmo princípio verificado por Karl Marx (2005) entre duas classes antagônicas.

De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade resulta para além do eixo relacional entre os proprietários/trabalhadores, como também a partir das relações existenciais. Quer o primeiro, como o segundo eixo, todas são relações de poder. Nesse sentido, a pesquisa procura entender a dinâmica processual das relações que se manifestam de diferentes maneiras em função da evolução das sociedades. Por exemplo, a territorialidade sofreu modificações em função do colonialismo. Com o advento das independências, alguns países introduziram reformas que resultaram em novas territorialidades.

Ao se desencadear uma viagem pelo tempo no sentido de entender a distribuição espacial da população deparamo-nos com o processo de modernização do espaço agrário no distrito de Monapo em análise, no contexto geopolítico, é uma continuidade dos mesmos processos que deram origem à atual FES que teve como seus esteios o uso de força econômica, política, mas, sobretudo militar.

O processo de produção de território (a territorialidade) é caracterizado por relações de poder entre os atores. A outra categoria de análise é a técnica como produto social e um meio de viabilização dos interesses hegemônicos: revolução verde e infraestrutura de transporte. Porém, tal como anota Santos (1979, p. 112), o capitalismo na atualidade, graças ao progresso tecnológico atingiu um estágio em que, não se permite que os países de economias débeis tenham a possibilidade de escolha, apenas há imposições tecnológicas, de organização, de utilização do capital. Com efeito, o autor aponta que,

As relações entre as sociedades e seu espaço-suporte não mais têm carácter privilegiado, mas dependem de uma determinação externa que tem o domínio deste espaço, da orientação de sua produção e do destino de seus habitantes. (SANTOS, 1979, p. 112).

E ainda esclarece as transformações que se operam nos seguintes termos,

Assiste-se neste último quartel do século, a uma aceleração das mutações. Cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que ele não criou, para produzir para outros aquilo que não tem necessidade ou que não tem meios de utilizar. Em razão desta passagem de uma multiplicidade de técnicas locais, geradas espontaneamente, para uma só tecnologia imposta em escala mundial, também o homem muda. Ele deixa de ser o homem “local” para se tornar um homem “mundial”. A escala local não é mais das decisões que o afetam. Os espaços aparecem cada vez mais como se diferenciando por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise, por seu desigual poder de atrair o capital. Tal como o homem,

o espaço tornou-se mundial. O capital – por suas possibilidades de localização e suas necessidades de reprodução – se torna o intermediário entre um homem destituído e um espaço alienado (SANTOS, 1979, p. 112).

O quadro analítico aqui exposto sintetiza as transformações territoriais como resultado da modernização do espaço agrário no distrito de Monapo em Moçambique, que está vinculada aos interesses do capital internacional.

1.3.2 Modernização da agricultura: instrumento de cooptação

O termo modernização faz parte de um léxico cujos significados e sentidos evocam uma progressiva transformação dos modos de ser, como resultado de inovações técnicas, que determinam as formas de realização da produção. Inclui também alterações na morfologia e no conteúdo do trabalho; nas formas de remuneração, na maneira de significar a terra e a natureza. Pode-se dizer mesmo que modernização é o processo de transformação da técnica, da terra e do território, tal como assevera Santos (2013).

As técnicas em sua forma aparente ou não em uma paisagem, são, todavia um dos dados explicativos do espaço. Tais técnicas não tem a mesma idade e, desse modo, pode-se falar do anacronismo de algumas e da modernização de outras, como, naturalmente, de situações intermédias. Essas técnicas efetivam em relações concretas, relações materiais ou não, que presidem a elas, o que nos conduz sem dificuldade à noção de modo de produção e de relações de produção (SANTOS, 1979, p. 57).

A história das técnicas tal como nos revelam alguns autores é de transformações tecnológicas que implicam certamente mudança de estilos de vida. Haesbaert (2006) refere que, a ideia do Mundo Novo, como a obsessão pelo “novo” marcaram a modernidade, o imaginário europeu ocidental desde o renascimento e o colonialismo deveu-se a necessidade de afirmação frente ao Mundo Antigo – o Oriente (HAESBAERT, 2006, p.19). A França no conjunto dos seus opositores diretos⁸ é tida como o ponto onde houve muitos debates entorno desse movimento de modernidade, entendido como revolucionário e progressista em contraponto com as formas tradicionais não dispostas para realização de mudanças na esfera cultural, técnica e política.

De acordo com Berman (1986, p. 14) Rousseau foi o “[...] primeiro a usar a palavra *moderniste* no sentido em que os séculos XIX e XX a usarão”, como matriz de algumas

⁸ Cf. História dos grandes confrontos militares mundiais - Alemanha, Inglaterra, Itália e os Estados Unidos da América.

tradições modernas, como é o caso da democracia participativa, mercado livre, revolução industrial, entre outras.

No contexto de construção epistemológica, importa referir que a primeira fase de construção teórica de modernidade se centralizou nas disciplinas de Economia Política e de Sociologia. Em termos reais, os estudos sobre modernidade se centram na explicação do seu significado nos processos tecnológicos, bem como nas relações sociais que emanam as sociedades humanas. Sem pretender partir da gênese conceitual e muito menos da robustez explicativa entre os estudiosos, mas motivado pelo seu ideário, a nossa linha de análise epistemológica é a interpretação teórica das contradições que resultam da modernização.

De acordo com Domingues (2002), a teoria bem sucedida para analisar os processos de transição socioeconômicos para a modernização, quer nos países do primeiro mundo, quer nos de terceiro, foi a formulada por Barrington Moore Jr. (DOMINGUES, 2002). O autor assinala que a teoria identifica três caminhos possíveis para chegar à modernidade, tomando como ponto de partida a fase pré-industrial: 1) a via socialista revolucionária; 2) o movimento democrático; e o 3) o caminho autoritário.

O primeiro caminho conduziu à construção de sociedades capitalistas e democráticas na Inglaterra, França e Estados Unidos. O movimento revolucionário burguês que aconteceu nesses países se manifestou por meio de alterações violentas que determinaram uma ruptura com a estrutura política e econômica do antigo regime, retirando, assim, os proprietários rurais do centro do poder político, dado que esses eram os principais responsáveis pelas decisões políticas no período da sociedade pré-industrial.

No segundo caminho, foi institucionalizado outro grupo de capitalistas, sem recurso à violência, mas que foi capaz de adotar políticas reacionárias que conduziram ao regime fascista. Esse processo de transformação das relações sociopolíticas e de produção não mudaram em nada a superestrutura do Estado e os detentores do poder político. Nesse sistema político, a nobreza fundiária detém o poder e o controle do Estado, pelo que se implanta uma administração de Bismark, dominada pela classe burguesa, o que Marx e Engels (2005) caracterizaram como a revolução ‘a partir de cima’. Para Pires; Ramos (2009), esse processo se caracterizou pela manutenção da estrutura fundiária e controle do poder (PIRES; RAMOS, 2009, p. 413).

O terceiro caminho foi o comunismo que se desenvolveu na Rússia e na China. As hipóteses concebidas por Lenine (1985) previam o desenvolvimento do capitalismo na Rússia seguindo duas vias, via prussiano e a outra do tipo norte-americano. A primeira, baseada em dois grupos, os grandes proprietários de terra e os pilares da antiga superestrutura e, a segunda,

baseada na administração burguesa e ao latifundiário liberal-monárquico. Este sistema é denominado como modernização conservadora, pois teve a sua gênese na Alemanha e no Japão.

A transição nesses países é descrita como tendo sido na base de um pacto político entre a burguesia industrial e a oligarquia rural - pacto orquestrado no interior do Estado -, sem rupturas violentas. O autor destaca que os *Junkers* alemães, com esse pacto, conseguiram controlar a transição para a modernidade sem contraposição, estimulando a concretização, sobretudo no que diz respeito à industrialização. Por outro lado, continuaram a exercer o poder no campo, assim como a manutenção das propriedades herdadas no período feudal (DOMINGUES, 2002 e PIRES; RAMOS, 2009).

Ainda de acordo com Domingues (2002), a modernização conservadora no Brasil se expressa por meio dos grandes proprietários agrários, que emergiu no período de formação da Colônia e se manteve apesar das transformações que ocorreram, desde a administração imperial até a edificação da República. As suas características essenciais são a recusa a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Esse fato levou com que os grandes proprietários mantivessem o controle sobre a terra e a força de trabalho rural, sem condições, portanto, de se “libertar de relações de subordinação pessoal e de extração do excedente econômico por meios mais diretos” (DOMINGUES, 2002, p. 2).

Quanto às questões econômicas, existem vários aspectos a se levar em conta, mas o essencial é a produção de bens para satisfação das necessidades do país, com reflexo direto sobre os principais indicadores macroeconômicos e microeconômicos. As questões de ordem ambiental têm a ver com a necessidade de observância de princípios de proteção e conservação do meio ambiente. Por último, as questões sociais são referentes às implicações da modernização ao acesso dos recursos por parte da população, ou seja, componentes de equidade, justiça, gênero etc.

O processo de modernização do espaço agrário tem seguido modelos de imposição, no que respeita aos padrões de consumo dos mais fortes para os mais fracos, como, ainda, na utilização dos meios mecânicos cada vez mais modernos na cadeia produtiva, padronização dos processos de produção, expropriação da terra dos camponeses, intensificação de uso de agrotóxicos e fertilizantes, entre outras ações consideradas inovações, incluindo a enculturação dos povos vistos como periféricos.

Desde o ano de 1987, Moçambique aderiu às reformas para reestruturação econômica⁹, que conferiram a possibilidade de passar a se beneficiar de fundos das instituições de Bretton Woods, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) (MOSCA, 2010; 2015). No entanto, há autores que salientam que o BM tem implementado políticas que promovem o desemprego, dado que desestimulam economias locais. O governo tem oferecido incentivos fiscais e concessão de terras ocupadas pelos camponeses ao setor privado estrangeiro para investimentos nos setores de agricultura, indústria e mineração (CASTEL-BRANCO, 2015; SELEMANE, 2016; FREI, 2017, BATA, 2018).

O ProSAVANA-JBM se junta aos outros programas ou iniciativas governamentais no âmbito de promoção de investimentos diretos estrangeiros (IDE). A facilitação do Governo já permitiu o estabelecimento de grandes empreendimentos econômicos, dos quais se destacam os seguintes: Kenmare Moma Mining (Mauritus) Lda, Vale, Rio Doce, Sazol, Green Lúrio Recursos, Jacaranda, Mozagrius, apenas para citar alguns exemplos, que já foram concedidos, pelo Governo de Moçambique, grandes extensões de terras para projetos de agronegócio e de mineração.

De um modo geral, esses projetos são acusados pelos camponeses e pelas organizações da sociedade, de expulsarem os camponeses dos seus territórios. No caso particular do ProSAVANA-JBM, os camponeses são expulsos das terras que estão ao longo do corredor de Nacala, incluindo as que estão nas margens das bacias hidrográficas. O mesmo cenário se verifica nas regiões onde há registro de ocorrência de recursos minerais em Nampula, Tete, Manica, nas áreas declaradas como de conservação (Parques e Reservas) que são concessionadas às multinacionais ligadas à indústria turística.

A expropriação da terra dos camponeses pelos grupos poderosos constituiu o primeiro marco importante que deu origem ao que a literatura designa de “fronteira agrícola”, enquanto as políticas liberais e neoliberais foram responsáveis pela apropriação da ciência pelo capital de intensificação dos sistemas de produção, uso de adubos químicos, pesticidas, como condições sem as quais não se pode falar de modernização da agricultura.

A gênese de modernização tem a sua ligação com as sociedades ocidentais. Os estudos dedicados à modernização apontam que faz parte de processos de transformação, que se operam numa sociedade através das mudanças tecnológicas, sócio-políticas, econômicas culturais, isto é, nos modos de vida que são inerentes à teoria de modernidade de Habermas. A modernização

⁹ MOSCA, João. **Agricultura Familiar em Moçambique**: Ideologias e Políticas. In: Working Papers CEsa. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/menupublicacoes/working-papers>>. Acesso em: 17jun. 2015.

constitui ao que Freitag (1993) chama de “[...] processos de racionalização ocorridos nos subsistemas econômicos e políticos [...], e a modernidade cultural refere-se a autonomização no interior do “mundo vivido” (*Lebenswelt*) das chamadas “esferas de valor”: a moral, a ciência e a arte” (FREITAG, 1993, p. 25).

A dinâmica da modernização não tem sido a mesma ao longo do tempo e nos lugares. Na primeira fase a modernização significou a industrialização, que teve como repercussão o aumento da produção e produtividade e na perda de controle, pelos artesãos de trabalho, conforme constatado na Revolução Industrial inglesa nos séculos XVIII e XIX. Atualmente, o sentido de modernização é orientado aos modos de vida dominados pelo uso de tecnologias de informação e comunicação, a um maior fluxo de serviços financeiros, serviços das tecnologias e atividades ligadas à produção e utilização de informação.

De acordo com Haesbaert (1997), a modernização é um projeto europeu, apropriado pela classe burguesa e que constitui instrumento da reprodução capitalista. Realmente, muito antes Marx e Engels (2005) constataram que o movimento de modernização tende a criar classes sociais antagônicas, como, também, configuram novas condições de opressão e novas formas de lutas, no lugar das que existiram no passado. Nesse contexto, a modernização, uma vez apropriada pela burguesia, de acordo com a teoria de Marx, é um processo que se caracteriza por movimentos contraditórios.

O movimento contraditório resultante de modernidade gera o que Berman (1986) descreve como “[...] turbilhão da vida moderna [...]”, caracterizado pelas desigualdades no usufruto das descobertas científicas, no acesso aos processos de industrialização da produção, nas inovações tecnológicas e na criação de novos ambientes humanos. Cristaliza-se a destruição de artefatos antigos, a aceleração do ritmo de vida, a geração de novas formas de poder corporativo e a de luta de classes. No plano espacial, configura um novo território de um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização” (BERMAN, 1986, p. 12-13).

Na década de 1970, em pleno período que economicamente Hobsbawm (1997) alcunhou de pós-liberal, distingue-se pela modernização de formas de competição internacional entre economias industriais nacionais rivais. O movimento de modernização que foi apropriado pelo imperialismo tende a ser degenerado,

[...] mudanças na estrutura da organização econômica como, por exemplo, o capitalismo monopolista, [...], integração dos países “subdesenvolvidos”,

enquanto dependências em uma economia mundial dominada pelos países “desenvolvidos” (HOBSBAWM, 1997, p. 419).

O imperialismo demandava cada vez mais petróleo, borracha e metais-ferrosos, o que concorreu para divisão do globo entre reservas formais e informais para seus próprios negócios. Devido a esse turbilhão instalado, o capitalismo teve que enfrentar o movimento de orientação socialista. Nesse contexto, houve a necessidade da criação de estratégias geopolíticas para conter a expansão do comunismo, sobretudo na América Latina. O fato é que a instauração do comunismo minava a reprodução capitalista.

Ainda no conjunto das potências imperialistas, havia interesse em manter os investimentos que tinham sido implantados nas colônias em toda a parte do mundo. O movimento das independências constituía um perigo para a reprodução capitalista, os países do Terceiro Mundo contrários aos sistemas capitalista e comunista se juntaram num bloco que foi designado países não-alinhados. Esse período que historicamente ficou conhecido como de Guerra Fria, abalou o capitalismo devido à crise econômica que afetou grandemente o sistema financeiro norte-americano.

A engenharia geopolítica capitalista tinha que frear o movimento tendente à instauração do comunismo. O desenho dessa engenharia foi favorecido pelas questões estruturais existentes nos países que tinham conquistado independência, os conflitos armados e os fatores naturais. Com efeito, do ponto de vista estrutural, os países recém independentes herdaram redes de estradas, ferrovias e infraestruturas urbanas, desfavoráveis para satisfação dos interesses nacionais. Esse fator teve um peso bastante forte na prestação de serviços básicos e relançamento das economias para satisfação dos interesses domésticos.

Os conflitos armados, por sua vez, foram responsáveis pelos movimentos migratórios maciços rurais/urbanos e internacionais, tornando essas pessoas dependentes em tudo. Os fatores naturais, sobretudo a seca e inundações, destruíram os esforços dos camponeses. Toda essa conjuntura não permitiu o reajustamento estrutural das economias.

A situação vivenciada nesses países foi um verdadeiro caos. Foram adotadas estratégias para enfrentamento da crise provocada pelos conflitos armados, pela seca e pela ameaça que as independências representavam para o capitalismo. Uma dessas estratégias adotadas pelos países do Primeiro Mundo consistiu na criação de ONG's, que passaram a assumir as funções dos governos independentistas nas áreas de saúde, educação e abastecimento de alimentação. Nos países com relativa estabilidade política, que tinham aderido às políticas liberais, foram lançados programas de promoção de pacotes de revolução verde.

A viabilização desses programas ocorreu a partir de fronteiras e integração do campesinato no sistema de produção capitalista. Isto significa que em alguns lugares a estratégia de Revolução Verde foi à abertura de fronteira e noutras foi à inserção do campesinato no sistema capitalista. A evolução dos programas de Revolução Verde tem variado de lugar para lugar, em alguns países a sua viabilização ocorreu de forma rápida e em outros lugares há uma lentidão. Um dos prováveis motivos dessa variabilidade na dinâmica pode estar associado ao contexto da situação fundiária, por exemplo, em Moçambique o programa Sasakawa Global 2000¹⁰ tentou introduzir os pacotes de Revolução Verde no setor familiar. Essa experiência não durou muito tempo, dado que os camponeses não aderiram ao uso de adubos e fertilizantes químicos, aos agrotóxicos e/ou as sementes importadas.

A suposição de que os pacotes de Revolução Verde não respondem aos problemas de economias internas, parece haver uma dose de sua evidência, se tomar em conta que o contexto fundiário que não permite a atribuição de um valor comercial, como também o fato da falta de condições para o mercado de insumos e fatores manufaturados pelo sistema capitalista.

Na década de 1990, o bloco comunista foi dissolvido, o que por seu turno se justifica a necessidade de reorientação das indústrias de material bélico de automóveis e químicas. O sucesso dessa reorientação manteria os EUA como maior potência mundial. Assim, as indústrias tinham que produzir novos produtos: tratores, colheitadeiras, entre outros equipamentos necessários para vários fins civis. Em relação às indústrias químicas, tinham que produzir fertilizantes e agrotóxicos para serem aplicados na agricultura.

Nessa lógica, as fronteiras seriam uma das vias a seguir para viabilização da hegemonia política e econômica dos países capitalistas. Nesse contexto, a revolução verde constitui um mecanismo de dominação do setor da agricultura, exercida pelas grandes corporações que passam a controlar a oferta de alimentos e de *commodities* no mundo.

No plano ideológico, o capitalismo tem recorrido à sua “falsa capacidade” em abolir o trabalho forçado, como foi observado em relação à modernização da agricultura no Brasil. De acordo com Delgado (1985), na tentativa de provar a referida falsa capacidade, o Estado estimulou ações que incentivaram o capital industrial privado à “[...] aumentar os índices da tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial [...]”, adquiridos na base de importações (DELGADO, 1985, p. 35).

¹⁰ Uma iniciativa de Fundação Japonesa de Inovação Social – The Nippon Foundation for Social Innovation em parceria com o patrono da Revolução Verde, Dr Norman E Borlaug, Ex-President norte-americano Jimmy Carter, and the Japanese. Disponível em: www.saa-safe.org. Acesso em 22 de abr. 2018

Tornou-se imperativo a transformação dos espaços agrários em Moçambique. Do ponto de vista econômico, a fase pré-capitalista foi caracterizada pelo controle do Estado em relação aos bens naturais e ao predomínio de sistemas de agricultura itinerante em pequenos lotes, um setor urbano pouco integrado com o setor produtivo rural. Isto porque, é dinamizado pelo comércio de bens importados para o consumo doméstico, aliado ao fato de que no contexto global o capital estrangeiro não investe em grandes infraestruturas, como estradas, sistemas de rega e sistemas de geração de corrente elétrica. Posto isto, a pergunta que se impõe é: em que direção as transformações tenderão?

O que acontecerá em relação à estrutura fundiária? Há ou não condições para o Estado moçambicano deixar de monopolizar a terra? O que acontecerá com a massa de camponeses que ao produzir para o seu autoconsumo, ao mesmo tempo contribuem com cerca de 27% no produto interno bruto? O que a teoria formulou em relação às transformações espaciais em contextos semelhantes aos de Moçambique?

Essas perguntas, já aludidas, entremeiam as reflexões teóricas.

1.3.3 Geopolítica da fronteira agrícola

A expansão da fronteira agrícola visa a acumulação da terra e/ou exercer o controle de terra como base essencial de produção de alimentos. Para compreensão desse movimento geopolítico articulado pelo poder econômico, que é responsável pela definição e redefinição de fronteira agrícola, torna-se importante fazer um enquadramento conceitual da definição de fronteira agrícola, do ponto de vista do seu significado e operacionalidade.

A fronteira estabelece um limite entre territórios e nações. É usada na esfera geopolítica como lugar de proteção de Estados, representa a autonomia e a soberania desses perante os outros. Além desse sentido, considera fronteira “[...] o lugar de descoberta do outro e de desencontro” (MARTINS, 1996, p. 27).

O sentido de fronteira é, ainda, aplicado para Estados-nações ou mesmo continente, como refere (MARTINS, 1996, p. 25) que afirma que “as sociedades latino-americanas ainda estão no estágio da fronteira”. Nesse caso, usa-se a fronteira para caracterizar os territórios das sociedades latino-americanas, onde vários atores se envolvem em constantes disputas. De acordo com Martins (1996, p. 27), os conflitos envolveram índios de um lado e os civilizados de outro; entre os grandes proprietários de terra de um lado, e os camponeses pobres de outro.

A consideração das sociedades latino-americanas, por exemplo, como estando em estágio de fronteira, entre as décadas de 1930 e 1950, teve como critério básico a densidade demográfica de ocupação espacial. Realmente, segundo Martins (1996),

Ainda se encontram naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas (MARTINS, 1996, p. 25).

As outras perspectivas de definição de fronteira são a função da fronteira no sistema de produção capitalista e a de terra liberta. A primeira, defendida pelos economistas e, a segunda, pelos sociólogos e antropólogos. “Em ambas, a fronteira é inicialmente concebida como locus da reprodução camponesa, seja por submissão ao capital, seja, ao contrário, por uma “lógica” camponesa anticapitalista [...]” (BECKER, 1988, p. 62).

A função da fronteira visa manter o campesinato tradicional tido [...] como um setor flexível, capaz de atender aos requisitos do processo de desenvolvimento segundo as exigências do mercado [...] (BECKER, 1988, p. 62). Para os economistas liberais, a expansão da fronteira se fundamenta na reprodução de formas não capitalistas de produção. Os fatores determinantes dessa expansão são a disponibilidade de terras livres e os excedentes de força de trabalho liberados das áreas capitalizadas.

Esse movimento se enquadra na Geopolítica no geral, que na contemporaneidade se constitui de forma articulada em dois sentidos, denominada por Haesbaert (2006) como *front* interno e *front* externo. Segundo o autor, o “front” interno ocorre nos Estados territoriais modernos, a partir do controle sobre os camponeses, da propriedade privada absoluta e incondicional e da soberania absoluta monarca. E o “front” externo se realiza mediante a conquista colonial, com a reinvenção moderna da escravidão para fins mercantis na América; enfim, com a invenção pela modernidade da colonialidade (HAESBAERT, 2006, p.18).

Ao observar o sentido externo do movimento da fronteira agrícola, tendo em conta os centros hegemônicos e os nós de distribuição, percebe-se que a sua tendência é cobrir e abarcarem as áreas ainda remanescentes, localizados na África. No entanto, a maioria dos países africanos só foi instaurada a soberania dos Estados-nação, precisamente na década de 1970. A instauração de Estados-nação foi uma conquista parcial, não obstante, se constitui um movimento rico pelo seu significado na esfera sócio-política e econômica. Em Moçambique, por exemplo, a instauração de Estado-nação foi declarada como símbolo de “libertação do homem e a devolução da terra aos legítimos donos que havia sido usurpada” pelos europeus,

isto é, o fim da escravatura e da propriedade privada da terra e sua consagração como propriedade estatal. A essa “devolução e libertação do homem”, chamamos de processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização resultante das contradições do sistema mundo moderno.

A compreensão desses processos tem sido tarefa árdua para a Geografia avaliar pela moldura teórica empírica, deixada pelos clássicos até as atuais contribuições. De um modo geral, há convergência de opinião, no sentido de que esses processos fazem parte do modo de produção capitalista, que Rogério Haesbaert (2006) denomina de sistema-mundo moderno-colonial. Com efeito, até essa década, o continente africano sofrerá profundas alterações nas suas paisagens culturais. Grupos étnico-linguísticos foram subdivididos do mesmo jeito que na Alemanha fora subdividido, em duas partes, durante a Guerra Fria, sem, no entanto, nenhuma indicação de possíveis caminhos para unificações. Embora não haja presença de objetos fixos iguais ao de muro de Berlin, o grupo Tsonga foi subdividido pelos Estados-nações das atuais Repúblicas de Moçambique, Zimbabwe, África do Sul e pelo Estado-nação do Reino de Suazilândia¹¹.

Os processos de reestruturação político-administrativa e socioeconômica dos territórios africanos e, particularmente, em Moçambique, encontram armadilhas dos eventos naturais, culturais, religiosas e econômicas. A irregularidade das chuvas e seca, as desigualdades regionais produzidas pelo sistema capitalista colonial, o isolamento de algumas regiões, a heterogeneidade étnica, o autoritarismo dos governantes, o analfabetismo, incluindo interferências externas, são armadilhas que impedem aos reterritorializados o desfrute dos lugares.

Ao fazer-se menção de interferências externas, evoca-se às influências na escolha de modelos das políticas econômicas e da tecnologia empregadas no processo de produção. Para Haesbaert (2006) “a revolução tecnológica imposta pela Europa configura um poder em escala mundial. Ela não é externa às relações sociais e de poder. As revoluções nos meios de transportes conformam diferentes desordens do mundo que se globalizaram entre os “1453-1992”. Afinal, a artilharia naval, um uso de pólvora, permitia dominar os lugares para deslocar aquilo que ali se produzia. Lembremos que deslocar não é somente tirar do lugar, mas também retirar do lugar, enfim é retirar daqueles e daquelas que são do lugar a riqueza que ali se produz (HAESBAERT, 2006, p. 22).

¹¹ Disponível em: <<http://www.bantu-languages.com/en/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

O Poder econômico, politicamente as grandes corporações, implicam grandes negócios, portanto implicam menos flexibilidade no controle das condições de matéria e energia necessárias à sua reprodução. Desde então, não é mais a produção de artigos de alto valor econômico por unidade de peso que está em jogo, são os grandes volumes de matéria nas suas diferentes qualidades. Neste sentido, os territórios ocupados por camponeses nos distintos continentes e especialmente na África e América Latina, ricos em bens naturais e comuns, tornam espaços estratégicos e de interesse diante das ações geopolíticas das grandes corporações.

O assalto aos bens naturais, assumidos nos dias atuais pelas grandes corporações mundiais de *commodities* agrícolas e minerais, correm contornos muito diferentes dos que sucederam durante as invasões de colonização. O fenômeno acontece no âmbito dos programas de assistência técnica (CLEMENTS, 2015). Os programas das conservações das áreas de custódia, como os programas voltados para promoção dos investimentos estrangeiros, fazem parte dos esquemas que facilitam a expropriação da terra dos camponeses.

Tendo em conta o tipo de atividade que predomina e o ambiente que é cimentado por esses fenômenos (saques), podemos designar os locais onde se dão as expropriações como fronteira agrícola. Na realidade, o caráter particular dessa nova vaga de expropriação é que os grupos que praticam tais ações tendem a ser os mesmos, o que Bunde (2016) e Umbelino (2011) chamam de mundialização do capital.

1.3.4 Geopolítica da fome

A “fome” e a “insegurança alimentar” são conceitos amplamente debatidos sob várias perspectivas. Na academia, o debate desenvolvido evoluiu ao ponto de inserir os problemas de fome, isto é, “fomes crônicas” ou “endêmicas” e “fomes conjunturais” como sendo problemas de ordem ideológica. As ideias que consideravam o fenômeno de fome como sendo resultados da disponibilidade de recursos naturais e do tamanho da população, bem como das possibilidades dos homens para prover alimentos, estão ultrapassadas.

Hoje os estudos têm comprovado que a fome é um problema que está relacionado com as políticas econômicas, o que significa que é um problema geopolítico. Josué de Castro (2010), foi um dos primeiros que desconstruiu o pensamento que considerava a fome como de relação direta com a natureza, das possibilidades dos lugares. O autor mostrou como o fenômeno de

fome determina a dependência dos Estados, possui dimensões geopolíticas, econômicas e ideológicas.

A fome é definida como o estado de aporte energético insuficiente, uma carência de quilocaloria em seres humanos, que se não houver condições para sua alteração, conduz à morte (ZIEGLER, 2013). É um fenômeno realmente que é usado pelos grupos hegemônicos para pressionar a cedência dos bens naturais para sua exploração de “mão beijada”, em troca de “ajudas irrisórias”, é usada como pretexto para expansão de mercados dos grupos com maior poder no setor produtivo. Usa-se, ainda, como pretexto para a difusão de ideologias e modos de produção, que expropriam as culturas locais dos povos.

A criação de instituições ou departamentos, como é o caso do Instituto Nacional de Gestão das Calamidades Naturais (INGC) e do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional, enquadra-se nesse grande projeto levado a cabo pelos grupos hegemônicos do mundo. Essas instituições são criadas para servirem de intermediários e/ou pontes que permitem o acesso aos bens naturais, como também para se ter acesso aos povos e seus territórios.

Paradoxalmente, na região Norte de Moçambique, estão sendo desencadeadas várias atividades no âmbito do ProSAVANA-JBM, visando a concretização do agronegócio. O que é de domínio público é que o ProSAVANA-JBM foi concebido para mitigação do problema de fome e insegurança alimentar. Curiosamente, a região Norte de Moçambique não é onde tem se registrado maior frequência e situação de fome. A região Sul de Moçambique, em particular, os espaços que estão situados no extremo, são os mais candentes. Não se diz aqui que na região Norte de Moçambique não haja problemas de insegurança alimentar, pois existem. Aliás, esse é um problema de todo o país.

Por consequência, o problema de fome de Moçambique é epidêmico, dado que ela é consequência da pobreza. A pobreza em Moçambique se situa no plano estrutural: há falta de infraestruturas básicas; os serviços de educação e de saúde não funcional cabalmente; o comércio está desarticulado com a estrutura de produção; e não existem serviços financeiros para o setor produtivo. Além desse problema, há, ainda, o problema de incapacidade das forças produtivas. Nesse sentido, questionamos a escolha do local de territorialização dos projetos vinculados ao ProSAVANA, tendo em conta o pretexto colocado na mesa de negociações que justificam o programa.

Acompanhando o percurso histórico de Moçambique enquanto nação, um fato nos chama atenção às relações que tem estabelecido com os governos de outros países, em particular, os mais desenvolvidos, incluindo os organismos internacionais, como o BM e o FMI. É notório o protagonismo dessas instituições com o quadro jurídico que não favorece o capital

internacional. Os desdobramentos que se verificam no país, com maior incidência em regiões consideradas “zonas prioritárias” de desenvolvimento econômico, como é o caso da região do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, no que diz respeito à legalização das ocupações da terra devem ser entendidos no âmbito do debate de acumulação do capital. Kaustsky (1968), Rosa Luxemburg (1988), Lenine (1985), Harvey (2005) destacam que o primeiro passo no processo de transformação das relações produtivas camponesas para capitalistas se dá com a mudança da estrutura fundiária. As relações capitalistas se dão num contexto em que os capitalistas controlam os meios de produção.

A economia de Moçambique, situando-se, ainda, em fase de acumulação primitiva, há todo interesse de entrada do capital, dado que existem condições tanto em termos de disponibilidade dos bens naturais, como de mão-de-obra. David Harvey (2005), com o conceito de acumulação por espoliação, oferece-nos subsídios para interpretação dos processos que estão em curso nos espaços que compõem o Corredor de Nacala. Como foi destacado nos parágrafos anteriores, a nossa preocupação neste estudo é entender as transformações territoriais nas províncias nortenhas do país, em particular, ao longo do Corredor de Desenvolvimento de Nacala (CDN), como resultado dos processos da penetração do capital estrangeiro.

O distrito de Monapo é um espaço geográfico que está inserido no CDN que, nos últimos vinte anos têm atraído mais atenção ao capital internacional. A reabilitação da linha férrea Nacala/Moatize, a construção do terminal de carga em Nacala, a constituição de um consórcio privado ou “sociedade privada – Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) e concessão através dos Decretos 20/2000 e 21/2000” (NHAMIRE; MATINE, 2015, p.8), a apropriação de extensas terras por empresas e personalidades singulares refletem, efetivamente, a atratividade que o corredor de desenvolvimento de Nacala passou a ter aos olhos do capital internacional.

As parcerias que são estabelecidas envolvendo, por um lado, o capital privado estrangeiro, e por outro, figuras que fazem parte das “elites” política, econômica moçambicanas, que culminam com constituição de consórcios, que passam a gerir empreendimentos públicos; as concessões de terras sinalizam que os territórios campesinos despertaram atenção no mundo dos capitalistas.

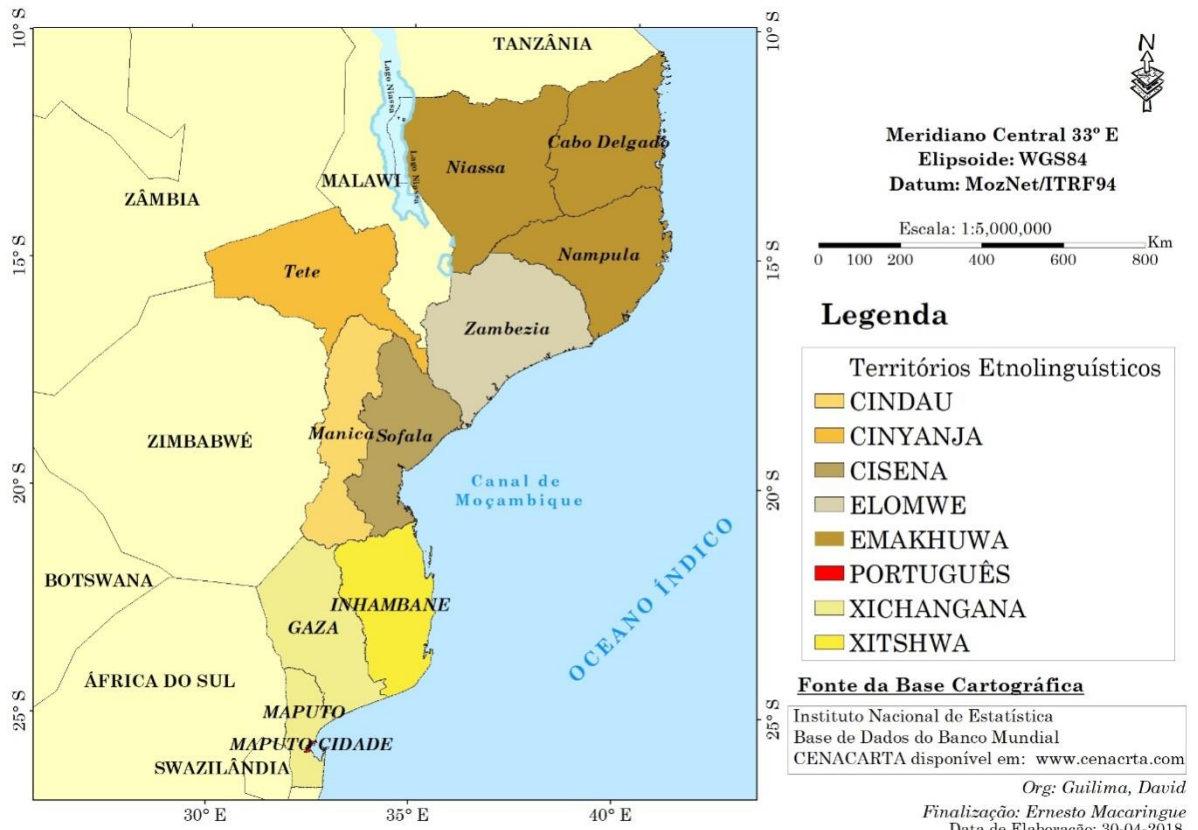
Os grupos linguísticos representados no mapa 3 não refletem a realidade dos fatos. Aqui estão apenas mapeados os principais grupos linguísticos. Há outros que estão aqui representados, como são os casos de Xi Chopi, Xi Ronga, Xi Yao, Xi Makonde.

Essa região que hoje está no centro de atenção dos negócios privados e públicos alberga aproximadamente 14% da população moçambicana. Dessa porcentagem, mais de 95% são camponeses que tem como base para sua sobrevivência o uso direto da terra. É pelo uso agrário

que se adquire espaço habitacional, agricultura de pequena escala que propicia a produção de alimentos para consumo próprio e para comercialização, a ocupação de um espaço no campo dá acesso ao solo, à água de fontes naturais (lagoas, rios, nascentes), à floresta e todos os benefícios que dela são obtidos.

Originalmente, o acesso à terra para os camponeses que fazem parte dos povos *Makhua*, que inclui *Elomwe*, fixados nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e uma parte de Zambézia, ocorre através dos sistemas costumeiros de casamento preferencial que no código legal se enquadram no direito consuetudinário (NEGRÃO, 2008, p. 92).

Os processos de dominação portuguesa e as diretrizes adotadas na Constituição da República relativas à terra, apenas criaram mecanismos paralelos de territorialidade. Além do sistema formal de acesso e posse da terra, vigoram no país, cinco sistemas costumeiros. O primeiro, em sequência da nossa listagem é o sistema de casamento preferencial acima citado, o segundo é o sistema de territórios consignados, que cobre as províncias da região Sul (Maputo, Gaza e Inhambane); o terceiro compreende sistema de estabilidade dos descendentes nucleares, que por sua vez abrange os povos *Txwabo* e *Mahindo* da baixa Zambézia; o quarto se designa por sistema de segurança de três gerações, que compreendem os povos fixados nas margens do rio Zambeze, tendo como sua língua *chiphodzo*; e por último é o sistema de dependência do grupo, que inclui o povo dos senas fixados nas margens do rio Zambeze falantes da língua *cisena gombe* (NEGRÃO, 2008, p. 92-107).



Mapa 3 – Domínios etnolinguísticos bantu mais expressivos em Moçambique
Fonte: Org. próprio autor

Com a conquista da independência e a consequente constituição do Estado-nação os sistemas costumeiros de acesso e posse de terra pelos camponeses foram restituídos, como ainda, emergiu uma nova forma – “Aldeias Comunais”, com a quais se pretendia proletarização dos camponeses através das cooperativas (MOÇAMBIQUE, s/d, p 15).

Uma vez que a constituição das Aldeias Comunais não teve forças suficientes para dar continuidade, o país mantém dois mecanismos: o acesso e posse de terra por via de concessões do Estado e por outro, as ocupações de “boa-fé”. É no quadro dessas duas formas que a articulação territorial se realiza. O Estado instituiu cinco categorias de conceitos territoriais: províncias, distritos, postos administrativos, localidades e aldeias. Ambos são continuidades das categorias de domínio colonial. Em paralelo, há o reconhecimento de Comunidade Local, que de acordo com a sua definição é,

[...] o agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão (MOÇAMBIQUE, 2002, p. 1).

Esta é a estrutura territorial, que no quadro constitucionalmente estabelecido se administra o acesso, posse e uso da terra. A Constituição determina que a terra é propriedade do Estado, cabendo só aos órgãos deste a competência de concessão de DUATs. Nesses termos, pergunta-se nesta pesquisa o seguinte: como são estruturados os mecanismos responsáveis pelo desencadeamento das transformações dos espaços agrários na região do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, no caso particular do distrito de Monapo, província de Nampula?

Para se entender o que está acontecendo na região do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, um dos passos levados em conta é de que, em Moçambique, qualquer estudo de um espaço geográfico, seja “região”, “província”, “distrito” e/ou “autarquia”, devem ser feitos no quadro geral de todo o país. Nesse sentido, dentre as várias perguntas é imperioso responder as seguintes: qual é a função (econômica) que a região do Corredor de Desenvolvimento de Nacala desempenha ao nível de todo o país? Qual é a sua relação com o restante do país? Antes, porém, em função da atual ordem do sistema mundial, há uma necessidade de se enquadrar Moçambique, ou seja, qual é o seu lugar no âmbito de correlação de forças políticas e econômicas?

Moçambique, como um país à luz das regras da Organização Mundial das Nações, isto é, um Estado-Nação em que há um reconhecimento de que o destino político e econômico é da inteira responsabilidade do seu povo é algo recente. A sua origem se deu num contexto de Guerra Fria. Foi efetivamente a Guerra Fria que criou as possibilidades para seu

reconhecimento. A correlação de forças políticas despertou a atenção no seio de alguns “sujeitos africanos”, de que em Moçambique havia um conjunto de povos de diferentes matizes: africanos (vários grupos étnicos), asiáticos e europeus (portugueses).

Entenderam que os portugueses que constituíam o povo dominante eram a minoria e, acima de tudo, eram invasores. Como invasores, a sua maior preocupação era o de colonizar e explorar os territórios invadidos. Esse fato justificava, a esta altura, o estágio socioeconômico de Moçambique, como província ultramarina e das relações sociais caracterizadas por desigualdades baseadas em raça, crença religiosa e local de origem.

Os sujeitos que entenderam era realidade com o apoio externo, desencadearam a luta pela independência que culminou com o reconhecimento de Moçambique como país. Na concepção dos libertadores e conquistadores da pátria, o surgimento do Estado-Nação Moçambique abria uma nova etapa: a de edificação de uma nova sociedade, que se reconhecia nas ideias de uma única força política.

1.4 Metodologia

1.4.1 Paradigmas geográficas

A presente pesquisa insere-se nesse movimento de renovação do processo de construção dos métodos de abordagem científica. A perspectiva adotada enquadra-se no *materialismo histórico*, onde nos centramos mais na chamada *geografia de globalização ou moderna*.

Em relação às categorias de análise espacial trabalha-se com três conceitos básicos o *território, fronteira agrícola e técnica – modernização da agricultura*. As contribuições de Milton Santos, David Harvey, Pablo González Casanova, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Manuel Araújo, Claudio Mungoi, Carlos Nuno Castel-Branco, João Mosca, Elmer Matos, Eduardo Bata, Vanito Frei, apenas para citar uma parte de autores com os quais desenvolve-se o diálogo na pesquisa. Dessa maneira, essas e outras referenciais contribuem com as investigações em torno da modernização da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique, na atual conjuntura mundial, que apresenta como uma das suas características, a produção de *territórios verticalizados* a partir da redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial.

1.4.2 Instrumentos - critério de coleta de dados

Tratando-se de ser uma pesquisa geográfica, os procedimentos metodológicos adotados consubstanciaram técnicas clássicas e modernas, nomeadamente, observações direta e indireta; revisão documental e bibliográfica, entrevistas estruturadas e não estruturadas, aplicação de questionários, uso de aplicativos informáticos, em particular o *Google Earth*, o *ArcGIS*, *Excel* e *World*, para elaboração de croquis de campo, com o qual produziu-se mapas, uso de câmaras fotográficas e de gravador de voz.

O processo de coleta de dados envolveu consulta de fontes escritas: bancos de dados gráficos, bancos de dados virtuais. Foram ainda conduzidas entrevistas e aplicação de questionários, anotações de campo. Basicamente, a pesquisa se apoiou em duas fontes: escritas e orais.

1.4.3 Fontes de dados escritos, gráficos, áudios e visuais

Fazem parte da lista das instituições públicas selecionadas as seguintes: O Instituto Nacional de Estatística (INE), que é a entidade responsável pela coleta e compilação de dados estatísticos de Moçambique.

Direção Nacional de Economia Agrária (DNEA) – é o órgão do Ministério da Agricultura que coleta e organiza os dados relativos às atividades agrárias; Direção Nacional de Extensão Rural (DNER) órgão responsável pela prestação dos serviços de extensão agrária; Instituto do Algodão (IA) – órgão responsável pelo fomento da cultura do algodão, seu processamento e comercialização.

Instituto de Caju (INCAJU) – entidade que administra no seio do Governo a produção, processamento do caju e comercialização da castanha;

Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), entidade responsável pela Investigação agrária em Moçambique.

Direção Nacional de Terras e Florestas (DNTF), órgão responsável pela administração de terra (Cadastro Nacional de Terras), que compreende: registro da situação econômica-jurídica das terras, mapeamento de todas as formas de ocupação e cobertura de terra, uso e aproveitamento da terra, avaliação da fertilidade dos solos, mapeamento das explorações mineiras e aproveitamento turístico, organização de utilização da terra, sua preservação e conservação e determinação de regiões próprias para produções especializadas.

Outras instituições selecionadas foram, organizações da sociedade civil que são parceiras do governo que, em alguns casos prestam serviços de advocacia à população em situações de litígios dos direitos de uso e aproveitamento de terra, serviços de extensão agrária, e de outra natureza social. Desse conjunto selecionou-se também as seguintes: União Nacional de Camponeses (UNAC); Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM).

A Liga dos Direitos Humanos de Moçambique (LDH), Centro Terra Viva, Observatório do Meio Rural (OMR), Cruzeiro do Sul, Centro de Integridade Pública (CIP), Universidade Mussa Bin Bique, Universidade Católica de Moçambique - Delegação de Nampula, Universidade Pedagógica de Moçambique - Delegação de Nampula, Universidade Lúrio - Uni Lúrio, Universidade Apolitécnica de Maputo, Universidade São Tomás de Moçambique.

Outras fontes compreendem organismos internacionais, nomeadamente, Agência Japonesa de Cooperação Internacional (AJICA), Agência Brasileira de Cooperação (ABC);

Banco Mundial (BM), Fundo das Nações Unidas para Alimentação (FAO), GRAIN¹², Aliança para a Soberania Alimentar na África (AFSA), Fundo das Nações Unidas para População, etc.

Constituem fontes escritas, os relatórios, estudos avulsos, bancos de dados de instituições oficiais. Enquanto as fontes orais são os depoimentos dos sujeitos, seja na condição de “informantes-chave”, ou não. A coleta de depoimentos foi realizada em entrevistas estruturadas e não estruturadas, diálogos em diversos espaços, nas reuniões convocadas no âmbito desta pesquisa, seminários em que tivemos a oportunidade de participar, encontros ocasionais durante as visitas de campo, etc. O quadro 03 reúne a lista dos sujeitos entrevistados, estratificados por instituições em que estão vinculados e, por cargos que ocupam.

Quadro 1 – Lista do(a)s informantes entrevistado(a)s

Entidades/Instituições	Unidade Administrativa	Numero	Cargo
Segurança Alimentar (MASA)	Província	1	Técnico
INCAJU (MASA)	""	2	Técnico
DPASA SPER (MASA)	Província	2	Técnico
SDAE (MASA)	Distrito	7	Técnico
Centro de Frutas (MASA)	-	1	Diretor
Centro de Frutas (MASA)	-	1	Técnico
Governo Local	Localidade	1	Chefe
Governo Local	Posto Administrativo	1	Funcionário
Privado	Namialo	1	Proprietário
Privado	Malema	1	Técnico
Agregado Familiar	Aldeias	14	Chefe
Fórum Associações camponeses	Posto Administrativo	1	Presidente
ITC	Província	1	Delegado
ONG	Província	2	Ativistas
UNAC (UPC)	Província	1	Presidente
UNAC	Nacional	1	Ativista
UNAC (UDC)	Distrito	5	Ativistas
UNAC (UDC)	Aldeia	3	Ativistas

Fonte: o próprio autor (2018)

A lista aqui apresentada é dos informantes-chave que aceitaram conceder entrevistas, em representação do Governo, associações de camponeses vinculadas à UNAC. A nossa lista incluía representantes de outras entidades, como é o caso dos de ORAM Nampula e do MASA, que estão enquadrados nos órgãos centrais. Outrossim, são dirigentes do ProSAVANA-JBM,

¹² GRAIN é uma pequena organização internacional sem fins lucrativos que trabalha para apoiar pequenos agricultores e movimentos sociais em suas lutas por sistemas alimentares controlados pela comunidade e baseados na biodiversidade. Disponível em <https://www.grain.org/>

membros de administração pública, de confissões religiosas, investigadores, incluindo empresários com negócios ou investimentos no setor agrário ou associados a esse setor (fornecedores de insumos e fatores de produção, empresas de consultoria, etc.).

No total o estudo abarcou 44 informantes-chaves em representação dos órgãos dos governos provincial e distrital, organizações de camponeses e setor privado estabelecido no local.

A escolha dos informantes-chave teve como base o tipo de serviço prestado pela instituição, tipo de trabalho desenvolvido pelos sujeitos e ou pela responsabilidade assumida, quer pelas instituições, como também pelos sujeitos. Para escolha dos representantes das instituições do Governo (membros do governo e técnicos), o princípio observado para sua escolha, na razão de 1:1, isto é, um indivíduo em representação dos setores de Administração Estatal e Função Pública; Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural ao nível dos órgãos centrais.

O mesmo procedimento serviu para determinação dos representantes das ONG's e ou Organização da Sociedade Civil, designadamente UNAC, IESE, OMR, CPI, Centro Terra Viva e Confissões Religiosas. Quanto aos órgãos locais o número foi definido no local em função da forma como esses estão estruturados. Por último, em relação a proporção dos representantes do MASA, o princípio seguido foi de integrar os funcionários que estão enquadrados nas direções que prestam serviços diretos no processo de produção: IIAM, IA, INCAJU, DNEA no nível central.

1.4.4 Roteiros de trabalhos de campo

O trabalho de campo compreendeu basicamente vinte dias de interação com os seguintes fenômenos: campanhas de mobilização popular para produção agrária; campanhas de comercialização da castanha de caju; lutas de resistência dos camponeses; seções de comercialização nos mercados populares e nas feiras; seções de trabalhos domésticos em agregados, de produção em quatro empresas agrárias, três delas que operam no distrito de Monapo e uma no distrito de Malema.

O trabalho de campo possibilitou a observação de vários cenários de lavoura manual, processos de venda, preparação de alimentos, debates em reuniões de associações, nos fóruns de consulta etc. Ainda o trabalho de campo permitiu visualizar uma paisagem complexa que pode ser descrita nos seguintes termos: povoações com casas densas e povoações com casas

dispersas, vilas que ainda preservam construções que retratam a arquitetura europeia de Idade Média.

No centro da Vila de Monapo se destacam os palácios do Administrador e do Presidente da Autarquia, gabinete do Administrador, Secretaria distrital, Sede do Partido Frelimo, das Organizações de massa (OJM – Organização da Juventude Moçambicana e OMM – Organização das Mulheres Moçambicanas – principais braços de apoio do partido Frelimo) Igreja Católica, Esquadra Policial, edifícios do Governo, Escolas Primárias e Secundárias, Mercado Popular, Armazém de Agricom, e um filete de lojas, balcões dos maiores de bancos de Moçambique Milenium Bim (BIM) e Banco Comercial de Investimentos (BCI), estação de tratamento de água, estação de recepção do sinal de TVM, balcões de venda dos serviços de telefonia móvel – Vodacom, Movitel e Mcel. Há também uma pensão que dispõe dos serviços de alojamento, restauração e bar.

A malha que está próxima ao centro é de edifícios de alvenaria que revelam arquiteturas modernas, que são habitadas pelos funcionários públicos, pequenos empresários locais e comerciantes. É nesse espaço onde se territorializam as igrejas protestantes, as organizações da sociedade civil, como é o caso de União distrital de Camponeses, um órgão que faz parte da UNAC, hospital rural de Monapo, cemitério distrital e casas de residências.

O perímetro do espaço urbano da vila de Monapo termina por um mosaico de construções modernas e precárias, tanto de edifícios públicos e casas particulares. Há mais casas, escolas e igrejas com o aspeto de “edifícios velhos” do que em bom estado de conservação. As estradas são todas de terra batida.

Nas povoações os tipos de casas predominantes são as construídas na base de capim, adobe e paus que são designados, vulgarmente estacas e *lascalacas*. Raríssimos casos de casas de alvenaria. Num espaço que alberga um agregado familiar, o mais comum é a existência de duas a três a casas, celeiros feitos na base de paus e capim. À volta do espaço residencial, em povoados com menor densidade de casas há uma tendência de plantar mandioca, como também, se pastar cabritos.

Curiosamente, não é muito comum a criação de animais tais como cabritos, bois, porcos, galinhas e patos, que são os mais criados em Moçambique. Nos poucos casos que observei a existência de cabritos e galinhas não vi currais, o que significa que os animais andam soltos deambulando pela povoação. Esse aspeto também é praticado pelos moradores que habitam nas vilas de Monapo-Sede (sede do distrito), de Itoculo, Netia, Metoxeria, Eráti.

1.4.5 Entrevistas e diálogos

Tal como foi assinalado no quadro 04, os informantes-chave entrevistados estão estratificados em três grupos: empresários; servidores públicos, camponeses e ativistas da sociedade civil. Em representação de empresas foram entrevistados 4 sujeitos: 1 em representação de uma empresa sediada no distrito de Malema; 1 proprietário de uma empresa com vários negócios, cuja sua sede está no posto administrativo de Namialo distrito de Meconta; 1 em representação de uma empresa sediada no distrito de Éradi; e o último, em representação de uma empresa fixada no distrito de Monapo.

Em representação dos servidores públicos, as entrevistas abarcaram 14 sujeitos que trabalham nos departamentos que compõem a Direção provincial de Agricultura e Segurança Alimentar (DPSA) do MASA, designadamente, o de extensão rural e de segurança alimentar; nos institutos de Incaju, do IIAM; como também, 2 sujeitos vinculados às entidades de administração do governo local.

Em representação dos camponeses, foram entrevistados 14 sujeitos correspondentes ao mesmo número de agregados familiares; dialogamos com 2 associações de camponeses; e por fim, entrevistamos 13 sujeitos em representações de organizações da sociedade civil.

Estabelecemos ainda conversas com 5 sujeitos, cujo seu cotidiano é a comercialização de bens manufaturados, quer no território nacional, como no estrangeiro. Realizou-se descrição de 4 habitações, equivalentes a igual número de agregados familiares; participamos em 2 reuniões públicas, uma das quais, relativa à Consulta Pública do ProSAVANA-JBM e, a outra, de resolução de conflito de disputa de terra na localidade de Nacololo.

A disputa de terra envolve, o empresário Jan Paulus Le Grange dono da empresa Alfa Agricultura Lda com os camponeses da localidade de Nacololo. O que está em jogo nesse conflito é apropriação das terras adjacentes a uma antiga plantação colonial de 650 hectares, que o governo concessionou à empresa sul-africana, Alfa Agricultura Lda sem nenhuma Consulta Pública.



Figura 3 – Pormenor de resolução de conflito de terra

Fonte: Org. próprio autor. Foto captada em 2016

Aldeia de Nacololo, Posto Administrativo de Monapo-Sede

O que pudemos apurar durante a resolução do conflito, é o seguinte, a empresa adquiriu DUAT para uma área de 1000 hectares. Esses 1000 hectares abrangem 650 hectares da antiga plantação e 400 hectares das *machambas* dos camponeses e das camponesas.

As instalações da empresa foram edificadas, em 2013, num ponto fora dos 650 hectares. Além dos edifícios, a empresa abriu campos de cultivo de produção de hortícolas a título experimental, segundo as declarações do próprio empresário.

Tanto, as edificações de residência do empresário, como os campos de hortícolas, estão em terras adjacentes à antiga plantação. Essas terras são machambas dos camponeses. Algumas machambas, na data de resolução tinham pés de mandioca, o que testemunha claramente que esse espaço não estava livre, tal como tem sido, a interpretação das autoridades locais, perante machambas cobertas de vegetação herbácea.



Figura 4 – Cerca na propriedade de Alfa Agricultura Lda.
A cerca é um dos motivos de conflito entre a empresa com os camponeses de Nacololo, Posto Administrativo de Monapo-Sede
Fonte: Org. próprio autor. Foto captada em 2016

Um fato que merece destaque, que observamos na reunião de resolução do conflito de terra acima descrita, é a participação da mulher que é visível não apenas pela simples presença, mas pela qualidade das suas reivindicações, suas posições em relação ao método de demarcação de terra, como também, no encaminhamento do processo de consultas públicas para pedidos de DUATs. Mas há que se registrar, também, a fraca ou quase que nula participação dos jovens de ambos sexos no movimento das organizações sociais camponesas. A figura 02 em baixo ilustra uma seção de diálogo com os camponeses que compõem a direção da UDC Monapo.

Quando procuramos saber as razões da fraca participação dos jovens a resposta que tivemos foi de que, “os jovens não têm tempo, dado que eles estão ocupados com escola e pelo comércio nos mercados” (Entrevista coletiva realizada no dia 25 de outubro de 2016). A lista dos sujeitos acima referenciados em representação das instituições públicas, particulares são os principais informantes-chaves deste estudo.



Figura 5 – Espaço de conversas/diálogos com membros da UDAC Monapo
Fonte: Org. próprio autor. Foto captada 2016

União Nacional de Camponeses (UNAC), em nível de sede nacional, tivemos oportunidade de conversar com um técnico do sexo masculino; ao nível da sede provincial, na União Provincial de Camponeses (UPC) de Nampula, interagimos com um ativista; ao nível distrital, União distrital de Camponeses (UDC) de Monapo (figura 02), dialogamos com oito ativistas, seis do sexo masculino e duas do sexo feminino.

Mantemos conversas com mais gente, em representação dos camponeses quinze, dos quais, sete homens e oito mulheres; cinco agentes do Estado de nível provincial; oito do nível distrital, três indivíduos em representação do setor privado. Mantemos ainda conversas com as autoridades das aldeias e das localidades e um agente na sede do posto administrativo.

Das entrevistas, há que se mencionar que a sua realização contou com participação de um auxiliar de campo, que foi contratado para prestação de serviços de tradutor da língua *Emakua* para português ou vice versa, dado que, o autor desta tese não é falante da língua *Emakua*, que é a língua nacional mais falada no país.



Figura 6 – Momentos de diálogos e entrevistas

Fonte: Org. próprio autor. Foto captada em 2016

Do lado esquerdo, o diálogo conta com a presença do diretor de Centro de Frutas de Namialo e um agricultor e comerciante de bens agrários

Dos materiais coletados em entrevistas, gravações (áudio) e fotografias, em particular aos sujeitos do campo, antes da sua coleta solicitou-se autorização aos visados, tal como está preceituado na *Resolução CNS n.º 466/12*, e suas complementares do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).



Figura 7 – Momentos de diálogos e entrevistas

Fonte: Org. próprio autor. Foto captada em trabalho de campo em 2016

Legenda: A figura retrata o momento após longa conversa com camponeses da aldeia de Murruto-Sede, no posto administrativo de Itoculo. Estavam presentes, o diretor do Serviço das Atividades Econômicas de Monapo e técnicos extensionistas.

Tal como tem sido destacado neste texto, o objeto de observação desta pesquisa é o distrito de Monapo. Tendo em conta a forma como está territorialmente organizado¹³, associando-se com as atribuições aferidas pelos promotores do ProSavana-JBM, pode-se afirmar que o distrito de Monapo assume simultaneamente dois sentidos - o de uma “unidade administrativa”, e por outro lado, o de “uma incubadora das experiências do agronegócio e dos testes de agricultura baseada em contratos”. Por outro lado, o distrito de Monapo integra a lista dos espaços que são encarados como potencialidades para agronegócios, o que justifica as ações de promoção do ProSavana-JBM.

1.4.6 Constrangimentos

Pode-se dizer que no âmbito deste estudo o maior constrangimento com que nos deparamos foi no campo de comunicação. Infelizmente, não falo *Makhuwa* que é a língua mais

¹³ Cf. Constituição da República 2004, artigo 7; Decreto 11/20015 de 10 de Junho. Regulamento da Lei dos órgãos Locais do Estado, artigos 10 a 13.

falada pelos povos que habitam a região Norte Moçambique. Esse fato afetou o diálogo mantido com os camponeses.

O outro constrangimento é relativo ao acesso de informação nas instituições públicas. Não foi possível entrevistar os técnicos de nível central afetos ao Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, como também, técnicos e ou gestores de ProSAVANA-JBM, membros do governo distrital dado que não se mostraram disponíveis para as entrevistas solicitadas.

Uma apreciação do ambiente que caracteriza as relações institucionais nas entidades do Governo, que constituem informantes-chave neste estudo, é de um desinteresse com a pesquisa, sobretudo, no seio dos órgãos dos governos locais e do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. As razões do tal desinteresse não foram apuradas neste estudo, nem fazia parte do nosso objetivo. Esse fato, não permitiu obter esclarecimentos de alguns aspetos, tais como a compreensão que se tem acerca da *agricultura como base de desenvolvimento nacional*.

Foi notória a falta de vontade em alguns sujeitos, em particular, servidores públicos, para fornecer dados e informações do trabalho que as instituições onde estão vinculados desenvolvem. Outro fato constatado, no caso particular, nas ONGs, é a exigência de credencial original, fato que tende a se generalizar nas instituições públicas. A ORAM, por exemplo, delegação de Nampula, cobrou essa credencial “original”. E uma vez que não trazia, nas condições em que exigidas, a ORAM decidiu em manter suas portas à presente pesquisa.

A ORAM, em função da sua linha de atuação, adquiriu o estatuto de “interlocutora” em matéria dos direitos dos camponeses em Moçambique. Uma instituição como a ORAM, julgamos que deveria estar muito aberta para dialogar com os pesquisadores.

E no nosso caso particular, tanto a credencial que vinha em nome do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, quanto a guia, passada em nome da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, deixam claro a nossa missão – de coleta de dados para uso no estudo sobre modernização da agricultura no distrito de Monapo.

A sonegação de informação também ocorreu no escritório do ProSAVANA-JBM na Matanusca e no Governo do distrito. Quando nos apresentamos ao funcionário que nos atendeu, este explicou-nos que naquele organismo a única pessoa autorizada para dialogar com os visitantes era o delegado, que naquele momento estava ausente. Solicitou-nos que enviássemos o nosso questionário por meio do correio eletrónico. Embora esse procedimento não fosse o mais ideal, para a nossa pesquisa, cumprimos essa regra e até o fecho desta pesquisa não recebemos a resposta do delegado daquele organismo, que é um dos atores principais das transformações do espaço agrário ao longo do Corredor de Nacala.

A mesma tática é praticada na empresa Matanusca, que se dedica a produção de banana para exportação. A sua plantação está localizada na localidade de Nacololo, posto administrativo de Monapo-Sede, distrito de Monapo, entre o rio Monapo e a ferrovia Nacala-Moatize, como também a Estrada Nacional nº 8. Ambas estas são principais infraestruturas de transporte que viabilizam o escoamento de produtos para a Terminal de Porto de Nacala. A Matanusca nem nos permitiu atravessar a cancela montada na portaria da plantação. O pessoal de proteção orientou-nos a enviar o *e-mail* no qual tínhamos de explicar o nosso interesse e aguardarmos a resposta da empresa. Também, neste caso o nosso interesse era visitar a plantação, dialogarmos com os trabalhadores e com a direção da empresa. O *e-mail* que nos foi exigido até aqui (Julho de 2018) não foi respondido.

Em relação ao Governo do distrito, aonde pretendíamos entrevistar o Administrador do Distrital de Monapo, as nossas tentativas fracassaram. Das vezes que fomos ao seu gabinete de trabalho fomos informados de sua ausência. Procuramos saber os dias de semana em que se dedica ao expediente do escritório. Um dos dias que foi nos informado, quando lá chegamos não o encontramos.

Durante os circuitos de visitas às famílias e associações de camponesas, recebemos a informação de um encontro, entre os camponeses da localidade de Nacololo, líder tradicional, representantes do Governo aos níveis de localidade e do posto administrativo, Diretores das Atividades Econômicas de Monapo e Rapale, servidores públicos ligados aos serviços de Geografia e Cadastro do distrito de Monapo e província de Nampula e o proprietário da empresa Alfa Agricultura Lda., natural da África do Sul.

O encontro havia sido convocado pelo Administrador do distrito de Manapo com a finalidade de auscultação das razões por detrás do conflito entre o proprietário de Alfa Agriculture Lda com os camponeses, na sua maioria da localidade de Nacololo.

Para nós esse encontro foi uma oportunidade, não apenas para mapeamento dos tipos de conflitos existentes, como também, para agendamento da entrevista com o Administrador. Logo que tivemos oportunidade de dialogar com o Administrador nos apresentamos e ao mesmo tempo pedimos para entrevistá-lo. Disse que em função da sua agenda não seria possível uma entrevista cara a cara, mas sim, uma entrevista por correio eletrônico.

Tese

Na tentativa de compreender as determinações dos investimentos estrangeiros no Corredor de Nacala, sobressai-nos o pressuposto de que o capital dos países mais ricos do mundo, diante das recentes ondas de crise financeira, comporta-se como se fosse um “cachorro vadio” que, deambulando pelas ruas, vai virando as latas em busca do alimento para sua sobrevivência. No caso do capital vai se alastrando pelos “territórios alheios” na região Norte de Moçambique, em busca de “lugares adequados” para sua realização.

O discurso de que o mundo capitalista, em particular, o Grupo 7 dos países mais ricos do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Itália, Japão, incluindo a União Europeia) está preocupado com a “crise alimentar” que tem flagelado camponeses e outros grupos sociais de renda baixa em Moçambique, não passa de uma “máscara” de uns abastados que estão preocupados em encontrar lugares para aplicarem seus “rios de dinheiros”, visto que estão diante de uma ameaça de perda do valor que ostentam atualmente. A nossa suposição se baseia nas formas de intervenções que estão sendo concretizadas, que a nosso ver, estão muito distantes das propostas viáveis para atenuação das crises alimentares que tendem se configurar como endêmicas. Pode-se até dizer que, pelo contrário, com essas propostas a situação está sendo agravada.

Entretanto, com base no que até então foi possível observar, parece que o atual quadro de transformações territoriais assinala uma nova fase histórica no processo de formação econômica social (FES) de Moçambique. Pode-se dizer que sob chancela de novas instituições recentemente criadas – pelo lado dos países mais ricos - a *Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África - The New Alliance for Food Security and Nutrition in África* (NAFSN), e do lado dos países pobres - a Nova Parceria de Desenvolvimento da África - *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD)¹⁴ - o território moçambicano, e neste caso concreto, os territórios dos camponeses da região Norte são objeto de ressignificações capitalistas: nova estrutura fundiária está sendo edificada; estudos técnicos-científicos visando apurar a aptidão do solo, como também, pesquisas para invenção de sementes “híbridas” e de polinização aberta, estão neste momento em curso; projeta-se uma nova malha viária, isto é, há

¹⁴ Cf. <http://www.nepad.org/>. A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) constitui uma iniciativa política adoptada em Outubro de 2001 por cinco Chefes de Estado africanos, os presidentes Mbeki da África do Sul, Bouteflika da Argélia, Mubarak do Egipto, Obasanjo da Nigéria e Wade do Senegal. Esses cinco países constituem agora o Comité Directivo da NEPAD. <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20040113+ITEM-015+DOC+XML+V0//PT>

uma verdadeira invasão dos “territórios camponeses”; empresas especializadas para produção de determinadas culturas estão apropriando terras concedidas pelo Governo.

Por outro lado, há um apelo dirigido aos camponeses no sentido de se vincularem às empresas de monoculturas; por outro lado, impõem-se esforços para que o campesinato assuma o uso de sementes híbridas e de polinização aberta, consideradas como de boa qualidade; para uso de agrotóxicos (adubos, pesticidas, herbicidas, etc.). Há também o que se chama-se campanha terra segura. Essas investidas decorrem no âmbito de três programas todos eles financiados pelos fundos dos países ricos.

Os estudos técnico-científicos e os investimentos em infraestruturas viárias, entre outros componentes, estão sob responsabilidade de quatro instituições públicas: Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA) e Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) participam com 1.137.600,00 (um milhão cento e trinta e sete mil e seiscentos dólares norte-americanos); o Japão através da Agência de Cooperação Internacional (AJICA) por sua vez participa com 7.317.000,00 (sete milhões trezentos e dezessete mil dólares norte-americanos); e, por último o Brasil, através da Agência Brasileira de Cooperação com um montante de 3.672.960,00 (três milhões seiscentos e setenta e dois mil, novecentos e sessenta dólares norte-americanos,) a Embrapa com 1.356.280,00 (um milhão trezentos e cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta dólares norte-americanos). O montante total é de 13.483.840,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, oitocentos e quarenta dólares norte-americanos (MASA, 2010)

Os outros programas que estão sendo implementados na mesma lógica são os que visam a conversão dos sistemas de reprodução simples para reprodução ampliada, que é assegurado pelos fundos do Banco Mundial e, o de mapeamento das ocupações dos camponeses é desenvolvido pelos recursos próprios do Governo. Todos esses programas e outros estão alinhados no processo de ressignificações do território no âmbito dos interesses do capital internacional. Paralelamente às ações práticas no espaço, decorre o trabalho ideológico que mobiliza os camponeses para sua adesão ao agronegócio. O projeto nesse sentido pretende alterar as relações sociais estabelecidas.

No entanto, a ideia proposta pelo Santos (2005, p.23), relativa a FES, particularmente a questão do espaço e totalidade, que o território de Moçambique é objeto de projetos ideológicos. Nesse sentido, as nações ricas para se manterem no nível em que estão, e com os papéis que atualmente desempenham, necessariamente influenciarão na distribuição quantitativa e qualitativa das infraestruturas e de outros atributos do espaço – elas são uma força ideológica. Nos países pobres, como é o caso de Moçambique, a localização dos objetos será

correspondente aos objetivos de produção, que são estabelecidos com forte influência das nações ricas.

Observa-se, assim, uma dissonância dos fins pretendidos entre as nações ricas e pelo Governo de Moçambique. Existe uma expectativa no seio do Governo, que perspectiva com a concretização dos investimentos estrangeiros, uma nova face da FES caracterizada por engenhos técnicos (fabricas) e tecnologias modernas. Todavia, as novas formas de presença e realização capitalista não se dão apenas com presença física das firmas. O exemplo disso é o modelo de produção de sementes que se baseia na celebração de contratos entre os camponeses com as empresas que se dedicam ao negócio de sementes.

Ao interpretar a “modernização do território de Monapo no contexto da redefinição da geopolítica mundial”, foi possível defender a seguinte tese: a instalação de empresas estrangeiras, que até à data de realização do trabalho de campo na província de Nampula, no Centro de Promoção de Investimentos (CPI) havia um registro de setenta e seis projetos estrangeiros, orçados em mais de 7 bilhões de dólares norte-americanos. Nos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro (SPGC) de Nampula, órgão público que administra a concessão o acesso do direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT), havia um registro de cento e noventa e nove empresas estrangeiras que tinham sido atribuídas o DUAT de 358.214 mil hectares.

As empresas que concentram maiores porções de terras provêm da África do Sul, Índia, Nuruéga, Portugal, China, Alemanha e Dinamarca. A ocupação das terras decorre no âmbito de satisfação das promessas feitas pelo Governo aos investidores estrangeiros privados, pois em Moçambique a terra é propriedade do Estado. Nesse sentido, subtende-se que o Governo de Moçambique nas negociações que culminaram com a celebração do acordo para viabilização do Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais Africanas entre Japão, Brasil e Moçambique (ProSAVANA-JBM) se comprometeu a conceder DUATs aos que manifestassem tal interesse. Ademais, assume-se que as atribuições dos DUATs decorrem sob coordenação estratégica do projeto ProSAVANA-JBM, com ações diretas dos três países, Moçambique, Brasil e Japão. Há ainda desenvolvimento do que se tem denominado territorialização do capital externo em Moçambique por meio do acerto com o Estado moçambicano, provocando o nascimento de uma forma específica de modernização territorial.

Essa forma específica promovida pelo pacto entre capital externo, organismos internacionais e Estado, a partir do discurso de incrementar-se a produção agrícola levando-a a exportação e, portanto, superando as formas tradicionais de produção, viria – no discurso – para

sanear a fome. Esse processo, ao reconfigurar o território pelo lado do Estado através da concessão de terras às empresas e na requalificação da infraestrutura ferro-portuária, a partir de 2012; e pela ação de empresas de pesquisa como o Instituto Internacional de Agricultura tropical (Nigéria) e Instituto Nacional de Moçambique e a EMBRAPA – Empresa brasileira de pesquisa agropecuária, juntariam novas formas de conhecimento do solo, de seu uso e uma alteração no tratamento, na recomposição e na distribuição de sementes.

O comando de novas forças do poder mundial juntamente com a articulação entre as instituições como o fundo de produção de alimentos, o Estado e as empresas encontrou no Corredor de Nacala e especificamente no município de Monapo a forma exemplar de concretizar-se. Observa-se que, como uma “nova colonização africana”, agora com a chancela do neoliberalismo, a modernização do espaço agrário, ideologicamente justificando-se em aumento da produtividade e ação contra a fome, está promovendo uma série de contradições.

Primeiramente, esta forma de modernização da agricultura proporciona o que, neste período é no campo da geopolítica mundial central, ou seja, a força de comando das grandes corporações e controle corporativo dos territórios (SILVEIRA, 2007), o domínio dessas corporações sobre os Estados-nacionais, a ação do conhecimento científico na subordinação das formas de produção e ação do *marketing* e da ideologia como centros de persuasão dos intentos geopolíticos.

A conversão das terras em monocultura ao proceder a ocupação de grandes áreas de terra instaura um novo regime civil de propriedade, criando um clima de especulação e, aos poucos, gerando um modo legal de privatização da terra. Abre-se, assim, a compra de terra para estrangeiros, faz surgir o latifúndio, reduzem-se as áreas das *machambas* e desarticula a relação entre o povo moçambicano com a terra, principalmente com a migração de camponeses de terras cedidas às empresas para outros lugares.

A forma denominada “agricultura de contrato” gera outra forma de subordinação do camponês. A oferta de adubos, sementes e assistência técnica é intercambiada com o controle da compra dos produtos. O negócio fechado através do contrato mostra a força das empresas no território concreto da produção. O tempo curto de, no máximo dois anos de contrato, é a forma das empresas se livrarem das obrigações trabalhistas. Mas junto com a mudança na forma de uso da terra ocorrem as mudanças do que se pode chamar “relações espirituais” com a terra. As áreas antes destinadas aos rituais de iniciação geralmente escolhidas pelo vínculo da cultura camponesa com a natureza são dizimadas.

Pode-se dizer que a modernização da agricultura em Monapo vai aos poucos criando uma dependência do Estado moçambicano às empresas e gerando um clima especulativo da

terra, afastando mais o sonho socialista do começo da criação do país. O surgimento de uma classe enriquecida, o processo migratório impelido pela cessão das terras às empresas, a mudança na ordem familiar desagrega as formas tradicionais da produção e da vida camponesas dando o comando ao poder geopolítico das empresas e do Estado.

O texto da tese está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a área de estudo e discute-se a vinculação dos territórios campesinos no circuito de produção de *commodities* a partir do agronegócio. No segundo capítulo discute-se o Programa de Cooperação Triangular para Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique – ProSAVANA-JBM. No terceiro capítulo aborda-se a estrutura agrária e fundiária de província de Monapo. No quarto capítulo analisa-se os conflitos que se dão no processo de inserção do capital e por fim no quinto capítulo são examinadas estratégias de inserção capitalista.

CAPÍTULO II

**2 A SAVANA TROPICAL MOÇAMBICANA NA ROTA DE PRODUÇÃO DE
COMMODITIES**

Neste capítulo são apresentados os processos concretos que efetivam a ação geopolítica por meio da modernização do espaço agrário em Moçambique. Para a sua realização far-se-á uma leitura histórico-espacial compreendendo o pressuposto do paradigma socioespacial de que não há espaço fora do tempo, nem tempo indissociável do espaço. A questão central do capítulo se intitula assim: como a Savana tropical moçambicana se coloca na rota da produção de *commodities*? Outra questão é também central: quais são os discursos ideológicos que justificam essa ação geopolítica?

Entre os séculos XV – XX a África esteve sob administração do imperialismo europeu que, graças aos seus progressos técnicos e tecnológicos, permitiram obter-se informação relativa às riquezas naturais existentes para uso dos países hegemônicos. Perante os ímpetos de concorrência e de expansão do mercado, os povos africanos foram divididos, tanto do ponto de vista político-organizativas, como social e econômica. Como consequência das contradições no seio do capitalismo no decorrer do século XX, que deram origem ao bloco socialista, o imperialismo europeu foi obrigado a romper com a administração direta tendo-se avançado com concessões de independências, isto é, transferência de poderes limitados aos africanos.

Essa concepção conduziu ao reconhecimento do direito à “autodeterminação”, que hoje se traduz pelos Estados-nação africanos. No entanto, Portugal, que não logrou nenhum protagonismo econômico, em comparação com outras potências imperialistas, só concedeu o direito de autodeterminação aos territórios sob sua administração muito tardiamente, através das Lutas Armadas dos povos de Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São-Tomé Príncipe e Moçambique. O fato central aqui é o seguinte: o capital em sua fase de glória invadiu povos sem nenhum respeito pelos seus modos de vidas julgados sempre rudes e bárbaros. A busca por materiais primas e a criação de um mercado de consumo, como ainda, a busca pela mais valia no trabalho barato, foram os principais motivos que estabeleceram uma ligação entre povos europeus e africanos.

Os povos africanos nessa ligação, uma vez desprovidos de técnica e dos conhecimentos científicos, celebram convênios públicos, que dão acesso à sua riqueza de “mão beijada”. Esse é o assunto investigado neste capítulo, ao se discutir a vinculação dos territórios dos povos *Makhuas*, a Norte do rio Zambeze, no circuito de produção de *commodities* a partir do agronegócio. O processo de vinculação dos *territórios campestres* ao agronegócio mundial decorre de uma abordagem de planejamento público que se estabeleceu pelo conceito de *corredor de desenvolvimento*. Observando-se os corredores de Maputo, da Beira e de Nacala pode-se dizer que o elemento estruturante desses corredores é a *infraestrutura de transporte*. Os territórios que até à entrada da década de 1990 eram designados *Regadio do Limpopo, Vale*

de Zambeze e a região Pemba-Lichinga passaram a ser considerados: *corredor de Limpopo*, *corredor de Vale de Zambeze*, *corredor de Pemba-Lichinga*.

Os territórios que são inseridos na lógica de produção de *commodities*, embora revelem que são formações sociais, abrigando povos muito antes da penetração europeia, há uma tendência de uso de linguagens liberais, tais como integração territorial, registro dos DUATs, empreendimentos econômicos pelos grupos hegemônicos para justificar a sua apropriação mercantil. Os territórios camponeses ao serem qualificados na perspectiva natural - *savanas tropicais* ou como *corredor de desenvolvimento*, gera-se uma imagem de que, a totalidade do território nacional, são territórios com mais potencialidades, e que só eles é que reúnem condições de geração de elevadas quantidades de alimentos e *commodities*. Há um esforço no sentido de se evitar que a sua abordagem seja a partir das especificidades de cada um dos grupos etno-linguísticos –, *Yao*, *Makonde* e *Makua*.

Uma abordagem separadamente destes três grupos etno-linguísticos, por exemplo, o de *Makua*, permitiria entendimento das lógicas subjacentes aos modos de produção não capitalistas, às relações sociais, às formas de concepção do “espaço vivido”. Todavia, o que se observa é cada vez mais o uso estratégico de instrumentos de dominação para forçar os povos a adotarem relações sociais capitalistas. Todas as ações em curso correspondem a processos de dominação vinculados ao modo de produção capitalista, que em Moçambique assume novas formas de autoritarismo.

As ações de modernização do espaço, a partir do acordo de cooperação bilateral, que resultou em estabelecimento de um Programa de Cooperação Triangular para Desenvolvimento da Agricultura na Savanas Tropicais de Moçambique – ProSAVANA-JBM, é o centro da estratégia geopolítica. Com esse programa há produção de múltiplos territórios que em função das suas lógicas, a emergência de uns se dá por meio de conflitos.

A pesquisa demonstra que existe uma relação de dependência no âmbito das relações bilaterais, que se dão entre Estado de Moçambique, com os seus parceiros que apoiam o orçamento do Estado, que são os países que formam o G 8, incluindo os países emergentes – Brasil, China, África do Sul e Rússia; no âmbito ainda das relações multilaterais, com as instituições de *Bretton Woods* – BM e FMI, que concedem créditos e subvenções, como também, organismos humanitários - FAO, entre outros.

A dependência externa, no contexto de Moçambique, se converte numa armadilha, através da qual o capital estabelece alianças com os grupos poderosos e, a partir dessa aliança, concretiza a sua inserção nos territórios camponeses. Por outro lado, a fome se configura

também como “trama” mediante a qual os mesmos grupos poderosos, juntamente com o capital, usam ideologicamente para eliminação da soberania alimentar.

A estrutura econômica de Moçambique é dominada por um setor agrário majoritariamente composto por pequenas explorações agropecuárias de camponeses, que representam 99% de estrutura agrária. As explorações agropecuárias dos camponeses além de serem caracterizadas por lotes de tamanhos reduzidos, a média nacional é de 1.5 hectare, as tecnologias aplicadas são rudimentares: enxada de cabo curto, queima de biomassa, uso de quantidades excessivo de sementes por cova, dependência de chuvas etc. Em função das condições tecnológicas e das lógicas de produção dos camponeses – autoconsumo -, a produção gerada por esse segmento social não vai para além de satisfação das necessidades dos agregados familiares. Isto significa que a produção camponesa comercializada não é excedente, tal como erroneamente tem se dito. A sua geração não visa a satisfação da demanda interna de alimentos.

A demanda de alimentos em Moçambique é complexa, pois existem bens que já fazem parte da cultura alimentar de Moçambique e que não são cultivados internamente. Outro cenário ainda tem a ver com o fato de a produção agrária, no seu todo, ser dependente dos fatores naturais (chuva), e sempre que se registrem fenômenos de instabilidade climática tem-se gerado demanda de alimentos. Outra demanda alimentar é a dos centros urbanos que tende aumentar como resultado direto do crescimento da população urbana.

O Governo para solucionar esse problema promove a entrada de capitais estrangeiros do agronegócio, para aproveitamento das potencialidades agroecológicas existentes no país. Os empreendimentos capitalistas do agronegócio que são inseridos nos territórios camponeses, tal como foi observado, geram conflitos de terra. Os conflitos de terra ocorrem entre os camponeses, em particular, entre os grupos que detém o poder com as massas, entre os membros do governo com os povos, entre os empresários com os povos.

Os conflitos que se dão envolvendo sujeitos das mesmas comunidades/territórios resultam na maioria das ocasiões devido às disputas pelo controle das terras dos agregados familiares. Essas disputas, evidentemente degradam os laços sociais comunitários. Registramos cinco casos de conflitos entre os membros dos mesmos agregados familiares alargados. Desses casos, dois já estavam nas mãos das autoridades locais – chefe da localidade de Nacololo. Um dos membros envolvidos num desses casos de disputa pelo controle da terra declarou que a sua reivindicação é o valor monetário de compensação correspondente à parte da terra que ele usava. Com o valor de compensação, a ideia era para procurar outro espaço no distrito de Rapale.

Outros conflitos envolveram camponeses do povoado de Natuto, posto administrativo de Canhunha, distrito de Malema com a empresa Mozaco - Mozambique Agriculture Corporation - uma empresa do grupo João Ferreira dos Santos. Em entrevista com o gestor de produção soubemos que o motivo do conflito é a *disputa pela posse do DUAT de uma área de 1000 hectares*, roubos constantes que poderão obrigar a empresa a abandonar o cultivo de culturas comestíveis.

Relativo à Alfa Agriculture que disputa com os camponeses dos diferentes povoados da localidade de Nacololo, no posto administrativo de Monapo-sede, a posse de 400 hectares que circundam uma área de uma antiga concessionária colonial de plantação de sisal, coloca-se como “ferida aberta” no território. O conflito entre Alfa Agriculture Lda com camponeses, até Novembro de 2016 já tinha causado um óbito do lado dos camponeses. Segundo parentes do sujeito morto, suspeita-se como autor do crime o proprietário da empresa Alfa Agricultura (Depoimentos durante a resolução do conflito de terra na localidade de Nacololo 28/10/2016).

Além desse conflito, em entrevistas apuramos outros conflitos, que envolvem empresas estabelecidas a bastante tempo, como as que se vão fixando, como resultado das intervenções do ProSAVANA-JBM. Por exemplo, as empresas Amarulha Farms e o Centro de Frutas disputam respetivamente o controle da represa de água e uma área de 700 hectares com os camponeses fixados na sede do posto administrativo de Namialo.

Por seu turno, a Matanusca e a Amarula Farms estão em litígio com os camponeses que vivem na cercania das suas propriedades, em que há produção de banana para exportação e hortícolas para comércio, respectivamente, dado que essas empresas suspeitam que os roubos que ocorrem nas suas propriedades são protagonizados pelos membros das povoações lá fixadas (UNAC, GRAIN, 2015).

Há que se destacar que o problema de terras é bem complexo, pois as terras que eram de controle das empresas estatais, quando essas empresas estatais fecharam as suas portas, a terra ficou numa situação de terra livre. Com as reformas iniciadas em 1987 com o PRE, e o acordo de financiamento aos agricultores sul-africanos na província de Niassa, emergiu o interesse pela busca de terras em todo o país. Esse fato fez com que as terras estatais fossem objeto de atenção dos vários grupos de interesse. Segundo José Negrão (2008) nasceu um grupo de sujeitos que registrou DUATs de terras sem nenhum interesse para investimento direto, outro grupo, tratou-se de empresas privadas, que por sua procedeu o registro de DUATs. O grupo de *sujeitos titulares singulares*, com esse registro de DUATs, esperava, ou praticar a venda de terra, ou arrendá-la. A conjuntura político-econômica das reformas no âmbito do PRE era favorável ao nascimento de latifúndios.

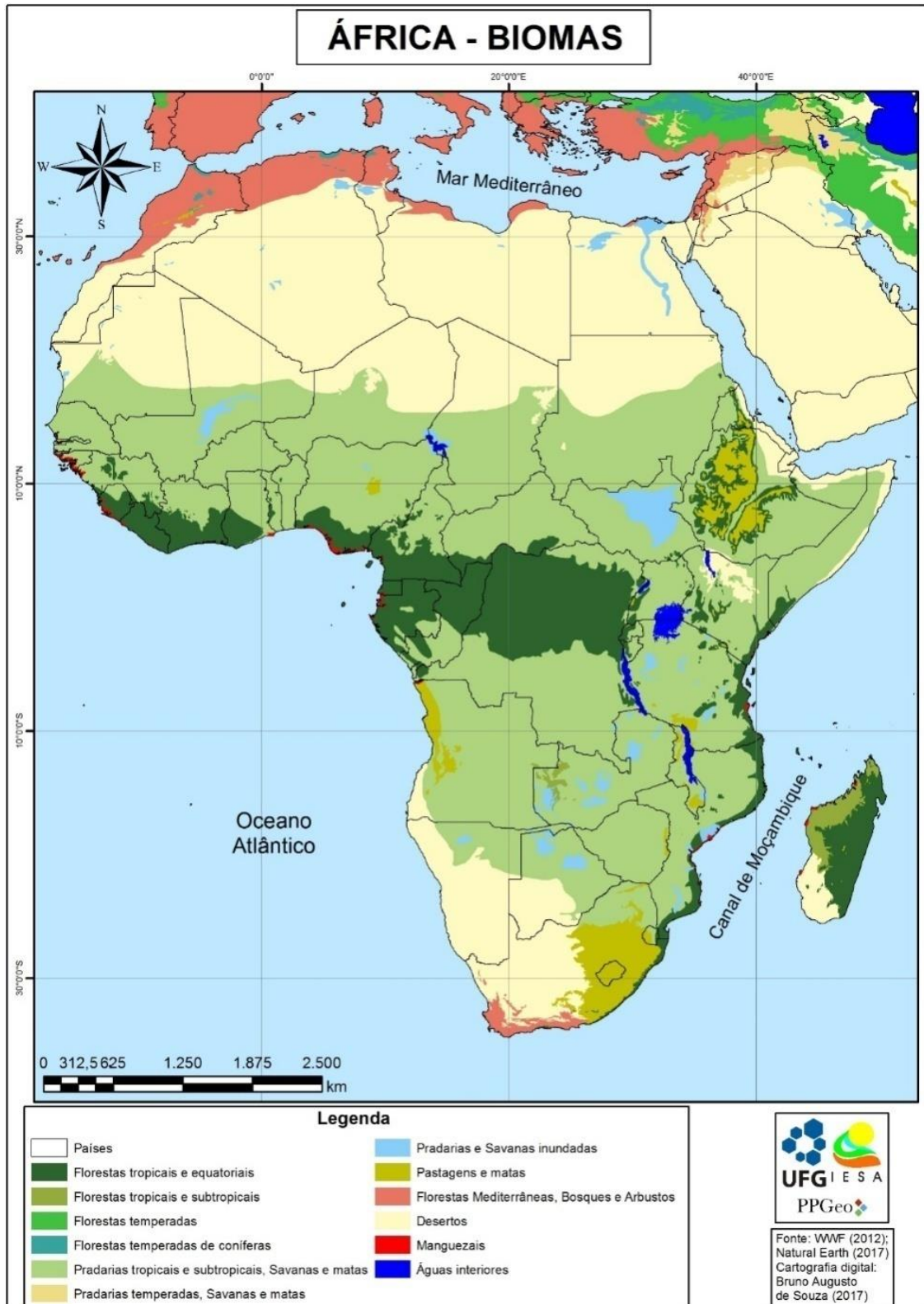
A tendência de emergência dos latifúndios esfumou-se com a concepção da atual Lei de terras em 1997. A terra registrada em nomes de *sujeitos nacionais singulares* sem interesse para investimento direto coletivos foi se revelando tal como ilustram os dados, uma vez que a lei não dava nenhuma possibilidade para uma das opções que tendem ser práticas dos latifúndios. De um pouco mais 1000 titulares de DUATs, entre o período que iniciou as reformas no âmbito do PRE até 2000, 358 tinham sido cancelados e 111 extintos. Ao todo, 469 correspondem a um grupo social sem nenhum projeto de investimento direto na terra.

Num contexto caracterizado por uma lei que não favoreceu a emergência de latifúndios, boa parte da terra ficou à mercê dos camponeses, que foram se territorializando à luz de ocupações de boa-fé. Porém, entre 2000 a 2017 o número de pedidos de DUATs tem vindo a crescer de forma galopante. Dos 4463 pedidos de DUATS registrados nesse período, 3520 pedidos de DUATs foram registrados nos últimos sete anos e, destes ainda 2525 se deram entre 2014 a 2017.

O outro fenômeno é a constituição de um segmento empresarial que não realiza diretamente a produção agrária. O seu negócio é a comercialização de *insumos agrícolas – adubos, agrotóxicos, sementes transgênicas, sementes híbridas*. Esse novo segmento social força o Governo no sentido de paralisar os programas de distribuição de sementes, que até 2014, ocorriam entre os meses de setembro a outubro, marcando o arranque da época agrícola. A distribuição das sementes fazia parte do programa de mobilização popular para produção agrária. Uma outra estratégia recorrida pelo segmento empresarial, que participa no agronegócio para prestação de serviços comerciais, é o estabelecimento de agricultura baseado em contrato.

Na realidade a agricultura de contrato é uma nova forma de uso de mão-de-obra camponesa gratuitamente, incluindo a respectiva terra. Através de um acordo que tem como algumas obrigações para a empresa – que constitui a parte contratante -, o fornecimento de sementes (transgênicas), de adubos, dos agrotóxicos e aquisição de toda a produção após à colheita e sua comercialização.

Os camponeses, por seu turno, que realizam o processo de produção propriamente, isto é, a preparação da terra e os amanhos culturais, desde a sementeira, sacha, tratamento de fitossanitário entre outros, se configuram como trabalhadores que vendem a sua mão-de-obra, como também disponibilizam a terra à empresa de multiplicação de sementes. Ocorre que o produto do trabalho realizado pelos camponeses só é recebido após a venda pela empresa de toda a produção, depois da dedução dos custos de insumos de produção. Nesse processo, a empresa é quem define o valor pelo trabalho desprendido pelo camponês.



Mapa 4 – Biomas Africanos
Fonte: Org. próprio autor (2018)

Durante o trabalho de campo, que decorreu nos meses de Outubro a Novembro de 2015 e, entre Outubro a Dezembro de 2016 no distrito de Monapo entrevistamos dois camponeses envolvidos na multiplicação de sementes a partir de agricultura de contrato. Até a data de realização da entrevista já havia passado setes meses depois que a empresa recolheu toda a produção gerada pelos camponeses. Esse tipo de relação social não difere de exploração do trabalho do Outro.

Desse modo, percebe-se que todo esse processo geopolítico atinge diretamente o uso dos biomas tropicais africanos configurados no mapa. A promessa de terra intacta, o discurso do não aproveitamento do Bioma, dá ao governo de Moçambique a justificativa para sair da situação em que o país se encontra. Esse argumento encontra elos também na falta de investimentos básicos, à promoção de investimentos diretos estrangeiros, o que pode ser dito como promoção de territorialidade do capital estrangeiro agrário.

Ao verificar que o território é uma categoria de análise geográfica que resulta a partir de apropriação de um espaço por sujeitos ou atores interessados por concretização de um projeto, pode-se interpretar que a concretização de um projeto se dá quando se emite energia e informação, que culminam por fixação de objetos e estabelecimento de campo de poder, num espaço. Esse processo é designado por territorialidade. Uma das formas que pode nos conduzir a compreender a territorialidade é a análise das relações que ocorrem entre os atores, desde a micro escala (unidade familiar) até à escala nacional.

À vista disto, o debate inicia primeiro com a apresentação dos aspetos gerais do espaço da região Norte de Moçambique, em que destacamos os elementos naturais e as formas de cobertura de terra. Entendemos que os elementos naturais, associados às infraestruturas de transporte ferroviário, se configuram como principais atrativos do capital internacional. Esse entendimento tem sua fundamentação nas narrativas que estão plasmadas no acordo de cooperação técnica entre Moçambique, Brasil e Japão.

2.1 Os bens naturais e fetichismo do mercado

As justificativas para a implementação dos acordos têm, no fundo, uma das maiores ideologias contemporâneas: o fetichismo do mercado. O que se chama “Área do Corredor de Nacala”, não passa de um espaço geográfico que congrega uma parte dos territórios dos povos Makhuwa, em que há um esforço de sua alienação ou sua minimização a um empreendimento

econômico – a ferrovia que liga o Porto de Nacala, em Nampula com a carbonífera de Moatize em Tete.

Os nomes “savanas tropicais” e “corredor de desenvolvimento de Nacala” se apresentam como um perigo, dado que falseiam a realidade territorial. A ferrovia ou a savana procuram retirar a existência dos povos naqueles espaços. Sobre esse fato, há de salientar a advertência da necessidade do “entendimento do território para se afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS, 1998, p.15).

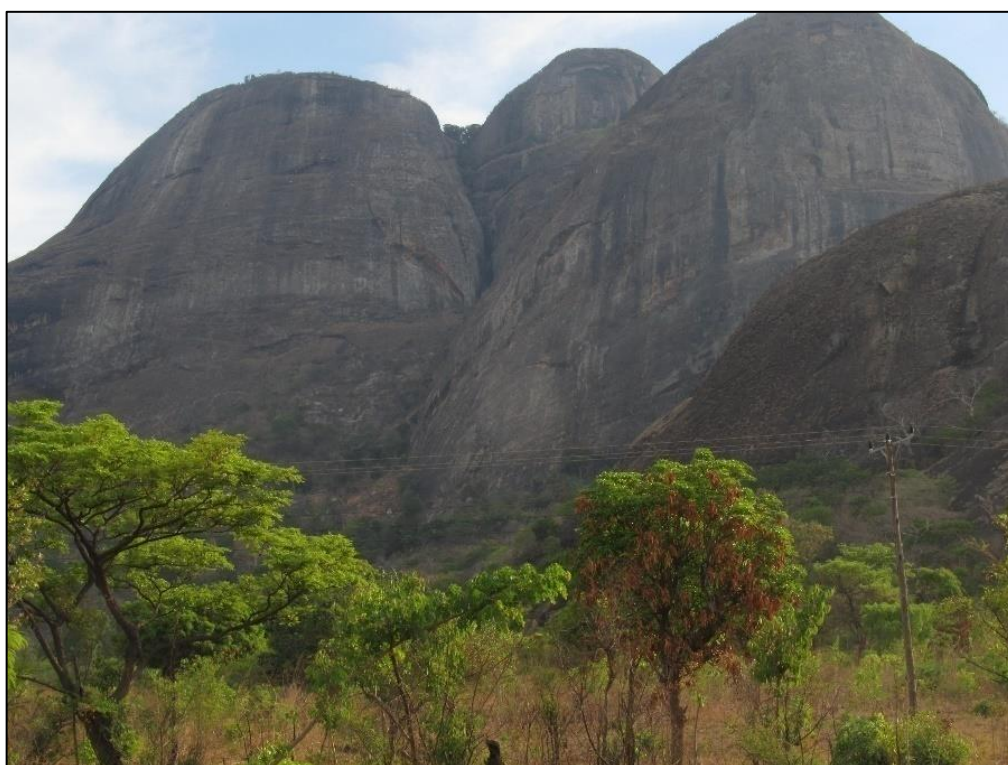


Figura 8 – Formas de relevo em zonas planálticas

Fonte: Org. próprio autor. Fotos captadas em 2016

Os territórios situados entre as latitudes de 13° S e 17° S, abarcando a faixa que se estende de Nacala na Costa do Índico, até ao Lago Niassa, no interior da província de Niassa os povos Makhuwas ali fixados, estão sentados sobre um mosaico de bens naturais na sua maioria desconhecidos. A pouca informação que se tem nos órgãos do Estado de Moçambique, ou que está disponível, se circunscreve muitas das vezes em descrições genéricas, como por exemplo, as características gerais da estrutura superficial da terra, como as formas mais dominantes de relevo – as montanhas, planaltos, vales, depressões, planícies; formas de cobertura natural da terra – florestas densas, florestas abertas, florestas com agricultura

itinerante, florestas abertas em áreas inundadas, tipos de bens faunísticos, como também, tipos e qualidades de solos (INDE, 2009, p 26).

Os estudos realizados, cujos resultados estão em posse das instituições de Moçambique, a maioria está datada entre as décadas de 1940 a 1950. Nesse período todos os povos de Moçambique estavam sob as “garras” do imperialismo português. Foi efetivamente com base nos estudos geomorfológicos que se determinou o traçado da ferrovia Nacala/Moatize - *Corredor de Desenvolvimento de Nacala*.

A caracterização geral, tais como o perfil de altitudes, em que se sabe que as elevações em forma de degraus, pois, as cotas mais elevadas estão a Oeste e as mais baixas na planície litorânea, no extremo Leste. Em termos de valores numéricos, sabe-se que os territórios dos povos situados ao longo da ferrovia Nacala/Moatize apresentam duas formas de estruturas de relevo: a de planaltos médios, que possui altitudes máxima e mínima entre 200 e 500 metros e, a outra, com valores acima de 500 metros (MUCHANGOS, 1998).

Na planície costeira predominam tipos de solos classificados como Neossolos Quartzarênicos e sedimentos de dunas, notadamente na província de Nampula (PROSAVANA, 2014).

Da planície costeira até as zonas planálticas têm-se ambientes e solos com características que guardam similaridades aos do semi-árido brasileiro (zonas de agreste), principalmente em direção à costa, onde ocorrem solos desde baixa até alta concentração de bases, conforme a natureza do material de origem.

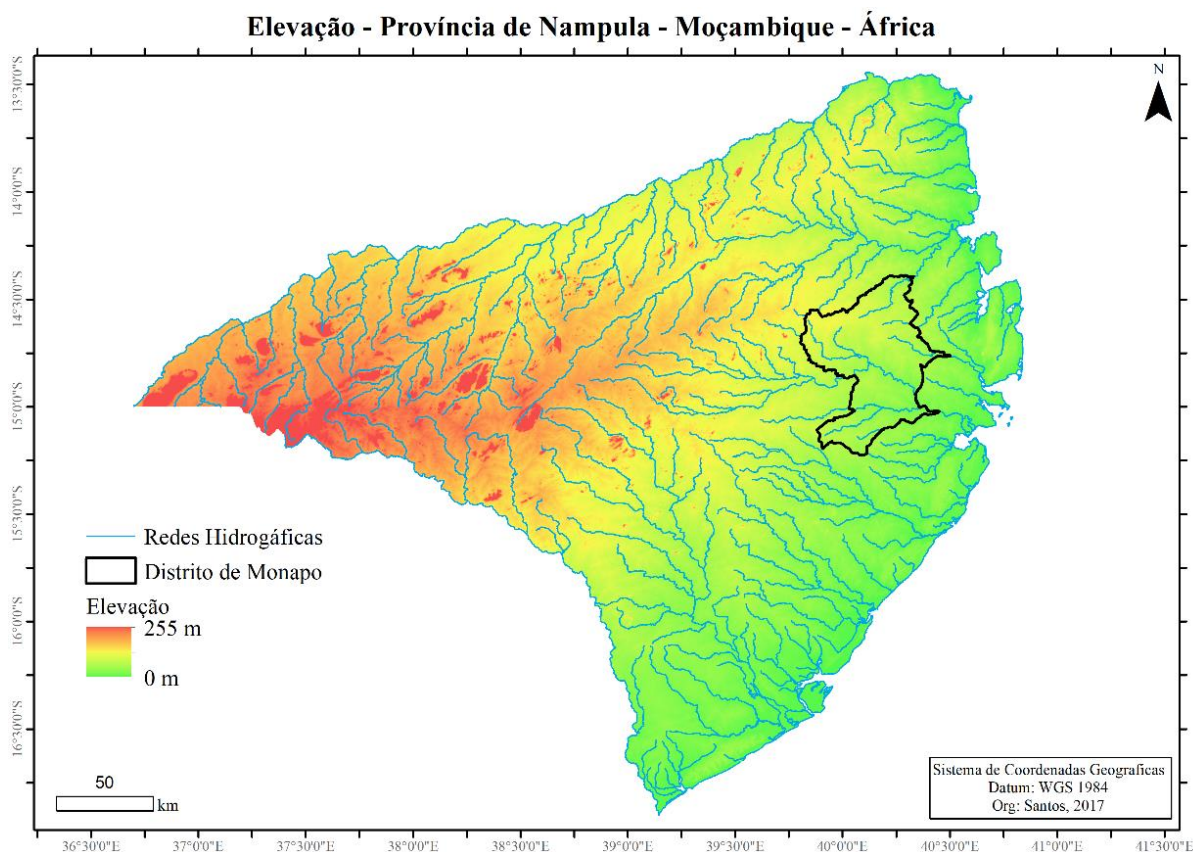
Entre os primeiros têm-se os Argissolos Vermelhos, alguns Plintossolos e Neossolos Regolíticos, além de alguns Planossolos. Entre os últimos, destacam-se os Vertissolos, apresentando alta fertilidade natural e com reação ligeiramente ácida a ligeiramente alcalina. Já nas zonas baixas que se estendem em direção à costa, ocorrem solos com reação de ácida a básica, cuja exploração agrícola está limitada a algumas culturas adaptadas a essas condições.

Entretanto, em outras áreas mais elevadas, a partir de Nampula em direção a Malema, ocorrem solos de bosques mais apropriados à agricultura, com baixa acidez e desenvolvidos em ambientes um pouco mais úmidos.

Nas zonas planálticas a noroeste de Nampula e em grande parte da província de Niassa, aonde as altitudes variam na faixa de 600 até 1000 metros, encontram-se vastas áreas com relevos pouco movimentados, mas sempre com a presença de elevações residuais escarpadas.

Nesta região ocorrem Argissolos Vermelhos e também domínios importantes de Latossolos Vermelhos, especialmente entre Mandimba e Lichinga e na região que se estende do entorno de Alto Molócué indo na direção de Malema. Ressalta-se que entre Malema e

Cuamba e de Cuamba até Mandimba ocorrem paisagens onde se alternam áreas de boa e de má drenagem, estas últimas em menores proporções.



Mapa 5 – Rede hidrográfica e perfil morfológico da província de Nampula

Fonte: Org. próprio autor (2017)

No que concerne aos tipos de clima que mais predominam na região do Corredor de Nacala, os dados (IIAM, 2007) apontam que, a região norte é mais úmida que o sul, com exceção da faixa que cobre o Vale do Baixo Zambeze, na Província de Tete, onde a precipitação é inferior a 600 mm anuais. Também existem áreas bastante úmidas ao longo da fronteira ocidental, nas encostas mais elevadas das montanhas localizadas na fronteira com o Zimbábue.

Ao longo do traçado do corredor, atravessando a província de Nampula, isto é, nos distritos de Mandimba, o clima que predomina é do tipo semi-árido, incluindo períodos rigorosos de seca entre maio e outubro e chuvas de verão de novembro a abril, com precipitações anuais entre 800 e 1000 mm.

Em termos do padrão pluviométrico anual em Nampula estudos do (PROSAVANA, 2015) revelam que há semelhança com os que se registram na região semiárida do Nordeste brasileiro. O período chuvoso ao longo do ano é curto, geralmente não se prolonga acima de

quatro meses, havendo períodos de chuvas fortes e concentradas, que prejudicando as sementeiras.

Em relação à temperatura média mensal os dados do INGC (2010) indicam valores que variam entre 18,5°C a 26,5°C. Os valores registram-se entre outubro e dezembro, no início da estação chuvosa, e mais amena entre junho e julho, na estação seca. Nos centros urbanos ao longo de Corredor de Nacala, existe variações das médias mensais das temperaturas máximas e mínimas nas cidades de Nampula, Cuamba, Gurué e Alto Molocué. Na cidade de Nampula, que está a uma altitude de 441 m, as temperaturas médias mensais oscilam entre 25°C a 32°C e as mínimas em torno de 16°C a 22 °C.

Em relação a cidade de Cuamba, que está a uma altitude de 588 m, as temperaturas médias mensais (máximas e mínimas) possuem uma amplitude relativamente alta, do que a cidade de Nampula, com valores máximos a rondarem entre 28°C e 35°C, e os mínimos entre 11°C e 20°C. As cidades de Gurué e Alto Molócué, no extremo sul da ferrovia, na província de Zambézia, que estão a 734 m e 563 m de altitude, respectivamente, registram um clima temperado. A média da temperatura máxima mensal varia entre 23°C e 32,5°C e a mínima entre 12°C e 18°C.

No que respeita aos recursos hídricos, de um modo geral a região norte, sobre a qual está o Corredor de Nacala é a mais rica em termos hidrológicos em todo o país. De acordo com Atlas Geográfico de Moçambique (2009) as bacias hidrográficas da região norte correm em sentido Norte/Sul, o que significa que descarregam as suas águas no Oceano Índico, com raras exceções em que descarreguem no Lago Niassa.

As bacias hidrográficas mais importantes são: Rovuma e Lúrio, devido ao seu volume dos seus caudais e extensão de comprimento. O escoamento anual médio desses dois rios é de aproximadamente 20.000 milhões m³/ano. O que é considerado, como uma grande potencialidade para empreendimentos económicos que requerem disponibilidade de água. Essas condições naturais colocam-se como alvo do capital internacional.

2.1.1 Bens naturais e formas de cobertura da terra

Um estudo de intitulado *O contexto de REDD+ em Moçambique: Causas, atores e instituições* de autoria de Almeida Siteo, Alda Salomão e Sheila Wertz-Kanounnikoff apresenta o quadro geral de cobertura florestal.

Tabela 1 - Classificação simplificada dos tipos de cobertura florestal (2005)

Tipo de Vegetação	Área ['000 ha]	%
Florestas naturais ou seminaturais densas	22.519	28.9
Florestas naturais ou seminaturais abertas	16.390	21.0
Mangais	357	0.5
Florestas naturais ou seminaturais em áreas úmidas	802	1.0
Plantações florestais	n.a	n.a
Formações lenhosas (Matagais)	1.093	1.4
Arbustos	8.051	10.3
Áreas de florestas e agricultura itinerante	5.568	7.1
Pradarias	9.359	12.0
Agricultura	11.369	14.6
Sem vegetação	1.580	2.0
Águas	903	1.2
Total	77.991.0	100.0

Fonte: SITEO, SALOMÃO, WERTZ-KANOUNNIKOFF (2012)

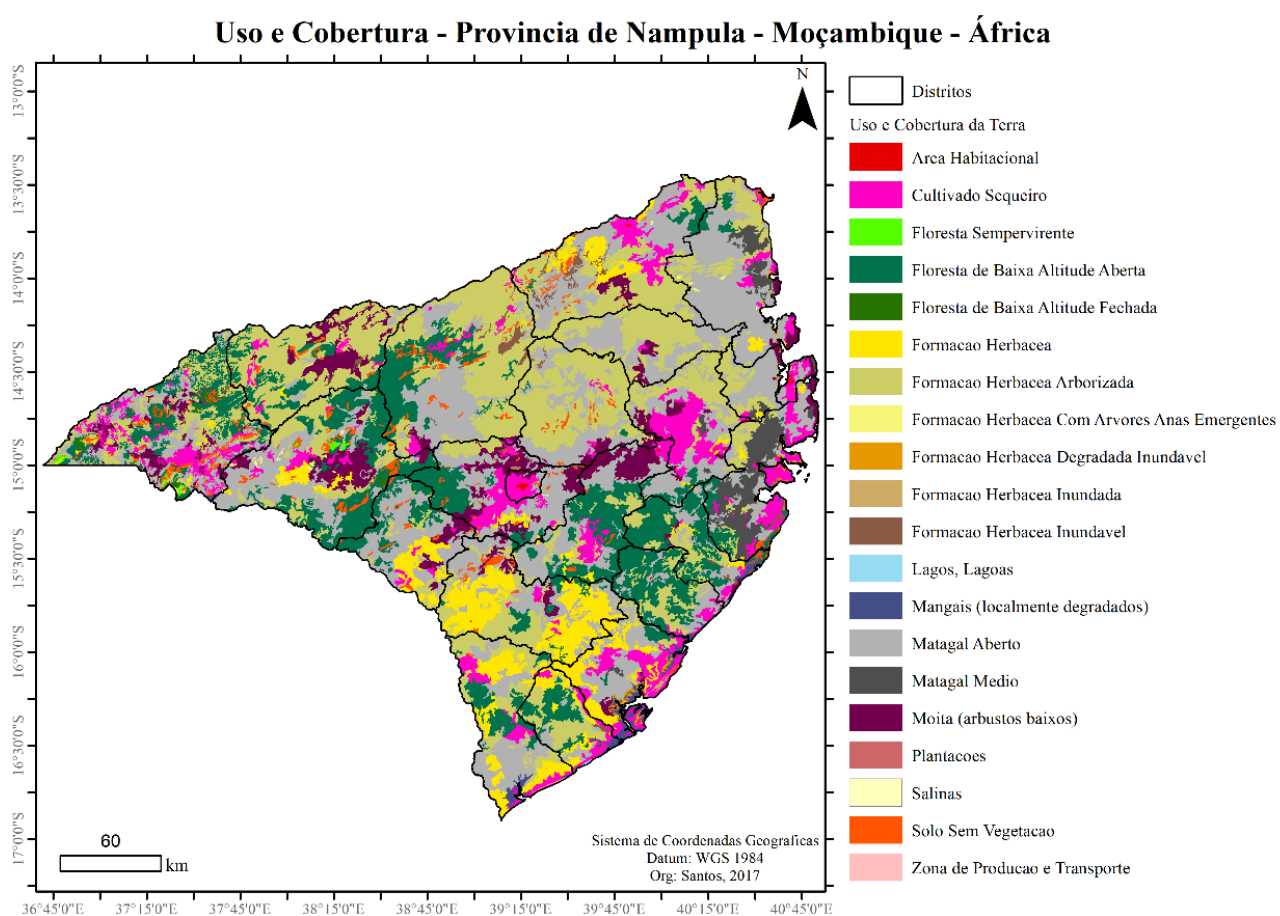
O que esse estudo chama de classificação simplificada dos tipos de cobertura florestal, neste estudo, podemos chamar de informe sobre uso e cobertura da terra não detalhado. O referido estudo apresenta três grandes classes de cobertura florestal:

- i) Floresta (cobertura de árvores > 10%; altura > 5 metros que cobrem 51.4% do território;
- ii) Outras formações lenhosas (cobertura de árvores <10%; altura <5 metros, cobrem 18.9% e;
- iii) Outras terras, que por último cobre 29.8% do território.

Uma outra classificação, a mais abrangente, distingue as seguintes classes de cobertura de terra: ii. Formações herbáceas: formação herbácea arborizada com árvores de tamanhos pequenos, dando uma aparência de serem novas; formação herbácea degradada inundável; formação herbácea inundada e; formação herbácea inundável; iii. Florestas de mangais; iv.

Floresta de matagais: matagais abertos e matagais médios e; v. Floresta de Moita arbustos baixos.

De um modo geral na região norte de Moçambique distinguem-se dois tipos de cobertura de terra: cobertura que revela uso humano e cobertura natural. Tal como se ilustra no mapa 02 - de uso e cobertura de terra na província de Nampula, as formas de cobertura de usos humanos são nomeadamente, as plantações; as poças de salinas; as construções humanas (casas); manchas de terras sem vegetação; extensões de terra de uso agrícola vocacionadas para comercialização – as ditas “zonas de produção e de transporte”; áreas habitacionais e áreas de cultivo.



Mapa 6 – Uso e Cobertura de Terra na província de Nampula
Na região norte o cultivo de sequeiro ocupa maior área.

Fonte: Org. próprio autor.

No que concerne a cobertura natural, as classes de cobertura natural que foram geradas a partir da base cartográfica da (CENACARTA, 1998), revelam-nos a existência de seis tipos de formações de vegetação natural: i. Florestas que se subdividem em: florestas sempervirente; floresta de baixa altitude aberta; floresta de baixa altitude fechada.



Figura 9 – Formas florestais de savana
Posto administrativo de Itoculo
Fonte: Org. próprio autor. Foto captadas em 2016



Figura 10 – Formas florestais de savana
Posto administrativo de Itoculo
Fonte: Org. próprio autor. Foto captadas em 2016



Figura 11 – Formas florestais de savana
Posto administrativo de Itoculo
Fonte: Org. próprio autor. Foto captadas em 2016

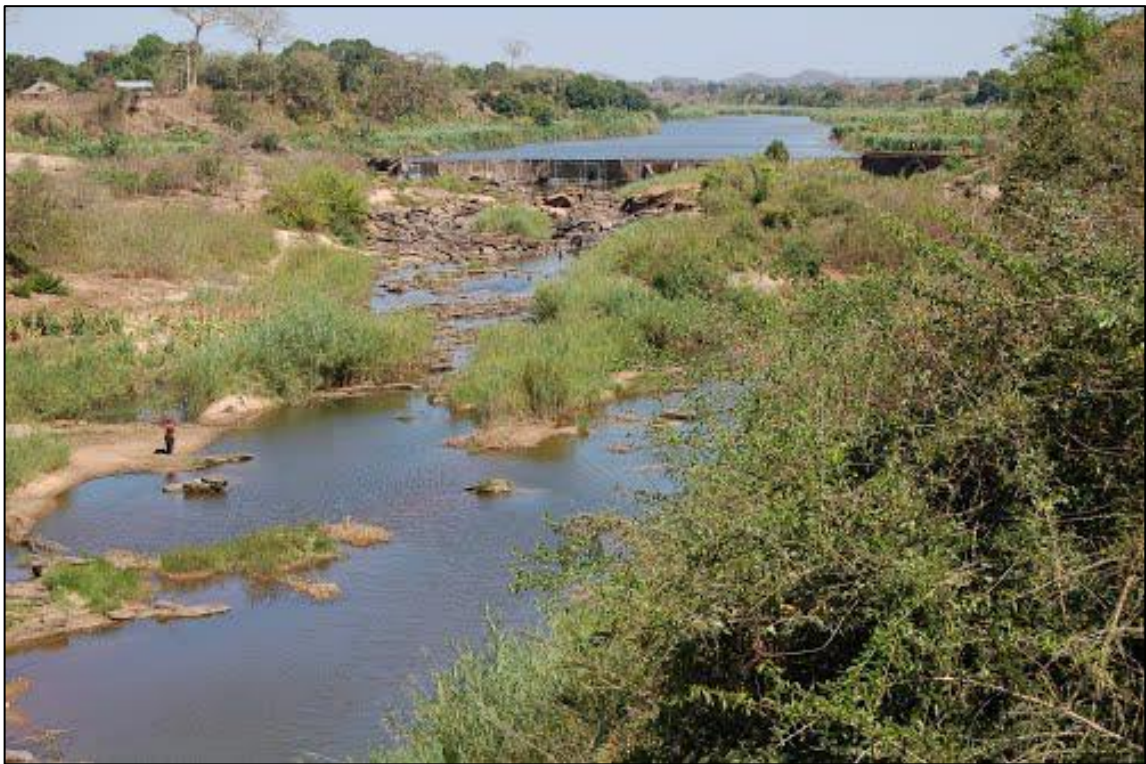


Figura 12 – Habitações dos camponeses nas margens do rio Monapo
Posto administrativo de Itoculo
Fonte: Org. próprio autor. Fotos captadas em 2016

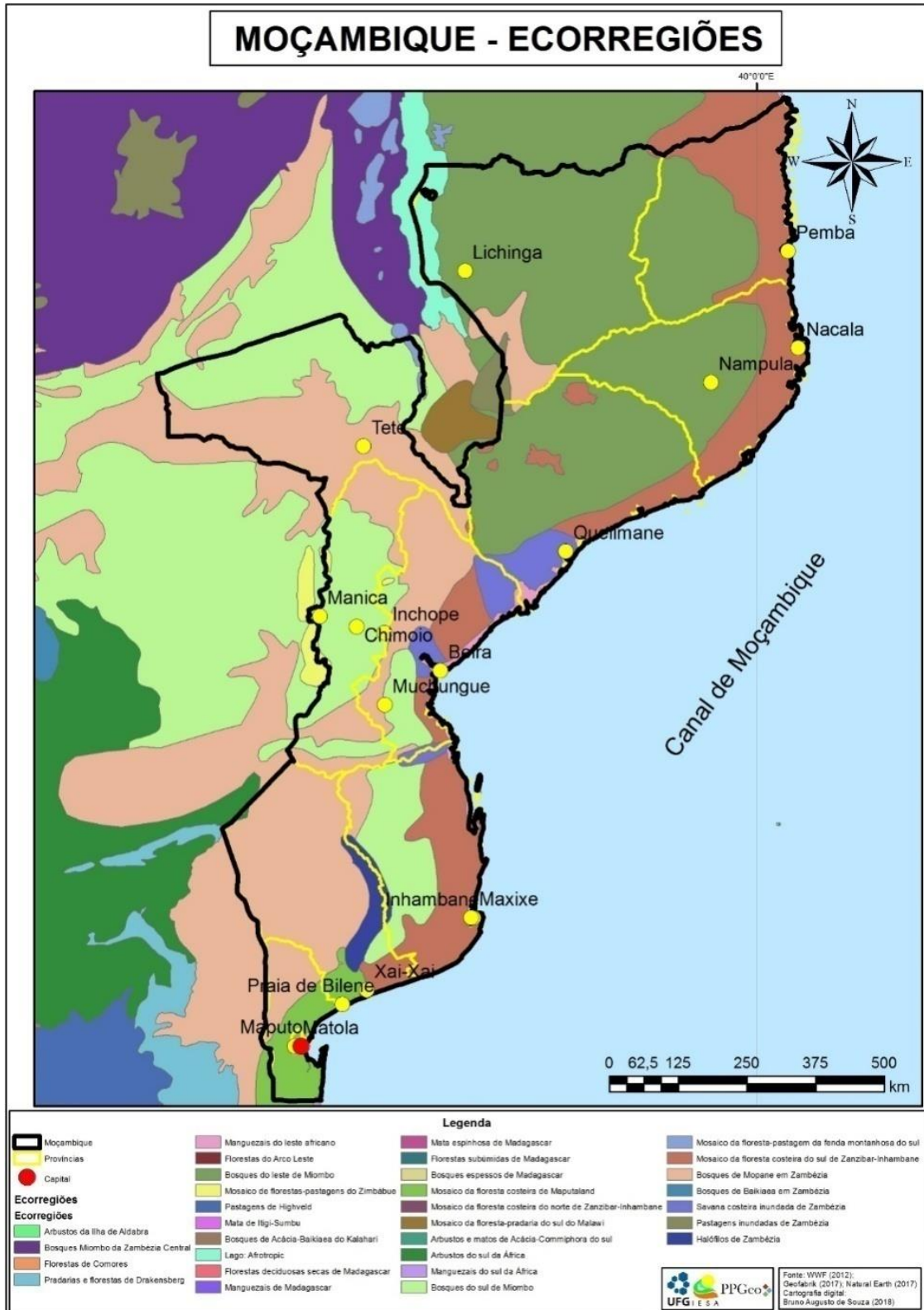
Outras classes florestais que dominam a região são as chamadas herbáceas arborizadas. Estudos encomendados pelos promotores do agronegócio referem que essas florestas abertas de baixa altitude e as herbáceas arborizadas apresentam similaridades com as formações herbáceas arborizadas dos cerrados brasileiros (PROSAVANA, 2015).



Figura 13 - Floresta típica do planalto, distrito de Mecuburi
Fonte: o próprio autor (2016-2017)

Nas faixas que cobrem os distritos de Malema há uma tendência de surgimento de ocupações de terra de áreas maiores, em comparação com a maioria dos camponeses, que em

média possuem 1 a 2 hectares. Os titulares dessas novas ocupações são denominados “médios agricultores”.



Mapa 7 – Ecorregiões de Moçambique
Fonte: Org. próprio autor (2017)

Um fato que chama atenção é que, observando-se o mapa 6, de uso e cobertura da terra, constata-se que as áreas que apresentam formas mais expressivas de ocupação e uso de terra localizam-se ao longo das principais rodovias, ou que fazem conexão com a ferrovia do corredor de Nacala. A outra área mais ocupada é a faixa costeira. Esse fato evidencia a relação que as vias de acesso têm na escolha dos locais para fixação de moradias. Essas áreas apresentarem o uso mais dominante o cultivo de sequeiro. Logo, pode-se deduzir que essas áreas são as densamente ocupadas por camponeses. Nesse sentido, a abertura das *machambas* substitui completamente os espaços mais próximos das rodovias principais e da ferrovia, a cobertura vegetal natural.



Figura 14 – Espaços de uso comum

Fonte: o próprio autor. Fotos captadas em 2016

Os pontos que relativamente mais separados das infraestruturas de transportes (ferrovias, e rodovias) ainda preservam formações florestais caracterizada por florestas classificadas como sempervirentes, florestas de baixa altitude abertas e florestas de baixa altitude fechada.



Figura 15 – Espaços habitacionais dos povos

Fonte: o próprio autor (2016-2017). Relação espaço/população.

Aldeia de Muruto é um dos locais onde observamos os dois tipos de cobertura de terra. As áreas de residências nem sempre formam manhas contíguas. Em determinados pontos estão dispostas isoladamente.

As áreas cultivadas pelos médios agricultores variam entre 50 e 100 hectares. Uma das suas características é a geração de postos de emprego e uso de maquinarias para determinadas atividades. Em locais onde há disponibilidade de água, há surgimento de novos tipos de cultivo: a horticultura, em que as principais culturas são tomate, pimento, cebola, alho, repolho e alface. As descrições acima destacadas refletem o nível de informação sobre os bens naturais existentes nos territórios vinculados ao capital internacional. A savana e a ferrovia que têm sido referências do espaço minimizam as particularidades.

2.2 Fome em Moçambique: a armadilha do agronegócio através do ProSAVANA-JBM

A fome, os discursos da fome, a geração da fome e a ideologização da fome participam de quase todas as ações geopolíticas de expansão do agronegócio na África. Tem participado na ação geopolítica de modernização do distrito de Monapo. A fome é um fenómeno social em Moçambique e possui natureza endêmica. Esse fato a torna uma armadilha que é mais fácil de ser utilizada para fins obscuros. Observando-se os organismos criados (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO; Programa Mundial de Alimentos – PMA) e toda a mobilização que é feita, tanto para o debate dos temas relativos à fome, como para várias intervenções, urge questionar: o que impera a remoção dos determinantes da fome?

Tabela 2 – População africana Subnutrida em relação a todo o mundo

Regiões	1990 -92	2000-02	2005-07	2010-12	2014-16
Mundo	1010.9	929.6	942.3	820.7	794.6
África	181.7	210.2	213.0	218.5	232.5
África do Norte	6	6.6	7.0	5.1	4.3
África Subsaariana	175.7	203.6	206.0	205.7	220.0
África Oriental	103.0	121.6	122.5	118.7	124.2
África Central	24.2	42.4	47.7	53.0	58.9
África do Sul	3.1	3.7	3.3	3.6	3.2
África Ocidental	44.6	35.9	32.3	30.4	33.7

Fonte: FAO (2015)

Assume-se que os debates e outras intervenções são atos ou estratégias que visam encobrir projetos ocultos. Paradoxalmente a situação de fome continua bem dramática, contrastando com os níveis de produção gerados no mundo. Segundo o último informe da FAO (2016), o número de pessoas padecendo de fome no mundo aumentou em 11%, ou seja, de 777, passou para 815 milhões. O maior desafio, de acordo com a FAO (2016), é “assegurar que uma população em crescimento tenha alimentos à sua disposição para satisfação das suas necessidades nutricionais”?

Certamente que os esforços serão orientados para incrementos dos níveis de produção e produtividade. Há um reconhecimento da complexidade de segurança alimentar pelo que requiere um enfoque holístico de todas as formas de má nutrição, da produtividade e da situação dos pequenos produtores de alimentos, da resiliência dos sistemas de produção de alimentos e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos. Aponta-se, ainda, como uma zona onde há ocorrência do flagelo a África Subsaariana, na qual Moçambique faz parte (FAO). A FAO, no seu relatório de 2015 indica que, (tabela 2) dos 232.5 milhões africanos afetados pela fome a maior parte deles estão na África Subsaariana.

No caso específico de Moçambique, as estimativas do INE (2016) apontam que em 2012, 54% da população padeceu de fome. A fome em Moçambique, ocorre frequentemente, entre os meses de julho a dezembro. Pode-se até se afirmar que tornou-se “normal” ouvir notícias de ocorrência, em áreas rurais e nas periferias urbanas, usando-se narrativas de “bolsas” de fome. É necessário informar que a fome não é a única calamidade que ciclicamente tem flagelado Moçambique enquanto um país pobre.

O governo de Moçambique necessita de apoios externos para resolver os problemas causados pela fome (desnutrição, delinquência, etc.), bem como de outras mazelas que transcendem as capacidades dos cidadãos. Aliás, o governo de Moçambique precisa de apoios externos e de outras formas de apoios indiretos, como é o caso das intervenções de organizações não governamentais e setor privado, que canalizam donativos e subvenções face ao déficit do orçamento público.

Além de apoios para o enfrentamento das questões associadas à fome, as ajudas são também canalizadas aos setores de educação, saúde pública, infraestruturas (estradas, ferrovias, pontes, redes de rega e drenagem) etc. Só para se ter ideia da gravidade das debilidades do país, dados mais recentes indicam que mais de 2/3 da população estudantil está à margem do sistema formal do ensino (INE, 2014). Ainda, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2014 a expectativa de vida em Moçambique estava fixada em 53 anos. A fraca cobertura da rede sanitária, a relação médico/povo é preocupante. As doenças preventivas, tais como a malária, as diarreias são as responsáveis por elevado índice de mortalidade.

Relativo à economia, o país se debate com a descapitalização financeira. O que significa que não existe capacidade interna para novos investimentos, ou ainda, para melhorar os já existentes. A produção total do país é muito baixa. Em 2016, o produto interno *perca pita* fixou-se em 382, 07 dólares norte-americanos.

A estrutura econômica que foi herdada do sistema colonial não sofreu nenhuma modificação, tanto para diversificação dos setores econômicos, ampliação das existentes, como

também, não houve melhoria de tecnologia empregues. Esse fato, tem se refletido, evidentemente na incapacidade do país em fazer novos investimentos. A descapitalização não permite investimentos em áreas cruciais, tais como inovações tecnológicas, manutenção de infraestruturas essenciais para o pleno funcionamento da economia (estradas, ferrovias, pontes, redes de rega e drenagem).

O outro constrangimento associado à descapitalização se traduz no sub-aproveitamento das potencialidades existentes no país, é a economia desarticulada. A pouca produção gerada se perde nos locais de produção, como, também, no caminho em direção aos centros de consumo e/ou, ainda, nos armazéns.

Atualmente, diante de um problema estrutural, de uma realidade que desafia o país. Esse problema é uma herança derivada da descapitalização financeira. No entanto, a descapitalização financeira não representa por si só, a maior preocupação em Moçambique, em particular, está no seio da população. Parece-nos que a questão de fundo é a concepção adotada pelo Estado, que é quem está no seio dos que detém o poder. Em Moçambique, é difícil estabelecer os limites entre “Estado”, “Governo” e “Partido Frelimo”. Essas três instâncias se parecem uma única só, isto é, o Estado. Criar confusão nessa tríade é um ato propositado por quem detém o poder.

No plano tecnológico não existe nenhum sinal que mostre tendência de alteração dos meios técnicos rudimentares, como, também, de práticas culturais. O uso de meios manuais e a queima de biomassa são exemplos claros de meios rudimentares e práticas culturais ainda bem visíveis em todo o país. Se no plano dos meios técnicos e das práticas não se registra modificações, o mesmo acontece no que concerne à propagação de espécies de cultivos de outras partes do mundo, como é o caso da cultura de soja. Além da propagação, há também um processo de massificação do cultivo de hortícolas e criação de aves em granjas.

Paradoxalmente, embora o país detenha um histórico na criação de espécies animais, como os gados bovinos, os ovinos e os suínos, são poucos os agregados familiares que criam animais, sobretudo gado bovino. Nos poucos casos em que existe a criação de animais, não há nenhuma estrutura de suporte de atividades de índole pecuário.

O ProSAVANA-JBM, em Moçambique, é um exemplo bem evidente de um ato que não é intrínseco, mas de algo planejado com o propósito de imprimir mudanças. A pergunta que se coloca é: quais são as mudanças desejadas? Dada a nossa incapacidade para abarcar toda a área do ProSAVANA-JBM, o distrito de Monapo é para nós a referência para interpretação das dinâmicas espaciais, na região norte de Moçambique, a partir de iniciativas estrangeiras. Vale antes compreender processos históricos de Moçambique.

Discorrendo sobre a história econômica de Moçambique, constata-se que desde 1975 até a atualidade dois programas de desenvolvimento agrários foram implementados – PROAGRI I e II. No percurso de 43 anos de formação do Estado-Nação, no período compreendido entre 1976 a 1992 (dezesseis anos consecutivos), o país esteve mergulhado num ambiente de conflitos armados mais violentos no plano da sua história. Os prejuízos causados por esses conflitos ultrapassam os que sucederam durante a luta pela independência. Há quem aponte o dedo em fatores externos da sociedade moçambicana como tendo sido as principais razões desse ambiente de conflitos armados. Sobretudo as divergências ideológicas no seio de uma sociedade que tem suas raízes em três traços culturais: africana, europeia e asiática.

Neste estudo, parte-se do pressuposto de que o conflito armado dos dezesseis anos faz parte da conjuntura internacional, que é permeado pelas contradições do sistema capitalista: a divisão administrativa africana é na realidade um problema que está na origem de conflitos que tendem ser de carácter étnico; as relações impostas pelos processos de colonização também estabeleceram clivagens de disputas de poder. A complexidade dos povos africanos – o carácter disperso das aldeias e as diferentes maneiras de concepção do mundo que rodeia os povos - cujos limites são as etnias, são os elementos que estão por detrás dos conflitos armados em Moçambique, que Portugal utilizou como estratégia para exercer a sua dominação.

O surgimento da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) como um movimento de aglutinação dos três grupos que se preparavam para ressurreição armada em reivindicação do direito à liberdade e de autodeterminação dos seus povos, diante do mesmo opressor, não foi para além da unificação desses três grupos, conquista da independência política e implantação de Estado soberano à luz das diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU).

O sonho de unificação dos povos, em uma única nação, continua como uma obra por ser edificada. Os pilares dessa obra são bem frágeis. Esse problema neste estudo é assumido como razão de fundo dos conflitos armados. Existem, no seio da sociedade moçambicana, duas forças políticas que se consideram “inimigas” e não “antagónicas”: o “Partido Frelimo” e o “Partido Renamo¹⁵”. Partilham o mesmo espaço político a “Assembleia da República”, mas também há repulsão nos outros espaços vitais, por exemplo, com a governação e com a vida

¹⁵ A origem da RENAMO está associada às lutas do poder logo após a morte do primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique, Eduardo Chivambo Mondlane, em 1969. Esse momento tenso resultou em dissidências de alguns guerrilheiros da Frelimo, tendo se juntado aos colonialistas que nunca estiveram a favor da autonomia de Moçambique. A RENAMO foi criada para desestabilizar a economia e destruir a base do poder local em edificação que visava substituição da estrutura do poder colonial.

socioeconômica. Nos últimos anos há um debate em torno desse ambiente tenso, a Renamo reivindica sua participação na vida econômica e na governação e a falta de consensos têm conduzido o país a situações esporádicas de tensão política e militar armada.

A maior parte da energia da sociedade é gasta na tentativa de solucionar o quadro tenso acima traçado. O tempo que deveria ser gasto se debatendo o problema de descapitalização é despreendido no reforço das formas de repreensão das vozes que exigem seus direitos. Aliás, a falta de atenção com questões cruciais, como investimento em áreas essenciais, faz com que não haja capacidade para se evitar, por exemplo, a dilapidação dos recursos naturais. Pode-se, também, dizer que a falta de investimento público estimula a proliferação de atividades informais, que provocam danos às populações rurais.

Esses problemas fazem parte dos fatores que relegam o país às últimas posições em quase todas as classificações estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Realmente, segundo aponta a FAO (2015), a taxa de desemprego é de 27%. No plano econômico, a PAZ alcançada, a partir do Acordo Geral de Paz, proporcionou fixação de uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto de 6 a 7%. Em 2016, essa mesma taxa não foi acima de 2.9%. Em relação ao comportamento dos setores econômicos, a agricultura e pesca foram os setores que mais contribuíram no PIB, com 29%, além de concentrar a maior força de trabalho. As estimativas apontam que mais de 80% da população está envolvida diretamente na agricultura e pescas.

Ao prestar atenção apenas no setor da agricultura, deparamos com os seguintes fatos: em todo o país há mais de 4 milhões de explorações agropecuárias; dessas explorações, 99% representam a agricultura camponesa de autoconsumo; em termos de força de trabalho que essa agricultura mobiliza, aponta-se que o setor agrário concentra 95% da força de trabalho em todo o país; projeções do Banco Mundial (BM), em 2016, sobre o comportamento da economia, apontaram para uma desaceleração da taxa de crescimento que, neste momento, está fixada em 3% ao ano.

Em nível de segurança alimentar, o Fundo das Nações Unidas para Alimentação (FAO), no Programa da FAO para Moçambique, refere que 43% das crianças com menos de cinco anos sofrem de má nutrição crônica, devido a doenças crônicas e à pobreza das dietas alimentares. Refere-se, ainda, que 18% das crianças têm peso abaixo da média, havendo crianças nas zonas rurais com duas vezes menos do peso que as crianças que vivem nas zonas urbanas.

Estudos que se dedicam à análise dos fatos socioeconômicos estão bipolarizados, sustentados em justificativas que aludem aos problemas que causam a fome em Moçambique. Enquanto uns enfatizam problemas ou fatores conjunturais, outros dão primazia aos fatores

estruturais e outros destacam a questão de atitudes das pessoas que são sistematicamente flageladas pela fome. Compreendem-se por fatores conjunturais os constrangimentos que são derivados por situações que estão fora do controle dos afetados, como a crise alimentar mundial derivada pela subida de preços dos alimentos. Enquanto os estruturais são as vicissitudes que resultam do contexto das políticas socioeconômicas, a questão relativa às atitudes é concernente às escolhas que são feitas pelas pessoas. Há uma tendência crescente de se responsabilizar os afetados pela fome, sustentados na ideia de que a situação é consequência das suas próprias decisões, justificando-as que não têm sido racionais.

Os debates e as articulações no que diz respeito a encontrar mecanismos de remoção dos problemas estruturais, pode-se concluir que os atores (instituições públicas, setor privado e organizações da sociedade civil) envolvidos nesse tipo de assunto são unânimes ao considerar os problemas estruturais como da alçada da superestrutura. Em territórios onde há problemas de ligação entre os pontos, haverá sempre constrangimentos na circulação de pessoas e mercadorias. Do mesmo modo, as regiões com um padrão pluviométrico irregular ressentirem-se de secas e, conseqüentemente, da fome. No estágio atual de desenvolvimento, a fome é uma das injustiças mais cruéis, avaliando os progressos técnicos científicos alcançados pela humanidade.

Ao concentrarmos para entender as formas de manifestação da fome, constatamos que ela, se distingue em três dimensões escalares, nomeadamente local, nacional e geopolítico. Compreende dimensão local a fome muito bem localizada, espacialmente e em relação aos sujeitos afetados. São o caso das bolsas de fome que são pontos, regiões em que os afetados podem ser famílias e comunidades inteiras que vêm suas reservas alimentares se esvaziar como resultado de más colheitas devido às calamidades naturais (seca, tempestades, inundações, ciclones) e conflitos político-militares. A dimensão nacional seria situações em que o fruto do trabalho não é traduzido por rendimentos correspondentes às suas necessidades do país e, por último, a dimensão geopolítica compreenderá os problemas causados pelas relações no poder das instituições e/ou dos Estados.

Observando os fatos no terreno e considerando as capacidades do país, a fome conjuntural é enfrentada com base nas “campanhas de solidariedades” e nas doações, lançadas e solicitadas pelo Instituto Nacional de Gestão das Calamidades Naturais (INGC). Só para se ter ideia das capacidades das forças produtivas do país, no que concerne à produção alimentar, os dados estatísticos mais recentes apontaram apenas duas culturas (milho e mandioca) com cifras acima das necessidades internas.

Por sua vez, prestando-se atenção às relações do poder, tomando como base o sistema mundial, em particular, as relações entre os Estados e os interesses do capital, constata-se que: com a queda do Muro de Berlim, acabou-se com o sonho de construção do socialismo que foi alimentado entre 1975 a 1985. Desde que se iniciou um processo de reformas através do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), que mais tarde passou a se designar com o Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES), o país foi se integrando às instituições internacionais. Em 1984, Moçambique foi admitido como membro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional; à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO); à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); à *Commonwealth* etc.

Supõe-se que ao aderir a essas instituições o propósito visa assegurar o acesso aos recursos necessários para prosseguimento dos objetivos de sociedade moçambicana. Tendo em conta os últimos contornos nos dois anos atrás – 2016 a 2017 - no capítulo das relações multilaterais entre o Governo de Moçambique (GdM) com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), caracterizadas por uma deterioração pelo fato de o GdM ter contraído empréstimo à revelia dessas duas instituições financeiras, nos conduz a dizer que essas relações têm outros interesses que estão alheios à maioria da população.

Uma das consequências das relações tensas instaladas foi a configuração do país na lista dos países não elegíveis para investimentos estrangeiros. Por outro lado, desde 2016, o FMI e os parceiros internacionais membros do FMI deixaram de prestar apoio ao Orçamento Geral do Estado (OGE). Este fato tem agravado os termos de troca entre a moeda nacional com as dos países mais ricos, com que se mantêm relações comerciais mais estreitas.

Paradoxalmente, os interesses econômicos dessas duas instituições financeiras, incluindo os de outras instituições, como é o caso do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), estão ativos. Empresas, como as mineradoras Vale S.A, Kenmare, Anadarko Petroleum e Sasol, que exploram recursos energéticos existentes no país, tendem a deter o monopólio de exploração de bens estratégicos na atualidade e impor o controle corporativo dos territórios em Moçambique.

Um estudo de Castel-Branco (ANO), sobre Desenvolvimento empresarial e da capacidade produtiva de Moçambique, refere que se recuar um pouco no tempo, isto é, entre 1995 até 2015, constata-se que as principais fontes do Produto Interno Bruto (PIB) foram serviços e os impostos cobrados aos mega e ou grandes projetos de indústria, energia, minerais e agricultura. O autor refere, ainda, que no conjunto dos países da África Subsaariana, a economia de Moçambique se tornou uma das três com mais Investimento Direto Estrangeiro

(IDE) e empréstimos comerciais do sistema financeiro internacional que recebeu. Acompanhado a dinâmica do IDE, observa-se que os processos conducentes à implantação dos grandes projetos em Moçambique ocorrem à margem das leis.

Praticamente em todo o país há relatos de violação dos direitos da população local, no que concerne ao acesso e usufruto do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT). Um dos direitos que sistematicamente é negado à população é o de proteção do direito de uso e aproveitamento da terra, apesar deste direito estar consagrado na Constituição da República. Mesmo considerando situações em que os interesses do Estado são tidos como os de maior prioridade, a lei estabelece expropriação antecedida de indenização justa, todavia os fatos revelam que tanto as empresas participadas pelo Estado (EDM e CFM são os casos mais conhecidos), como também as restantes empresas estrangeiras e nacionais, expulsam primeiro os sujeitos dos seus territórios, para mais tarde decidirem se há ou não direito às compensações. Nas situações em há atribuição de indenização, costumam ser irrisórias.

O capital das nações mais ricas, de onde são emitidos os grandes investimentos, como também o capital público e das parcerias público-privado, usam o poder que possuem para expropriação da terra ocupada pela população, como usam os instrumentos do estado para protagonizarem atos de brutalidade em caso de manifestações. As três empresas acima referidas são acusadas por envolvimento na expropriação, pagamento de indenizações injustas, entre outros atos devidamente acautelados pela lei. Nesse sentido, para nós o capital dessas nações ricas e o próprio estado, ao expulsarem os camponeses dos seus territórios, perpetuam a fome do que sua superação.

O mesmo se diz em relação às instituições financeiras internacionais (FMI e BM), as quais desde que Moçambique foi admitido como membro, às políticas económicas por si financiadas ao invés de redução das desigualdades sociais são cada vez notórias o aumento da precariedade em todo o país. As formas de emprego que tinham sido estabelecidas foram destruídas. O exemplo emblemático de que se tem registro é o programa de reabilitação económica (PRE), que acabou com a indústria de processamento de caju. As agroindústrias do caju não só contribuam na geração de uma classe social, a de operários, como também absorvia a produção agrícola gerada pelos camponeses e no incremento do volume das exportações (FREI; PEIXINHO, 2016).

Não obstante, nos debates promovidos, tanto pelo Governo, como pelos seus parceiros, transmite-se a ideia de que a principal causa da fome em Moçambique está assente nos baixos níveis de produção e produtividade agrária que o setor registra. Problemas estruturais, uma das faces do problema estrutural é logicamente a estrutura agrária. Segundo o MASA (2015), há no

país cerca de 4 milhões de *explorações*, das quais 3.9 milhões correspondentes a 98,7%, são classificadas como pequenas. O que significa que elas representam ao campesinato.

Entre 2009 a 2015, houve um incremento em cerca de 1% de explorações, isto é, os 3.827.797 camponeses apurados pelo Censo Agropecuário de 2009/10 (INE, 2010), houve uma pequena alteração. Nesse sentido, a opção que tem sido promovida está voltada para aumentar a produção através do que muitos autores denominam *modernização incompleta da agricultura*.

Aqui há um “enigma”. Ao longo desta pesquisa tentaremos apresentar as razões que nos levam a afirmar que a eliminação da fome ou insegurança atrelada à modernização da agricultura é um “enigma”. Aliás, mesmo sem nos basearmos em dados quantitativos, ninguém ficará escandalizado em Moçambique se afirmamos que os órgãos que superintendem a agricultura são os poucos que reúnem melhores condições de trabalho, sobretudo aos níveis central e provincial. Curiosamente, a pirâmide do quadro do pessoal com formação superior nos órgãos de agricultura é larga aos níveis central e provincial e achatada nos distritos. Por outras palavras, em Moçambique no setor agrário há mais gestores do que executores.

Os atuais números estão muito aquém das reais necessidades, tendo em conta os desafios que estão postos em Moçambique. Temos que advertir ao caro leitor que os nossos parâmetros de comparação são os órgãos públicos internos, importantes para um país como Moçambique. Observando o protagonismo da Agricultura, tomando como ponto de referência a sua presença física, comparando-a com os dos Ministérios de Saúde e de Educação, observa-se claramente que apesar destes últimos a sua presença física ser muito mais numerosa em termos de alocação dos meios circulantes está muito aquém do primeiro. A nossa análise é de custo-benefício.

O retrato aqui apresentado é apenas uma parte daquilo que consideramos como o “enigma”, neste estudo - a corrida pela modernização, neste caso concreto da agricultura. Quando não se clarifica o que na realidade se pretende modernizar, abre-se um campo para muitas interpretações. Quando uma intervenção pública, aparentemente, visando “melhoria das condições dos povos¹⁶ não é apresentada a esse mesmo povo, sendo que esse povo é considerado como “grupo alvo”, verificam-se inúmeros argumentos para se desconfiar dessa intervenção pública.

O ProSAVANA-JBM é um exemplo vivo de um cenário como o acima descrito, em que a sua concepção não contou com a participação dos “ditos grupos alvos”. O seu mote foi no âmbito da assistência técnica ao governo de Moçambique, pelos governos do Brasil e do Japão. Diz-se que seu objetivo é melhorar a competitividade do setor rural da região, em dois vetores:

¹⁶ Cf. Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala: versão Provisória. Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/DMP1_POR_20160226.pdf> Acesso em: 13 de nov. 2017

segurança alimentar e geração de excedentes para exportação. As estratégias adotadas asseguram a organização de esquemas dedicados ao incremento da produtividade na agricultura familiar e prestação de assistência técnica à agricultura baseada em agronegócio.

Tanto o objetivo do ProSAVANA-JBM, como as estratégias escolhidas, não deixa nenhuma dúvida que estamos perante um projeto em que se pretende a “modernização do setor agrário”. Quando se diz “melhorar a competitividade do setor rural da região” e “apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio”, fica claro que a intenção é mesmo transformar. O programa não fala de modernização, mas, nas condições de vida da população residente na região norte. Como acreditar que um projeto que é concebido sem se respeitar as regras mais básicas tenha como intenção melhoria de condições de vida da população?

O termo modernização é apenas uma tradução dos objetivos e estratégias expressos no programa do governo de Moçambique, em parceria com os governos do Brasil e do Japão. Subentende-se que os fins pretendidos são novos modelos de produção no seio dos camponeses. Esses modelos preconizam a ascensão dos camponeses para uma nova categoria social, a de agricultores familiares, que passarão a ser competitivos nos seus meios rurais, como também produzirão bens para exportação.

Teoricamente, o entendimento é de que a modernização da agricultura se refere às mudanças operadas nos sistemas que regem a terra – o que a maior parte de literatura trata de questão agrária são as transformações do componente técnico. Do debate travado em todo o percurso histórico é possível distinguir uma diversidade de posicionamentos, frutos de várias visões, por exemplo, no componente técnico: o posicionamento dos agrónomos está vinculado aos aspetos que incidem de forma direta na produção agrária em si e o de geógrafos abarca para além da tecnologia agrária e mudanças de outros aspetos que são importantes para o sucesso do setor agrário.

Esses aspetos são as estradas, os sistemas de geração e de distribuição de corrente elétrica, as redes de telefonia e de transmissão de dados, os serviços de financeiros etc. Em função desse aspecto, os geógrafos denominam as transformações espaciais que se operam, em primeira instância, nos espaços agrários, como modernizações territoriais (EGUIMAR, 2001; MENDONÇA, 2004; CASTILHO, 2014; PESSÔA, 1988).

Nesse contexto, vale dizer que a proposta de modernização do setor agrário para atender o problema de fome ou de insegurança alimentar em áreas rurais que é proposta em Moçambique só pode ser compreendida a partir de uma análise que abarca a totalidade dos aspetos acima referidos, nomeadamente a questão agrária, a questão agrícola e outros componentes técnicos. Em suma, neste capítulo mostramos que a ação geopolítica dos projetos

em curso possui uma justificativa ideológica baseada na eliminação da fome. Mostramos também ser necessária a análise espaço/temporal de Moçambique e os seus componentes naturais. Vimos, ainda, o modo pelo qual o Estado moçambicano tem agido.

CAPÍTULO III

3 DESCONTINUIDADE DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO EM MOÇAMBIQUE

O processo de modernização da agricultura e do espaço agrário do distrito de Monapo, Moçambique, objeto do trabalho, se coloca como fatores centrais da reflexão deste capítulo. Vale perguntar como ocorre a modernização, suas contradições e descontinuidades.

As ideias iniciais de modernização foram direcionadas para criação de duas formas organizacionais de produção no setor agrário: *cooperativas e empresas estatais*. De acordo com o que está plasmado nas Linhas Fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo (LFPPI) para 1981 a 1990 (1980), com as cooperativas pretendia-se integrar cerca de 10 milhões de pessoas na produção baseada em cooperativas; empresas estatais agropecuárias.

O espírito que movia esse projeto era o de *socialização do campo*. As contradições que caracterizam as relações sociais no campo (que ainda subsistem) em Moçambique, incluindo os seus modos de vida e de ser (valores culturais e éticos) foram considerados como símbolos do atrasado. A concepção dos modos de vida dos Outros, na significação do atraso, alimentou ideias do Estado da necessidade de transformação dos sujeitos atrasados em “Homens novos”.

Essa necessidade está expressa no LFPPI (1980), do qual extraímos os trechos seguintes:

“- a transformação de milhões de camponeses subjugados ao obscurantismo, à ignorância, à luta constante pela sobrevivência, num forte campesinato socialista, edificado sobre novas relações de produção e que constrói conscientemente o futuro; [...] – a alteração completa da relação das forças de classes no campo, tomando o setor socialista dominante e determinante na produção e comercialização agrária” (MOÇAMBIQUE, 1980, p.14)

As cooperativas, no projeto socialista estavam revestidas de *formas modernas* de organização da produção, e eram necessárias para “libertação” dos homens e mulheres das “garras” de *obscurantismo e ignorância*. Para concretização das *cooperativas*, previa-se entre outras ações ocupar as herdades abandonadas pelos colonos, desencadear-se reassentamentos da população ou criação de *Aldeias Comunais*. As ideias da produção coletiva e das *Aldeias Comunais* foram construídas durante a luta armada. Os resultados obtidos na luta armada de libertação nacional tornaram essas ideias (assentamentos a partir de Aldeias Comunais e produção coletivas) inquestionáveis. Um artigo de Aquino de Bragança, que foi revisto pelos investigadores do Centro de Estudos Africanos (CEA) intitulado *Da Idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique* (1986) ao refletir sobre as contradições da História de Moçambique, sobretudo a que tem na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) seu principal protagonista refere que,

Na crónica de uma historiografia vitoriosa é muito raro encontrar relatos focando aspetos “menos vitoriosos”. Assim, na História da Luta Armada, como o processo global que conduziu à vitória, considera-se ser desnecessário analisar de uma forma crítica o conteúdo e os limites dessa vitória: não se

avaliam os aspetos que nessa vitória poderiam no futuro comprometer e ameaçar a consolidação de algumas das conquistas alcançadas (CEA, 1986).

A análise dos investigadores do CEA pode nos ajudar a compreender que o transporte tácito de caminhos seguidos durante a Luta Armada, e que provavelmente, não se constituíram nessa altura *violência simbólica*, já no contexto de independência se configuraram como violência. Os projetos de Aldeias Comunais e das cooperativas tinham janelas para colocação e debate sobre a reforma agrária. Todavia, os símbolos de atraso e de vinculação do camponês na lógica do mercado desviaram a centralidade do problema de redistribuição da terra.

O Governo ao conceber as cooperativas, fez para servir-se dele como meio de proletarização e mercantilização do campesinato. Observe-se que as cooperativas, no conjunto do que se pretendia resolver era o estabelecimento de “preços referenciais, de subsídios e créditos ao aprovisionamento, da assistência técnica, da comercialização e abastecimento, mecanização, formação de quadros e desenvolvimento social; edificação do setor cooperativo com base na transformação socioeconômica do setor familiar, e envolvimento dos camponeses no modo de vida coletiva nas *Aldeias Comunais*; previa-se a coexistência entre a produção coletiva realizada na cooperativa, com a individual, realizada fora da cooperativa pelos cooperativistas com possibilidades para o efeito; A criação de *Aldeias Comunais* abraçava projetos sociais designadamente Educação, Saúde, Abastecimento de Água, Transportes e Comunicações, Habitação, Cultura, Informação e Desporto” (MOÇAMBIQUE, 1980, p.15). Este projeto não foi para além de um sonho. Não houve condições para problematização da questão agrária. A guerra, em particular é apontada como tendo inviabilizado tudo (MUNGOI, 2008, p. 21).

É de domínio público, pelo menos para aqueles que acompanham a História de Moçambique, que o país integra a lista dos países que tentaram seguir o que Santos (1979, p. 5) designou “planejamento não capitalista” logo que se conquistou a independência em 1975¹⁷. Nesse sentido, a guerra que devastou o país é enquadrada no contexto das clivagens da Guerra Fria. Ela não só inviabilizou o projeto socialista, mais do isso, o fato é que criou condições para dependência externa. As condições prevaletentes nos primeiros anos da década de 1980, caracterizadas pelo caos total, devido a guerra civil e agressões militares foram agravadas ainda pela estiagem que atingiu toda extensão territorial do país, com maior gravidade na região Sul. A política agrária estabelecida, nos anos que seguiram – de 1975 - 1985, por sua vez, contribuiu

¹⁷ Cf. VISENTINI, Paulo Fagundes. As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Unesp, 2012

para redução da produção agrícola, quer em *machambas estatais mecanizadas*, como nas *machambas dos camponeses*.

Tabela 3 - Taxa de crescimento anual de PIB por área de produção

Setores de atividades	1960-73	1974-86	1987-96	1997-2001
Agricultura	2.18	-3.09	5.75	4.10
Manufatura	12.07	-8.56	0.49	20.00
Construção	44.49	-1.76	0.33	12.03
Transportes e Comunicação	13.42	-4.88	8.45	10.00
Outros	5.75	-1.85	6.06	-

Fonte: Agenda 2025 (2003)

Na tabela 3, pode-se observar que, entre 1974 a 1986, o desempenho da agricultura no PIB foi negativo. Para muitos autores, tal fato ocorreu devido à combinação de seguintes fatores: agressão militar e guerra civil, seca, embargo econômico da África do Sul e as políticas econômicas adotadas pelo novo Governo. A combinação desses dois fatores (políticas agrárias adotadas logo após a proclamação da independência e a guerra de destruição) obrigaram o Governo a abandonar a via socialista, em 1987.

Tabela 4 - Estrutura do PIB (Taxa de crescimento)

Tipo de atividade	1995	2000	2005	2010	2011
Agricultura	3.2	3.5	7.5	8.0	7.7
Industria	0.2	22.7	13.2	5.1	6.5
Serviços	4.0	6.5	8.2	7.9	5.9
Total	2.8	9.4	8.8	7.2	7.3

Fonte: INE (2011)

Nas condições em que o país se encontrava, o Governo submeteu-se em 1987 às exigências das instituições financeiras internacionais, o que se traduziu pela implementação do programa de reajustamento estrutural (PRE). Como se pode observar nas tabelas 1 e 2, a economia registrava valores negativos. A inflação muito alta, as despesas públicas não eram compensadas pelas receitas.

No entanto, nos anos que se seguiram a tendência econômica melhorou significativamente. A melhoria, neste sentido, não resultou de uma intervenção estrutural de vulto, mas sim devido à retomada de atividades tradicionais, sobretudo, a agricultura nas regiões relativamente seguras. Os serviços de transportes e comunicações, comércio e serviços urbanos foram incrementados testemunham mais fluxos de circulação de pessoas e bens.

A recuperação econômica registrada, entre 1987 a 1996 tabelas 3 e 4 abriu caminho para se pôr fim a um conflito que já tinha dado cabo à espinha dorsal da economia. Com o estabelecimento de um clima de paz em 1992, o país passou para uma nova etapa no processo de FES que, será caracterizado pela aplicação de ideologias neoliberais.

Tabela 5 - Alguns indicadores da economia moçambicana, período 1984-86

Variáveis macroeconômicas	1980	1981	1984	1985	1986
PIB (variação anual)	2.2	-3.6	-16.8	-4.2	-10.8
Inflação (IPC)	s/da	2.0	17.6	47.8	12.2
Importações/exportações	35,0	35	17.7	18.1	14.6
Déficit da Bal. Pagamentos/PIB	-1.4	-2.8	-13.9	-9.7	-13.9
Déficit público corrente/PIB	0.1	0.9	-10.2	-9.3	-12.1
Gastos públicos/PIB	7.8	17.3	20.8	22.4	25.4
Receitas Públicas/Gastos públicos	105.7	106.4	66.6	58.2	52.2
Investimentos públicos	12.7	17.2	9.7	4.5	6.9

Fonte: Mosca (1996)

a: sem dados

As primeiras ações que mereceram maior atenção nesta fase foram as reformas do quadro que regula o acesso e uso de recursos naturais do solo e do subsolo. As reformas aqui referidas incluíram a concepção de novos instrumentos, como também, a aniquilação dos que não se enquadravam no contexto da economia do mercado. Dos instrumentos derrubados, evidentemente interessa fazer-se menção que a concepção da Lei nº 19/97 de 1 de Outubro¹⁸ foi o culminar da revogação da Lei de Terras nº 6/79 de 3 de Julho, que até então vinha vigorando no país.

Antes da concepção da Lei de Terras 19/97, por meio da Resolução nº 10/95¹⁹ se concebeu uma Política Nacional de Terras e respectiva Estratégia de Implementação. Foi exatamente com base nesse instrumento político, que se criou o “mito²⁰” no seio do Governo,

¹⁸ MOÇAMBIQUE. Legislação sobre Terra: Lei nº 19/97, Regulamento da Lei de Terras: Decreto nº 66/98. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2002

¹⁹ MOÇAMBIQUE. Resolução nº 10/95 Aprova a Política Nacional de Terras e as respectivas Estratégias de Implementação. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1996

²⁰ No capítulo II, relativo à análise das oportunidades e limitantes foram listadas como oportunidades: a sua extensão considerada como grande; pouca população em relação ao território (não há pressão demográfica ainda); relativa abundância de recursos do solo, água, fauna e flora; cerca de 2500 Km de comprimentos da costa e praias; solos com boa fertilidade, temperaturas e regimes de chuvas favoráveis à agricultura e florestas; clima praias, flora e faunas favoráveis ao turismo; recursos do subsolo aparentemente abundantes (falta investigação). Na lista das fraquezas foi apontado que: a maioria da população não tem segurança de acesso e uso da terra; pobreza e falta de educação formal da maioria da população; faltam capitais e tecnologias para explorar os recursos; infraestrutura econômica e social deficiente; serviços de apoio à produção são ausentes ou deficientes; sistemas de titulação, cadastro e registo da terra são deficientes; falta de definição de limites físicos e conceptuais para delimitação dos terrenos; sistemas de planeamento do uso do solo ineficazes; degradação ambiental (MOÇAMBIQUE, 1996, p.2)

de que o território de Moçambique, com uma dimensão de 801 590 km² é “imenso” e com terra em “abundância” de terra (MOÇAMBIQUE, 1996, p. 2).

O fato de o país não dispor de uma rede abrangente de serviços básicos (água e saneamento do meio, assistência sanitária, educação de qualidade), como também por não possuir capacidades para exploração econômica dos seus bens naturais e das infraestruturas de transportes edificadas pelo sistema colonial, no olhar do capital financeiro internacional, constitui uma condição para sua infiltração com os mesmos objetivos coloniais: a ocupação do espaço, a exploração dos povos, a produção de *commodities*, o controle geopolítico e corporativo dos territórios.

A nova investida ganhou seu corpo à entrada do século XXI. Assiste-se nos últimos anos uma propagação de ideologias que estimulam o surgimento de novos segmentos de trabalho designados “pequenos empreendedores” em forma de auto emprego nas principais cidades do país que se enquadram na *economia informal*. Esses empreendedores se envolvem em comercialização de bens importados, em particular, os manufaturados. Em paralelo aos negociantes de bens importados, decorre uma estruturação de outros pequenos empreendimentos vocacionados ao transporte e exploração de bens naturais. Fazem parte desse grupo os sujeitos que se dedicam ao transporte de areia, pedras, paus (estacas), caniço, lenha, carvão, incluindo o transporte de bens frescos. Uma das principais características da *economia informal* é o tipo de relações de trabalho – o trabalhador é o que se chama “boia-fria”, sem carteira assinada. Esse fato não implica que ele (o trabalhador) está isento de pagamento do imposto relativo à segurança social.

No que diz respeito ao setor agrário de acordo Mosca (1996, p. 46), nenhuma alteração estrutural ocorreu. O camponês continuou na marginalidade, houve uma ligeira recuperação da participação dos produtores e dos camponeses fixados nos regadios. Contudo, nas cidades, emergiu um *mercado informal*, de comercialização dos produtos agrícolas, os mercados populares, as intervenções feitas ao setor produtivo agrário no âmbito do PRE, através do Programa de Reabilitação Agrícola concentraram sua atenção na capacitação institucional, tal como nos foi revelado pelo Engenheiro Agrônomo, Senhor Custódio Mucavele.

A pergunta formulada foi: dentre os vários programas que foram implementados, o PROAGRI se notabilizou pelo fato de ter concentrado sua atenção na capacidade institucional pública do que na capacidade de geração de produção, que seria base de sustentabilidade do setor agrário. Acredita com essa opinião? Como se explica esse fato?

A resposta dada foi: “*É verdade que PROAGRI concentrou-se mais no apoio à capacidade institucional, mas era necessário na altura, pois as duas capacidades são necessárias para uma boa sustentabilidade*”.

No âmbito das categorias sociais, a estratificação da sociedade passou a ser bem evidente: o setor burocrático constituído, que é preenchido pelos dirigentes políticos, membros que administração do Estado, se configuraram como uma categoria social que detém o poder; os grandes comerciantes, banqueiros entre outros que controlam o setor produtivo formal, embora não haja homogeneidade, por sua vez, constitui a classe que detém os meios produtivos, pelo que são os capitalistas; os trabalhadores que ocupam posições de destaque na sociedade formam a classe média e; por último, os restantes grupos que incluem trabalhadores que ocupam posições inferiores na hierarquia profissional, revendedores espalhados em mercados populares, nas ruas e os camponeses compõem, por sua vez a classe social baixa.

A tentativa de redução das desigualdades sociais que foi observada entre 1975 até 1985, foi interrompida a partir de 1987 quando se iniciou com o processo das reformas estruturais no âmbito do PRE. Pode-se dizer que o preço da assistência financeira e da paz alcançada em 1992 foi o estabelecimento das condições para o estabelecimento do neoliberalismo.

Partindo-se da ideia de que, tratando-se de serem processos sociais complexos, a passagem de uma etapa para outra não se dá em períodos claramente definidos, significa que o estabelecimento das condições básicas e materiais de livre mercado se concretizaram com a adoção da concepção da Constituição de 1990. As alterações operadas na constituição de 2004 fazem para um mesmo processo.

Todavia, mesmo tendo-se liberalizado o mercado, ter-se privatizados boa parte dos bens do Estado, em particular, os meios de produção do setor agrário, o interesse do capital estrangeiro pelo setor agrário se efetiva após à crise financeira de 2008. Nem o acordo que foi assinado pelos então presidentes de Moçambique, Joaquim Chissano e o da África do Sul, Nelson Mandela, em maio de 1996, visando estabelecimento de “assentamento de mil agricultores brancos sul-africanos na província nortenha de Niassa” (SAYAGUES, 1996) foi capaz de mobilizar o capital para o território de Moçambique.

Assim, observando-se as transformações que estão sucedendo no território de Moçambique, caracterizadas pela expansão da fronteira agrícola, concentração de terra, há razões suficientes para se colocar a seguinte questão: qual será a principal motivação do aumento pela procura de terras em povoações campesinas, em particular, ao longo do Corredor de Nacala?

Observando a dinâmica da economia, nos últimos anos há indícios que o capital internacional está a produzir uma nova geografia do uso agrário do solo. As terras que estão nos lugares mais próximos às infraestruturas de transportes, como também, aos principais centros urbanos são as mais preferidas para acomodação do agronegócio.

Segundo refere CASTEL-BRANCO; MASSINGUE; MUIANGA (2015, p.9) a taxa média anual de crescimento econômico de Moçambique, até 2015 situava-se, acima de 7%, quase duas vezes mais que a média para a África Subsaariana.

O Governo de Moçambique, no âmbito das intervenções²¹, que tem realizado juntamente com os seus parceiros (bilaterais e multilaterais) enfatiza como uma das metas a ser alcançada a curto prazo no setor agrário, é a “remoção dos obstáculos ao longo da cadeia e do apoio a ser dado à produção e comercialização de produtos e insumos” (PEDSA, 2014, p.81).

A leitura (diagnóstico) que se faz do setor agrário de Moçambique indica que o país possui 3.3 milhões hectares de terra irrigável, que corresponde ao dobro da terra irrigável da África do Sul (PEDSA, 2014, p.24). No entanto, Uaene (2012) refere que do potencial da terra irrigável existente no país, apenas só se explora 15%. No que diz respeito à estrutura agrária, afirma-se que, há no país cerca de 3,7 milhões de “pequenas explorações”, que são responsáveis por 95% do total da produção agrícola. Os restantes 5% são atribuídos a cerca de 400 agricultores comerciais, que se dedicam a produção de culturas de rendimento e de exportação (cana de açúcar, tabaco, chá, citrinos e pecuária) (MASA, 2015).

Com base nos dados aqui apresentados, pode-se dizer que houve um esforço para inventar 5% de explorações classificadas como grandes, pois, os 400 agricultores comerciais que estão indicados no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), nem atingem um por cento (1%) no conjunto de toda estrutura agrária. Existe uma dificuldade que reina no MASA, para assumir que em Moçambique quem assegura a produção agrária é o campesinato, que o faz nas condições precárias: pequena exploração, a média nacional é de 1.5 hectare; desprovido de meios técnicos que possam facilitar trabalhos pesados (lavoura, rega, transporte de bens, etc.) apenas para citar alguns exemplos.

Uma focalização da estrutura agrária, apresentada pelo PEDSA, indica que pequena exploração é a que tem uma dimensão menor que 25 hectares, ou a que tem como área cultivada até 10 hectares preenchida por culturas permanentes, por culturas anuais; ou com até 5 hectares

²¹ Cf. Plano Nacional de Investimento Agrário (PNISA) 2013-2017. Disponível em <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/moz158423.pdf>> Acesso em 13 de dez. 2016; <http://www.masa.gov.mz/institucional/ministerio/arquivo/politicas-e-estrategias/> Acesso em 20 de abr. 2017

de terra com culturas em irrigação; ou ainda com até 10 cabeças de gado bovino ou com até 50 animais que se enquadram no conjunto de pequenos ruminantes e suínos, ou com até 2000 aves.

Se basearmos só na componente dimensão da exploração agropecuária, que a média de todo o país é de 1.5 hectare, claramente conclui-se que a estrutura agrária é formada essencialmente por “camponeses pobres”. Todavia, são esses “camponeses pobres” que asseguram a produção alimentar interna, como também contribuem na produção de culturas de exportação (castanha de caju, algodão, girassol, gergelim, feijões e recentemente estão sendo submetidos no circuito de produção da soja. De um modo geral, os camponeses desenvolvem as suas atividades produtivas nas condições oferecidas pela natureza, empregando meios manuais, ainda, muitos deles fora do alcance dos serviços de extensão agrária, tanto os da rede pública, como os das outras redes (setor privado e organizações não governamentais) que lhe pudesse providência alguma assistência técnica (PEDSA, 2014).

O quadro de penúria aqui retratado espelha a realidade em que muitos camponeses se encontram. Ora, é realmente com base nesses cenários que são celebrados os acordos de cooperação, envolvendo instituições públicas em representação do Governo de Moçambique, com diferentes parceiros, cuja finalidade declarada nesses acordos é melhoria das condições de vida da população. O Acordo de Cooperação Triangular para Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA-JBM), entre os governos de Moçambique, Brasil e Japão enquadra-se na “máscara” de assistência dos mais poderosos aos mais fracos, para melhoria de qualidade de sua vida. Os grupos mais poderosos economicamente aproveitam-se da situação frágil em que os camponeses se encontram no aporte tecnológico. Consideramos que essa ideia é a que comanda o governo e seus parceiros.

Esta suposição consubstancia-se com o que está dito como antecedentes do ProSAVANA-JBM, plasmados no Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique. Os antecedentes deixam claro que a ideia de cooperação para Assistência Técnica no âmbito institucional dos setores agrários em Moçambique, está associada à criação das condições para concretização dos interesses dos mais poderosos do que propriamente à necessidade de Assistência Técnica aos camponeses. Embora, se refira que a manifestação do interesse tenha surgido da missão do Ministério da Agricultura de Moçambique, neste estudo, o Governo é assumido como um grupo poderoso.

A ideia segundo a qual, a cooperação técnica entre o Japão e Brasil, no âmbito agrário possui uma longa história. Ela iniciou na década de 1970. Os seus verdadeiros interesses nunca foram revelados. O que realmente foi comprovado por vários estudos dos quais destacamos, o

artigo da Patrícia Francisco Matos e da Vera Lúcia Salazar Pessoa, com o título *O agronegócio no Cerrado do Sudeste Goiano: uma leitura sobre campo alegre de Goiás, Catalão e Ipameri*²², Pessoa (1988)²³; Inocêncio (2010)²⁴. Nesse estudo são assinalados os impactos nos três municípios da região do Cerrado do Brasil, que foram provocados pelo agronegócio, que foi consequência da cooperação técnica entre os Governos do Brasil e do Japão²⁵. Pode-se dizer que um dos determinantes para acomodação do agronegócio é a retirada da população no campo; incorporação dos meios tecnológicos de grande capacidade no campo, se imóveis rurais estão a acabar com os bens naturais (água, animais e flora).

Na realidade, o espaço onde se acordou desenvolver projetos inseridos no ProSAVANA-JBM, compreende uma faixa territorial que está entre os paralelos de 13° S e 17° S., abarcando da costa ao interior continental, dezenove distritos nomeadamente de Leste a Oeste: Monapo, Meconta, Muecate, Mogovolas, Rapale, Murrupula, Mecuburi, Ribáuè, Lalaua e Malema – província de Nampula; Alto Molócuè e Gurué – província da Zambézia; Cuamba, Mecanhelas, Mandimba, N’Gauma, Chimbonila, Majune e Sanga – província de Niassa.

Além da estrutura agrária em si, as transformações territoriais reclamadas como uma necessidade urgente, incluem evidentemente, modificação da atual estrutura agrária, que implica reforma das estruturas fundiárias, caracterizada por um regime da terra baseado no controle da terra pelo Estado. Mas há também, a questão o tipo de tecnologia que predomina nos setores econômicos, que tende se comportar de meios e equipamentos relativamente modestos. Esse fato é encarado como a razão da dependência econômica do país.

Assim, para se reverter o menor uso de tecnologias no setor de agricultura, que é tido como a principal razão da baixa produção e produtividade agrária que atualmente se registra, que se julga como o motivo de dependência em víveres alimentares, estão em curso vários programas que contam com a participação dos parceiros bilaterais e multilaterais.

Esses programas, além de intervenções na estrutura agrária integram os setores econômicos. Nos últimos anos no setor das infraestruturas de transportes, os investimentos que mais se destacam, são os que resultaram em reabilitação da Estrada Nacional nº 1 (EN1), que estabelece a ligação Sul/Norte – a dita “ponte de unidade nacional”; o projeto de construção de

²² O agronegócio no Cerrado do sudeste goiano: uma leitura sobre Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri.

²³ PESSÔA, V. L. S. **Ação do Estado no Cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG.** 1988. 238 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.

²⁴ INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado.** 279 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010.

²⁵ Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado

Estrada Nacional nº 4 (EN4), que liga a cidade de Maputo com a África do Sul através de Ressano Garcia; projetos de construção e reabilitação das ferrovias e terminais de carga, que configuram os corredores de desenvolvimento de Maputo, da Beira e Nacala.

Há que assinalar também, o surgimento no mesmo período de projetos de prospecção dos recursos energéticos, em particular, o gás natural (Inhambane, Sofala e Cabo Delgado) os projetos de exploração de recursos minerais, dos quais os mais destacados são os que estão instalados em Tete, Nampula (SELEMANE, 2016; FREI, 2017; BATA, 2018; MATOS, 2016).

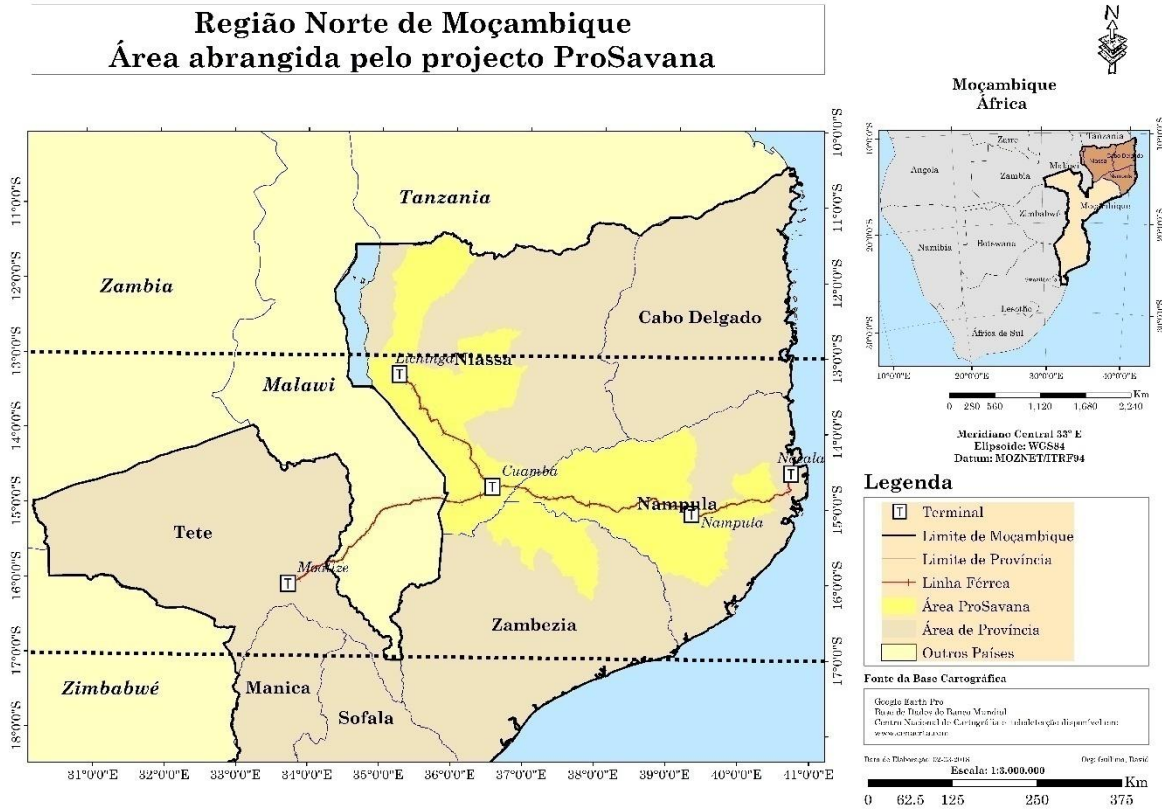
No setor de agricultura, os projetos de grande vulto (apenas alguns casos), em termos de capital aplicado, são os de produção de banana na região metropolitana de Maputo e em Nampula, de produção de flores na província de Manica, de produção de cana-de-açúcar nas províncias de Maputo, Sofala e Cabo Delgado e, recentemente, as intervenções associadas ao Programa de Cooperação Triangular para Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais de Moçambique.

Os territórios reduzidos aos interesses da sociedade Corredor de Desenvolvimento Nacala abarcam toda a extensão territorial que é atravessada pela ferrovia Nacala/Moatize, abrangendo também uma parte do território do Malawi. No entanto, há que assinalar que, não são todos os territórios abrangidos pela ferrovia que são inseridos no circuito de produção das *commodities*, tal como ilustram os documentos do ProSAVANA-JBM. Os que foram selecionados, estão integrados nos distritos de Monapo, Meconta, Muecate, Mogovol, Rapale, Murrupula, Mecuburi, Ribáuè, Lalaua e Malema – província de Nampula; Alto Molócuè e Gurué – província da Zambézia; Cuamba, Mecanhelas, Mandimba, N’Gauma, Chimbonila, Majune e Sanga – província de Niassa (figura 17).

Em nossa opinião a escolha desses distritos está na necessidade de se aproveitar as facilidades para viabilização de projetos vinculados ao agronegócio e à logística até ao Porto de Nacala. Quando se assumiu o acordo de fixação da “área piloto”, em 2012, estimou-se que a área albergava aproximadamente 4.287.415 milhões de habitantes, com densidades populacionais em cada distrito a variarem de 3 habitantes por km², em Majune, e à 97,2, em Monapo. Essa característica reflete o padrão de distribuição espacial de todo o país, em que os distritos costeiros são os que concentram maiores quantidades populacionais.

No âmbito de ocupação e apropriação do espaço, pode-se dizer que está perante dois grupos: o primeiro, constituído pela população que está organizada de acordo com as práticas e costumes de cada grupo e das ações dos poderes coloniais e recentemente do governo de Moçambique (GdM); o segundo, inclui o grupo dos sujeitos vinculados ao agronegócio e à

logística até ao Porto de Nacala. Assim, pode-se dizer que os distritos escolhidos se configuram como *fronteira do agronegócio*.

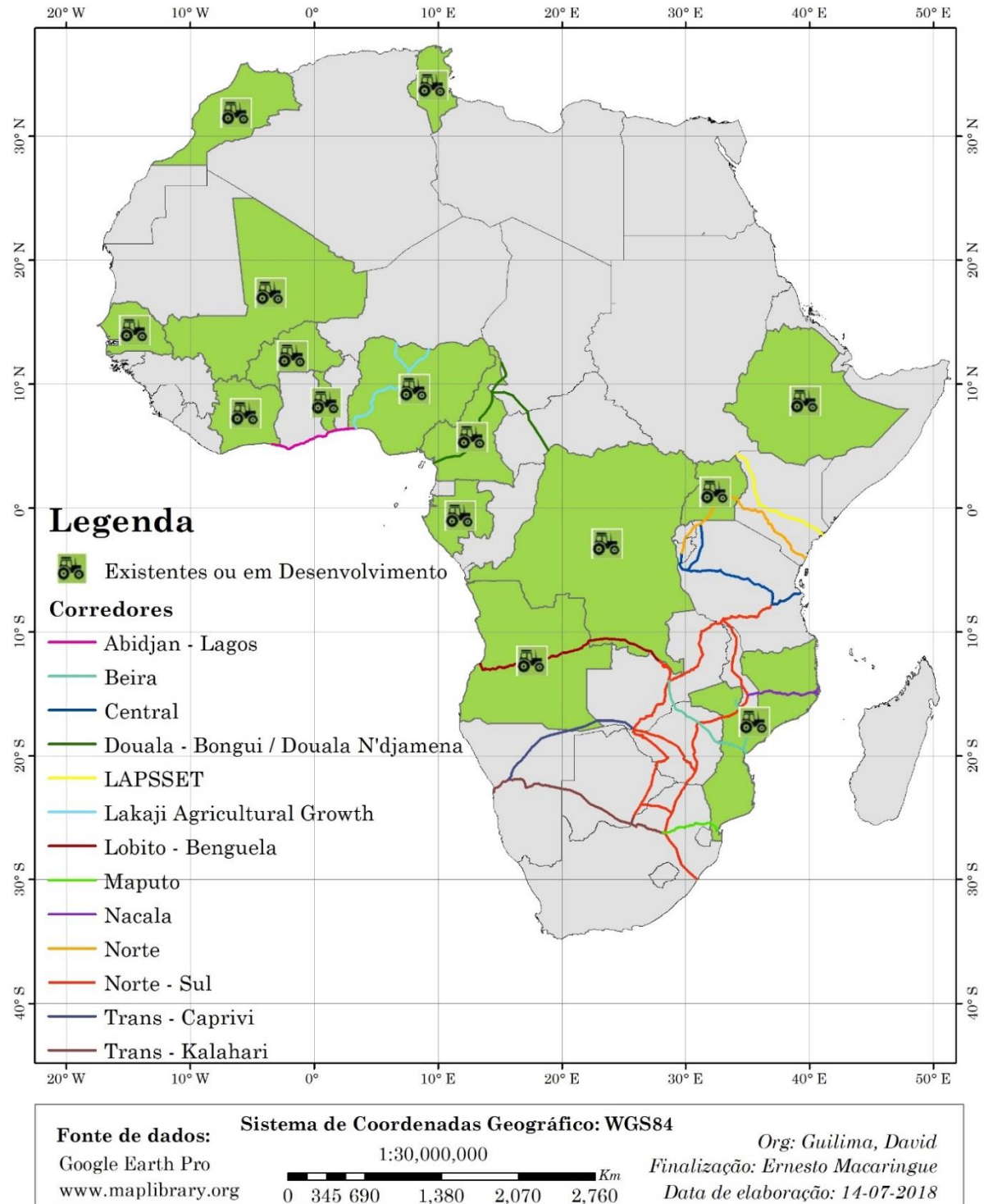


Mapa 8 - Área Piloto do ProSAVANA-JBM
Fonte: Org. próprio autor (2017)

Nesse contexto, o estudo questiona a atuação do governo de Moçambique (GdM) na facilitação das ações inseridas nos acordos visando a viabilização do ProSAVANA-JBM. Dois acordos foram celebrados separadamente, o primeiro em 17 de setembro de 2009 e o segundo em 03 de dezembro de 2012, pelos GdM, do Brasil e do Japão, respectivamente. Determinaram como área do estudo do ProSAVANA JBM o Corredor de Nacala.

Os acordos firmados no âmbito da “cooperação triangular”, que visam viabilização dos projetos de ProSAVANA-JBM, fazem parte de uma ampla gama de acordos que estão vinculados à “assistência técnica”, uns sob os auspícios das instituições financeiras internacionais - o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) -, das grandes corporações – Vale Lda, Kenmare Moma Mining (Mauritus) Lda, Lúrio Green Resources, SA. -, das organizações não-governamentais e agências de cooperação e desenvolvimento e, neste caso concreto, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (AJICA). Os mapas 9 e 10 refletem os domínios das maiores corporações mundiais no século XXI.

Polos de Desenvolvimento Agrícola E Corredores em África

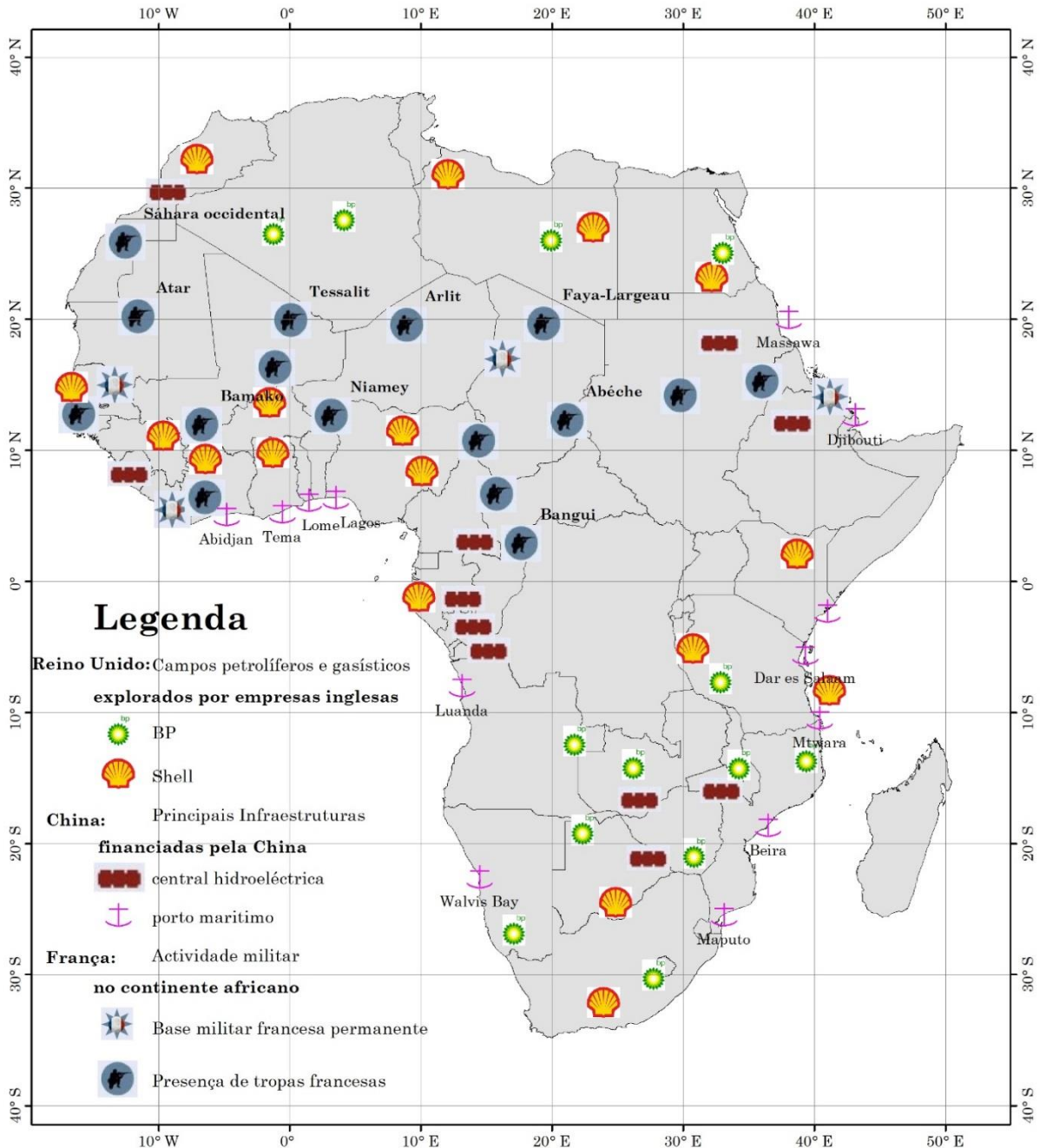


Mapa 9 – Corredores de desenvolvimento agrícola em África

Fonte: Org. próprio a partir dos dados disponíveis em

<www.iisd.org/sites/default/files/publications/rise-agricultural-growth-poles-in-africa.pdf> Acesso 2 de nov. 2017

Continente Africano Colonização no Século XXI



Fonte de dados: Sistema de Coordenadas Geográfico: WGS84
 Google Earth Pro 1:30,000,000
 www.maplibrary.org 0 345 690 1,380 2,070 2,760 Km
 Org: Guilima, David
 Finalização: Ernesto Macaríngue
 Data de elaboração: 14-07-2018

Mapa 10 – Domínios de grandes corporações mundiais em África
 Fonte: Org. próprio autor a partir dos dados disponíveis em <<https://elordenmundial.com/la-colonizacion-de-africa-1815-2015/>> Acesso 2 de nov. 2017

A outra razão se relaciona, como o que é apontada por Calmon (2012), nos seguintes termos, sobre as mudanças projetadas em Moçambique,

[...] ocupam um espectro amplo entre negócios privados e políticas de governo, envolvendo frequentemente uma mistura dos dois, mas têm em comum alguns elementos: crescentemente têm participação ou mesmo um papel central dos chamados países emergentes, principalmente da China e do Brasil; têm pretensões de *integrar Moçambique mais na economia mundial através de exportações de produtos primários* e buscar a *modernização do país*; e refletem simultaneamente processos globais de novas tendências de acumulação do capital e uma conjuntura interna favorável a essas mudanças (CALMON, 2012).

No atual contexto de correlação de forças capitalistas, o continente africano no seu todo e, neste caso concreto, Moçambique, configura-se como um espaço privilegiado para acumulação ampliada a partir de vários negócios, não apenas para o capital proveniente no âmbito das relações Sul/Sul, mas na totalidade do capital hegemônico. É uma questão de disputas. Nos dados do Departamento dos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro de Nampula consta que a concentração dos DUATs em empresas e sujeitos singulares estrangeiros aumentou nos últimos dez anos. A Green Resources, uma empresa da Noruega com diversos projetos (exploração florestal, agronegócio de soja) concentra DUAT de mais de 181.121 hectares, que foram concedidos pelo Governo.

3.1 Disputas territoriais no corredor de desenvolvimento de Nacala

Com base em concepção de Milton Santos (1992), pode-se afirmar que o espaço geográfico de Moçambique, isto é, a “sociedade moçambicana” compreende todo o conjunto de elementos que lhes dão vida: os grupos de populações humanas na sua “diversidade étnica”, racial, crenças religiosas e até político partidárias; o meio ecológico, que também é diverso, agregando características costeiras e do interior; as firmas, isto é, empresas instaladas no espaço físico de Moçambique, as instituições que operam também em Moçambique e, por último as infraestruturas (estradas, ferrovias, aeroportos, hidrelétricas, etc.

Como se pode observar os únicos elementos espaciais que não se movem são, o meio ecológico que inclui, a estrutura da terra, tanto no interior da terra, como na superfície terrestre e as construções humanas, ou seja, os “objetos espaciais artificiais”. Os outros elementos espaciais, incluindo a população humana não dispõem de caráter fixo. Dependendo das

conjunturas de várias ordens, podem deixar de fazer parte, como podem passar a fazer parte, do espaço geográfico de Moçambique.

Por exemplo, recentemente populações de aldeias completas na província de Tete foram obrigadas a migrarem-se para Malawi devido a tensão político-militar que deflagrou depois das eleições de 2014, oficialmente ganhas pelo Partido Frelimo e seu candidato Filipe Jacinto Nyusi. Um outro exemplo é o das firmas que operam em Moçambique. O setor do turismo, na província de Inhambane, devido a tensão político-militar passou por momentos de crise, que punha em causa a permanência de algumas firmas implantadas ao longo da costa por falta de clientes. Esse fato ocorre porque, o dinamismo do turismo em Moçambique é assegurado pelos turistas estrangeiros.

Os dois exemplos aqui abordados revelam a complexidade teórica de conceituação do espaço. Falamos aqui de duas situações que ilustram a complexidade para se estudar os elementos do espaço moçambicano, neste caso, da população dado que ela, em terminados sítios vive num contexto de instabilidade que torna impossível especificar o ponto fixo onde está localizada. O outro caso é o das firmas. O exemplo tomado aqui trata de situação de conflitos, que realmente tem ocorrido em Moçambique. Mas além desse aspeto há a questão das escolhas dos gestores que faz com que as firmas não permaneçam nos mesmos locais por longos anos.

Ao iniciarmos por arrolar estes dois problemas conjunturais nosso objetivo é mostrar que um espaço geográfico está permanentemente em movimento. Os seus elementos alteram-se sempre. Os fatores que provocam as transformações podem ser inteiramente intrínsecos a sua própria dinâmica, como também de influência externa. Por exemplo, as dinâmicas possíveis em população humana são: aumento/redução do seu tamanho; devido aos nascimentos, mortalidades e migrações; o meio ecológico pode alterar as suas qualidades em virtude de pressão exercida por vários interesses; as firmas, a dinâmica das firmas é dinamizada pelos interesses fora do espaço; as instituições que atuam, nos últimos anos operaram-se profundas mudanças no relacionamento dos sujeitos que levam com que o carácter das instituições não se restrinja ao sítio onde estão fixados. As instituições atuam a distância. Pode-se tomar alguns dos atores (elementos espaciais instituições coletivas ou individuais) do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, que atuam no âmbito do ProSAVANA-JBM.

Por exemplo, para instituições como organizações da sociedade civil, a sua atuação não carece da sua presença no espaço físico moçambicano. O mesmo se diz em relação as empresas fomentadoras de cultivo de soja, que para lograrem êxito no espaço do Corredor de Desenvolvimento de Nampula, a sua ação se faz por terceiros.

No entanto, as particularidades aqui abordadas não retiram a necessidade de uma reflexão desses e de outros elementos espaciais no sentido de avaliar as suas funções, as interações entre os elementos, a necessidade de classificá-los, a sua análise de acordo com o as técnicas e nível de organização, a estrutura dos elementos e as práticas cotidianas. Nesse estudo, nos propomos a analisar os elementos espaciais a partir da sua descrição, em que a nossa preocupação se orienta em destacar as suas modificações.

O texto que se segue aborda os elementos espaciais: meio ecológico (solos e formações vegetais); população humana (dinâmicas de trabalho e do emprego); firmas e as infraestruturas (tendências de capital) e; as instituições. Não se seguiu neste texto nenhum rigor de estruturação, dado que, parte do princípio de que os elementos espaciais são intercambiáveis e também são redutíveis.

3.2 Territórios camponeses reduzidos em corredores de desenvolvimento

Os termos “corredor” e “região” são frequentemente usados para denominação de espaços concretos cujos seus limites não se conhecem. O que se sabe é que há documentos oficiais que identificam o espaço que está entre os paralelos 13° S e 17° S como “Corredor” de Desenvolvimento de Nacala (mapa 9). Existem outros que o mesmo espaço denomina-o de Região do Corredor de Nacala. Essa área abrange as províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e de Tete. Em termos de extensão territorial, a área que cobre Moçambique, estima-se que seja de aproximadamente 700 km².

Destas duas denominações o que se pode concluir aqui é uma confusão no uso dos termos “corredor” e “região”. O seu tratamento parece-nos que é encarado como se estas palavras fossem sinônimas, o que na realidade não corresponde à realidade. O outro fato aqui é que, em função desses nomes, tudo nos conduz a entender que o foco de concentração dos programas do governo e seus parceiros é a região de Nacala.

O espaço que é referido como “Corredor” de Desenvolvimento de Nacala/ Região do Corredor de Nacala está no centro de vários programas de iniciativa do governo dentre eles, o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA), Projeto de agricultura Sustentável em Moçambique – Sustenta e Projeto Terra Segura²⁶.

²⁶ Disponível em: <<http://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/terra-segura>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

No entanto, para compreender as transformações do espaço agrário que são operadas nos territórios inseridos na lógica de produção de *commodities*, a partir dos programas do Governo, neste trabalho, tomamos o distrito de Monapo como o objeto empírico. De um modo geral, dados do INE (2007) indicam que existem 199 aldeias/povoações camponesas.

Quadro 2 - População do distrito de Monapo

Posto Administrativo	Localidade	Aldeias/Povoações
Itoculo	Muruto	25
	Itoculo-Sede	26
Monapo-Sede	Canacue	36
	Monapo-Sede	56
Netia	Netia	56
Total		199

Fonte: INE (Censo 2007)

Cada um desses três programas tem seus objetivos claramente definidos. Entendemo-los neste estudo como componentes de “assédio” à integridade humana exercido pelo capital aos sujeitos fixados no meio rural das regiões com elevado potencial agrícola e com melhores infraestruturas de transportes. Pelas suas características, o ProSAVANA se instalou numa vasta área que cobre dezenove distritos das províncias de Niassa, Nampula e Zambézia.

A faixa na qual está o distrito de Monapo demarca a costa do Índico com o interior continental, que compreende a faixa entre os meridianos de 40° E a 30° E, que inclui não apenas a parte que cobre a província de Nampula, como também, as de Cabo Delgado; Niassa, Tete e Zambézia. Dado que o nosso interesse é em relação aos distritos que são sulcados por uma das grandes infraestruturas de transportes do país que, na atualidade está no centro de atenção do capital internacional – a ferrovia que liga Moatize, em Tete-Moçambique, até o Terminal Portuário de Carvão, em Nacala-à-Velha, Nampula.

Os documentos oficiais enfatizam a pujança desse empreendimento ferroviário e portuário, em função do que se espera como “efeito positivo” em outros projetos econômicos locais, como também, do capital internacional, nomeadamente, os projetos de exploração dos minérios, com particular destaque, o de exploração de carvão de Moatize, projetos de exploração de transportes rodoviários que darão sustentação ao Corredor de Nacala, projetos ligados ao agronegócio e projetos de turismo. No leque dos projetos econômicos fala-se ainda dos projetos de exploração de gás natural e a produção de GNL, a possibilidade de aumento de investimentos e o desenvolvimento da *Zona Económica Especial de Nacala (ZEE)*.

Nos últimos oito anos a importância da ferrovia é cada vez mais notória, sobretudo para responder os interesses do grande capital internacional, neste momento da empresa de

mineração Vale Moçambique Lda, como também dos políticos da praça (SCHLESINGER, 2013, p. 13; NHAMIRE & MATINE, 2015).



Mapa 11 - Região do Corredor de Desenvolvimento de Nacala

Fonte: Org. próprio autor (2017)

É justamente essa infraestrutura de transportes que deu origem ao nome do Corredor de Nacala, que não só denomina as linhas rodoviária, Estada Nacional nº 8 (EN8) e a ferrovia Moatize-Nacala à Velha, como também, faz menção a uma região geográfica que cobre as províncias de Nampula, Cabo Delgado, Zambézia e Niassa. De acordo com PEDEC (s/d) a região do Corredor de Nacala abrange uma área de 444.458 Km², com uma largura de máxima de aproximadamente 900 km na direção norte/sul e cerca de 1.100 km na direção Leste-Oeste.

Um aspeto que nos chama atenção nos projetos e programas que se instalam em Moçambique e neste caso particular, na área do ProSAVANA é a sobreposição de poderes: temos em parte projetos que o seu comando está fora do país. A questão que se coloca como é que os diferentes poderes se articulam?

Em Moçambique o poder local, aquele que representa os interesses dos grupos, que as ideias hegemônicas afirmam que são para serem abolidos não é reconhecido. Esse fato explica

a confusão que se cria entre autoridades legítimas dos povos com as autoridades impostas pelos governos. No seio dos governantes não existe nenhum interesse para se identificar as autoridades legítimas dos povos, pelo contrário, assiste-se a um mesmo processo de imposição de figuras para justamente servir interesses alheios às comunidades. O projeto de reabilitação da linha férrea Moatize-Nacala oferece-nos elementos concretos que possam ajudar para se compreender a lógica dos governantes de Moçambique, com relação às comunidades locais, e consequentemente dos poderes locais.

No quadro jurídico de Moçambique, o distrito é uma unidade territorial político-administrativa que está em baixo da província e, mas está em cima dos postos administrativos, das localidades e povoações. (MOÇAMBIQUE, 2004). O artigo 8 da Constituição determina que a “Republica de Moçambique é um estado unitário, que respeita na sua organização os princípios da autonomia das autarquias locais”. Entende-se por autarquia *uma entidade administrativa que prossegue os interesses de uma circunscrição do território nacional, através de órgãos próprios dotados de autonomia (em relação ao poder central), dentro dos limites da lei* (Moçambique, 1997). É ainda sistema econômico de uma região que vive dos próprios recursos. As unidades territoriais que são classificadas como autarquias em Moçambique compreendem, municípios (cidades e vilas) e povoações (sedes dos postos administrativos).

Em todo o país há 52 autarquias, das quais 24 são cidades, 27 vilas e apenas uma sede de povoação. Na área do ProSAVANA existem 4 cidades e 15 vilas. Assim, com base na constituição e demais leis, as autarquias são as que se beneficiam de uma “relativa” autonomia e, os restantes domínios territoriais, aguardam sua sorte. Nesse estudo uma das nossas preocupações foi efetivamente compreender a relação Governo e o povo como uma questão de relevo na integração do capital nos domínios territoriais dos diferentes grupos. Um dos grandes problemas que enfrentamos para entendermos as relações que estão postas, é de ordem metodológica. Qual seria o critério que se enquadra na realidade de Moçambique que possa nos conduzir ao entendimento das relações que ocorrem em áreas que estão a acolher investimentos privados, como é o caso da região do Corredor de Nacala?

O esquema que propusemos foi avançar-se para avaliação no conjunto das instâncias dos poderes reais, as competências que recaem a cada um deles, isto é, o seu âmbito de atuação e suas limitações. Para isso foi imperioso, na primeira etapa a identificação das instâncias dos vários poderes, possíveis de se imaginar, os procedimentos para seu estabelecimento.

Há em Moçambique, além claro, dos poderes formais que compreendem as autoridades do governo, autoridades que estão cabem no que comumente se chama “autoridade tradicional”.

No conjunto da autoridade tradicional, há poderes que não são reconhecidas pelas instituições formais. Em Moçambique há outras figuras de poderes que fazem parte do cotidiano dos sujeitos e suas práticas culturais e simbólicas.

Os que conseguimos identificar são poderes espirituais, o que alguns autores chamam de metafísico ou religioso. Fazem parte desse grupo, em terminologia Makhua, todas as figuras dotadas de poderes proféticos, mágicos e até os feiticeiros. Embora não tenha se mantido um diálogo com essas figuras, fomos informados da existência de três poderes: *nahako*, *namuko* e *namagine*.



Figura 16 – Processo de preparação de bebidas alcoólicas de cana-doce

Fonte: Org. próprio autor. Fotos captadas em 2016

Designa-se por *nahato* aquele sujeito com poderes mágicos que o permite fazer advinhas com apoio de objetos (conchas, cascas duras de frutos, partes de ossos, etc.); *namuko* é o sujeito que tem poder de cura de uma determinada enfermidade; e por último *namagine* o sujeito que está possuído de poderes espirituais que o permitem realizar *magine*. Entende-se por *magine* o processo de diálogo que ocorre a partir de encarnação de uma figura, considerada a verdadeira dona real do poder de proteção, de antever ou ainda de interpretar uma situação incômodo no

seio da família. O dono real geralmente faz parte da família alargada. É parte dos ancestrais da família.

Além dessa autoridade, há outra autoridade sociocultural cuja missão é orientar a realização dos ritos de iniciação. Os ritos de iniciação nos povos *makhuwas* ainda estão presentes. Essas práticas que estabelece o vínculo com os sujeitos que migraram para os centros urbanos devido a “n” razões.

No geral os ritos de iniciação são realizados nos período pós-colheita, que coincide com os meses de julho a agosto e dezembro a janeiro. Os ritos de iniciação se configuram como espaços de transmissão de normas ou regras que fazem parte da cultura do povo *makhuwa*. Algumas dessas normas são, por exemplo, a disciplina que os conjugues devem observar no seio da família.

Constatamos que o processo de transmissão de normas, valores éticos culturais nos locais por onde passamos, ocorre em momentos pré-determinados. Por exemplo, os ritos de iniciação ocorrem geralmente nas temporadas de colheitas agrícolas. A figura 16 em baixo documenta o processo de preparação de bebida alcóolica a partir da cana-doce, que será ofertada aos anciãos responsáveis pelos ritos de iniciação das jovens.

Outro aspeto importante a realçar aqui é que a educação baseada em ritos de iniciação ocorre em espaços devidamente “delimitados”, isto é, em casa dos anciãos, ou nas matas em pousio (figura 16). Antes da chegada da data do início da seção dos ritos de iniciação, os agregados familiares que têm adolescentes a serem submetidos à educação cultural dos povos *makhuwas*, se encarregam em preparação dos bens necessários (gêneros alimentícios, bebidas alcólicas, etc.). É também da responsabilidade dos pais condicionar-se padrinhos ou madrinhas determinados, tanto para os homens, assim como, para as mulheres.

Além dessas manifestações de autoridades que se enquadram no poder local tradicional, os recentes debates políticos têm conduzido o governo a promover transformações no quadro jurídico, proporcionando dessa forma o resgate de poderes se tendiam cair no esquecimento. São os casos das figuras de régulo e cabo das terras. Essas autoridades faziam parte do poder de opressão colonial. A sua recuperação ocorre num contexto em que, o Governo percebe o seu desgaste no seio do povo.

No entanto existe uma posição no seio da Frelimo que foi construída no âmbito dos conflitos de exploração. No seio desse grupo, tornou-se uma verdade, que as *autoridades tradicionais*, algumas acima assinaladas, são antirrevolucionários. Não cabe neste estudo julgar a sua pertinência

Um outro fato que foi verificado é o da população que está fixada no meio rural, que está organizada em pequenos núcleos, o que transmite a ideia de grupos estruturados a partir de certas afinidades. Nas localidades de Najal, no posto administrativo de Monapo-sede e Natecume, no posto administrativo de Itoculo, testemunhamos esse padrão de assentamentos humanos.

O diálogo estabelecido permitiu confirmar a hipótese de que os assentamentos humanos de pequenos grupos refletem a territorialidade baseada em laços familiares, isto é, os territórios estão produzidos pelos membros do mesmo tronco familiar. Isso significa que nessas estruturas territoriais existem poderes que refletem evidentemente os traços culturais que já não são puramente dos povos makhuwas, a capacidade de acumulação de riqueza, que distingue um núcleo/grupo do outro.

Najal e Netecume estão separadas por aproximadamente 50 km. As duas figuras revelam dois padrões de territorialidades diferentes. Na localidade de Najal é possível observar pequenos núcleos de povoações que estão nitidamente desenhados através de casas dispostas paralelamente em relação às rodovias. A proximidade das casas denuncia, quanto a nós, uma ocupação baseada em graus de familiaridades entre os membros que compõem o grupo. Do outro lado, o cenário embora indique uma tendência de dispersão de casas, parece-nos que, o fato de, as casas não terem sido fixadas a partir do traçado da rodovia, esse aspeto evidenciou, mais uma estruturação emaranhada, e não necessariamente a ausência de aproximação das casas.

Se nos determos aos fatos históricos que estiveram por detrás da formação dos primeiros núcleos de territorialidades – as chamadas aldeias camponesas, percebe-se que entre essas duas localidades, os determinantes de territorialidade são os mesmos. No entanto, embora seja fátual que tanto o contexto de ocupação e exploração colonial; as transformações que foram operadas no meio rural, logo após a proclamação da independência associadas à socialização do campo; os conflitos armados e; a recente vaga de busca pela terra sejam fatores históricos vivenciados no meio rural, também corresponde à verdade que o grau de manifestação dessa forma variou de um ponto para outro devido a vários fatores que neste estudo não cabe um exame mais aprofundado.

Embora a demarcação temporal neste estudo tenha sido fixada entre 2004 a 2016, o que significa que a tentativa abarcaria apenas o que denominamos como o período da “vaga de busca pela terra”, ou de usurpação da terra, nos esforçamos para interpretação da territorialidade dessas duas localidades associando também fatos relacionados com o contexto de ocupação e exploração colonial, tais como, distância que separou os campos que outrora foram plantações

coloniais, com aldeias/povoações não existe indícios de que o efeito colonial tenha se manifestado de formas diferentes. Por outro lado, partindo-se do fato de que as concessões coloniais foram abolidas a possibilidade desse elemento ter tido um grau menor é praticamente nula.

Todavia, a recusa de disponibilização dos dados que tem sido uma das práticas mais comuns em instituições do Estado não permitiu obter as extensões territoriais de todas as autarquias que estão na área onde está sendo implementando o ProSavana. Com esse dado nosso objetivo era para separar os territórios considerados autárquicos das unidades territoriais administradas totalmente pelos órgãos centrais. Entendemos aqui como órgãos de administração central todos aqueles que por imperativo do quadro legal são nomeados pelos órgãos centrais e, por essa via, representam os seus interesses.

Nesse sentido, tanto os chefes das localidades (povoações), os chefes dos postos administrativos até os administradores distritais, uma vez que são nomeados, com base nas diretrizes estabelecidas pela Lei fazem parte da estrutura hierárquica dos órgãos centrais. Nos locais onde estão presentes representam e defendem os interesses do poder central.

Devido à falta de dados, das extensões territoriais das autarquias, não se apurou o que na realidade significa a autonomia local. As unidades administrativas que conquistaram, relativa autonomia são designadas, municípios. O domínio territorial do distrito, nas unidades administrativas que não foram abrangidas pela municipalização abarca os espaços de urbanização (vilas) com o espaço rural. Nos locais onde já se ascendeu às autarquias, há uma sobreposição de poderes entre os órgãos que administram as autarquias com o de distritos.

A questão que se coloca é que, o espaço das autarquias como compreendem os perímetros urbanos e de expansão urbana segunda é ao mesmo uma subunidade territorial no contexto do povo *Makhua*. Esse povo no conjunto dos povos originários que formam o território de Moçambique é o mais o numeroso, segundo estatísticas do III Censo Geral da População e Habitação (2007). É constituído por um ¼ de toda a população do país.

Os nomes Corredor de Desenvolvimento de Nacala e Região do Corredor de Nacala numa primeira ilação parece se referirem a um mesmo espaço, que seria um espaço delimitado pelos distritos que são direta e indiretamente influenciados por uma rede de infraestruturas de transportes, mas, sobretudo, por aquelas que compõem a ferrovia Nacala/Moatize, com os seus ramais Cumba/Lichinga e Monapo/Lumbo.

A documentação que aborda estes dois nomes cria uma confusão como se os termos “corredores” e “região” fossem sinônimos. Queremos deixar claro que não são sinônimos. O

segundo aspeto é dos limites, isto é, onde efetivamente começa e termina esse espaço que é denominado “Corredor de Desenvolvimento de Nacala/Região do Corredor de Nacala”.

Uma consulta em dicionários básicos da língua portuguesa permitiu reunir os seguintes sentidos de significação atribuídos a cada um dos termos: região e corredor. Como adjetivo no substantivo masculino o corredor é “o que corre ou corre muito”. Mas também refere-se a uma passagem, em geral estreita e longa, no interior de uma edificação, para comunicar dois ou mais compartimentos. Qualquer passagem estreita. Passagem de águas, numa barra, por intervalo estreito e perigoso à navegação. Intervalo apertado na foz de um rio. Por sua vez, região é um substantivo no feminino que refere a uma grande extensão de terreno. Território que se distingue dos demais por possuir características (clima, produção, etc.) próprias. Cada uma das partes em que, mediante limites não raro arbitrários, se considera dividido o corpo humano para facilitar o seu estudo. Como se pode observar essas duas palavras não significam a mesma coisa.

O que significa que o seu limite não é um ponto fixo, mas sim uma “zona”. A partir do que apuramos pode-se dizer que a falta de clareza ou rigor no uso dessas duas palavras é o que cria confusão do que se pretende considerar-se, por um lado “corredor” e da outra “região”.

Tratando-se de ser um debate geográfico é imperioso afirmarmos que, a complexidade na demarcação do que cada um desses se refere é crescente, em virtude da sua evolução a partir da própria geografia. Por exemplo, em relação ao conceito de região, há um entendimento de que houve alteração conceitual, tal como nos adverte Milton Santos (2014) nos seguintes termos,

[...] a antiga noção de região não pode resistir às configurações atuais da economia, governada, nos diversos países, por uma internacionalização do capital que abarca novas formas. Houve um momento em que a região era considerada como categoria *par excellence* do estudo espacial (SANTOS, 2014, p. 87).

O que Santos (2014) chama de *par excellence*, em referência à região, compreendia o domínio climático, ou um domínio territorial que exercia a produção a partir de uma determinada lógica. Tanto o domínio climático como, o produtivo, estavam revestidos de autonomia em relação ao Estado. O papel do Estado e a existência de classes sociais não tinham peso, sob os aspetos que supostamente estabeleciam a regionalização.

Um região que caracterizava os países industrializados, era estabelecida pela “contradição entre a fluidez no espaço total e atratividade dos núcleos urbanos, facilitada por uma acessibilidade aos serviços (o que hoje muitos chamam de equipamentos coletivos); enquanto nos países subdesenvolvidos, era

determinada com base na concepção de metrópoles com âmbito de ação nacional, que uma vez terem sido criados tardiamente, as metrópoles regionais poderiam ser uma função de comando que compreendia um grande número de papéis, desde o fornecimento de bens e serviços necessários à produção e ao consumo até mesmo à coleta de produção da área comandada (SANTOS., 2014, p. 87, *nosso grifo*).

Santos (2014) destaca o atraso no domínio tecnológico nos países como aspeto que favorecia laços mais diretos de cada subespaço nacional, em relação com os centros do sistema mundial. Cada área exercia uma função específica atribuída, ou reclamada ao país (colônia) como um todo, mas estritamente localizadas. O atraso ainda, no capítulo dos transportes, deixava, a impressão de que cada área funcionava segundo uma lógica própria, independente das relações do país como um todo com o sistema mundial. (Ibid., 2014, p. 87, *nosso grifo*).

Já nos países desenvolvidos o contexto histórico antes da revolução industrial estabeleceu “regiões históricas”. O processo de sua criação foi influenciado através da configuração do espaço. O passado histórico, tanto econômico, como cultural, asseguravam a manutenção de um grande número de relações internas, mais facilmente identificáveis, mais empiricamente comprováveis e, sobretudo, mais presentes na interpretação dos estudiosos, pondo, desse modo, na sombra as relações “externas” das quais relações internas dependiam em última análise.

3.3 Ferrovia Nacala/Moatize: elemento estruturante do capita

As dinâmicas que se assistem no espaço rural moçambicano se inserem no contexto da globalização em curso: novos modos de produção são massificados no seio dos camponeses, como é o caso do agronegócio que se faz acompanhar de novas espécies de culturas; o comércio no meio rural conheceu profundas alterações em função de vários fatores dentre eles, as guerras de libertação e de desestabilização se notabilizaram, incluindo as políticas públicas adotadas após a proclamação da independência.

A dinâmica do espaço rural moçambicano desafia-nos para o entendimento das relações sociais que decorrem entre o Governo/Camponeses. Observando os atos deliberados pelo Governo de Moçambique nos últimos 20 anos, relacionados com a exploração de recursos naturais, a reação dos camponeses chama-nos atenção para afirmarmos que, estamos em presença de vários poderes, embora os poderes não estatais, a sua existência não seja efetivamente reconhecida.

Ora, Moçambique como território soberano foi consagrado em 1975. Tendo em conta a moda de governação que domina o mundo assume-se que o país é um Estado moderno. No entanto, o Estado moderno de Moçambique é similar ao que foi concebido por Ratzel, que só reconhece um único poder. Esse carácter justifica a tomada de decisões, que prioriza o domínio territorial pelos países mais ricos. Assim, pode-se afirmar que o capital internacional está impondo uma nova ordem de ocupação do espaço rural e de uso e aproveitamento dos recursos naturais.

No entanto, convenhamos reconhecer que essa realidade não constitui novidade, trata-se sim, da continuação do mesmo processo verificado no período de colonização, que fora desenhado pelas potências imperialistas.

Hoje, volvidos 42 anos de independência, uma das novidades que se pode apontar em Moçambique é a estrutura geopolítica que foi construída e que se caracteriza pelo surgimento de novas formas organizacionais: i) Sociedade Civil; Blocos Económicos; G8; Fundações; etc., que se configuram como novos interlocutores que se juntaram à sociedade Moçambicana (Estado/Governo, Território e População). Em Moçambique, o *Governo* através de acordos de cooperação está envolvido em alianças políticas extremamente complexas em diferentes circuitos (superior e inferior) e escalas espaciais: nação/nação; entre blocos económicos/nações e; entre instituições; como ainda, entre indivíduos, etc. Assim, analisando as relações que se dão no processo de implementação de alguns acordos, claramente somos compelidos a sentenciar que, a nova engenharia geopolítica é construída na base do mesmo problema – a luta de classes sociais.

É notório que, tanto o espaço rural, como o urbano estão diante de acirradas investidas do capital financeiro internacional, que está ávido em ajustar os espaços rurais para atender as suas demandas. O termo espaço rural é usado com o mesmo sentido concebido por Santos (2002), que é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. E entende-se por comunidade local, um espaço delimitado e ocupado por um grupo de sujeitos que mantém entre si relações de várias ordens, que podem ser a partir do grau de parentesco, étnicas, ou de outra natureza que pode ser até mesmo, relações de trabalho e político administrativas alheias ao estado-moderno.

Observando o que está acontecendo em todo o país e, em particular ao longo do Corredor de Nacala, constata-se claramente que há um desmantelamento das estruturas sociopolíticas e económicas em territórios dos camponeses que formam o espaço rural moçambicano. Os sujeitos atingidos não se diferem daqueles enxames de abelhas que perdem a sua rainha e que ficam completamente desorientados. Estamos em presença de uma nova ordem neoliberal, que

se apoia em aparatos tecnológicos nos seus atos de remodelação das “rugosidades espaciais”, tal como, Santos (2004) descreve as diferenças espaciais.

Os engenhos tecnológicos sofisticados são chamados para substituir os sujeitos, em cada instante que se descobre o valor de troca existente em seus territórios. A harmonia dos sujeitos do campo não conta, e nenhum respeito se dá ao contributo que esses sujeitos emprestam por meio do seu esforço muito mal compensado. Esses sujeitos produzem²⁷, sob péssimas condições, desde a dependência em relação aos “caprichos da natureza”, passando pela sua permanência com engenhos técnicos rudimentares, manuais/braçais, nomeadamente, enxadas de cabo curto, catanas, machados, os que são mais usados. Naturalmente, nessas condições técnicas não há nenhuma inovação, dado que, intencionalmente esses sujeitos estão excluídos dos progressos técnico-científicos alcançados pela humanidade.

Até que ponto pode-se pensar que os poderosos engenhos tecnológicos solicitados para ocuparem os territórios das comunidades locais, em particular, os do agronegócio, tem a mesma intenção, a médio e longo prazo como a que foi apontada por Michel Seres (2017) na obra – *Tempo de crise: o que a crise financeira trouxe à tona e como reinventar nossa vida e o futuro?* Segundo o autor, “no século XX, nos países semelhantes à França, o percentual de camponeses e pessoas associadas pelo ofício à lavoura e à pastagem, em relação à população global de determinado grupo, caiu de mais de 50% para apenas 2%” (SERES, 2017, p. 16). Com a mesma indignação, Harvey (2011, p. 151) chama atenção à força destrutiva sobre a terra que, nos dias correntes, produziu a chamada segunda natureza.

Paradoxalmente, os processos de desmantelamento dos territórios dos camponeses empreendidos pelo capital estrangeiro, em Moçambique, não se restringem apenas aos sítios com elevado potencial agroecológico. É evidente a sua gula em outros locais onde há ocorrência de minérios, bem como, em lugares ricos em atrativos turísticos, sobretudo ao longo do litoral e nas áreas de conservação. Obviamente, o acesso pelo capital, aos bens naturais e infraestruturas públicas, no caso concreto a ferrovia Nacala/Moatize (figura 17), minérios, extensas terras ocupadas pelos camponeses é facilitado pelo governo.

De acordo o Nhamire e Matine (2015), a gestão da ferrovia Nacala/Moatize foi concessionada a uma sociedade privada Corredor de Desenvolvimento de Nacala.

O Estado moçambicano concessionou, sem concurso público, a gestão do Porto de Nacala e da Linha do Norte à sociedade privada CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte –, através dos Decretos 20/2000 e 21/2000, ambos

²⁷ Em Moçambique, os camponeses produzem bens de consumo interno e de exportação. As culturas de algodão, caju, coqueiro, gergelim são produzidas exclusivamente pelos camponeses. Cf. MASA. Anuário de Estatísticas Agrárias 2015. (É preciso uniformizar as referências bibliográficas. Geralmente as revistas pedem que todas sejam apenas indicadas no texto e inseridas de forma completa ao final).

de 25 de Julho. Para além do grande capital internacional, a sociedade CDN conta com forte participação de políticos e altos dirigentes do Estado e do partido Frelimo, incluindo quadros da empresa Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), na sua estrutura acionista, uma aliança problemática devido aos inerentes conflitos de interesses (NHAMIRE e MATINE, 2015, p. 8).



Figura 17– Traçado da Rede Ferroviária do Norte

Fonte: Org. próprio autor (2016-2017).

Ilustração do traçado da linha férrea entre Nacala-Entre Lagos, com os ramais Cuamba-Lichinga e Monapo-Lumbo.

Observando, as medidas que são tomadas, pelo governo de Moçambique, como por exemplo, o acordo de parceria para viabilização do ProSAVANA-JBM claramente se percebe que a ferrovia é o principal elemento de estruturação do capital e de dismantelamento da organização político administrativa, de modo que, os espaços possam atender cabalmente os interesses do capital. A ferrovia Nacala/Moatize foi edificada nos meados do século XX para atender interesses coloniais. A imagens da figura 18, ilustram uma parada, que atendia fins coloniais, atualmente em estado de abandono total. Hoje, essa infraestrutura nacionalizada, a sua gestão é entregue ao capital de “mão beijada”, para atender negócios do grande capital.

Quer-nos parecer que, quando se realiza o primeiro contato com a expressão *corredor de Nacala* fica-se com a impressão de que se designa uma unidade territorial que é administrada

por um único poder, ou seja, que nos escalões de organização territorial estabelecidos pela Constituição da República (província), estivesse nas mãos do poder de uma única província.



Figura 18 - Estação de comboio ferrovia Nacala/Moatize
Documenta um ponto de parada abandonado na aldeia de Nacololo
Fonte: Org. próprio autor. Foto captada em 2016.

Na realidade, o Corredor de Nacala se desmembra em três províncias: Niassa, Zambézia e Niassa. Isto significa que o processo da sua administração é complexo e difuso. A primeira questão está relacionada com o que aqui se defende como multiterritorial, como uma realidade,

mas que está reduzida o seu significado. O segundo aspecto tem a ver com o fato de existência de três governos provinciais com poderes sobre si. Esse fato hoje pode não se configurar como um problema, pois os governos provinciais são uma espécie de transição do governo central. Ou seja, o poder provincial é controlado pelo governo central.

A ambiguidade do poder estatal chama-nos atenção para questionamento da sua atuação em relação aos camponeses e com o setor privado, sobretudo, estrangeiro. Não se compreende como é que um programa como o ProSavana-JBM que, segundo o MASA, tem como promover o desenvolvimento socioeconômico da região norte, exclui comunidades que são atravessadas pela ferrovia Nacala-Moatize. Nesse contexto, urge formular a seguinte questão: qual é o alcance espacial da região que é objeto do ProSavana-JBM?

O outro fato que expõe ambiguidade dos poderes estatais locais é a arquitetura da sua articulação aos vários níveis. O poder local tem como a instância suprema, a *província*, isso devido a unidade territorial da organização política, econômica e social da administração local do Estado que representa. Por sua vez, em nível inferior seguinte, situa-se o distrito, que reúne o poder intermédio e é definido como,

[...] a principal unidade territorial da organização e funcionamento da administração local do Estado e a base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique. Se subdivide em postos administrativos e localidades. O distrito abrange também as áreas das autarquias locais compreendidas no respectivo território (MOÇAMBIQUE, 2003).

Em nível inferior ao distrito, encontramos o *posto administrativo* e a *localidade*. O posto administrativo é a unidade territorial imediatamente interior ao distrito, tendo em vista garantir a aproximação efetiva dos serviços da administração local do Estado às populações e assegurar maior participação dos cidadãos na realização dos interesses locais.

A localidade é a unidade territorial base da organização da administração local do Estado e constitui a circunscrição territorial de contato permanente dos órgãos locais do Estado com as comunidades e respectivas autoridades. De um modo geral, o poder atribuído aos órgãos locais, sobretudo ao nível do distrito teoricamente, pode se considerar como um esforço tendente à desconcentração. Todavia, o fato desses poderes ser alcançados mediante nomeação do governo central faz com que o poder a esse atribuído seja na prática transposição do poder de quem nomeia.

Assim, com essas breves considerações que retratam a ambiguidade administrativa dos poderes locais, claramente se percebe que o processo de implantação dos órgãos do estado

transporta imaginários de um território nacional que é entendido como aniquilação dos órgãos comunitários, que representam camponeses nos seus domínios territoriais, muitos deles delimitados em função da ligação de parentesco – os chamados *nlokos* (famílias).

Outro fato que nos chama atenção, e que achamos que está relacionado com o processo de administração é a presença cada vez mais do capital privado que se apropria de bens públicos. A rede ferroviária é um exemplo emblemático. A logomarca que é ilustrada na foto 01, do consórcio que gere a linha férrea Nacala-Moatize sinaliza o que atrás foi dito.

No entanto, tal como foi frisado anteriormente, o Corredor de Nacala refere a uma unidade territorial que está sob administração de três governos provinciais. No entanto, o fato dessa unidade territorial ser administrada por três governos, sugere que a sua gestão difere da que é exercida noutros pontos administrados, o que é comprovado com o fato, por exemplo, de se considerar os distritos de Nacala Porto e Nacala-Velha como Zona Econômica Especial (ZEE). Esse estatuto confere certos privilégios ao capital aí aplicado. Alguns dos privilégios são expressos na definição do que se entende por essas zonas em Moçambique.

[...] um regime aduaneiro especial com base no qual todas as mercadorias que aí entrem, se encontrem, circulem, se transformem industrialmente ou saiam para fora do território nacional estão totalmente isentas de quaisquer imposições aduaneiras fiscais e Pará fiscais correlacionadas, gozando, adicionalmente, de um regime cambial livre e de operações “off-shore” e de regimes fiscal, laboral e de migração especificamente instituídos e adequados à entrada rápida e eficiente funcionamento dos empreendimentos e investidores que aí pretendam ou se encontrem já a operar ou a residir, particularmente no seu relacionamento e cumprimento das suas obrigações comerciais e financeiras para com o exterior [...] (MOÇAMBIQUE, 1993).

Embora os demais distritos atravessados pela ferrovia não sejam considerados ZEE, é de admitir que em todo o percurso da linha férrea as relações entre sujeitos/Estado/Investidores assumem características diferentes em comparação com os distritos que estão afastados da ferrovia. Todavia, sabe-se que em Moçambique e particularmente na região Norte a presença do poder estatal, pelo menos para lidar com o cotidiano da população é muito fraca. Pelo que, a partir desse fato, pode-se levantar a hipótese de existência de outras formas do poder que transcendem a esfera dos secretários das aldeias/povoações.

Nesse estudo identificamos que entre os membros das comunidades locais há uma tendência de alguns povoados serem constituídos e se organizarem no espaço com base em afinidades muito complexas, havendo, no entanto, a preservação no seio dos membros um certo

grau de familiaridade. Nesse tipo de estruturas organizacionais as formas de poder que se reproduzem são muito variáveis.

No geral, é comum a presença de um *soberano*, isto é, dono que *nloko*, que via de regra, os seus descendentes costumam adotar o nome desse dono - fundador. Considera-se o nome do fundador de *nloko* que é adotado pelos membros descendentes, deste como *nihimo*. Nessa estrutura organizacional, o fundador da tribo - o *mwene* tem como seu auxiliar a sua irmã mais nova que é designada *piamwene*. É essa estrutura que garante a reprodução social no seio das comunidades *makhuwas*. No entanto, em comunidades locais moçambicanas, o poder não está concentrado apenas no soberano, há por sua vez, outras personalidades que estão dotadas de valores e poderes mágicos, líderes religiosas. Neste caso, o poder dos mágicos e líderes religiosos enquadra-se no poder simbólico.

A dinâmica socioeconômica no Corredor de Nacala decorre dentro dessa complexidade social e político-administrativo, que manifesta claramente conflitos de poderes, quer no interior do próprio estado como entre o poder estatal com os camponeses. Quando evocamos que, mesmo no interior do estado o conflito está instalado, essa constatação é muito bem evidenciada por Nhamire e Matime (2015), no estudo recentemente realizado intitulado *Parcerias Público-Privadas: Um Investimento Necessário, Mas Problemático Em Moçambique - Caso da concessão do Porto de Nacala e Linha do Norte*.

Quadro 3 - Linhas de Intervenção do Projeto Integrado

Nº	Componentes do Projeto Integrado dos Polos de Crescimento		Orçamento em milhões de USD
1	Apoio ao Crescimento do Polo do Agronegócio na Província de Tete no Vale de Zambeze.	Infraestruturas (estradas/pontes)	21.5
		Inovação e demonstração	17.5
2	Apoio à Zona Econômica Especial do Corredor de Nacala	Infraestruturas (estradas/pontes)	30.5
		Implementação do projeto	12.5
3	Capacitação Institucional	MPD, ADVZ e GAZEDA	10.0
4	Implementação do Projeto	MPD, ADVZ e GAZEDA	8.0
Total			100.0

Fonte: MPD (2013)

Polos de Crescimento das regiões Centro e Norte de Moçambique e necessidade orçamentais

De acordo esses autores, o processo de concessão da ferrovia Nacala-Moatize, que se consumou em janeiro de 2005, não foi observado o que está estatuído nas diretrizes que regem contratação de empresas para fornecimento de serviços e bens ao Estado moçambicano, isto é, não houve concurso público, tratou se adjudicação direta. Além dessa violação, os autores

referem que a empresa concessionária conta, no seio dos acionistas, para além do capital internacional, altos dirigentes do Estado, que são membros do partido Frelimo e da empresa pública Caminhos de Ferro de Moçambique (NHAMIRE e MATINE, 2015, p.8). O consórcio que cria CDN é uma demonstração clara da aliança entre o poder estatal com o setor privado internacional. Tal como foi dito nos parágrafos anteriores, o Corredor de Nacala inclui ainda outros grandes empreendimentos de infraestruturas públicas, a rodovia EN8 e o Aeroporto Internacional de Nacala. Ambos os empreendimentos foram construídos com fundos concedidos pelos países ricos e pelo Banco Mundial, em forma de créditos.

Dados que constam num documento²⁸ do extinto Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Direção Nacional de Serviços de Planeamento revelam que entre o governo de Moçambique e BM foi celebrado um acordo para assistência técnica no processo de implementação do *Projeto Integrado de Polos de Crescimento*. As áreas abrangidas pelo referido projeto são o Vale do Zambeze e o Corredor de Nacala.

Como se pode observar, a componente de infraestruturas está orçada em um pouco mais de 50% do orçamento total do projeto. A fonte de financiamento apontada no documento é o Banco Mundial através da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) com mais de 1/3 (33.0 milhões) do orçamento total.

3.4 Estruturação econômica em torno do corredor de desenvolvimento de Nacal

Em todo o país, os empreendimentos de transportes e comunicação estão cada vez mais se convertendo como negócios do capital estrangeiro. No entanto, a nossa análise revela que parte desses empreendimentos foram erguidos no período colonial, portanto, dissemos que o que está acontecendo na atualidade é o mesmo processo verificado antes da independência nacional. Ora, no contexto de soberania, há tessituras que são edificadas, envolvendo, principalmente, altos dirigentes do estado, que na sua maioria são também dirigentes do Partido Frelimo a se configurarem como acionistas das concessionárias das infraestruturas públicas.

A ascensão do Partido Frelimo no poder se dá numa altura em que o capital estava mergulhado em crise, entre 1970 – 1980. Essa crise, na África, permitiu a constituição de elites locais, obviamente por sujeitos escolarizados à moda ocidental. A dinâmica social resultante das políticas implementadas pela Frelimo revela claramente o peso da escolarização à moda

²⁸ Mozambique integrated growth poles project (p127303): Environmental and social Management framework (ESMF). Draft final.

ocidental no imaginário da nova sociedade projetada. De acordo com Newitt (2012), em Moçambique, os postos de liderança foram na sua maioria ocupados pelos sujeitos do sul, onde supostamente o sistema colonial havia criado mais infraestruturas sociais em comparação com as regiões centro e norte. Por outro lado, as mudanças implementadas se deram no seio de símbolos do poder, que se refletiram em abolição das formas de autoridade local.

Os dirigentes da Frelimo, por circunstâncias do contexto político mundial, filiaram-se ao Bloco Leste, liderado pela ex-URSS. Foi com o apoio do bloco de Leste que a Frelimo conseguiu forçar Portugal a conceder a independência em 1975. Acredita-se que a adoção do *Socialismo* em Moçambique, no ano de 1977, em parte foi condicionada por esse apoio fornecido pelo Bloco do Leste. Essa opção, para uns, era incontornável, uma vez que, os países do Bloco do Ocidente nunca se mostraram disponíveis a conceder apoio à causa do Povo Moçambicano (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1998, p. 24).

A desanexação de Moçambique de Portugal e, conseqüentemente as mudanças do sistema político, levadas a cabo pelos dirigentes da Frelimo resultaram em desestruturação dos interesses capitalistas em Moçambique. O Corredor de Desenvolvimento de Nacala, que na realidade é o mesmo que ferrovia Nacala - Moatize, que ainda estava em construção, viu seus projetos serem interrompidos. Entre 1976 e 1992 o país foi mergulhado num conflito civil, que afetou toda a economia do país.

Em função da crise político-econômica nacional e internacional, que atingiu o seu apogeu entre 1980 a 1983, o governo de Moçambique viu-se obrigado a abandonar o *Socialismo*, tendo em sua substituição adotado o neoliberalismo. De acordo com Macamo (2003),

Moçambique tornou-se membro do Fundo Monetário Internacional em 1984, mas só a partir de 1987 é que introduziu um programa de ajustamento estrutural inspirado em receitas dispensadas pelo Fundo. A razão imediata de adesão ao Fundo Monetário foi a crise econômica que o país começou a se ressentir com acutilância na década de 80 (MACAMO, 2003, p. 237).

No momento em que o país é admitido como membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), os indicadores macroeconômicos registravam valores negativos. Nesse sentido, a adoção do neoliberalismo, no horizonte dos dirigentes da Frelimo visava recuperação econômica.

Porém, Elísio Macamo (2003) refere que o Fundo e o Banco Mundial tinham como objetivo a “disciplinarização” ou normalização da sociedade moçambicana. Segundo o autor,

era necessário criar-se um mecanismo de controle assentado num poder panóptico. Por outro lado, havia pertinência de se inventar atores e instituições sociais que permitissem a modelação de interesses estratégicos e funcionais.

Foi efetivamente diante dessa nova conjuntura política que o Corredor de Desenvolvimento de Nacala ressurgiu como meio técnico informacional para atender aos interesses do capital privado nacional e estrangeiro. Assim, em meados da década de 1990, a ferrovia é concessionada às cinco companhias privadas: Corredor de Desenvolvimento do Norte, S.A (CDN, S.A); *Central and East African Railways Company Limited* (CEAR); Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM); Corredor Logístico Integrado de Nacala, S.A (CLN, S.A) e *Vale Logistics Limited*. Essas empresas conferem a esse conjunto de infraestruturas a função de meio técnico informacional a serviço do capital, do que propriamente um meio social para servir às demandas das comunidades locais. Esse fato tornou-o mais revestido com o poder de impositivo.

Em relação ao carácter impositivo desse processo, lembramos que ainda no início das obras a ferrovia demonstrou uma das suas vocações, que são as capacidades de conversão e de destruição de todos os obstáculos existentes no traçado por onde se projetou a sua construção. A sua voracidade está patente no PLANO DE MOBILIDADE DAS FERROVIAS CDN, CLN, CEAR E VLL. Com efeito, uma das passagens da introdução deste documento menciona que,

A ferrovia cruza diversas áreas habitadas, com diferentes características de ocupação, e com população com um padrão de locomoção singular. São observadas inúmeras trilhas (passagens pedonais) evidenciando um fluxo grande de pessoas que cruzam a ferrovia a pé diariamente, para terem acesso a equipamentos sociais, rios, áreas agrícolas, etc., sem, no entanto, contarem com Passagens de Nível oficiais tais como rodovias ou passarelas (CDN, 2015).

Mais adiante, diz-se “No mesmo ano (1912), a linha férrea a partir de Lumbo começou a ser construída. A linha férrea chega em 1926 a Nampula, que rapidamente se tornou a terceira cidade da colónia, e em 1941 a Mutuáli” (Ibdi. 2015).

Como se pode observar, o documento aponta claramente os impactos negativos proporcionados pelas quatro companhias que operam os serviços ferro portuários, nomeadamente, Corredor de Desenvolvimento do Norte, S.A (CDN, S.A); *Central and East African Railways Company Limited* (CEAR); Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM); Corredor Logístico Integrado de Nacala, S.A (CLN, S.A) e *Vale Logistics Limited* na vida dos camponeses. Aponta-se ainda, a capacidade que as ferrovias têm para conversão dos espaços.

Por exemplo, em relação a esse empreendimento ferro portuário, de acordo com o CDN (2015), em apenas 15 anos, após ter chegado a cidade de Nampula, essa urbe ascendeu à terceira posição no *ranking* de centros urbanos de Moçambique. O outro aspecto que o texto destaca é, evidentemente, o seu potencial para atrair pessoas, isto é, a ferrovia passou a ser um elemento determinante na configuração de assentamentos humanos. Esse caráter, alguns autores, dentre eles Harvey (ANO) e Santos (ANO), denominam-no de elemento estruturante, ligado à divisão internacional de trabalho, de concentração de força de trabalho – as ditas “reservas de mão-de-obra”.

Enquanto, a ferrovia vai se impondo em territórios campestres, outros projetos de mineração, do turismo e do agronegócio instalam suas tecnologias, equipamentos de perfuração do solo e do subsolo, pequenos vilarejos, represas de armazenamento de água, etc. Autores como Mendonça (2004), Castilho (2014), Salazar (1981) denominam essas práticas espaciais, como processos de territorialização do capital.

Os equipamentos tecnológicos de transporte implantados ao longo da ferrovia, bem como outros, que foram edificados em locais específicos e que corporizam o CD, nomeadamente a ferrovia, o terminal de carga de Nacala, as estações de carregamento e de descarga e o aeroporto internacional de Nacala, incluindo todos outros componentes construídos para viabilização do transporte de mercadorias atormentam as populações, por um lado, e por outro, fascinam os incautos, sobretudo, a juventude que busca formas complementares de renda familiar.

3.5 O problema relacional em Moçambique

O processo de administração pública de Moçambique decorre com assistência direta dos parceiros internacionais do Governo. No conjunto desses parceiros fazem parte os países mais ricos que compõem o G8 (Alemanha, França, Reino Unido, Japão, Canadá, Itália, Estados Unidos da América e Rússia, inclui-se ainda a União Europeia). Além dos países do G8 participam na assistência técnica outros países que integram o G20 (Argentina, Austrália, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Turquia); Instituições Financeiras Mundiais, designadamente Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), etc.

No entanto, embora não constitua objetivo deste trabalho analisar a relação entre o Governo de Moçambique com a multiplicidade de seus parceiros, que se concretiza com base em ideais neoliberais, consideramos que, para se entender o que ocorre em Moçambique nos

últimos 20 anos é imprescindível empreender um pequeno esforço no sentido de contextualizar, na medida de possível, as motivações existentes em ambas as partes, isto é, de um lado o Governo de Moçambique e, do outro, os Parceiros Multilaterais.

Na década de 1980 o Estado de Moçambique foi abalado por uma crise socioeconômica sem precedente. A instalação dessa crise em todo o país é descrita por alguns autores, por exemplo, Mosca, Abrahamsson e Nilsson (1998, 2010) como consequência do processo revolucionário logo após expulsão do regime colonial português, que se caracterizou basicamente pela adoção de políticas do *Socialismo Marxista-Leninista*.

Em função da incapacidade para enfrentar-se a crise, em 1984, o Governo de Moçambique decidiu aderir às instituições da *Bretton Woods* para ter acesso ao financiamento. Os primeiros sinais de transformação resultaram da implementação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) em 1987 – em Moçambique foi denominado Programa de Reabilitação Econômica (PRE), fruto do acordo com o BM e FMI. Dois sinais certamente vão prevalecer na memória da sociedade moçambicana por muito tempo: i) a privatização de empresas públicas, que fez com que, o patrimônio público fosse apropriado pelos governantes do país; a liberalização de mercado que culminou por “jogar na rua” centenas ou milhares de trabalhadores que estavam vinculados às empresas públicas, em particular, as agroindústrias.

O outro sinal de perigo que foi emitido é relativo à insegurança sobre o direito de posse, acesso, uso e aproveitamento de terra, sobretudo em áreas urbanas. Uma vez que o país se encontrava envolvido em guerra de “desestabilização” a procura de terra, em áreas seguras, ia se acentuando cada vez mais. Esse fato despertou no seio dos funcionários públicos, a oportunidade de venda de terra. Assim, iniciou o processo de “grilagem” da terra, que era explorada por empresas estatais, cooperativas agrícolas, herdades coloniais ocupadas pelos camponeses, etc.

A combinação de vários fatores, dentre eles a confusão instalada na administração de terra e as oportunidades econômicas que eram vislumbradas para os camponeses deu origem a um movimento que juntou homens e mulheres vivendo no campo e nas cidades, acadêmicos de vários campos de saber, confissões religiosas, organismos internacionais, preocupados com a insegurança dos direitos dos camponeses. A mobilização dos esforços resultou em nascimento de duas instituições: a União Nacional de Camponeses (UNAC) e a União Geral de Cooperativas (UGC). A primeira, para atender os interesses dos camponeses espalhados em todo o espaço rural e a segunda, para acomodar as preocupações em cinturões urbanos – as ditas “Zonas Verdes” (CARDOSO, 1990), (CARRILHO, 1993), (NEGRÃO, 2008).

Um outro fenômeno que surgiu como consequência do PRE e da guerra de desestabilização foi o abandono da população do meio rural, tendo-se refugiado em países vizinhos e em centros urbanos. A seca que devastou o país nos primeiros anos da década de 1980 também provocou o abandono do meio rural para locais com melhores condições de vida. A concentração da população em centros urbanos fez emergir a violência urbana, como ainda o comércio informal e a prostituição. Esses problemas após assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992 se alastram em todo o território nacional.

No contexto do quadro legal o que tem facilitado a implantação de políticas neoliberais foi a adoção de uma nova Constituição em 1990, que aboliu o regime de democracia popular até então em vigor no país. Em sua substituição foi decretada a “democracia representativa” que abriu espaço para realização de eleições do Presidente da República e da Assembleia da República. No plano socioeconômico surgiram novas leis para acomodar interesses privados, quer nacionais ou estrangeiros. Iniciou o processo de instalação do Estado de Direito – liberdade de expressão; de participação na vida política e socioeconômica - o que Sen (2010) chama de liberdades constitutivas.

De forma resumida, o interesse do Governo de Moçambique quando se aproximou aos seus parceiros pretendia o fim da guerra de desestabilização que se prolongava em 16 anos, apontava ainda à retomada do funcionamento normal da economia, que praticamente estava paralisada; o alargamento da cobertura de prestação de serviços sociais à população e assegurar-se o controle efetivo e a presença da administração pública em todo o país. Em troca disso, por sua vez, os parceiros estavam interessados em ter acesso ao mercado de Moçambique e às matérias-primas que o país dispõe. O modelo assumido para viabilização dos dois interesses consistiu em adoção de políticas neoliberais.

Dessa maneira, entender o contexto em que as políticas neoliberais foram adotadas em Moçambique é um dos primeiros caminhos que no nosso entendimento, pode nos levar a visualizar o que determina a ambiguidade do sistema de administração de terra em vigor. Esse sistema sujeita os camponeses em seus territórios aos caprichos e arbitrariedades dos governantes.

Consideramos ambíguo o sistema de administração de terra vigente em Moçambique, pelos seguintes motivos: i) o Governo insiste em manter a terra como propriedade do estado, sem, no entanto, se preocupar em estar dotado de capacidade para assegurar o seu uso racional, através de distribuição mais justa possível; ii) em Moçambique, a terra não pode ser vendida, mas a prática cotidiana mostra que há um mercado de terra que é sustentado pelo próprio Governo. Na história de Moçambique pós-independência, as únicas tentativas de distribuição

da terra realizadas pelo Estado ocorrem no âmbito da socialização do campo e da operação produção. A violência que norteou o processo de implementação desses dois programas criou uma espécie de barreira entre os governantes com a população.

Para analisar as relações que se dão entre o Estado/Governo com os sujeitos inseridos ou que se inserem no Corredor de Nacala, o caminho trilhado no que respeita ao método é entender as contradições, isto é, os conflitos. Tal como enunciamos nos parágrafos anteriores, o nosso objetivo é analisar a relação entre Estado/Governo com a População no âmbito da sua territorialização. Essa relação é conflituosa. Os governantes representam a classe dominante e a população, em particular os camponeses, constituem o grupo dominado.

Neste texto a nossa interpretação de Estado é a que domina a atualidade – o Estado-moderno ou Estado-nação – essa instituição invisível, mas naturalmente reconhecida, tal como foi constatada a sua existência pelos primeiros estudos de geografia política que tem em Ratzel um dos seus fundadores (RAFFESTIN, 1993, p.13).

De acordo com o Raffestin (1993) o debate aqui exposto interessa-se em resgatar a origem do *Estado moderno* para entender o conflito no seu relacionamento com os territórios de escalas mais pequenas (clãs, linhagens, tribos) que caracterizam as sociedades moçambicanas inseridas no Corredor de Nacala. Tanto Reclus²⁹ [s/d] como Raffestin (1993, p.13) ambos que “o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais”.

Se o ponto de partida de formação do Estado foi a partir de um núcleo mais pequeno, isto é, um clã, linhagem ou tribo, então, como é que as sociedades evoluíram até os níveis em que atualmente se encontram? A resposta a esta pergunta é encontrada na descrição realizada por Friedrich Engels na obra *A Origem da família, das classes sociais e do Estado*. De acordo com Engels (1884), o principal elemento que deu origem ao Estado é o poder. O poder aqui referido é a força ou capacidade de alastrar o domínio sobre os outros. Isto significa que, o núcleo conquistador exerce o domínio sobre os demais, e estes últimos, a obrigatoriedade de obediência.

Evidentemente que, o Estado aqui descrito ganhou outra configuração assim que se passou de modo de produção feudalista, para o modo de produção capitalista. A invisibilidade do Estado é inequívoca, o que não significa, a sua não existência. Para Ratzel segundo anotação de Raffestin (1993), o Estado moderno ou Estado-nação é mesmo a única realidade, por representar o fato político (Ibid., 1993, p.14). No entanto, o ator adverte-nos no sentido de que

²⁹ RECLUS, Élisée. A Origem da família, das classes sociais e do Estado (L'homme et la Terra). In: ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Élisée Reclus**: Geografia. São Paulo: Ática, 1985,

“quem diz poder ou autoridade não diz Estado”³⁰. Ainda, Raffestin conclui que a interpretação de Ratzel se configura como a base que deu origem do Estado moderno que hoje domina em todo o mundo.

Uma das características do Estado moderno é a “centralização do poder” - os chamados Estados totalitários. A respeito dessa questão, Raffestin (1993 p. 16) afirma que

Só existe o poder do Estado. Isso é tão evidente que Ratzel só faz alusão, em matéria de conflito, de choques entre dois ou vários poderes, à guerra entre Estados. As outras formas de conflito, tais como as revoluções, que colocam em causa o Estado em sua interioridade, não têm lugar em seu sistema. A ideologia subjacente é exatamente a do Estado triunfante, do poder estatal (RAFFESTIN, 1993 p. 16).

Partindo-se da premissa de invisibilidade do Estado, a questão complexa da centralização do poder é, materialmente, quem é que detém o poder centralizado no Estado? A mesma problemática aqui colocada, Raffestin coloca-a nos seguintes termos: “Dizer que o Estado é a única fonte do poder é, como dissemos, uma confusão, mas também um discurso metonímico. Ou o Estado detém o poder e é o único a detê-lo, ou é o poder superior e é preciso construir a hipótese de poderes inferiores que podem agir com ele” (Ibid., 1993, p. 16).

Efetivamente foi dessa forma que nasceram Estados totalitários e fascistas na Europa e que, revestidos de poderes militares se lançaram em escala planetária, em particular na África. A partir do processo de delimitação dos territórios africanos, bem como, a ideologia de Estado moderno implantada em África, isto é, a compreensão de que Estado equivale ao poder todo-poderoso tem suas raízes no capitalismo que se espalhou em todo o mundo. No entanto, é um fato que a forma como o capitalismo se manifesta no mundo, difere de ponto para ponto. Essa diferenciação está relacionada com a evolução das forças produtivas.

Esse fato justifica que, em toda a África, os grupos que conduziram os movimentos de autodeterminação terem preferido manter os limites territoriais que foram edificados para servir interesses coloniais. Nessas circunstâncias a retirada dos colonos em África serviu para entrada de novos grupos, para perpetuar mesmo tipo de ideologias: Estado equivalente ao poder.

No entanto ao se negligenciar outras formas de poder, sobretudo os poderes tradicionais, no nosso entender abre espaço para a instabilidade que vive em toda a história de Moçambique pós-independência. Aliado a isso junta-se o fato de não haver uma força interna suficiente de carácter totalitário, que seria uma burguesia consolidada. O corolário da fraqueza interna, na

³⁰ (Lefebvre apud Raffestin, 1993, p.15)

história de Moçambique pós-independência revela-nos a perpetuação de instabilidade política e dependência econômica. O Estado para sobreviver estabelece alianças com o capital internacional, altos dirigentes do Estado estão apenas preocupados em atender seus negócios.

Assim, para entender a complexidade da relação entre os governantes com os sujeitos de territorialidade, recorrer-se-á à abordagem de Santos (2005) expressa no texto *Da Totalidade ao Lugar e Espaço e Método*. Consideramos extremamente fundamental a abordagem de Formação Sócio Econômica que Santos propõe, dado que nos permite dialogar com a expressão espacial ou territórios das sociedades camponesas, constituídos no Corredor de Nacala. Tanto, as sociedades camponesas, como os objetos implantados no Corredor de Nacala são subsistemas da estrutura socioeconômica de todo o país. Para Santos um país, isto é,

Um Estado-Nação é uma Formação Sócio-Econômica. Um estado-Nação é uma totalidade. Assim, a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação. A região não é mais do que uma subunidade, um subsistema do sistema nacional. A região não tem existência autônoma, ela não é mais que uma abstração se tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo (SANTOS, 2005, p. 43).

Uma vez que o Corredor de Nacala possui dois sentidos: o de infraestruturas de transportes, por um lado, e o outro, é o da região econômica. Sendo assim, neste trabalho essas acepções mantêm-se, sendo que o Corredor de Nacala uma unidade territorial que reúne, à luz do Estado-Nação, quatro níveis de poderes: i) o provincial; ii) distrital; iii) do posto administrativo; e o de localidade. Esses poderes, em conjunto atuam como soberanos/dominantes.

Em oposição ao poder de soberano nacional, existem poderes que a sua escala territorial não obedece os limites administrativos reconhecidos pelo Estado, embora o quadro legal tenha evoluído no sentido de reconhecimento a existência de *Comunidade Local*.

O reconhecimento da existência de comunidade local é interpretado aqui, como aceitação de existência nos espaços rurais moçambicanos, sobretudo no Corredor de Nacala de frações territoriais delimitados em função da ligação de parentesco, que são designados *nlokos* (famílias). De acordo com Namuholopa (2017) *nloko* é um conjunto de unidades *uterinas*. O sentido da palavra uterina se aproxima a de parentesco, isto é, famílias unidas por laços de descendência. Tem sido comum na região do grupo étnico *makhuwa*³¹, as tribos se formarem a partir de um antepassado que se configura sua referência.

³¹ Segundos do INE. Censo 2007 Makhuwa é o grupo étnico mais populoso com cerca mais de ¼ da população total. Por outro lado, é o mais dominante nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia.

Nesse sentido, o Corredor de Nacala é um espaço multiterritorial que não se resume apenas a unidades territoriais de administração do estado, que agrega objetos poderosos, tais como, os elementos que compõem a rede ferroviária, as agroindústrias, a rede do comércio, os assentamentos populacionais que estão perfilados ao longo da EN8, apenas para citar alguns objetos e sistemas de ações existentes. Agrega ainda, símbolos e valores estéticos antigos, novos, reconstituídos que conferem a cada lugar uma especificidade.

Assumimos o princípio de que todos os componentes que corporificam o Corredor de Nacala fazem parte dos recursos de que Moçambique dispõe. Separadamente essas subestruturas são consideradas como *estruturas simples*. A combinação de estruturas *não-homólogas*, isto é, das redes de transportes e comunicações; do comércio; da indústria; de serviços sociais e administrativos; as finanças; os assentamentos humanos, etc., cria as estruturas complexas. A criação de estruturas complexas, que chamaríamos de sociedade passa por um processo de interdependência entre os elementos que a compõem (SANTOS, 2005, p. 43).

Neste caso, os elementos identificados são as infraestruturas de transporte e comunicação (rodovias, ferrovias, estações/pontos e terminais de embarque e desembarque, empresas de telefonia móvel e fixa); rede de comercialização (lojas, mercados formais e informais, feiras, armazéns); assentamentos humanos urbanos e rurais; órgãos do poder estatal e não-estatal (religioso e não-religioso), bancos, empresas de transportes públicas ou privadas; explorações agrícolas mistas e singulares, oficinas de reparação, etc.

Entendemos que no Corredor de Nacala, à semelhança do que sucede em outras regiões de todo o país, há um antagonismo dado que, esse espaço faz parte da estrutura espacial no seu todo de Moçambique. Entendemos aqui por estrutura espacial tal como a concepção de Santos (2005), que afirma ser,

Uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de classes específica, de uma estrutura de receita específica, de uma estrutura de consumo específica etc.; e de uma organização também específica das técnicas que são a base das relações entre estruturas específicas e os recursos.

Temos por um lado, em Moçambique uma multiplicidade de estruturas sociais rurais, cada uma com suas especificidades que dão corpo as *Comunidades Locais*, dominadas até então por sujeitos que a sua existência é sustentada pela prática da agricultura, doravante aqui denominados camponeses/as.

Espacialmente esses sujeitos estão organizados em aldeias que se formaram basicamente a partir de duas maneiras: concentração forçada, realizada tanto pelo regime colonial, como após independência, no âmbito da socialização do campo; a outra presume-se que seja a continuidade de povoações formados com base em clãs e linhagens. O outro perfil de estruturas sociais é o de assentamentos urbanos constituídos por sujeitos que estão envolvidos em atividades comerciais, serviços públicos, operários das fábricas, artesãos, mecânicos, etc. Neste caso, os sujeitos estão administrativamente organizados em bairros nas cidades e vilas.

Do ponto de vista político administrativo, a região norte está subdividida em três províncias. Em nível inferior à província, há unidades territoriais distritais, que por sua vez estão subdivididas em postos administrativos, e estas também em localidades, aldeias/bairros/povoações. Os termos aldeias e povoações aplicam-se apenas em assentamentos rurais e os bairros em assentamentos urbanos. Como se pode observar, estamos em presença duma estrutura político-administrativa cujo poder está extremamente centralizado.

Assim, nesta pesquisa questiona-se: como é que os sujeitos revestidos de poder político atuam para salvaguardar os interesses dos camponeses e dos grupos hegemônicos? A análise desenvolvida parte do pressuposto de que, a agricultura em Moçambique se reveste de grande importância que transcende a esfera econômica. Nesse sentido, buscou-se observar as implicações desse relacionamento para a estruturação dos investimentos privados que estão inseridos no projeto de modernização territorial em sociedades rurais ao longo do Corredor de Nacala.

3.6 A economia camponesa reduzida aos interesses privados

As políticas econômicas que norteiam o processo de Formação Econômica Social (FES) de Moçambique, na condição de um Estado-Nação³², revelam-nos que os objetivos perseguidos não são exatamente os que são tornados públicos. Entre 1975 a 1985, o Governo recém constituído pelo então movimento de libertação – FRELIMO, que saiu vitorioso, tanto no campo de batalha, como também, no campo diplomático se empenhou em edificação de uma sociedade livre das relações de dominação que caracterizam os modos de produção capitalista.

³² Moçambique conquistou sua independência em 1975. A sua constituição ocorreu com a junção dos colonizadores, em um espaço que estava organizado com base em pequenos Estados-tribais e reinos que gradualmente se fundiam em domínios imperiais.

Nesse sentido, na nova sociedade projetada pretendia-se que o modo de produção a prevalecer fosse socialismo.

O projeto traçado pela FRELIMO tinha como suas referências as experiências que eram ensaiadas na Tanzânia conhecidas como *Ujamas*, como as que eram praticadas em alguns países da Europa do Leste e, que se enquadravam no Marxismo-Leninismo, como ainda, as que eram exercitadas na China de Mao-Tse-Tung e em Cuba sob liderança de Fidel Castro. Foi notório no plano geopolítico o estreitamento das relações de cooperações com os países que formavam o “mundo socialista” nos domínios de formação do capital humano, na assistência técnica e nas trocas comerciais.

A ideia construção do socialismo ruiu, em parte, por causa dos conflitos registrados, que obstruíram a economia do país. A gestão de uma complexa sociedade que fora forjada unicamente para servir os interesses de Portugal é na realidade o desafio de qualquer Governo em Moçambique. Há que salientar que os desafios que estão postos são, uma estrutura econômica precária, que depende do capital externo. Essa estrutura econômica é uma herança colonial, cuja tinha como suas fontes de receitas eram, o *imposto de palhota*, a prestação dos serviços de transportes ferro-portuários aos países vizinhos e à venda de mão-de-obra às minas e plantações da África do Sul (NEGRÃO, 1990).

No domínio da população, a única preocupação que se teve foi a de tornar o “negro mão-de-obra dócil” ao serviço do sistema colonial, confinado no meio rural, isolado sem acesso à educação e nem aos cuidados de saúde. Nas poucas possibilidades em que se ofertou os serviços sociais elementares (assistência sanitária e educação), se integrou esses serviços com o “doutrinação religioso”.

No que diz respeito ao espaço geográfico em si, foi se configurando no decurso da penetração colonial, através dos sistemas de prazos; os domínios territoriais das missões dominicanas e jesuítas e territórios das grandes companhias (MONDLANE, 1975, p. 10), ao invés de se integrar nos territórios de economia natural, se introduziram como enclaves³³. Na realidade, a penetração colonial não deu origem à totalidade das formas do espaço geográfico, ela é responsável pela implantação dos “objetos espaciais modernos”, designadamente, estradas, ferrovias, pequenos centros do comércio, o que os portugueses designam “cantinas rurais”, vilas e cidades. Pode-se dizer que esse conjunto de objetos espaciais modernos, se sobrepôs nas formas territoriais tribais, reinados e imperiais de *economia natural*.

³³ Um enclave compreende um território que se distingue política, social e/ou culturalmente cujas fronteiras geográficas ficam inteiramente dentro dos limites de um outro território.

Com a implantação dos objetos espaciais modernos, iniciou-se com a produção de um espaço dual, que de um lado, a modernidade se configura com o que Santos (2004) chama de *circuitos superiores*, e do outro, as formas territoriais de economias naturais convertidas como circuitos inferiores. O uso desses dois conceitos está deslocado do sentido original que Santos os atribui. Para nós, sua utilidade contribui para mostrar que um exerce domínio sobre o outro, não no contexto das relações de mercado em si, mas nas do poder político.

Tentamos aqui resumir a realidade material que a FRELIMO herdou, sobre a qual, se atribuiu a missão de convertê-la em uma nova sociedade, isto é, uma nação na quais todos teriam o mesmo tratamento, isto é, mesmos direitos e deveres. A FRELIMO não admitiu qualquer possibilidade de existência de outras forças políticas, que certamente emergiram quando se deparam com a realidade de que, o movimento tendente à abolição de relações do sistema colonial era irreversível. Pode-se afirmar efetivamente que, as relações sociais implantadas pelo sistema colonial, mas sobretudo, o ambiente político que rodeou as negociações para libertação pacífica, o poder que a FRELIMO havia conquistado pela força militar não favoreciam quaisquer possibilidades de convivência entre as diferentes forças políticas, que certamente teriam duas caras: burguesia colonial/FRELIMO militarizada.

Este é um dilema com o qual nos deparamos na tentativa de encontrar teorias que nos possam auxiliar para compreender os contornos políticos que nortearam o processo de transição de uma fase, em que no mesmo domínio territorial – colônia – coabitavam duas sociedades, sendo uma de *circuito inferior* e a outra, de *circuito superior*. Estavam em oposição, uma vez que, a reprodução do *circuito superior* se fez à custa do *circuito inferior*.

Se por um lado, a independência conquistada por meio da guerra permitiu aos grupos que mais sentiram a dor de escravidão, de trabalho forçado e outras tantas vicissitudes que acompanham a dominação de um povo, do outro lado, essa mesma independência desamparou aqueles que se viam realizados com a figura de um “patrão de cor branca”. O domínio colonial português cobriu na totalidade o território que foi demarcado exatamente para servir interesses coloniais portugueses. Todavia, a forma como foi exercida a dominação colonial não foi a mesma em todo o espaço.

A cobrança do *imposto de palhota* e o *trabalho forçado* são os dois mecanismos de dominação que abrangeram todo o espaço, enquanto o controle do movimento da mão-de-obra masculina foi mais exercido nas regiões Centro e Norte, do que no Sul do rio Save, dado que havia um acordo de venda de mão-de-obra para as minas da África do Sul. Um outro fato histórico que não está necessariamente ligado à dominação colonial em si, mas que determina os conflitos que se dão no processo de FES, tem a ver com o fato de, a região a Sul do rio Save,

pelo fato de não ter sido atingida pelas incursões armadas de luta pela independência se configura como *fronteira de socialização do campo*.

Esses elementos embora possam ser julgados insuficientes, de certa forma contribuíram no julgamento do ambiente vivido em Moçambique, no período que se seguiu após a proclamação da independência, que foi caracterizado por hostilidade em relação ao sistema capitalista, campanhas de emancipação da mulher, promoção da participação da mulher na vida política, etc. Certamente, essas campanhas não foram bem em alguns grupos do circuito inferior, uma vez que elas também estavam revestidas de relações desiguais. Esse fato, como também o nível de instrução foi, talvez o mais importante, determinaram no julgamento da justiça da pauta do Governo. Em pouco tempo, o Governo da Frelimo esbarrou-se com uma resistência da mesma classe – o camponês, que foi crucial para vitória conquistada diante do colonizador.

Os camponeses se juntavam como oponentes do Governo da Frelimo, que são aqueles que se sentiam realizados com a figura de patrão de raça branca (assimilados, burgueses, cantineiros e a aristocracia das povoações rurais). De acordo com Francisco Pacuneta, residente na povoação de Metocheria, um dos motivos de oposição é que não havia crença na competência administrativas de um negro. Assim, a tentativa de edificação do socialismo, além de ter enfrentado as agressões dos regimes de *Apartheid e de Ian Simith*, enfrentou a resistência daqueles que se opuseram às aldeias comunais, às cooperativas estatais, à mobilização dos grupos dinamizadores, à emancipação da mulher. No entanto, esse grupo, nas relações que estavam estabelecidas ou em estabelecimento, não havia ambiente para expressar as suas opiniões.

Perante todo o quadro em que a sociedade estava mergulhada, que foi caracterizado por: restrição das relações econômicas com a África do Sul e o com o Ocidente; bens econômicos e sociais no meio rural e em algumas vilas completamente sabotados; um quadro de guerra sem perspectivas de vencer; população rural deslocada das suas povoações para zonas relativamente seguras de incursões armadas, reclamando pela ajuda alimentar e assistência sanitária; a queda do Muro de Berlim, nada mais restava para o Governo senão aproximação ao Ocidente com a finalidade de solicitar ajuda e crédito. Em resposta ao pedido de ajuda financeira impôs-se as seguintes pré-condições: liberalização do mercado, estabelecimento de um quadro legal para proteger os interesses privados.

Esse processo aconteceu a partir de 1987 e continua até os dias que correm. Evidentemente, que as reformas públicas conheceram o seu auge na década de 90 do século XX, quando se estabeleceu uma série de legislações: Lei de Terras 19/97, Lei de Investimento,

etc. Como forma de “agradecimento”, o Ocidente se mobilizou para aquilo que se chama assistência social, como também, no “acantonamento da população deslocada” – que devia ou retornar às suas povoações ou em novas aldeias. Essa tarefa foi fundamental para evitar surgimento de tensões sociais de difícil refreamento.

Pode-se dizer que o “acantonamento da população”, marcou o fim da primeira etapa no processo de formação econômica social. Que foi marcada pelos avanços e recuos. Consideramos avanços a edificação de órgãos de administração do Estado, a massificação dos serviços de educação e de saúde em todo o país, emancipação da mulher, etc. Como recuos, a destruição das firmas, o processo de reforma agrária que está incompleto. Esta questão é debatida com mais profundidade na seção da “estrutura fundiária”. Se configuram como recuos, o fato de se continuar com o mesmo pensamento colonial acerca da territorialidade.

Era suposto que a revolução relançasse outras formas de territorialidade, o que não implica confinamento ou retorno às sociedades tribais, mas sim, um esforço orientado para identificação dos sujeitos que são reconhecidos como autoridades nas povoações. Em Moçambique, o sistema colonial misturou povos. Essa mistura deu origem a novas sociedades cujos limites já não se dão em função da cor da pele e, nem pela religião. A atividade econômica se constitui como parâmetro de demarcação.

É necessário entender-se que qualquer sociedade está sempre em movimento. Isto significa que, a sucessão de etapas não se dá em momentos claramente demarcáveis, como também, os eventos responsáveis por passagem de uma fase para outra sozinhos são capazes de imprimirem modificações. Há sempre um período de transição, como também, os eventos se influenciam em função das dinâmicas internas de cada grupo. Podemos dizer, é dentro desse quadro teórico que deve se entender, a fase que se segue, no final da década de 1990, em que há uma retomada para enfrentamento dos problemas estruturais que foram herdados dos “escombros coloniais” e que se agravaram com a tentativa revolucionária.

Isto significa, à entrada do século XXI, os problemas estruturais com o que o país se confrontava compreendiam: uma economia em que mais de 80% da força de trabalho está concentrada no setor agrário. O espaço se apresenta em duas faces opostas: urbano/rural. Não existe complementaridade entre eles. No componente técnico, o país não dispõe de infraestruturas que estabelecem ligação com maior facilidade entre os locais de produção com os centros de consumo. A produção é realizada com recurso aos instrumentos rudimentares e ainda continuam dependentes dos fatores naturais.

Foi com esse quadro estrutural que o Governo e seus parceiros se envolveram na mobilização de recursos externos, através de programas que eram discutidos no clube de paris.

Desses programas destacamos o Plano de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), Programa de Reabilitação Agrária (PROAGRI) que tiveram grandes injeções financeiras, em forma de dívida e doações supostamente para reversão do quadro estrutural que submete mais de 50% da população à violência de fome e insegurança alimentar.

Esses instrumentos de planejamento se para os seus promotores, não passam de simples exercícios para entreter aos menos atentos, já no seio dos que são apelados para aderirem a esses modelos, em determinados círculos, o planejamento à moda Ocidental tem sido encarado como um verdadeiro momento de diagnóstico dos problemas que o país enferma. Por exemplo, a Agenda 2025, bem como, estudos que justificou a mobilização do PROAGRI e até do próprio PARPA detalham aquilo que são problemas estruturais e conjunturais. No entanto, o que nos espanta é observar que as intervenções tomadas, tanto ao nível do Governo, como no seio dos parceiros multilaterais e bilaterais, não visam alteração dos problemas estruturais com que o país se confronta.

A permanência dos problemas estruturais que impedem uma “massa de população” de sair da condição dos pobres em Moçambique não resulta da exiguidade de recursos, para nós isto é uma questão de escolha das políticas econômicas. Deliberadamente, são negligenciados os problemas que causam a insegurança alimentar. Sabe-se que no país há regiões que os camponeses veem seu esforço se perder sem nada puder fazer, por falta de condições para escoamento, processamento e armazenamento da produção gerada. Não existe nenhum esforço para montagem de cadeias produtivas, na qual os subsectores, as firmas estejam conectadas.

Os sistemas de transportes entre as áreas de produção com os centros urbanos não funcionam. Aliás são praticamente inexistentes. O transporte dos produtos que é observado é uma espécie de “aproveitamento de uma oportunidade”. Chamamos de aproveitamento de oportunidade de transporte, no âmbito de escoamento de produtos, em particular, os agrários a situação que é caracterizada por contatos ocasionais entre os compradores com os transportadores. Os contatos ocasionais, muitas das vezes são estabelecidos entre os que compram os produtos dos camponeses com os motoristas. Esse sistema não oferece boas condições de transporte e, muito menos rapidez, ocasionando em perdas avultadas. Não existem frotas de transportes adaptadas aos camponeses. A falta de atenção com o setor de transporte faz com que a comercialização de produtos seja encarada em Moçambique como um setor “marginal”.

Na realidade em Moçambique, tanto o setor de transporte adequado para o uso agrícola como a comercialização de produtos deste setor, considerando o que está acontecendo, os segmentos sociais que operam, não existe nenhuma dúvida em nós para afirmarmos que são

encarados como setores marginais. O tipo de transporte envolvido é precário, as atividades são desenvolvidas na “informalidade”.

A inexistência de cadeias produtivas, correspondentes ao contexto social das sociedades moçambicanas, edificadas através dos subsetores reais e, não idealizados a partir das economias mais vibrantes, não é resultado de falta de recursos, isso é um problema que tem a ver com o que se é perseguido pelas forças hegemônicas. A disparidade que se verifica na distribuição de recursos, entre as três regiões geográficas de Moçambique (Norte, Centro e Sul), com o Sul a abocanhar mais de 60% de recursos públicos, a concentrar os investimentos diretos (ID) reflete as intencionalidades das forças que detém o poder que estão mais preocupadas em “esvaziar” o campo; como também, em criar condições para viabilização das demandas das minorias burocratas de políticos e gestores do Governo, diplomatas e abastados dos países mais desenvolvidos do mundo.

Esse grupo, nos últimos anos, em determinadas temporadas do ano (estações de verão, datas comemorativas) se envolvem em digressão pelos “espaços alheios”, como se fossem satélites em órbita, fotografando a riqueza muito pouco conhecida. Chamamos de *espaços alheios*, as povoações que estão dispersas em todo o país, que são convertidas ao belo prazer dos governantes do país. Esses espaços são na realidade sociedades rurais, que se distinguem uns dos outros, de acordo com a sua localização ou em função da atividade mais desenvolvida no seio do grupo. Assim, os espaços rurais, uns são *povoações ribeirinhas*; outras *povoações costeiras*.

Todos os espaços rurais formados na costa moçambicana, que reúnem belas praias, como também, outras características consideradas únicas, por exemplo: a sua morfologia dunar, o clima, em particular a temperatura e a sua flora e fauna nativa, em virtude de processos de planeamento são consideradas “potencialidades turísticas”. As povoações costeiras que estão perfiladas ao longo de uma faixa com um comprimento de 2.700 km são reduzidas em espaços do turismo de “turismo de sol e praia”; os povoados espalhados pelo adentro que ainda convivem com uma rica diversidade biológica: florestas tropicais típicas de Savana, predominantemente de mopane, miombos e florestas costeiras e remanescentes de fauna diversa. A descoberta de gás, a qualidade dos seus solos são outros elementos que os tornam “Zonas Francas Industriais”, “Zonas Econômicas Especiais” e “Zonas Agroecológicas”.

Essas denominações são parte de um processo de planeamento, que é caracterizado por classificação dos lugares, como base de afetação de recursos no contexto de políticas econômicas. Os lugares e os grupos considerados marginais são encarados como não estando preparados para atender interesses das forças hegemônicas. Os tais interesses são prospecção

energética e mineral, agronegócios e turismo. Esses três interesses são os que tem merecido maior atenção no âmbito da política econômica do Governo de Moçambique.

Tal como observamos em parágrafos anteriores, em Moçambique há disparidade na alocação de recursos públicos, isso é fácil constatar através dos números do orçamento público. Aqui é imperioso frisar que, não é conhecido o critério usado na distribuição dos recursos públicos. Essa pergunta de que - quais são os determinantes de canalização dos recursos públicos, como por exemplo, os financeiros? - fica no ar uma vez, não tivemos a possibilidade de dialogar com os sujeitos que ocupam cargos de chefia no MASA.

No âmbito de orçamentação pública, dentre muitas coisas que surgiram no seio dos seus promotores e foram consideradas como inovações, o distrito foi qualificado como “unidade básica de planificação” e ainda como “polo de desenvolvimento”.

Como “unidade básica de planificação” o distrito passou a ser centro de atenção na orçamentação do Governo. Passou-se a ideia de que o processo de planejamento distrital, deveria ser participativo, como também, o plano elaborado no distrito se constituía como base para alimentação dos processos subsequentes, isto é, os planos dos níveis provincial e central. No entanto, na prática o que está acontecendo é que no distrito os setores econômicos foram fundidos numa única direção, que é designada Serviços Distritais das Atividades Econômicas (SDAE), nos níveis provinciais e central cada setor econômico corresponde uma direção provincial e um ministério.

Essa lógica organizacional dos órgãos do Estado contradiz claramente com os princípios subjacentes aos dois conceitos acima citados – “unidade básica de planificação” e “polo de desenvolvimento”. Supõe-se que o distrito como “unidade básica de planificação” e ao mesmo tempo “polo de desenvolvimento” fosse onde a preocupação com o particular se evidenciasse. Isto significa, o que esses conceitos anunciam é que a pirâmide institucional do Estado no distrito e na província seria mais larga e estreita no ministério. Todavia, a realidade é bem contrária a essa lógica, o que faz com que dos recursos mobilizados e geridos pelo Governo, maior parte seja destinada para atividades de concepção, fiscalização de políticas públicas e de promoção das atividades.

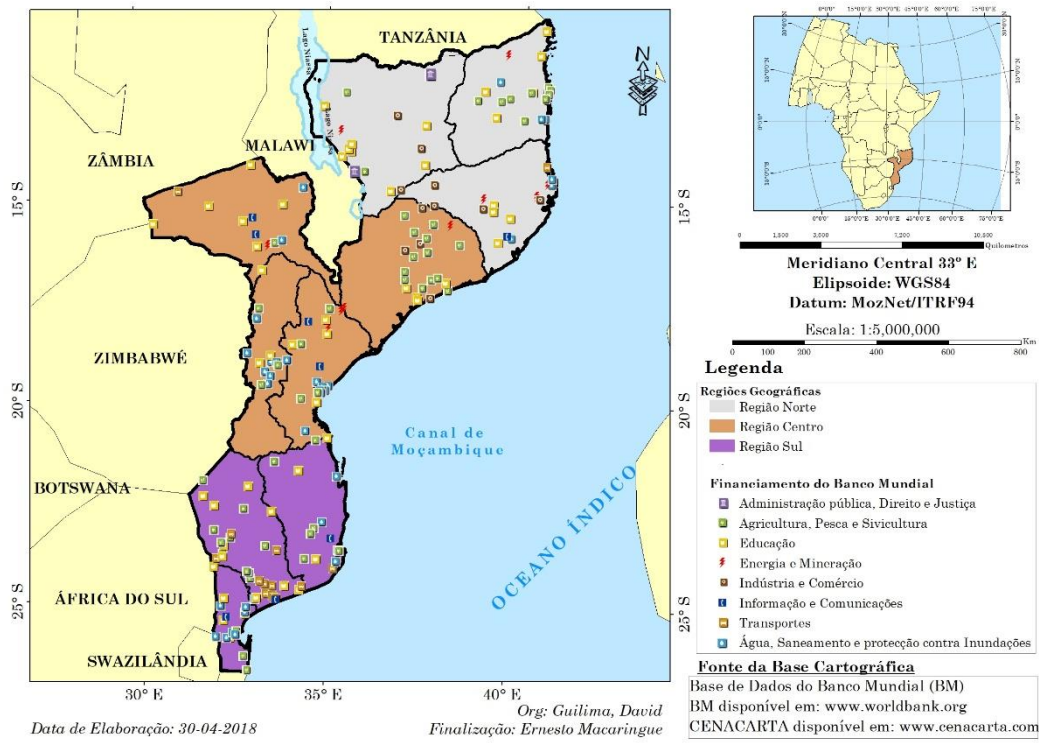
Outro fato que é determinante na estruturação da economia de Moçambique tem a ver com o que Castel-Branco (2012) denomina de afunilamento econômico. De acordo com o autor, os investimentos econômicos em Moçambique tendem estar afunilados em setores produtivos que na atualidade concentram o mercado internacional: mineração, energia, turismo e agronegócio.

Ora, em relação à mineração, a economia de Moçambique não está adaptada para absorver a produção gerada pelo setor mineiro, pelo que tudo o que se gera é destinado para o mercado internacional (BATA, 2018; FREI, 2017; MATOS, 2016; CASTEL-BRANCO, 2012). No que diz respeito à energia, do que se espera seja gerado, apenas menos 20% tem como seu destino o mercado interno. O turismo que também tem concentrado maior atenção no seio do governo é um setor que mais de 95% de operadores turísticos são estrangeiros. O turismo pela natureza do público envolvido, tanto, na cadeia produtiva, bem assim, os consumidores de produtos turísticos, que tende ser de classes média e rica, o que se produz são, grosso modo, bens supérfluos. A prestação de serviços requer habilidades de alto padrão de qualidade. Nesse sentido, tanto olhando o setor empresarial nacional, como a componente de trabalhador, o país não está preparado para aproveitar as oportunidades propaladas.

Por último, o agronegócio em Moçambique foi anunciado publicamente como parte do ProSAVANA-JBM, pelo então Ministro da Agricultura, senhor José Pacheco (CLASSEN-FUNADA, 2013). Na visão do Governo, o agronegócio é encarado como um segmento de produção que reúne capacidades para incremento de produção agrária, e por essa via, melhorar-se as condições de vida da população na região onde for aplicado. Os recursos do agronegócio em Moçambique serão mobilizados no âmbito do ProSAVANA-JBM (PROSAVANA, 2014).

Tendo em conta a justificativa que sustenta o estabelecimento do acordo, entre os Governos de Moçambique, do Brasil e do Japão para viabilização do ProSAVANA-JBM, as dificuldades que é enfrentada para quem se dirige ao MASA, com o intuito de busca de informações relativas ao ProSavana-JBM fica-se com dúvidas das reais intenções de um mega programa. Associado a esse fato, a União Nacional de Camponeses de Moçambique, Organizações da Sociedade Civil tem denunciado o que chamam de usurpação das terras dos camponeses na região norte de Moçambique e não só pelos grandes capitalistas.

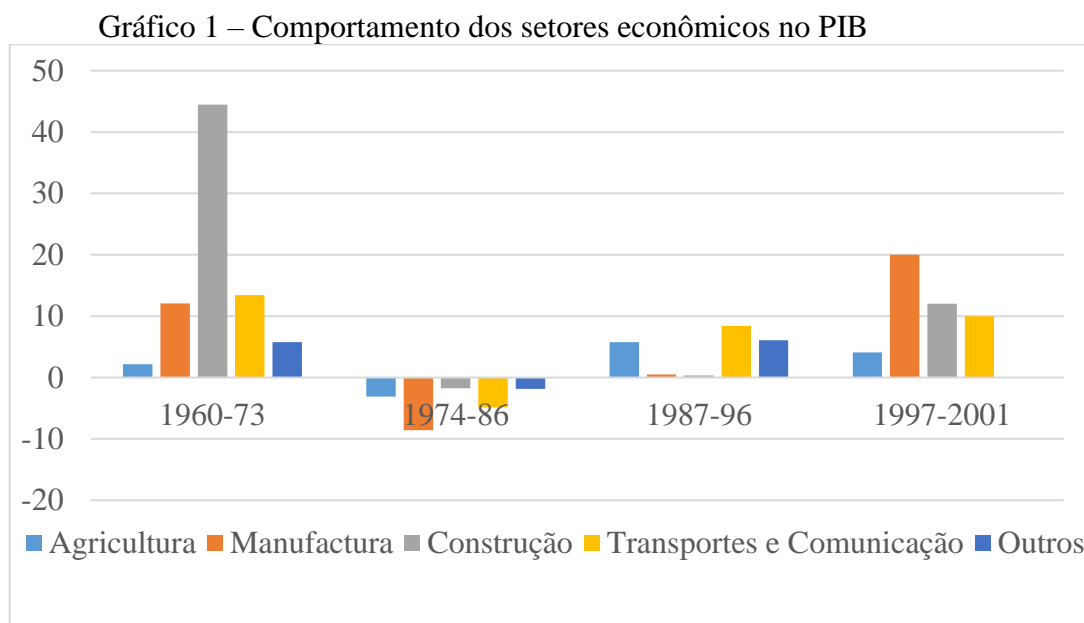
O ProSavana-JBM, bem como outras iniciativas do governo configuram o que muitos autores designam “economia de dependência”, que é caracterizada pela internacionalização da economia dos países do Terceiro Mundo (FURTADO, 1978). A ideia de que o ProSavana visa melhoria das condições de vida da população na região do Corredor de Nacala é questionada neste trabalho.



Mapa 12 – Presença do Banco Mundial na vida socioeconômica em Moçambique
 Fonte: Org. próprio autor (2017)

Através da descrição muito resumida da estrutura da economia de Moçambique, que inicia com uma ilustração da presença do BM – mapa 10. Mesmo sem termos tido acesso a muitos dados, este mapa mostra os setores socioeconômicos que são financiados pelo BM, pelo que, é claramente visível o quão o país se emaranhou com os créditos do BM. Com análise do comportamento dos setores econômicos que compõem a estrutura do PIB procuramos contribuir no debate sobre importância do campesinato, destacando os perigos que o espreitam devido às políticas públicas.

A economia de Moçambique é descrita como sendo dependente de recursos externos. O gráfico 1 mostra, elaborado com base em dados que constam no Agenda 2015, revelam que até 2001, o comportamento dos setores econômicos no PIB. O setor da agricultura aparece como o maior contribuinte. O fraco desempenho econômico é a razão da dependência externa.



Fonte: Agenda 2025 (2003)

Esse fato é bem evidente, quando se observa, tanto o funcionamento da administração pública, como também, os investimentos realizados no país, em todos os setores ou áreas econômicas. A prestação de serviços públicos pelo governo de Moçambique, em todo o território nacional é assegurada, em certa medida, pela assistência técnica fornecida pelos países mais ricos do mundo – o dito Grupo 8, como ainda, pela canalização de apoios fornecidos pelas instituições de “boa vontade”, governos amigos, concessão de créditos pelas instituições financeiras internacionais e até nacionais.

Dado que, os territórios reduzidos aos interesses da sociedade Corredor de Desenvolvimento de Nacala estão desprovidos de uma autonomia, para sua compreensão é imprescindível partir-se da base de que esses territórios são na realidade uma parte da totalidade. Isto significa que qualquer descrição que se fizer do distrito de Monapo, para o seu entendimento fácil sua compreensão, exige-se que seja no conjunto de toda a província de Nampula. Esse procedimento, também deve ser seguido quando a descrição se incide sobre a província de Nampula.

Finalmente, como se viu no capítulo o processo de modernização da agricultura e do Espaço agrário, em Moçambique a partir do distrito de Monapo, é feito de forma descontínua, cria e recria conflitos e contradições que afligem a organização dos territórios, os usos dos recursos naturais, a autonomia dos povos e o desenvolvimento da economia do país.

CAPÍTULO III

4 ESPAÇO AGRÁRIO DO DISTRITO DE MONAPO

Depois de apresentar as condições, as estruturas, as discontinuidades e as contradições da modernização da agricultura e do espaço agrário, convém apresentar o distrito de Monapo, que, no bojo desta pesquisa ocupa a centralidade.

O distrito de Monapo é uma “miniatura” do “Corredor” de Desenvolvimento de Nacala. Dissemos que é uma miniatura, porque Monapo agrega do ponto de vista de atributos naturais, tanto aspetos costeiros como os do interior – está situada numa zona de transição. Na mesma posição, isto é, na “zona tampão” ou “faixa divisória” estão também os distritos de Norte a Sul, Nangade, Palma, Mocimboa da Praia, Muidumbe, Macomia, Ibo, Meluco, Quissanga, Ancuabe, Pemba, Macífi, Chiure, Erati, Memba, Nacaroa, Nacala-a-Velha, Mossuril, Meconta, Mogincual, Mogovolas Angoche e Moma. Se considerarmos apenas os distritos que compõem a dita “região” e ou “corredor” do Desenvolvimento de Nacala encontramos Muecate, Meconta e Mogovolas.

O distrito de Monapo se destaca por fazer parte dos espaços mais procurados nos últimos oito anos. Observando os fatos, tudo indica que, a combinação de três fatores, nomeadamente, o fato de estar relativamente mais próximo do Terminal de Carga em Nacala-a-Velha, como também, de ser atravessado pela ferrovia e as condições agroecológicas colocam esse espaço como o mais estratégico para os interesses do capital.

Com uma extensão territorial de 3.598 Km², Monapo é o espaço geográfico aonde se coletou maior parte dos dados empíricos, no âmbito desta pesquisa cujo tema é modernização da agricultura. Antes de prosseguirmos com a apresentação do distrito de Monapo, se impõe fazer-se o enquadramento da modernização da agricultura em Moçambique.

A necessidade de modernização da agricultura em Moçambique remonta desde que se proclamou a independência até a atualidade. Esse fato está bem evidente em muitos documentos oficiais do governo de Moçambique. Neste estudo, citamos apenas os seguintes: Linhas Fundamentais do Plano Prospectivo e Indicativo (PPI) para 1981-1990; Programas de Reabilitação Agrária (PROAGRI), Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI), o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário 2011-2015 (PEDSA) a Política das Pescas e Estratégia de Implementação (PPEI), o Plano Diretor das Pescas 2010-2019 (PDP), o Plano de Desenvolvimento da Aquicultura de Pequena Escala 2009-2013 (PDAPQ); a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional II (ESAN II, 2008-2015), Plano de Ação Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique (PRDC) 2011-2014 e o Programa Nacional de Fortificação de

Produtos Básicos (2011-2016)³⁴; Estratégia de Revolução de Verde (ERV) e o Plano Nacional de Investimentos para o Sector Agrário (PNISA).

Esse conjunto de planos, programas e estratégias se caracteriza por demarcar primeiro, duas linhas ideológicas bem distintas, segundo, o governo se apresenta como uma força produtiva. A primeira ideologia é a de concepção política economia e social, a partir de socialismo. Nesse sentido, foram traçadas as seguintes políticas: socialização da agricultura, isto é, cooperativização e empresas estatais, como novas formas de organização produtiva como bases da industrialização que se desejava; criação pelo Estado de uma indústria interna pesada; formação de uma classe operária poderosa, organizada e dirigida pelo partido Frelimo. A segunda linha ideológica concebe a política econômica e social a partir do pensamento neoliberal. A principal diferença que se pode observar, para além da abertura do mercado, é uma aparente retirada do Estado no protagonismo empresarial. O outro fato é que contrariamente, ao pensamento “socialista moçambicano” o campesinato é concebido como uma força produtiva privada e em pé de igualdade com as outras forças privadas. Realmente, de acordo com PEDSA (2014, s./p.), diz-se que,

A estratégia cria espaço para um sector privado mais ativo na função de produção, provisão de serviços, agro processamento e comercialização. Fazem parte do sector privado, os produtores do sector familiar, as associações, os agricultores emergentes, os agricultores e criadores comerciais, os empreendedores florestais, bem como os provedores de bens e serviços agrários incluindo insumos, equipamentos, assistência técnica, serviços financeiros, processamento e comercialização.

Se, a partir do Plano Prospectivo em 1980 a ideia de modernização da agricultura estava assente na edificação de dois setores produtivos, um coletivo a partir das cooperativas, outro, estatal mais robusto, já os anos que se seguiram após a derrocada do socialismo moçambicano, serão caracterizados por uma de modernização da agricultura baseada em setores econômicos complexos. A partir dessa etapa adota-se uma linguagem que se adequa ao novo contexto de mercado livre, caracterizado pela competitividade. A nova política economia exige outros termos. Se por um lado, o conceito de *camponês* fica diluído, o de *machamba* não tem sentido. Os camponeses passam a ser chamados de produtores do setor familiar e a *machamba* passa a ser designada *exploração agropecuária*.

Uma vez que, os sistemas agropecuários são concebidos para responder basicamente dois propósitos diferentes, isto é, o de autoconsumo e, o de comércio, esse fato faz com que o

³⁴ Programa Nacional para a Fortificação de Alimentos de Consumo Massivo em Moçambique (2011 – 2016).

de autoconsumo passasse a ser designado *agricultura familiar*, e o de comércio *agricultura comercial* ou *empresarial*.

Essa base conceitual será determinante para surgimento de fenômenos estranhos em Moçambique, como por exemplo, a acumulação de terra, o reducionismo do camponês à categoria de “agricultor”. O fenômeno de acumulação de terra tem como consequência a necessidade do reassentamento da população. Os indivíduos que tomaram a dianteira no processo da acumulação de terra em Moçambique são servidores públicos do setor que superintendem o setor de agricultura, membros do governo e do Partido Frelimo.

Os centros urbanos são onde despontaram os primeiros casos de conflitos de terra envolvendo servidores públicos ligados ao serviço de cadastro de terra com a população local. De acordo com o quadro legal sobre a terra, passou-se a registrar *o direito de uso e aproveitamento da terra*, sem que para tal estejam efetivamente a usar essa terra registrada. Maior parte dessa terra é onde operavam as cooperativas e empresas estatais, por sinal, as terras mais férteis ou que apresentam melhores condições para o exercício de atividades agropecuárias.

O fenômeno de acumulação de terra se apresenta sob duas perspectivas em justaposição. Uns acumulam a terra para, por essa acumulação tirar proveito dela (renda/aluguel ou venda). Outros, a acumulação de terra para uso, principalmente na forma de agricultura de monocultura que exige maior concentração de terra.

Esses fenômenos surgem num momento em que o mundo rural estava se reorganizando, após longos anos de violência de todo o tipo, desde a exploração colonial até o período de transição socialista, que foram responsáveis pela desintegração de *comunidades aldeãs originárias e aldeamentos compulsivos*. No plano das relações sociais, o colonialismo português agudizou a desigualdade entre homem/mulher; impediu qualquer possibilidade de acumulação da riqueza por parte dos africanos.

O fim dos ciclos de violência abriu possibilidades para uns, de retorno às terras de origem, para outros, procura de novo espaço que pudesse permitir a retomada da vida. Esse movimento até foi apoiado pelos parceiros internacionais, no âmbito dos diversos programas dentre eles, reassentamento dos refugiados e deslocados de guerra e enquadramento dos desmobilizados das forças do governo e da Renamo.

Para “consolidação”? dos novos territórios que iam surgindo no meio rural, os parceiros internacionais de reconstrução criaram um programa de doações que ficou conhecido com o nome de “Programa de Emergência de Sementes e Utensílios Agrícolas (PESU)”. Esse programa, no concreto consistiu em distribuição de kits de material básico (chapas de zinco,

barrotes, pregos, arames, cimento, etc.) de meios de trabalho (produção agrícola), basicamente, enxadas, catanas, cerrotes, machados, foices, martelos, etc., e sementes diversa.

Questionar se efetivamente as doações se destinavam à consolidação do processo de territorialização ou tinham outros objetivos em jogo. Basta para tal avaliar os procedimentos usados para sua canalização. O Ministério da Agricultura, através do Departamento de Desenvolvimento Rural, se encarregou pela distribuição direta das sementes e utensílios agrícolas e até de materiais de construção de habitações.

Esse programa devido aos escândalos que o caracterizaram, basicamente os frequentes desvios dos *kits* de distribuição gratuita, que ao invés de irem para os legítimos beneficiários (população reassentada), iam parar em mãos alheias – populações não carentes como também iam para o mercado informal, aonde eram comercializados arbitrariamente. Essa foi a razão fundamental que precipitou a sua paralisação. Esse problema não só deve ser visto do ponto de vista ético dos servidores públicos, como também, a sua implicação na economia do país, dado que criou distorção do mercado.

Em Moçambique por razões históricas no conjunto dos setores econômicos, o da agricultura é o que reúne maior número de quadros superiores. Nesse sentido, não é exagero afirmar que ao nível dos governos provinciais e distritais, os quadros do setor da agricultura são o que tem maior visibilidade e exercem mais força que os outros. Na prática são eles que dirigem a máquina dos Governos a esses níveis.

A visibilidade e da força exercida pelos quadros do setor da agricultura pode ser verificada, por exemplo, ao nível das províncias, o Diretor Provincial da Agricultura tem sido aquele que geralmente substitui o governador, sempre que este se ausente. Ao nível dos governos distritais, em 2006, a partir do Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril que se cria estrutura orgânica dos governos distritais, foram transferidos os meios materiais e humanos das direções distritais para o Governo distrital. Na estrutura orgânica criada as direções distritais foram aglutinadas em num sistema orgânico constituído por seis órgãos. E neles há o *Serviço Distrital de Atividades Económicas (SDAE)*, integra os setores de agricultura, pecuária, indústria, comércio, turismo e desenvolvimento local. O diretor do SDAE é na maioria dos casos um quadro da área de agricultura.

Com base nesse dado partimos da ideia de que os mais poderosos e também os bem sucedidos, o seu comportamento tende influenciar a maioria dos cidadãos. Para nós, a cultura de desvios e de impunidade instalada no país, ganhou corpo, em certa medida, a partir de todos os programas de assistência social que foram canalizados ao país. Os quadros do setor de agricultura, em função do seu prestígio na sociedade, pelo menos até ao fim da década de 90 se

configuram com um referencial, sobretudo, no seio da juventude moçambicana. Nesse sentido, a sua postura é para os seus admiradores um valor em transmissão. Mia Couto, contando narrativas hegemónicas de “combate à pobreza absoluta” com confusões de combate pela “ganância absoluta”, disse que, há

[...] narrativa que pretende provar que vale a pena mentir, que vale a pena roubar, e que vale a pena tudo menos ser honesto e trabalhar. Aliás, a palavra “trabalho” suscita fortíssimas alergias. Pode-se ter negócios, pode-se ter projetos. Mas ter um trabalho isso é que nunca. Que o trabalho leva muito tempo e, além disso, dá muito trabalho. Mas, no fundo, todos sabemos: enriquecer rápido e sem esforço só pode ser feito de uma maneira: roubando, vigarizando, corrompendo e sendo corrompido. Não existe, no mundo, inteiro, uma outra receita (COUTO, 2005, p.211).

Os que estão frente dos recursos públicos e ou doados, como aqueles que possuem o poder no governo, ao proferirem discursos que abordam a situação de pobreza absoluta, transmitem ideia de comprometimento com o sofrimento da população, mas os seus atos, pelo contrário revelam a sua ganância por um enriquecimento rápido. Os dirigentes que supostamente deveriam ser implacáveis no controle, acompanhamento e na manutenção da disciplina tendem proteger práticas imorais, como foi o caso dos escândalos do programa PESU. Não houve esclarecimento público, embora tenha havido indivíduos que foram detidos em conexão com o "caso PESU" (Programa de Emergência de Sementes e Utensílios Agrícolas), nomeadamente o Diretor Provincial de Agricultura e o Chefe dos Serviços Provinciais de Agricultura de Gaza, os Chefes dos Serviços Provinciais de Agricultura de Sofala e de Nampula, a coordenadora central do PESU e o responsável pela distribuição dos utensílios.

Tendo em conta a forma como decorreram as intervenções do programa PESU essa realidade refletiu a falta de vontade, no seio do Ministério da Agricultura, uma vez tratando-se de ser a entidade que geria o programa de emergência, deveria ter criados mecanismos para articulação profícua entre as autoridades locais. Entre as autoridades das comunidades locais e os agentes/servidores públicos se estabeleceu uma cortina que impediu uma cooperação baseada em separação de poderes, salvaguardando-se o interesse do programa, com base em fluxo de informação e prestação de contas.

E como corolário dos escândalos e da falta de cooperação profícua, de acordo o MASA (2011) a “cooperação Moçambique/Suécia” se deteriorou, o Sector da Agricultura perdeu credibilidade perante os doadores. Por outro lado, a coordenação entre autoridades locais com o setor de Agricultura foi manchada sempre por situações de declarações falsas dos números de

agregados familiares pelas autoridades locais, dado que, quanto maior número de agregados declarados, isso permitia acesso a maiores quantidades de bens para doação.

Esse fenômeno das declarações falsas dos números de agregados familiares pelas autoridades locais vivenciei na altura em que estava vinculado no projeto de “*Appoggio dell’inserimento al lavoro di ex militari e disoccupati nella provincia di Gaza – Mozambico*”³⁵ – projeto de apoio e desenvolvimento e inserção no trabalho aos desmobilizados e desempregados na província de Gaza – Moçambique. Esse projeto faz parte de outros tantos da iniciativa de ISCOS Lombardia, uma ONG italiana já estabelecida em Moçambique, na década de 80 com diferentes frentes.

Na província de Gaza a sua atuação esteve vinculada ao desenvolvimento agrário, entre os anos de 1987 a 1993. Nesse contexto, essa intervenção se enquadra nas intervenções de ONGs que operavam em paralelo com as instituições do Estado. Ela faz parte das ONGs que se mantiveram no período que se seguiu após a quebra de confiança entre os doadores e o setor da agricultura.

Enquanto se verificava o paralelismo no âmbito das intervenções junto dos camponeses, decorria simultaneamente o processo de privatização das empresas agropecuárias. Essas privatizações ocorreram num contexto em que os governos de Moçambique e da África do sul chagavam a um acordo sobre o programa MOSAGRIUS.

O referido, acordo estabeleceu as bases para desenvolvimento agrário de Moçambique, a partir da concessão de terra aos agricultores sul-africanos numa primeira fase nos distritos de Majune e Sanga, na província do Niassa. Além, do programa de agricultura, o acordo previu estabelecimento de projetos turísticos no distrito do Lago. Os recursos financeiros dos projetos nas duas vertentes seriam canalizados pelo governo sul-africano em um montante de 15 milhões de randes. (Not. 6 e 7/05).

Como se observar, as estratégias de entrada do capital estrangeiro na região norte remontam a mais de 20 anos atrás e prolongam até hoje através dos programas acordos pelo Governo de Moçambique (GdM) e seus parceiros internacionais, dentre eles se destacam: o Acordo Triangular, envolvendo os governos de Moçambique, Japão e Brasil; memorando de entendimento entre os governos de Moçambique com o Índia Sobre Cooperação no Domínio da Produção e Comercialização do Feijão Bóer”; memorando de entendimento sobre Cooperação Trilateral, entre Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA), Ministério do Comércio da República Popular de China e a Fundação Melinda e Bil

³⁵ Disponível em: <http://lombardia.iscos.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=274:progetti-storici-africa&catid=47&Itemid=341>. Acesso em: 31 mar. 2018.

Guetes no domínio da Agricultura; fazem parte ainda, dois grandes projetos, SUSTENTA, Terra Segura, que são desenvolvidos pelo GdM com fundos dos parceiros internacionais, neste caso pelo Banco Mundial.

Não há dúvidas de que a região norte está no centro do grande capital que procura todas as formas para retomar as ações iniciadas com a invasão colonial. A investida do capital em Moçambique ganhou novas dinâmicas quando o mundo foi abalado pela crise alimentar, como resultado das novas opções de investimentos no setor agrário, que passam a concentrar sua atenção na produção de biocombustíveis em detrimento de alimentos.

O que se chama programas de modernização de agricultura em Moçambique são estratégias capitalistas que se enquadram nas novas dinâmicas caracterizadas pela mundialização de determinados produtos como é o caso da soja. Para concretização dos interesses capitalistas, foi celebrado o acordo de cooperação triangular, acima referido que, por seu meio concebeu-se o Programa de Cooperação Triangular para Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais Africanas entre Japão, Brasil e Moçambique (ProSAVANA-JBM).

A área definida para o ProSavana-JBM “situa-se entre os paralelos 13°S a 17°S, e inclui as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete” (MASA, 2015, p.1-2). Ainda segundo, o mesmo documento do MASA, isto é, Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala, na sua versão provisória, o acordo estabeleceu dezanove distritos das províncias de Nampula, Zambézia e Niassa como sendo “área de estudo”.

Nesse sentido, o Plano Diretor do ProSAVANA considerou apenas dezanove distritos que estão situados ao longo do Corredor de Nacala, como os que deverão ser objeto de melhoramento das redes ferroviária e viária, na faixa entre o Porto de Nacala a Malawi (MASA, 2015, p. 1-2). Isto é o mesmo que dizer que o desenvolvimento preconizado no âmbito desse acordo é seletivo.

Assim, a área total abrangida pelo estudo de ProSAVANA-JBM é estimada em cerca de 107.002 Km² que alberga 4.287.415 milhões de habitantes, isto é, que correspondem a 21% de toda a população do país. Na ótica dos promotores dessa iniciativa, ao se conceber o Plano Diretor é para se gerar um novo modelo de desenvolvimento, considerando os aspetos ambientais e socioeconômicos, visando o desenvolvimento agrícola orientado pelos mercados rurais e regionais, com uma vantagem competitiva.

Com base nos distritos escolhidos será definido um modelo de desenvolvimento, que futuramente o Governo irá replicá-lo em outros distritos ainda dentro do perímetro dos paralelos 13°S a 17°S (MASA, 2015, p.1-3, grifo nosso). No mapa agroecológico de Moçambique pode-

se observar que a região de ProSAVANA-JBM apresenta quatro zonas agroecológicas: Zonas Agroecológicas R7, R8, R9 e R10. A zona 7 é a mais dominante.

Quadro 4 - Zonas agroecológicas mais dominantes na região norte de Moçambique

Zonas	Unidades territoriais e administrativas distritais	Fatores Físico-naturais	Superfície Km ²
1	Província de Maputo: Matutuine, Magude, Moamba, Namaacha e Boane	Altitude (m): <200 Precipitação (mm): 600 – 800 Temperatura (°C): 20 – 25	19855
2	Província de Maputo: Marracuene, e Manhiça; Gaza: Bilene-Macia, Chibuto e Manjacaze; Inhambane: Zavala, Inharrime, Panda, Inhamitanga, Homoine, Inhambane, Maxixe, Morrumbene, Funhalouro, Massinga, vilankulo, Inhassoro e Govuro	Altitude (m): <200 Precipitação (mm): 600 – 800 Temperatura média (°C): 22 - 25	69301
3	Província de Gaza: Chokwé, Guijá, Chigubo, Chicualacuala, Massingir e Massangena e uma pequena faixa de Inhambane distrito de Mabote	Altitude (m): <200 Precipitação (mm): Zona mais do país sem valores Temperatura (°C) 26	75460
Área total (região Sul)			164616
4	Manica: Machaze, Mussorize, Manica, Gondola e Sussundenga; Sofala: Maringue, Chibabava e Gorongosa	Altitude (m): s.d Precipitação (mm): 800 – 1000 Temperatura (°C) 24	64049
5	Sofala: Machanga, Buzi, Nhamatanda, Muanza, Cheringoma e Marromeu; Zambézia: Mopeia, Chinde, Inhassunge, Quelimane, Nicoadala, Namacurra, Maganja da Costa e Mocuba	Altitude (m): 00 - 200 Precipitação (mm): 1200 Temperatura média (°C): 15,2 - 35	73517
6	Sofala: Caia e Chemba; Manica: Tambara e Guro; Zambézia: Mopeia e Morrumbala; Tete: Changara, Cahora Bassa, Magoé, Mutarara e Zumbo	Altitude (m): ≤200 Precipitação (mm): 400 – 700 Temperatura (°C) 24 – 26	69495

Fonte: MASA (2015; 2017). Org. próprio autor (2017)

Note-se que o mapa agroecológico de Moçambique apresenta-nos dez zonas, que se distinguem uma da outra no que diz respeito aos seguintes elementos naturais: altitude, formas de relevo, solos, padrões de temperatura e de precipitação. Esses são tidos como os que têm mais incidência direta no exercício de atividades agropecuárias. Nesse sentido, os rios Save e Zambeze juntamente com os materiais rochosos, resultantes de atividades geológicas se

configuram como os principais elementos de estruturação dessas três regiões geográficas naturais.

Quadro 5 - Cont. do Zonas agroecológicas mais dominantes na região norte de Moçambique

Área Total (região Centro)			207061
7	Zambézia: Alto Molócuè, Lugela, Ile, Gilé e Namarroi; Nampula: Murrupula, Rapale, Ribauè, Lalaua, Mecuburi e Muecati; Tete: Moatize e Chiuta; Cabo Delgado: Namuno, Balama, Montepuez; Niassa: Mecanhelas Cuamba, Maúia, Majune, Mecula, Marrupa, Mavago, Lago, N'gauma, Metatica e Muembe	Altitude (m) 200 - 1000 Precipitação (mm): 1000 – 1400 Temperatura (°C) 20 – 25	234236
8	Zambézia: Pebane; Nampula: Moma, Mogovolas Angoche, Mogincual, Meconta, Monapo, Mussoril, Eráti, Nacala a Velha, Nacala Porto, Ilha de Moçambique e Membra; Cabo Delgado: Chiúre, Ancuabe, Mecufi, Pemba-Metuge, Quissanga, Meluco, Macomia, Muidumbe, Mocímboa da Praia, Nangade e Palma	Altitude (m) 00 - 200 Precipitação (mm): 800 – 1200 Temperatura média (°C) 25	87556
9	Planaltos de Mueda e uma parte de Macomia em Cabo Delgado	Altitude (m): >200 Precipitação (mm): 1000 – 1200 Temperatura (°C):24	14150
10	Planaltos de Lichinga em Niassa ; de Angónia, Machanga e Marávia e Tsangano em Tete ; de Gurué e Milange na província de Zambézia e; Sera Choa e espungabera em Manica	Altitude (m): >1000 Precipitação (mm): 1200 – 2400 Temperatura (°C) 18 – 24	65414
Área Total (regiões Norte e Centro)			401356

Fonte: MASA (2015; 2017). Org. próprio autor (2017)

Como primeiro aspecto da nossa análise, concentramos à regionalização geográfica comumente usada, que subdivide o país em três regiões geográficas, no sentido norte/sul (norte, centro e sul) que nos parece se basear a partir da configuração do relevo. Fora do relevo, em nossa opinião não existe outro elemento natural, sobre o qual o espaço moçambicano seja subdividido em três regiões geográficas que são de domínio público.

Se nos concentrarmos com a evolução histórica de Moçambique é muito fácil entender que Moçambique está regionalizado do ponto de vista socioeconômico em duas regiões distintas. As províncias de Maputo, Gaza e de Inhambane, situadas a margem sul do rio Save, se distinguem do resto do país, sobretudo, no domínio dos aspetos que dão acesso aos serviços básicos. A região sul em função da política colonial de gestão da população, determinou aquilo

que para os observadores comuns se tornou como costume da população em idade ativa migrar para África do Sul, em busca de emprego.

O outro aspeto que não deve ser menosprezado é o fato de nesta região se localizar a capital do país. Só esse fato determina, no modelo concebido de planejamento de recursos públicos, em que a capital do país seja, além de ser capital política, seja também capital econômica. É assim que torna o sul a região onde há mais concentração da riqueza. O parque industrial da Matola, os centros de comércio e a rede de hoteleira concentrados na cidade de Maputo testemunham esse fato.

O fato de os povos fixados no Sul estarem em posições relativamente mais próxima em relação a cidade de Maputo, como também, a questão das línguas maternas desses povos, que são da mesma zona linguística – a zona T, confere-os de certa forma, vantagem em comparação aos povos fixados a norte do rio Save, que estão distantes da capital do país, como também, o fato de falarem línguas maternas relativamente não próximas com as faladas na capital do país. É importante dizer que embora em Moçambique, a língua nacional seja o português, isso não significa que toda a população se comunique em português, tal como testemunham os dados do INE 2007.

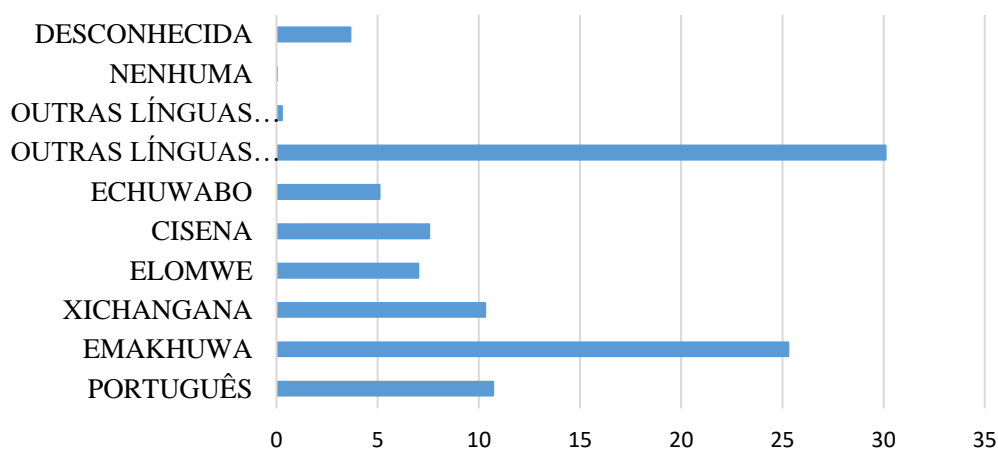


Gráfico 2 – Línguas maternas mais faladas

Fonte: INE (2007)

De acordo com esses dados apenas 11% da população moçambicana tem como língua materna o português. A língua *Emakhuwa*, que domina nas províncias de Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa é a que reúne maior número de falantes. Como se pode ver além, das línguas moçambicana aqui listadas, tem outras ainda (veja o mapa dos territórios etnolinguísticos).

Ao se dizer que a região sul é a que concentra maior riqueza não pretendemos afirmar de antemão que, de todo o sul é onde há mais facilidades no país, não é nada disso. Claramente, há exceções muito óbvias, como são os casos dos centros urbanos da Beira, Nampula, Nacala Porto, Quelimane, Tete, Songo e Pemba que historicamente sempre foram os centros de dinamização da economia e que, por essa razão reúnem zonas de influência.

Nos últimos cinco anos o *boom* dos megaprojetos de exploração de minérios e do turismo está inserindo determinados centros urbanos no centro de atenção, o que efetivamente torna-os mais robustos que as capitais das províncias de Gaza e Inhambane. Todavia, essa realidade está ainda longe de corrigir o desequilíbrio regional criado pelo sistema colonial, que é nítido quando se compara a globalidade territorial. Sobre essa realidade nos propomos confrontá-la a partir de alguns índices quantitativos e qualitativos.

Tabela 6 - Línguas maternas mais faladas

Línguas Maternas	Urbana	Urbana	Urbana
Português	1 362 376	1 362 376	1 362 376
Emakhuwa	388 430	388 430	388 430
Xichangana	1 750 806	1 750 806	1 750 806
Elomwe	963 773	963 773	963 773
Cisena	3 170 521	3 170 521	3 170 521
Echuwabo	4 134 294	4 134 294	4 134 294
Outras Línguas Moçambicanas	780 653	780 653	780 653
Outras Línguas Estrangeiras	904 680	904 680	904 680
Nenhuma	1 685 333	1 685 333	1 685 333
Desconhecida	183 616	183 616	183 616
Total	961 437	961 437	961 437

Fonte: INE (2007)

Retomando o nosso raciocínio em torno dos elementos de estruturação das três regiões geográficas naturais, queremos propor que ao se observar o espaço moçambicano no sentido este/oeste nota-se que, da costa do Índico ao interior do continente, há uma tendência de confinamento de formas de relevo mais suave, na faixa que é delimitada pelos rios Rovuma e pelo Zambeze. No interior dessa faixa, no sentido mais descaído ao lago Niassa, houve uma configuração de morros que, Muchangos (1999) designa-os por pontas de “inselberg”. Essa estrutura litológica determina a existência nessa mesma faixa, de rios que nascem e terminam em Moçambique.

A bacia do rio Zambeze por si só determina a formação de uma extensa área com características que a distinguem das outras. Tal como dissemos, o rio Zambeze e o rio Save,

ambos formam uma mancha que pode se qualificada como zona de transição dos planaltos e do confinamento do ambiente costeiro que é característico a norte de Zambeze. A foz do rio se constitui como o centro de formação de faixa de um ambiente que reúne aspetos do interior e continental com as do Oceano Índico. Esta região é a mais rica em floresta do manguezal.

Já na margem sul do rio Save será caracterizada por quatro elementos que estruturam as formas de relevo mais dominantes. O rio Limpopo será responsável pelos processos de sedimentação, o rio Changane pelas depressões, o mar pela formação de planície de Inhambane e por último, o relevo tectogénico dos Libombos resulta de atividades internas da cadeia de Drakkensberg que tem origem na África do Sul (MUCHANGOS, 1999, p. 29).

Do que aqui foi descrito claramente se percebe que entre as dez zonas agroecológicas de Moçambique, as que estão entre os paralelos 13°S a 17°S, isto é, a faixa escolhida para acomodar os projetos do agronegócio inseridos no ProSAVANA-JBM são as reúnem melhores condições para a prática da agricultura. Tanto as formas de relevo, descritas como sendo predominantemente planas, como também, os padrões pluviométricos e de temperatura favorecem o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, menos onerosa em comparação com outras zonas.

Um outro elemento de destaque é a relação população/espço, isto é, a densidade populacional. Tratando-se do fato de que a maioria da população moçambicana está concentrada no meio rural e vivendo basicamente da agricultura, como também, o fato de todas as cidades moçambicanas terem sido projetadas para acolhimento de números muito inferiores da população, isso sugere-nos que, à partida as intervenções do Estado, deveriam acautelar que não se tenha casos de famílias sem um pedaço de terra para moradia e para plantar os seus mantimentos.

Esse fato é crucial, não apenas para a população rural, como também para se assegurar o mínimo de qualidade de vida em centros urbanos, que não reúnem condições para suportar cifras maiores dos que estão neste momento. Só para se ter ideia, de acordo com Araújo (2000) a cidade de Maputo (capital do país) foi projetada para acolher 50 mil habitantes. Hoje a cidade de Maputo, com uma extensão territorial de 300 Km² é habitada por mais de um milhão de pessoas, sendo que a densidade populacional é de 3 670,6 hab./km².

Observando o que está a acontecer um pouco em todo o país, em relação à densidade populacional a primeira constatação é de que, em determinados pontos registra-se um aumento da população. Os pontos que tem atraído maiores contingentes populacionais são os centros urbanos, em particular, os que estão localizados ao longo dos corredores de desenvolvimento e ou, das principais rodovias.



Figura 19 - Mercado informal na comunidade de Metocheria
Fonte: o próprio autor



Figura 20 – Faces do mercado informale formal
Fonte: Org. próprio autor fotos captadas em 2016

O fenômeno migratório que ocorre em Moçambique revela, em parte, que os pontos que estão perdendo uma parte da sua população, não significa que seja resultado das intempéries naturais ou tensão político militar. Resulta pela necessidade de conexão das famílias rurais aos mercados de trabalho e de comercialização de bens. Os novos projetos ligados a construção da linha férrea, de revitalização das agroindústrias, estão a provocar migrações de grupos populacionais com idades compreendidas entre 15 – 24 anos.

Uma outra particularidade do fenômeno migratório é que em certos pontos se comporta como migrações pendulares. Os sujeitos que participam desses movimentos deixam as suas residências habitais, temporariamente, em virtude da necessidade de estarem mais próximos dos locais de trabalho. O tempo necessário para se estar ausente é variável. Há vezes que os movimentos se dão diariamente, semanalmente, como até por períodos mais longos de seis meses ou mesmo de um ano. O que foi possível constatar é que as migrações temporárias resultam pela necessidade das famílias rurais se conectarem aos mercados de trabalho, isto é, havendo na família mão-de-obra disponível, passou a ser imprescindível a mobilidade dessa mão-de-obra em busca de trabalho remunerável. Numa primeira fase, não importa que tipo de trabalho desde que seja um trabalho assalariado. É por essa razão que alguns recorrem mesmo ao trabalho agrícola, nos mesmos locais de residência ou que estão afastados das suas residências.

Também há migrações que denunciam mudança do local de residência. O que nos dá sinal desse tipo de migrações é a emergência de assentamentos populacionais que se perfilam ao longo das principais rodovias, neste caso concreto, Estrada Nacional 8 (EN8), como também, a emergência de bairros nas periferias urbanas em locais geralmente caracterizados pelas enchentes, sem serviços urbanos (água potável, luz, basicamente). Durante a pesquisa de campo, testemunhamos no troço Cidade de Nampula a Vila de Monapo um fenômeno de estabelecimento de um mercado complexo que tem uma dinâmica específica, dado que envolve segmentos sociais desfavorecidos, como também, esse mercado escapa aos desígnios do poder parasitas que caracterizam a contemporaneidade.

Em função dessa característica escapatória, o assim estruturado mercado é considerado “informal³⁶”. Na perspectiva econômica, tal como nos elucidam Mosca (2011) Francisco (2008) a economia forma é o que está à margem das estatísticas e sem legislação, que distorce o

³⁶ O que consideramos comércio “informal” é um conjunto de atividades comerciais que ocorrem em um lugar específico, assim como, aquele que ocorre sem precisar de um espaço físico fixo, em que o vendedor detenha direitos privados sobre o espaço. Esse segmento comercial, de um modo geral está fora do controle dos que detém o poder sobre o território.

funcionamento normal da economia. João Mosca em um artigo intitulado *Pobreza, Economia “Informal”, Informalidades e Desenvolvimento* enquadrou a economia informal no escopo das estratégias de sobrevivência.

A economia “informal”, tal como o comércio, surge como estratégia de sobrevivência dos pobres por incapacidade, do que se chama de economia “formal”, em absorver o fator trabalho e de gerar rendimentos. É ainda uma consequência de desequilíbrios, distorções ou rupturas de mercado e de políticas desajustadas (MOSCA, 2011).

Mosca (2011) considera ainda que o comércio “informal” se sustenta da economia e do comércio “formal”, estabelecendo relações de reforço mútuo, em ocasiões fora da lei (saúde pública, fiscalidade, etc.) e transacionando muitas vezes bens e serviços ilícitos.

Nesse tipo de mercado comercializa não só o que se produz no local, como também, peças de roupa usada e nova, utensílios domésticos, isto é, uma multiplicidade de bens manufaturados, incluindo até assessórios de motos, equipamentos eletrônicos, rádios portáteis, telefones celulares. Do leque dos produtos que abundam, em particular, os comestíveis (cereais, feijões, hortaliças, carne, peixe, incluído bens manufaturados, como por exemplo, rebuçados/balinhas, pão, refrigerantes, bolachas etc.) são certamente de fabrico nacional. Há também peças de roupas conhecidas como “capulanas” que são fabricadas pela industrial têxtil local.

Contudo, a maioria dos bens comercializados desde os alimentos, até os bens de uso doméstico, tais como sabão, bens de cozinha, roupa usada e nova, equipamentos eletrônicos são fabricados no exterior. Presumimos que a sua entrada em Moçambique ocorre por meio das vias oficiais de comercialização.

O comércio escapatório ou *informal* ganha força, no sentido de que, há cada vez mais sujeitos se filiando, em particular, jovens de ambos os sexos. Esse fato é aqui interpretado como consequência da insegurança generalizada que se registra em muitos agregados familiares que possuem como sua base de sobrevivência a agricultura. Realmente, nos últimos anos o exercício da agricultura para a maioria não garante, por si só, a satisfação das necessidades das famílias cada vez mais crescentes. Alguns sujeitos entrevistados no âmbito desta pesquisa declararam que para elas, a atividade comercial é a que gera mais rendimento em comparação com a agricultura.

Realmente, os estudos que pesquisam o comportamento o setor agrário revelam que nos últimos anos a produção agrícola, tem registrado um aumento como consequência do aumento

da área. No outro, prisma, isto é, uma análise individualiza dos sistemas agrícolas tem revelado uma redução da produção agrícola, como consequência direta das políticas econômicas que não permitem que os sistemas de produção evoluam em função no nível dos progressos alcançados pela humanidade.

Há um fenômeno que tende se distribuir em todo o território nacional e que, é mais nítido nas zonas periféricas dos maiores centros urbanos, como também ao longo das vias mais movimentadas do país. Trata-se de concentração de grupos populacionais mais expostos à migração, isto é, população economicamente ativa.

A origem dessas concentrações populacionais está muito relacionada a uma multiplicidade de fatores, dentre eles, destacam-se os seguintes: os conflitos armados; as calamidades naturais que ciclicamente ocorrem em Moçambique; a crise alimentar no meio rural que resulta devido a depreciação dos bens naturais; políticas agrárias desajustadas à realidade de Moçambique; inadequação dos sistemas de cultivo agrícola itinerante, o avanço da fronteira agrícola em regiões já equipadas em infraestruturas, com particular destaque para, regiões equipadas com barragens, estradas e ferrovias – os chamados corredores de desenvolvimento e redes de distribuição de corrente elétrica.

As fotos da figura 20/21 - captadas durante a realização de pesquisa campo revelam-nos uma das características do fenômeno de concentração populacional que formam pequenos centros de comercialização. É possível observar que a maioria dos indivíduos aqui concentrados são do sexo masculino, como também, trata-se da população economicamente ativa. Em conversas com os sujeitos pudemos entender que nenhuma das construções edificadas pertence aos primeiros indivíduos que aqui se instalaram. O mesmo sucede com os vendedores ambulantes nenhum deles faz parte dos agregados familiares que residem neste ponto.

Quando observamos, essa realidade procuramos saber se no seio dos agregados familiares daquele ponto – Carapira há membros que se dedicavam ao comércio. A resposta que obtivemos dos sujeitos com quem conversamos foi de que havia membros que se envolviam no comércio em duas formas: uns que participavam exclusivamente na condição de prestação de serviço a outrem, isto é, como empregados, outros, participam esporadicamente, sempre que as condições assim exigissem, como por exemplo, no período das colheitas, ou ainda sempre que se fabricassem bebidas, tanto alcoólica, como não.

O comércio de bebidas alcoólicas e adoçadas tem sido uma das práticas recorrentes no seio de muitos agregados familiares como fonte de dinheiro. Essas bebidas são fabricadas com recurso a matéria prima produzida localmente. As mais usadas basicamente o grão do milho e farelo de milho. Os outros bens que estão no circuito de comercialização não apenas de

Carapira como de toda a região norte são: castanha de caju, gergelim, hortícolas, milho fresco, feijões, algodão, amendoim, frutas, com maior destaque para banana e mangas.

Contudo nem todos os produtos aqui alistados são comercializados no seio de muitos agregados familiares de Carapira, como também, nem todos os agregados familiares dessa aldeia conseguem se manterem vinculados continuamente no comércio. No entanto, apesar dessa realidade o que foi evidenciado é que a atividade comercial decorre todos os dias em horário estabelecido pela luz do sol. Isso significa que as bancas, barracões são abertas assim que rompe a aurora e fecham as portas assim que o sol se deitar.

Na comunidade de Carapira a divisão do trabalho ganha uma estrutura muito bem nítida. Um dos níveis que pudemos observar é que está baseada em gênero e idade. Há uma divisão de trabalho que está relacionada com os espaços cidade e campo. O comércio fixo é de um modo geral desenvolvido por sujeitos que já estão vinculados à vida urbana (vila de Monapo, Cidade de Nacala) como também ao porto administrativo de Namialo.

Namialo é o maior centro comercial que está a aproximadamente 40 a 50 km da vila de Monapo Situa-se no cruzamento das rodovias Nacala/Cidade de Nampula. Só nesse posto administrativo estão concentrados mais de 7000 mil habitantes que estão distribuídos em 1927 agregados familiares (INE, 2007).

Ao procurar entender a questão da divisão do trabalho do trabalho deparamos com o fato de que as migrações que ocorrem em Moçambique, nem todas têm o sentido campo/cidade. É notória a migração rural/rural, isto é, há uma tendência das pessoas se concentrarem ao longo das principais rodovias, das empresas que se instalam ou que são reabilitadas no meio rural. Esse fenômeno naturalmente provoca aos pontos de chegada pressão sobre a terra.

A pressão sobre esse bem tão importante para todo o ser humano, e muito mais para aqueles que dele tiram bens para sua sobrevivência, dá origem ao surgimento de conflitos complexos, como por exemplo, as disputas de poder no seio dos agregados familiares, e por essa via, em todas as formas de exercício da autoridade existentes nos povos originários, e não só, que põem em risco a estabilidade dos grupos. A pressão da terra deu origem também ao surgimento de uma perspectiva de *valor de troca* da terra. Ou seja, no meio rural, no seio de alguns segmentos sociais, a terra perdeu já o valor de uso. Práticas como *cedência* e *empréstimo* são abandonadas por *venda e aluguer*. Há muitos estudos que discutem a incorporação dessas novas tendências mercantilistas para acesso, uso e aproveitamento da terra, na década de 90 nos maiores centros urbanos do país, o fenômeno de acumulação de terra pelos servidores públicos ligados ao departamento da administração de terra.

Uma vez que esses espaços não oferecem condições para oferta de emprego, a maioria da população não reúne capacidade para se envolver na comercialização; um bom número acaba se dedicando à produção agrícola em pequenos lotes que são cedidos a título ou de aluguel, empréstimo e ou venda. A concentração da população provoca a ruptura dos sistemas agrícolas que, para manterem a sua produtividade necessitam de disponibilidade de terra para pousio, como também para pastagem e para produção de bens florestais. A falta de terra para acomodar as particularidades aqui apontadas faz com que não haja condições para pousio do solo, os animais sejam criados em cercas, não permitindo, que o esterco de animais contribua para melhoramento da fertilidade do solo. Estas são as razões que justificam a redução dos níveis de produtividade do solo no meio rural.

4.1 Determinantes da escolha de Monapo e do ProSAVANA-JBM

A escolha de Monapo foi apenas uma questão opcional num vasto leque de unidades territoriais distritais – entre as dezenove que compõem a região do Corredor de Nacala. Assim, o corredor de Nacala é um espaço geográfico que está no âmago das investidas ou frentes capitalistas com interesses em agronegócios a serem viabilizadas pelo ProSAVANA. Ao que se sabe, a área total que está no bojo dessa frente é estimada em 107.002 Km². Estende-se a partir de Monapo no litoral e percorre pelos distritos atravessados ou que estão próximo da ferrovia que liga Nacala a Lichinga – o chamado Corredor de Nacala.

Se na altura da concepção do ProSAVANA-JBM, as estimativas populacionais calculadas com base em dados estatísticos do Censo de 2007, indicavam que até 2011 área era ocupada por cerca de 4.287.415 habitantes, hoje o Censo de 2017 indica que a realidade é de 5 347 363 milhões de habitantes, que correspondem a cerca de 18.52% de toda a população moçambicana. A maioria desta população está certamente fixada em meio rural aonde efetivamente se projeta implantar os agronegócios.

Os dados que constam na tabela 7 – população residente na área piloto do ProSAVANA-JBM nos chamam atenção em relação aos seguintes aspetos, na região de Corredor de Nacala há mais agregados familiares do que casas para abrigar as pessoas. Essa diferença é na ordem de 117074 agregados.

Ao nível da província essa extensão territorial correspondente a 4,5% da superfície total da província de Nampula e com 351.012 habitantes INE (2013, p. 10). Estabelecendo uma reflexão teórico geográfica, o que se chama Corredor de Nacala não se trata de uma região geográfica estabelecida com limites fixos. Trata-se sim, de uma região geográfica que foi

concebida a partir do que se assume como faixa de influência da ferrovia. O que delimita essa região são, por extensão, os limites administrativos que delimitam todos os distritos que são por ela atravessados ou, que estão na sua proximidade, como é o caso dos distritos de Mogovolas, Mecuburi, Alto Molócuè, Guruè Mecanhelas, Majune e Sanga.

Tabela 7 – População, habitações e agregados familiares em Nampula

Unidades Administrativas	Área Km²	Casas	Agregados Familiares	População
Lichinga	257	63 129	67 202	311 673
Mandimba	4 688	47 730	49 052	217 242
Cuamba	5 359	59 912	59 597	264 572
Sanga	12 511	16 816	17 843	78 424
Mecanhelas	5 021	64 806	154 693	296 908
Ngauma	11 327	35 339	39 724	127 940
Lalaua	3 009	23 420	23 668	102 890
Monapo	4 562	98 279	98 975	413 694
Meconta	3 564	56 331	56 608	250 425
Muecate	3 721	41 110	41 188	175 075
Mogovolas	4 154	107 949	107 262	415 407
Murupula	4 760	48 988	55 822	215 208
Mecuburi	3 119	68 105	68 335	283 984
Malema	7 257	55 513	54 562	223 791
Rapale	6 082	42 975	42 745	174 707
Ribáuè	3 698	65 545	69 277	290 244
Cidade de Nampula	334	156 016	164 005	743 125
Guruè	5 664	102 119	100 086	420 869
Alto Molócuè	6 375	77 623	78 135	341 184
Total	101 420	1 231 705	1 348 779	5 347 363

Fonte: INE (2017)

Assim, tendo em conta que, o que estabelece o Corredor de Nacala é a infraestrutura de transporte, há condições para afirmarmos que trata-se de uma região econômica. Essa região se sobrepõe, às unidades territoriais administrativas e organizativas – as províncias, distritos, postos administrativos e localidades/povoações. Se sobrepõe ainda, aos territórios campestres, mas ao mesmo tempo, unifica um grupo étnico que foi subdividido pelos interesses econômicos de Portugal colonizador. Nesse sentido, será que há uma oportunidade para se pensar no retorno dos territórios de povos originários?

Se basearmos à história dos Estados africanos antes da penetração colonial deparamos com o fato de que, todo o espaço por onde passa a ferrovia em referência fazia parte, entre os séculos XV a XVIII, do “Estado Maravi”. Quando esse império se desintegrou no contexto de

Mfecane, no século XIX, a maior parte do “Estado Maravi” ficou por muito tempo sem um domínio estatal e nem reinado. Contudo, sabe-se que nas proximidades do rio Lúrio havia se fundado três domínios estatais ou de reinados: na margem sul do rio, estava sob domínio de Estado/Reino Komola, na margem norte e no extremo Leste, território de domínio Mwaliya e, a Oeste, o de Múa. Durante a dominação portuguesa a maior parte desta área estava sob dominação direta de administração colonial. No entanto, uma vez que, todas as terras da margem Norte do rio Lúrio haviam sido concessionadas à *Companhia de Niassa*, isso entre 1894 a 1929.

Tabela 8 – Zonoeamento do ProSAVANA-JBM

Zonas	Unidades Administrativas	Atribuições Utilitárias
I	Monapo, Muecate Mecuburi	Fornecimento de alimentos à área do Porto de Nacala e culturas de alto valor
II	Mogovolas, Meconta, Nampula e Murrupla	Centro de agronegócio do Leste do Corredor de Nacala
III	Alto Molócuè, Ribàué Lalaua, Malema	Desenvolvimento de silos no Corredor de Nacala
IV	Gurué	Cadeias de Culturas especiais de alto valor
V	Mecanhelas, Cuamba, Mandimba, Ngauma	Centros de logística e processamento de commodities
VI	Majune, Lichinga (Chimbonila), Sanga	Produção de culturas de alto valor

Fonte: Schlesinger (2013)

Durante o período de dominação da Companhia de Niassa, de certa forma o modo de vida dos povos originários sofreu influência, sobretudo, em matéria das relações sociais, e que, por sua vez a administração portuguesa, que foi a que permaneceu por mais tempo, também exerceu sua influência há condições para se dizer que, tanto em termos dos sujeitos em si, como no comportamento socioeconômico, os povos da faixa atravessada pela ferrovia sofreram modificações. Logicamente, que o grau das modificações é diferente de um ponto para o outro devido a vários fatores, dentre eles, a educação, a religião e a situação econômica.

Observando o comportamento econômico dos povos fixados na região Norte de Moçambique, em particular, os hábitos das culturas mais praticadas pode-se aferir que, nos dias que correm faz parte de cada agregado familiar o cultivo de culturas alimentares e culturas de rendimento. São culturas alimentares as que são cultivadas necessariamente para o consumo da família. Fazem parte das culturas alimentares em Moçambique, o milho, a mapira, mandioca, mexoeira, feijões, etc. E culturas de rendimento as que praticadas com o objetivo de comercialização. Aqui inclui-se o algodão, girassol, cajueiro, sisal, gergelim, amendoim, soja.

Já dissemos que o distrito de Monapo no quadro constitucional moçambicano é uma unidade territorial político- administrativa. No âmbito da atual política econômica do país concebida no contexto do ProSAVANA-JBM, está numa zona econômica que foi concebida para atender a lógica do mercado regional e internacional. O quadro 05 – mostra as seis zonas econômicas estabelecidas em toda área que compreende objeto do ProSAVANA-JBM.

Lembremos que o acordo triangular foi assinado no dia 17 de Setembro de 2009 pelos seguintes representantes de cada governo. Do lado de Moçambique Sr. Soares B. Nhaca, Ministro da Agricultura; do Brasil, o Sr. Marco Farani, Diretor da Agencia Brasileira de Cooperação e, do Japão o Sr. Kenzo Oshima, Vice-Presidente da Agencia de Cooperação Internacional do Japão.

De um modo geral, o propósito desse acordo foi de criar as bases materiais para concretização de um Programa no âmbito de parceria triangular. Assim, foi determinado que como resultado dessa parceria, serão criados Modelos de Desenvolvimento Agrícola Sustentável na região das Savanas Tropicais de Moçambique, levando em consideração a conservação do meio ambiente, buscando o desenvolvimento agrícola/rural/ regional com capacidade de competitiva e com base nas leis do mercado. O programa adotou o nome de Programa de Cooperação Triangular para Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais Africanas entre Japão, Brasil e Moçambique (ProSAVANA-JBM).

Tanto os territórios que compõem o Corredor de Nacala, como outros que se distinguem pelas suas características físico-naturais, sua localização, infraestruturas edificadas ou projetadas, em todo o território nacional, estão diante de mais uma investida do capital que está em busca de um lugar para sua reprodução.

Na atual conjuntura política uma das estratégias recorridas é “vestir a capa” de cooperação técnica, ajuda humanitária, uma vez que os governos do Terceiro Mundo estão desprovidos de recursos para cumprir com as obrigações sociais. As cooperações bilateral e multilateral, como também, programas de ajuda humanitária são verdadeiras “iscas” que são usadas por grupos mais poderosos para se infiltrarem em territórios nacionais considerados “virgens”.

Esses grupos, ao se infiltrarem os passos subsequentes são nomeadamente, mapeamento dos recursos existentes, das forças políticas como também, dos pontos que divergem essas forças políticas, reduz-se a importância do Estado no seio da sociedade, uma vez que, este desprovido dos recursos para assegurar-se serviços sociais, essa função passa a ser exercida por eles. O objetivo fundamental dessa engenharia social visa diluir-se o papel e a necessidade de existência de um Estado engajado em defender a soberania do povo.

A diluição do papel e da necessidade de existência de um Estado cada vez mais forte, engajado em defender a soberania do povo, que hoje se assiste, faz parte de um mesmo processo que permitiu a destruição dos Estados africanos entre os séculos XV – XX. Lembre-se que a dominação de todas as forças políticas originárias africanas pelos portugueses, em grande medida, contou com a colaboração das elites políticas locais, que se sentiam humilhadas diante das mais poderosas.

Observando o que está acontecendo em Moçambique, tudo nos indica que os conflitos entre as elites políticas regionais continuam vivos ou latentes. Há fortes indícios de que, entre os povos que constituem o território nacional de Moçambique, existe uma barreira, que até então não foi suficientemente estudada. A luta de libertação nacional não conseguiu quebrar essa barreira, que no contexto da luta pela conquista da independência foi tratada como tribal e regional e étnica. A falta de compreensão dessa barreira faz com que as iniciativas de unificação dos territórios étnicos em uma só nação não surtam os efeitos desejados. O mais agravante que se observa é que há uma tendência de se construir uma ideia de que a soberania do povo só pode ser assegurada pelos grupos hegemônicos. No lugar de se estudar mecanismos que se adequam às nossas condições socioeconômicas, nos embalamos em modelos tão onerosos, que para sua operacionalização precisamos de apoios externos.

Tanto as ditas cooperações, bem como as ajudas humanitárias, em particular, as que são providenciadas pelos grupos mais poderosos são verdadeiras “iscas” que são usadas por para infiltração e apropriação dos territórios considerados “virgens” pelo grande capital. Essa é a lógica dos programas que são implementados em Moçambique, como é o caso do Acordo de Cooperação Triangular que visa viabilização do agronegócio.

4.2 Dinâmicas social e econômica no distrito de Monapo

Em Moçambique o acompanhamento da dinâmica da população e da vida sócio econômica é feito por várias instituições, que de um modo geral, os estudos realizados se destinam para responder objetivos individuais. Por exemplo, os órgãos do governo, juntamente com os seus parceiros, têm realizado estudos específicos para atenderem suas preocupações circunstanciais. São os casos dos Ministérios de Agricultura e Segurança Alimentar e de Saúde. Esses órgãos realizam até coleta de dados estatísticos sobre o comportamento do setor agrário e situação epidemiológica e nutricional em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e com o Fundo de População das Nações Unidas - *United*

Nations Population Fund (UNFPA) apenas para citas as instituições que uma longa história com estudos da dinâmica populacional e socioeconômica.

No entanto, o Instituto Nacional de Estatística (INE) é o órgão a quem cabe a tarefa de coleta, organização de dados estatísticos populacionais e do exercício das atividades econômicas em Moçambique. Do conjunto de programas de coleta de dados que tem mobilizado todo o país, de alçada do INE, o recenseamento geral da população e habitação é o que mais abrangente todo o país. Há ainda o programa de anuários estatísticos que se coletam dados econômicos de setores formais e de serviços sociais.

As atividades desenvolvidas pelo resto da população, tanto a que está fixada no meio urbano, bem como, a que está no meio rural, considerada setor informal, pode-se dizer que não são devidamente acompanhadas. Para se tiver ideia da dimensão do problema de falta de dados, não existe em Moçambique um banco de dados do comércio realizado pelos pequenos camponeses, como também, dados de mercados populares que movimentam um grande volume de mercadorias de diversas espécies.

A economia informal em Moçambique abarca não apenas a circulação de mercadorias, como também, o transporte e o trabalho. Nos ditos mercados populares há patrões e empregados. Existem operadores de transportes de cargas.

A história da relação entre o GdM e a população não está devidamente registrada e há poucos estudos que discutem esse fenômeno, por exemplo na perspectiva geográfica. A geografia moçambicana está ainda procurando se inserir numa sociedade em que é vista como uma disciplina escolar geral. Os geógrafos formados nas universidades são preparados para servirem mais em questões de ordem ambiental, de planejamento territorial e nos órgãos de gestão da população. Ou seja, o Estado é a maior entidade que se apropria dos geógrafos na estruturação de uma ordem meramente hierárquica, entre as entidades que compõem o Estado: os órgãos executivos (governo, judiciário e o parlamento) são as autoridades máximas do país, o povo está configurado como recurso.

É nessa estrutura em que boa parte dos geógrafos atuam do lado das autoridades. No contexto dessa realidade há certamente trabalhos que mesmo sem uma profunda análise, da relação governo/povo são uma referência, são os casos de Manuel G. M. de Araújo (1988) que desenvolveu uma tese de doutorado sobre o *Sistema das Aldeias Comuns em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo*; Claudio Mungoi (2008) com a pesquisa intitulada *Desenvolvimento Regional no Vale de Zambeze - Moçambique em Perspectiva* e, Elmer Agostinho Carlos De Matos (2016) Frei (2017); Bata (2018) com a pesquisa *Desterritorialização e Reterritorialização das Comunidades Atingidas pela*

Exploração do Carvão Mineral em Moatize, Moçambique são uma parte das contribuições dos geógrafos moçambicanos que na sua análise interpretam a relação governo/povo.

O trabalho de Araújo (1988), destaca o surgimento de aldeias comunais no contexto de revolução pós-colonial ao abordar como esse modelo foi recebido no seio das comunidades as dificuldades com que se confrontou, em particular na província de Nampula, aonde o projeto não reuniu consenso. A estratégia do Governo para contrapor a resistência da população foram campanhas coercivas exercidas pelos órgãos do governo, nessa altura bastante militarizadas.

O trabalho de Mingo (2008), insere-se num contexto em que Moçambique após ceder completamente a pressão do Ocidente para abandonar a via socialista e ter privatizado uma boa parte do patrimônio das empresas estatais, o Governo de Armando Emílio Guebuza procurava ganhar pujança através do controle total ou parcial, mas em maior percentagem nos empreendimentos estratégicos, tais como Cahora Bassa, concentrava sua atenção em atrair grandes investimentos os ditos “megaprojetos”, em três áreas: mineração, turismo e agricultura. A governação de Guebuza foi caracterizada na relação governo/povo por uma nova abordagem que consistiu no ele próprio chamou de contato direto com o “eleitorado presidências” ou “presidências abertas”. Esse modelo de relação popularizou a imagem do Chefe do Estado, tentou cooptar as lideranças que não se enquadram no quadro do governo – “líderes tradicionais”. Para sua facilitação surgiu um programa de disponibilização de finanças para sujeitos que não tem condições de acesso a recursos financeiros no mercado.

Por último, o trabalho de Matos (2016), nos proporciona uma oportunidade para entender a atuação do Governo perante os conflitos entre o capital mineiro com as comunidades fixadas nas áreas de concessões mineiras. O governo como órgão de exerce autoridade recorre a métodos violentos para resolução de conflitos de terras. Um fato peculiar é a estratégia de cooptação das lideranças tradicionais. Essa estratégia deve ser entendida como um mecanismo de enfraquecendo ou de destruição da coesão dos membros das comunidades locais.

Para compreender as mudanças que se operam em Moçambique e, particularmente, no distrito de Monapo, na região de Corredor de Nacala, relacionadas com a atuação do governo, tal como afirmamos nas páginas anteriores, tomamos como eixo a observação da dinâmica do emprego, do trabalho dos processos migratórios, das instituições e a componente das infraestruturas. O outro elemento espacial que foi objeto da nossa análise foi o *meio ecológico*. A concepção atribuída aos elementos considerados como instituições é a que parte da ideia de que, uma instituição se revela pelas suas funções na resposta das demandas dos membros que compõem o estado observado. Essa função pode ser de produção de bens, serviços, ideias, normas, ordens e de legitimação (SANTOS, 2014, p. 17).

O nosso foco é observar as transformações que ocorrem no âmbito dos programas concebidos e implementados com participação dos governos de outros países, isto é, países mais ricos, na sua maioria membros do G8 e, dos países “emergentes”, dos quais, os que mais se destacam são África do Sul, Brasil, China e Índia. No caso particular do distrito de Monapo, que é abrangido pelo ProSAVANA-JBM que o GdM, através do MASA, assume que ser *um programa de Moçambique para os moçambicanos. Pelo desenvolvimento da agricultura e melhoria das condições de vida da população do Corredor de Nacala*. Esta mensagem está estampada no edifício da Direção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar de Nampula.

4.3 Perfil, organização e distribuição espacial da população

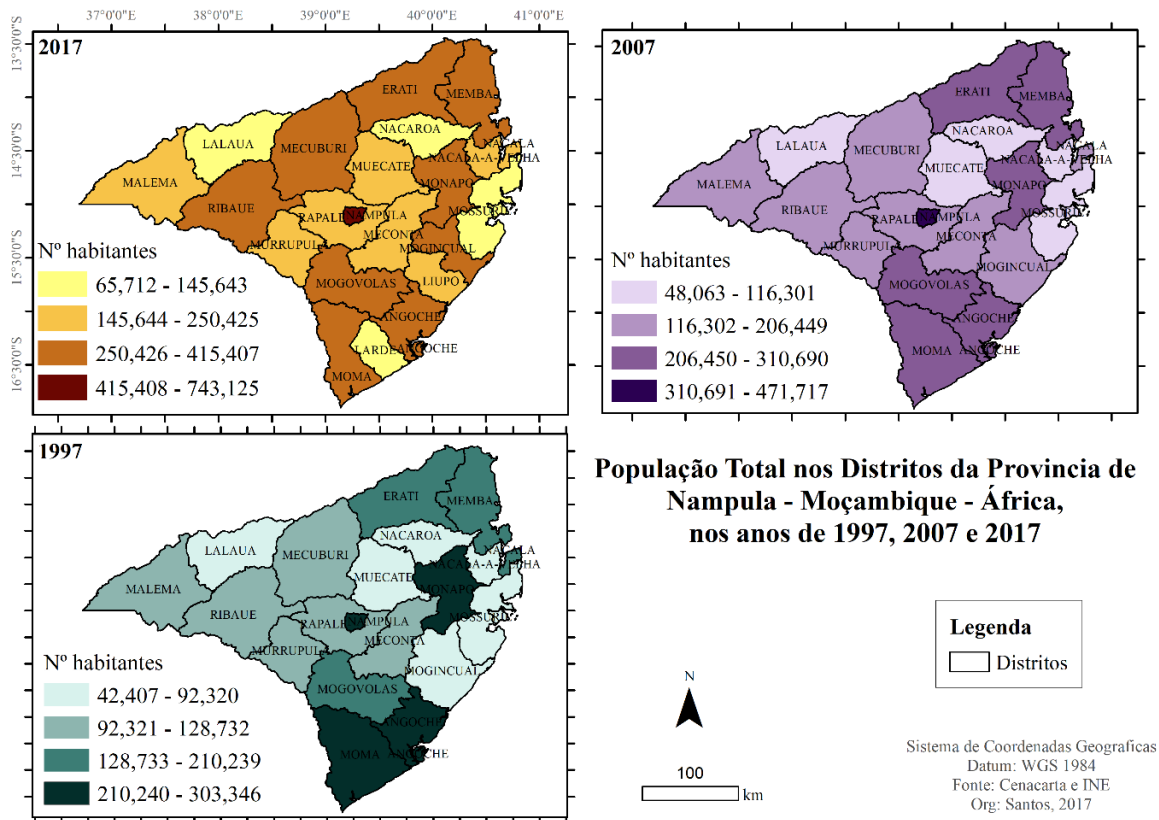
Entender os contornos das transformações dos espaços agrários na região do Corredor de Nacala é o nosso desafio nesta pesquisa. Santos (2014), no esforço de definir o espaço apontou como elementos espaciais: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. Isso significa que na realidade, o que se precisa entender são as transformações desses elementos ou categorias espaciais. O autor indica-nos o que torna esses elementos serem espaciais. Consoante ao “homem”, dois aspetos determinam à condição de elemento espacial: o primeiro tem a ver com o fato do homem ser “fornecedor de trabalho”; o segundo, o de ser demandante dos serviços ou de bens e produtos.

Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedor de trabalho, seja na de candidatos a isso, trata-se de jovens, desempregados ou de não empregados. A verdade é que tanto os jovens quanto ocasionalmente sem emprego ou os já aposentados não participam diretamente da produção, mas o simples fato de estarem presentes no lugar tem como consequência a demanda de um certo tipo de trabalho para outros. Esses diversos tipos de trabalho são a base de uma classificação do elemento homem na caracterização de um espaço (SANTOS, 2014, p. 16).

Observando a distribuição da população na região norte de Moçambique, mapa 10 deparamos com as seguintes situações: de 1997 a 2007 a densidade populacional está aumentando a um ritmo cada vez maior, nos assentamentos populacionais estabelecidos ao longo da linha férrea.

Os mapas 11 e 12 da distribuição espacial da população mostram uma cobertura por aldeias em toda a província de Nampula. Na realidade este mapa revela-nos que o espaço que

compreende a província de Nampula está ocupado. O que significa que o discurso de que há tanta terra livre não toma em conta a realidade concreta de ocupação do espaço.



Mapa 14 – Dinâmica espacial da população – 1997 – 2017

Fonte: Org., próprio autor (2017)

Outro aspeto é de que o número das aldeias, se analisado em função da organização sociopolítica das sociedades *makhuwas*, não há condições para se estabelecer os limites de uma comunidade local. Ou seja, a aldeia não é em si uma unidade administrativa dotada de uma estrutura de poder completa na lógica de territórios de povos originários. Ela é uma subunidade, sem autonomia. Em relação ao distrito de Monapo, os dados do último recenseamento geral da população e habitação – (IV RGPH 2017), indicam que o distrito de Monapo conta com um total de 413 694 mil habitantes que correspondem a 7% da população de província de Nampula.

Desta cifra, 201870 mil habitantes, equivalentes 48.8% são do sexo masculino e 211824, também correspondentes a 51.2% mulheres. Esta relação demográfica homem/mulher tende ser igual com os outros distritos da província de Nampula e em todo o país. Não é devidamente conhecido o seu real perfil na estrutura das faixas etárias, o que significa que não são conhecidos os fatores que determinam este fato.

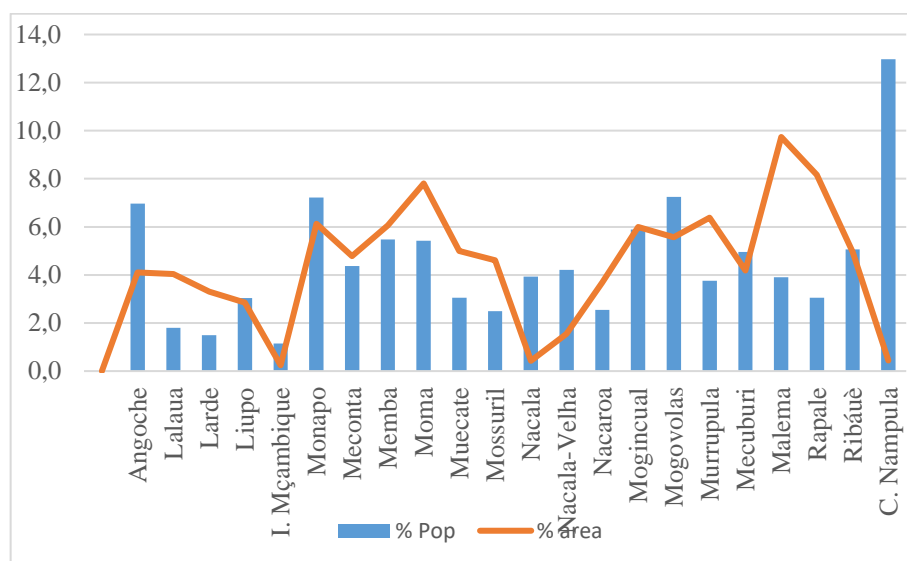


Gráfico 3 – Relação área/população na província de Nampula

Fonte: SPGC Nampula (2018)

Tal como dissemos, o nosso interesse em relação à população é observar no âmbito das dinâmicas o que efetivamente acontece com os “homens” usando as palavras de Santos (1979) para denominação de homens e mulheres como elementos espaciais.

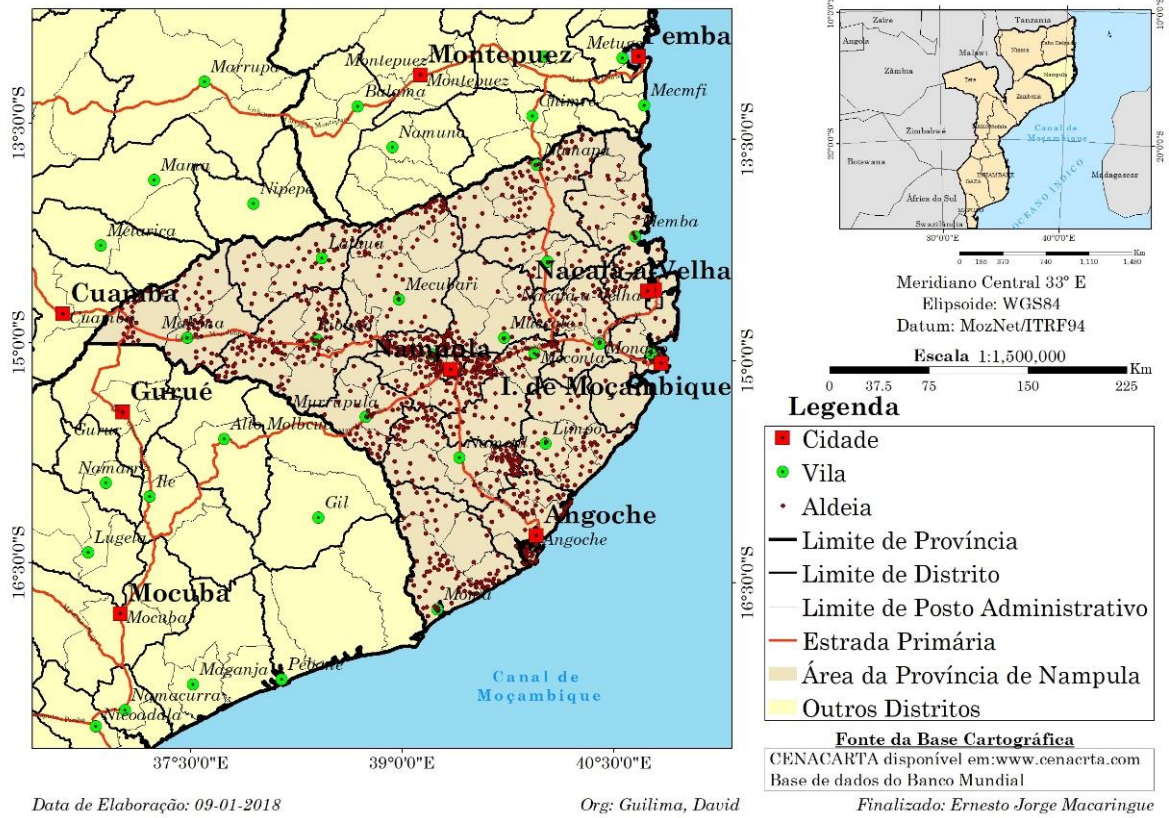
Será que as dinâmicas que ocorrem no Corredor de Nacala tornam os “homens” serem firmas ou instituições, por exemplo? Como os homens fixados no Corredor de Nacala participam na modificação dos espaços agrários? Para responder a esta pergunta nos concentramos em observar as formas de organização social e de distribuição da população.

Tabela 9 - Relação população e extensão territorial em Monapo

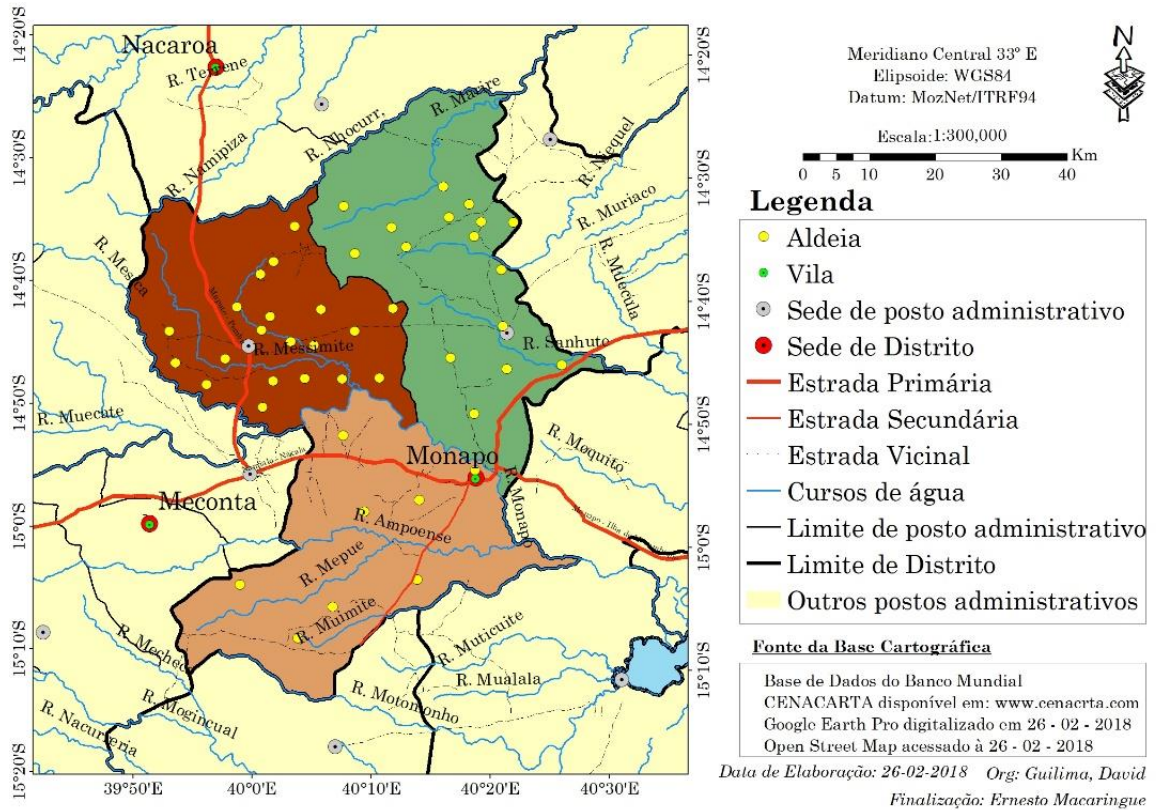
Posto Administrativo	População	Área Km ²	Densidade Hab./km ²
Monapo-Sede	47.666	1.267	38
Município	119.728	106	1.130
Netia	106.588	998	107
Itoculo	79.084	1.227	65
Total	353.066	3.598	1.340

Fonte: SDAE (2013)

O conhecimento das sociedades moçambicanas, isto é, das formas de organização social, dos modos de vidas, na sua multiplicidade e complexidade, tendo em conta o perfil das instituições de ensino superior existentes no país, pode-se dizer que é uma das áreas mais pobres. José Castiano (2015) já abordou esses aspetos nas suas obras de estudos filosóficos. Com isso não se pretende dizer que se está perante um mundo desconhecido.



Mapa 15 – Dinâmica espacial da população
Fonte: Elab. / Org., próprio autor (2017)



Mapa 16 – Distribuição espacial da população
 Fonte: Org., próprio autor (2017)

Por razões históricas, existe uma literatura redigida por pesquisadores estrangeiros, a maioria deles portugueses ligados às missões e historiadores, que parte das suas está disponível em ambientes virtuais, como é o caso a obra de Ayres D'Ornellas intitulada *Raças e Línguas Indígenas em Moçambique*³⁷ (1890). Atualmente, os trabalhos de José P. Castiano (2015) e Severino Ngoenha (1992; 2016) são, uma referência inquestionável. Lendo a obra *Raças e Línguas Indígenas em Moçambique* percebe-se claramente que o olhar de Ornellas (1890) é imparcial, abordando aquilo que chamamos uma parte dos modos de vida pré-coloniais, a narrativa do narrador há impressão é de um sujeito que observa algo que considera “inferior”.

Os estudos antropológicos que folheamos, abordando os africanos pertencentes às etnias do grupo banto, fixados no território de Moçambique, distinguem duas bases de organização das famílias: matrilinear e patrilinear. O matrilinearismo é seguido pela maioria dos grupos humanos que estão a Norte do rio Zambeze, na qual faz parte a província de Nampula. Sabendo-se que, em Nampula é território dos “makhuwas”, pode-se dizer que o matrilinearismo é também seguido pelo povo makhuwa.

Da página virtual <<http://mz.ilteatrofabene.it/il-territorio/macua-ritos-de-passage-os-ritos-de-iniciacao-dos-jovens/>>, de uma antropóloga *Timi GASPARI* é onde obtemos uma boa parte das nossas referências. De acordo com GASPARI, em sociedades makhuwa a forma de concepção de uma pessoa não se realiza “fora de uma coletividade”. A autora aponta que,

Um makhuwa não pode ser concebido por si só, isolado da sociedade. Ser significa estar em relação com os outros. O caráter particular de um indivíduo, em certa medida é anulado e absorvido pela comunidade. As sociedades africanas são patriarcais, o que significa que os laços sociais e familiares são muito mais estreitos e muito forte como em qualquer outra sociedade patriarcal. Na tentativa de escapar ao controle, há uma sempre aqueles que procuram estratégias de liberdade e ou para escapar de restrições. Nas sociedades há regras, como também há práticas carregadas de simbolismos e significações. Os indivíduos procuram a todo o custo, fugir de certas práticas, ou ainda, desenvolve-se mecanismos de adaptação, de modo a conduzir os indivíduos ao conformismo com as regras da sociedade, na maioria das vezes consideradas sagradas (GASPARI, 2015, p. 7).

A autora destaca como estratégias que estabelecem vínculos de relacionamentos profícuos, as narrativas históricas, como por exemplo,

Por exemplo, muitos contos ou histórias inventadas em muitas sociedades africanas tomam como pontos de referência, o desincentivo de práticas negativas e ou “perigosas”, tais como, o “aventureirismo”, a “esperteza” e a “malandragem”, o desrespeito com os mais velhos, o incumprimento de

³⁷ Disponível em: <<http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1742.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

regras, tentativas de tirar benefícios para si próprios, etc., (GASPARI, 2015, p. 7).

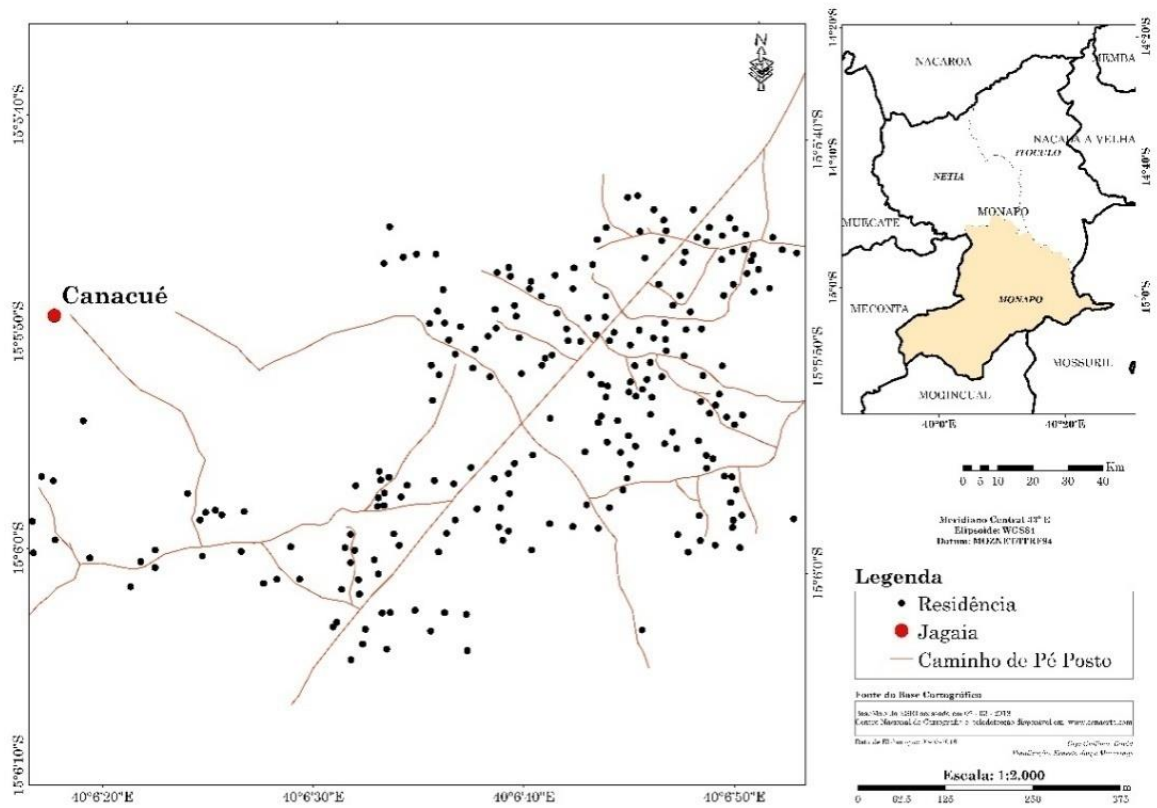
Tabela 10 – Tamanho da população da província de Nampula, IV RGPH 2017

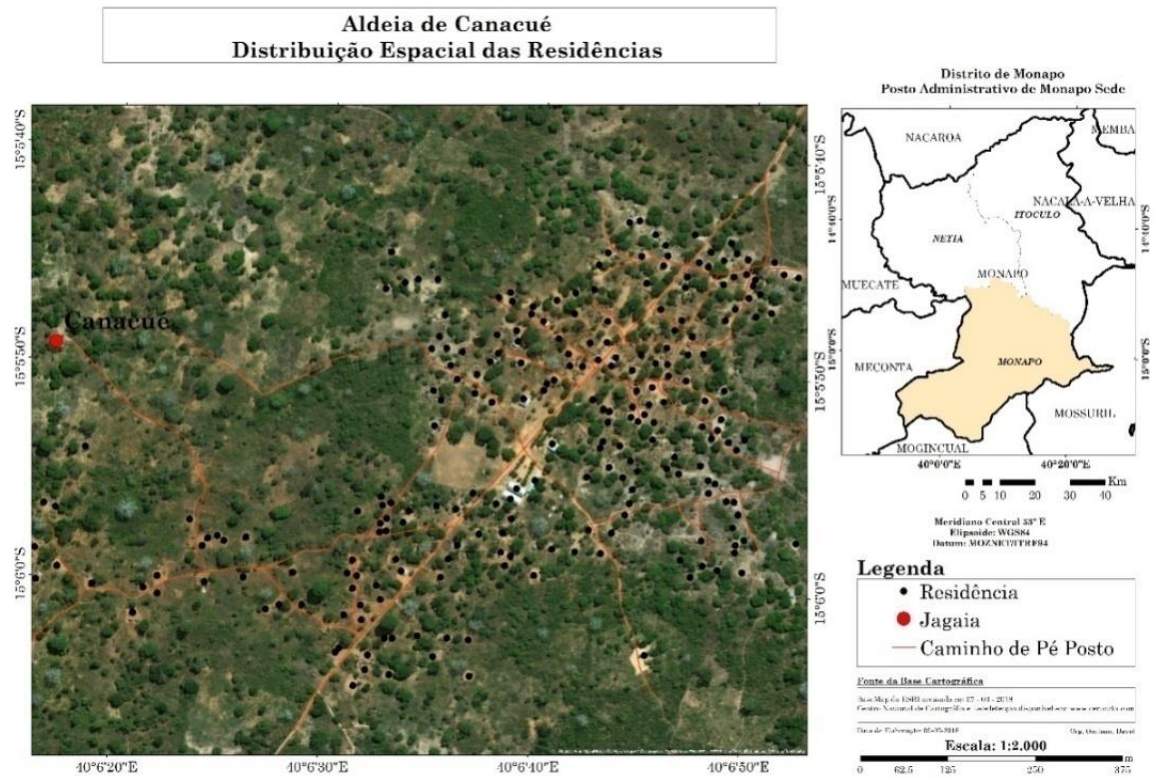
Unidades Administrativas	Área Km²	Casas	Agregados Familiares	População
Angoche	3 056	98 214	97 399	399 092
Lalaua	3 009	23 420	23 668	102 890
Larde	2 458	22 168	22 210	85 971
Liupo	2 121	42 503	42 481	174 278
Ilha de Moçambique	184	15 169	15 299	65 712
Monapo	4 562	98 279	98 975	413 694
Meconta	3 564	56 331	56 608	250 425
Memba	4 517	72 018	71 117	313 507
Moma	5 814	74 254	75 181	310 706
Muecate	3 721	41 110	41 188	175 075
Mossuril	3 433	34 162	34 407	142 787
Nacala	324	50 651	52 685	225 034
Nacala a Velha	1 151	59 580	59 537	241 536
Nacaroa	2 749	36 039	36 495	145 643
Mogincual	4 464	86 812	86 983	337 207
Mogovolas	4 154	107 949	107 262	415 407
Murrupula	4 760	48 988	55 822	215 208
Mecuburi	3 119	68 105	68 335	283 984
Malema	7 257	55 513	54 562	223 791
Rapale	6 082	42 975	42 745	174 707
Ribáuè	3 698	65 545	69 277	290 244
Cidade de Nampula	334	156 016	164 005	743 125
Total	74 531	1 355 801	1 376 241	5 730 023

Fonte: INE (2017)

Essas são as razões que estão na base de existência de grupos populacionais coesos que tem resistido a várias tentativas de sua destruição. No quadro das estruturas territoriais estabelecidas pelo governo de Moçambique, as aldeias são tratadas como simples categorias espaciais. Elas estão desprovidas de um quadro legal, que pudesse conferir aos sujeitos fixados nesses espaços desenvolver as suas vidas em pleno.

Tem sido muito comum os estudos populacionais em Moçambique apontarem como uma das características espaciais mais generalizadas da população, o fato de apresentarem como um padrão organizacional a dispersão das casas que compõem as aldeias – mapas 13 e 14. Aqui observa-se o padrão organizacional é de “pequenos núcleos” cujas suas formas espaciais são irregulares.





Mapa 18– Aldeia de Canacué
Fonte: Elab. / Org., próprio autor (2017)

Esses pequenos núcleos que constituem agrupamentos de casas, a sua disposição em relação aos outros revela uma mesma continuidade. O conjunto desses núcleos de casas são variavelmente denominados em documentos oficiais³⁸, como *comunidade local, ou aldeia, povoação e bairro etc.* O único termo com uma definição nessa documentação é o de *comunidade local*.

Considera-se comunidade local,

Um agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão (MOÇAMBIQUE, 1997, s./p.).

Um aspeto a destacar e é observável nas ilustrações é a relação homem/espço. Que dinâmica ocorre no espaço como resultado do crescimento ou da forma como a sociedade se organiza? Na aldeia de Canacue os núcleos humanos tendem se expandir dado um aspeto de ser um mesmo núcleo. O núcleo aqui referido compreende um grupo familiar a que se atribui nome de *nloko*. Define-se *nloco* como um conjunto de unidades familiares, cujo laços de familiaridade são estabelecidas com base em descendência comum. Há geralmente um antepassado comum o qual serve de referência para todos os membros integrantes da família (NAMUHOLOPA, 2017, p. 55).

Mudanças dessa natureza ainda não atingiram as famílias que compõem a aldeia de Muruto, onde é bem possível a separação entre os núcleos. Observamos aqui dinâmicas espaciais que são resultado dos modos e práticas das unidades familiares “nlocos”. Nesta figura, que é uma imagem do *Google Earth* é possível distinguir o espaço residencial do espaço da área propriamente agrícola. Esse caráter de distribuição espacial de atividades em comunidades locais não é tão comum em sociedades pequenas. O que neste caso deve ser um caso de ocupação de concessões abandonadas.

Tanto em Canacue como em Muruto uma das nossas preocupações foi entender como é o acesso à terra. Neste estudo não conseguimos compreender como se procede o acesso em aldeias de domínio comunal. As prováveis razões para essa dificuldade têm a ver com as migrações forçadas, que provocaram perda de territórios por certos grupos, sendo abordar-se esse problema levanta sempre suspeições.

³⁸ Cf. MOÇAMBIQUE. Lei de Terras 19/97 de 1 de outubro; MOÇAMBIQUE. Documentação dos Órgãos do Governo; INE. Censos Estatísticos.

4.4 A nova estrutura fundiária

Um dos problemas de fundo que o “mundo econômico” cada vez mais bi polarizado enfrenta é o da distribuição dos bens naturais. Moçambique, não está fora desse problema, que tem como bases da sua existência e de perpetuação a colonização portuguesa. Chamamos de *mundo econômico bi polarizado* a classificação dos países feita pelos cientistas da Organização das Nações Unidas que distingue, países ricos dos pobres. As descobertas científicas e tecnológicas quando emergiram foram encaradas como uma tábua de salvação para tragédias humanas como a fome e enfermidades.

Todavia, ainda em sua tenra idade, ao invés de serem assumidos como bens comuns, os grupos mais poderosos do mundo se apoderaram dessas descobertas. Não se pretende neste trabalho discutir, a justeza no pertencimento das descobertas europeias. O que nos preocupa, é que essas descobertas têm sido usadas para se agredir e humilhar aqueles que se encontram no “eixo do mal” tal como o governo dos EUA denomina os seus opositores.

Os engenhos técnicos são utilizados para se roubar ou saquear os bens dos outros. Esse problema, não se coloca apenas quando observamos as relações Ocidente/Sul ou potências colonizadoras com os povos africanos, ou ainda países desenvolvidos /subdesenvolvidos. Mesmo no interior da mesma sociedade essas práticas são comuns.

A distribuição dos bens naturais é um tema bastante debatido, com posicionamentos arrepiantes como a privatização da água, o sequestro de carbono. Esse fato chama-nos atenção no fato de esse problema assume atualmente dimensões políticas. Com base em postulados evolucionistas, os mais poderosos se atribuíram o direito e obrigação de ocuparem espaços dos Outros, num claro desprezo pela sua existência.

Os nossos argumentos residem na pauta estabelecida que, ao invés de se criar condições para os povos africanos, definiu a criação de instituições vocacionadas para atender interesses dos países mais poderosos do mundo - o Grupo 7, que mais tarde se estendeu a 8 países. Os novos estados africanos, por razões históricas, estão mais ligados aos colonizadores, do que entre eles. O tipo de relações criadas, isto é, cooperações bilaterais e multilaterais, assistência técnica, concessão de donativos e créditos, mas fundamentalmente, a assistência técnica, comprova que as independências fazem parte das reformas como resultada da entrada do novo ator no sistema capitalista. Esse marco assinala no mundo capitalista um salto, no âmbito de criação de estratégias para sua reprodução, de modo que sejam mantidas as relações desiguais.

É dentro desse contexto que se assiste a nova escalada das corporações mundiais em África em busca dos bens naturais, sobre os quais os povos africanos estão sentados enfrentando

tragédias de fomes. Aliás os povos africanos, pode-se dizer mesmo que desconhecem a sua existência. Nas situações em que se sabe, não há capacidades para sua exploração. Esse é o dilema enfrentado pelos povos africanos, em particular Moçambique.

O surgimento de Moçambique como uma nação é o culminar dos vários problemas, como por exemplo, as desigualdades no acesso aos bens naturais, a necessidade do direito à autodeterminação. Assim, uma das medidas que se tomou, logo que proclamou independência foi a nacionalização. Essa decisão é aplaudida por uns e contestada por outros segmentos. Tanto os que estão a favor, como os que estão contra, os argumentos colocados se baseiam em fundamentos teóricos que caracterizam os debates acadêmicos.

Pode-se dizer que em Moçambique há duas teses são defendidas: uma é de regime estatal, que é a que está em vigor; e a outra, a de sua privatização. O regime estatal é visto por aqueles que o preferem, como o regime que evita o surgimento de latifúndios. Considera-se ainda que a terra, em função do seu caractere de insubstituibilidade, não cabe nas suas cabeças a ideia de tomá-la como propriedade individual. A terra e a água, no seio de muitos camponeses, são bens coletivos e como tal, de uso comum. Do lado contrário estão os que exigem a sua privatização. A ideia que os move é a necessidade de sua valorização monetária. O certo é que, nas condições prevalecentes até a data de independência em 1975, os invasores portugueses tinham tomada toda fértil. Aos africanos de origem banto, que para o sistema colonial português eram selvagens, a terra que lhes coibia é a que é qualifica como *terra marginal*.

Assim a conquista da independência dentre os vários desafios por resolver, um deles, evidentemente era a questão agrária. Havia toda necessidade de redistribuição da terra na sua boa parte abandonada pelos colonos e pela de classe média. A primeira medida adotada no âmbito das *revoluções* que precederam a tomada do poder pela FRELIMO foi a de *nacionalização da terra*. Através da determinação constitucional - Constituição da República Popular de 1975, a terra em Moçambique passou a ser propriedade³⁹ do Estado.

Com todos os defeitos que o processo de *nacionalização da terra* possa ter causado, somos de opinião de que, ela naquele preciso momento era necessária e impunha-se como um dos primeiros passos, no conjunto das reformas que deveriam ser desencadeadas. Todavia, a *nacionalização da terra* foi feita sem um quadro jurídico de terra completo. Doze anos separavam o ano em que foi promulgada a Lei de Terras nº 6/79, de 3 julho daquele que veio-se promulgar o respectivo regulamento, através do Decreto 16/87 de 15 de julho.

³⁹Propriedade da terra: direito exclusivo do Estado, consagrado na constituição da República de Moçambique, integrando, para além de todos os direitos do proprietário, a faculdade de determinar as condições do uso e aproveitamento por pessoas singulares ou colectivas.

No entanto, o GdM decidiu adotar sua linha ideológica, o Socialismo. Essa decisão ocorreu no III Congresso da FRELIMO. De acordo com PPI (1980), essa decisão visava dar-se resposta a um dos desafios essenciais da “política económica” que é o de satisfação das necessidades fundamentais do Povo, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, a construção do socialismo se configurava como a via que foi encarada como adequada para realizarmos desse objetivo. O processo seria concretizado pelas classes trabalhadoras do país, sob direção do “seu Partido de Vanguarda” – a FRELIMO.

Os anos que se seguiram, de 1976 a 1992, o país mergulhou numa guerra, que na sua primeira etapa foi de desestabilização e, mais tarde foi adaptada a uma reivindicação da necessidade de implantação do pluralismo político partidário. Perante o ambiente de guerra civil, a tensões militares, corte de relações econômicas com o regime de *Apartheid* que vigorava na África do Sul (RSA) - maior potência econômica a nível de região e de todo o continente africano e, de más relações com o Ocidente, a economia ficou completamente paralisada. A reforma agrária não teve pernas para andar.

As primeiras iniciativas que foram implementadas estiveram voltadas para aproveitamento do patrimônio abandonado pelos colonos, através de novos moldes de organizações produtivas – as cooperativas; houve ainda, tentativa de criação de empresas estatais. O programa de criação das cooperativas procurou aliar-se com uma nova abordagem de organização e distribuição espacial da população, que ficou batizado com o nome de socialização do campo. Com a socialização previa-se concentração de população dispersa em aldeias comunais com população que deveria variar entre 400-600 (MARTINEZ, 1989).

No contexto de guerra uma das transformações que sucederam em Moçambique foi o abandono de comunidades inteiras, para zonas consideradas seguras. As zonas seguras foram os centros urbanos e países vizinhos. Estima-se que a guerra tenha provocado deslocamento de 4.000.000, tendo-se refugiado em países vizinhos e ou procurado lugares mais seguros nas cidades moçambicanas (MUNGOI, 2008). Uma das consequências de fenômeno dos deslocamentos populacionais caracterizou-se pela emergência de pressão sobre a terra nas periferias urbanas, que por sua vez culminou com o surgimento de especulação fundiária (NEGRAO, 2008).

Em 1987, após um processo de negociações com o Ocidente, o GdM recebeu um apoio financeiro do BM e FMI destinado a reajustamento estrutural e econômico. Com esse apoio, começou-se com um novo processo de reformas, econômicas e políticas. A imposição de monopartidária foi abandonada, como também, liberalizou-se a economia. Foi no âmbito dessas reformas, que foi concebido novo quadro legal de terras, que além da Lei de Terras nº. 19/97

de 1 de Outubro e o respectivo Regulamento da Lei de Terras – Decreto nº. 66/98 de 8 de Dezembro, passou a contar com a Política de Terras, Resolução nº. 10/95 de 17 de Outubro.

O novo quadro legal foi concebido a partir do princípio de que o contexto da política económica baseada em políticas de mercado exigia sua adaptação – o quadro legal de terra devia estar em harmonia com o mercado de livre concorrência. A Política de Terras nº. 10/95 destaca na sua fundamentação a necessidade de se valorizar um dos mais importantes recursos naturais de que o país dispõe.

O levantamento dos problemas que o país enfrentava no período em que foi concebida a Política de Terras, destacou-se a *guerra e as secas*, como fatores que afetaram o *acesso e uso da terra*; o declínio da produção e de outras fontes de rendimento tornou o país dependente da assistência externa e da ajuda alimentar, e mais de 60% da população estavam em estado de pobreza.

Com abundantes recursos naturais e um grande potencial para restabelecer uma economia diversificada, será possível eliminar a pobreza e melhorar as condições de vida de grande parte da população. Uma Política de Terras se revelava como “um elemento imprescindível de uma mais ampla e abrangente política nacional de desenvolvimento económico e social. Porém, a problemática de terras é muito complexa. Em algumas áreas existem reivindicações de direitos sobre a terra com base em raízes históricas. Noutras áreas os direitos sobre a terra têm origem mais recente (MOÇAMBIQUE, 1995, p.3).

Um dos impactos provocados pela guerra e seca, mas, sobretudo pela guerra, apontados na política é a deslocação interna ou para os países vizinhos de 6,5 milhões de pessoas, a maioria das quais das zonas rurais. O processo de reassentamento não permitiu a reocupação de uma grande área, induzindo-se a conclusão de estarem vazias ou abandonadas, livres para ocupação por outros grupos. Essa conclusão é também potenciada pela fraca densidade populacional em algumas regiões.

Nas áreas ocupadas, ou que nunca foram abandonadas, não tem sido possível restabelecer os antigos sistemas produtivos, por falta de diversos meios de produção, de incentivos e meios de escoamento dos excedentes produzidos. Em algumas regiões do país, quando as populações locais conseguem meios de lançar novas atividades, encontram as suas terras já ocupadas através de processos formais de concessão.

A transição do país não alterou o regime de propriedade estatal, como também, mantém, a proibição de venda, alienação, hipoteca ou penhora da terra. “A terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada”

(Moçambique, 1997). Os artigos 10 e 11 estabelecem os sujeitos titulares de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT). Assim,

Podem ser sujeitos do direito de uso e aproveitamento da terra as pessoas nacionais, coletivas e singulares, homens e mulheres, bem como as comunidades locais. As pessoas singulares ou coletivas nacionais podem obter o direito de uso e aproveitamento da terra, individualmente ou em conjunto com outras pessoas singulares ou coletivas, sob a forma de co-titularidade. O direito de uso e aproveitamento da terra das comunidades locais obedece aos princípios de co-titularidade, para todos os efeitos desta Lei. As pessoas singulares ou coletivas estrangeiras podem ser sujeitos do direito de uso e aproveitamento da terra, desde que tenham projeto de investimento devidamente aprovado e observem as seguintes condições: a) sendo pessoas singulares, desde que residam há pelo menos cinco anos na República de Moçambique; b) sendo pessoas coletivas, desde que estejam constituídas ou registadas na República de Moçambique.

O quadro legal concebido em 1997 introduziu um aspeto considerado moderno na história das políticas públicas dos países do Terceiro Mundo, como é o caso de Moçambique. Do rol das inovações introduzidas vários atores ressaltam, o reconhecimento das normas costumeiras ou consuetudinárias. O artigo 16, da Lei nº 19/97 referente à transmissão do DUAT determina que,

O direito de uso e aproveitamento da terra pode ser transmitido por herança sem distinção de sexo. Os titulares do direito de uso e aproveitamento da terra podem transmitir, entre os vivos, as infraestruturas, construções e benfeitorias nela existentes, mediante escritura pública precedida da autorização da entidade estatal competente. Nos casos referidos no número anterior, a transmissão é averbada no respectivo título. No caso de prédios urbanos, com a transmissão do imóvel transmite-se o direito de uso e aproveitamento do respectivo terreno. O titular do direito de uso e aproveitamento da terra pode constituir hipoteca Sobre os bens imóveis e as benfeitorias que, devidamente autorizado, edificou no terreno ou sobre os quais legalmente tenha adquirido o direito de propriedade.

Com o novo quadro legal abriu-se o caminho para “grilagem” de terra, por parte dos funcionários e agentes do Estado, pelos dirigentes do país. O que despertou a grilagem de terra foi a liberalização do mercado. Uma vez terem-se criado condições para entrada do capital externo no país, estavam criadas condições para apropriação de terra indevidamente, por parte de pessoas que estavam diretamente ligadas com o assunto.

Tabela 11 – Pedidos de DUAT

Unidades Administrativas	Total		Deferidos	Indeferidos	Em espera
	Pedidos	Área (ha)			
Niassa	34	1107,29	34	0	0
Cabo Delgado	22	4164,85	9	0	13
Nampula	61	82617,24	44	1	14
Zambézia	65	28814,61	55	0	9
Tete	87	307,162	82	3	2
Sofala	58	56330,375	47	1	8
Manica	75	151784,5	67	0	8
Inhambane	299	37180,895	247	1	51
Gaza	190	70599	158	7	25
Maputo	2085	171520,2	1909	146	31
Todo o país	2.976	604.426,122	2.651	159	161

Fonte: DINAGECA (2003)

Nas cidades de Maputo e Matola, os conflitos de terra se multiplicaram, onde muitas herdades coloniais haviam sido ocupadas pelos camponeses, e recebiam apoio dos extintos Gabinetes das Zonas Verdes viram seus direitos em perigo diante das incursões dos servidores públicos. Para se protegerem contra os abusos do poder, e assegurar-se a manutenção dos seus direitos tiveram que criar duas instituições a União Nacional de Camponeses (UNAC) e a União Geral das Cooperativas (UGC). A criação dessas duas instituições não só serviu para, efetivamente assegurar a manutenção dos direitos dos camponeses, bem como para que o grito dos camponeses fosse atendido pelos órgãos do poder, como também, abriu portas para parceria com instituições estrangeiras.

Em 2003 o setor de administração de terras de Moçambique – ex-DINAGECA publicou dados de pedidos de DUATs (tabela 11), que indicavam um acumulado de 2976 pedidos de DUAT, que totalizavam 604. 426,122 mil hectares de terras em todo o país. Desse total, 2651 pedidos tiveram o despacho favorável, 159 pedidos foram indeferidos e, os restantes esperavam pela decisão dos órgãos competentes. A região Sul, nessa fase foi a região que registrou mais pedidos de terra. Só para região de Maputo, que inclui as cidades de Maputo e Matola, havia se submetido 2085 pedidos, dos quais 1908 foram deferidos.

A região norte de Moçambique, com um total 117 pedidos foi a região que menos pedidos tinha registrado. As três províncias não alcançavam o número de pedidos submetidos em Gaza. Este quadro de cadastro dos direitos que as pessoas possuem sobre a terra, neste trabalho, é entendido como uma nova realidade no contexto dos modos de vida dos africanos, e em particular, dos que estão fixados no território moçambicano. Desde que entrou em vigor, tanto a Lei de Terras nº. 19/97 de 1 de Outubro, como, o respectivo Regulamento da Lei de

Terras, Decreto nº. 66/98 de 8 de Dezembro até 2003, já iam quatro anos em que todos indivíduos com interesses econômicos de princípio deviam cadastrar as terras por si ocupadas no âmbito do quadro legal.

Tabela 12 - Resultados de auditorias de Uso da Terra 2002 – 2008

Descrição	DUAT			
	Beneficiários	%	Área	%
Não usado	1062	22.4	488056	23.5
Uso parcial	681	14.4	366744	17.7
Uso integral	1496	31.6	770743	37.2
Cancelamento	946	20.0	260724	12.6
Área reduzida	556	11.7	188134	9.1
Total	4741	100	2074401	100

Fonte: CIP; AWEPA (2011)

Olhando os dados das tabelas 11, 12 e 13 apresentados e coadjuvando com os motivos apresentados, pode-se concluir que, a fraca adesão ao cadastro dos direitos é um problema tão complexo, que tem a ver, primeiro, com a forma como o órgão de administração de terra – o governo de Moçambique se relaciona com os cidadãos; há ainda, o problema de como os moçambicanos concebem a terra, que me parece transcender o simples valor de troca que guia o mercado. O cadastro de bens como a terra não está nas prioridades dos moçambicanos.

Tabela 13 - Delimitação da terra – hectares

Províncias	Em processo	Delimitado	Total	% Territorial
Gaza	10002	44404	462042	6
Inhambane	0	588509	588509	9
Maputo	55337	98786	154123	6
Nampula	47137	747376	794513	10
Niassa	0	462831	462831	4
Sofala	934987	591084	935578	22
Tete	3928911	0	3928911	39
Zambézia	1842923	0	1842923	18
Cabo Delgado	0	0	0	0
Manica	553699	226374	780073	13
Total	7372996	2759364	9949503	127

Fonte: CIP; AWEPA (2011)

A titularidade do direito de uso da terra, que não significa, cadastro de titularidade, em muitas sociedades, não determina na globalidade as possibilidades de usufruto dos bens gerados no solo. Não são todos os bens que estão no solo que são da exclusividade daqueles que possuem o direito de uso. Como já destacamos a situação de uso e cobertura da terra não é devidamente conhecida em Moçambique. Tentando analisar as razões do desconhecimento, a

primeira constatação está relacionada com o próprio sistema de gestão da terra. O órgão que administra a terra só realiza o cadastro de terra a partir da manifestação do interessado, neste caso, o titular do DUAT. De acordo com a Lei de Terra, os usos para fins familiares e comunitários não carecem de DUAT. Só esse fato é suficiente para o desconhecimento da real situação de ocupação de terra.

Para compreender devidamente a problemática de ocupação de terra nos recorreremos a várias fontes, a maioria foram estudos de casos, como o de Centro de Integridade Pública (CPI), estudos do Observatório do Meio Rural (OMR), do Instituto de Estudos Sócio Econômicos (IESE), da União Nacional de Camponeses (UNAC), Serviços Provinciais de Terra e Florestas (órgão de administração). Ainda recorreremos a entrevistas, sobretudo com os camponeses, como também assistimos em duas ocasiões, seções de resolução de conflito de terra envolvendo um empresário com os camponeses da localidade de Nacololo.

Os dados obtidos no estudo do CIP (2010) dão um panorama do que os titulares de DUAT fazem com a terra ocupada. De um total de os 4741 beneficiários do DUAT, 1062 correspondentes a 22% não desenvolvem nenhum uso. Os mesmos dados indicam que 556 titulares viram suas áreas reduzidas, enquanto em 946 deles, cancelou-se.

Tabela 14 - Delimitação da terra – hectares de comunidades

Províncias	Em processo	Delimitado	Total
Gaza	3	18	21
Inhambane	6	9	15
Maputo	11	11	22
Nampula	3	94	97
Niassa	2	8	10
Sofala	5	11	16
Tete	27	0	27
Zambézia	18	73	91
Cabo Delgado	4	0	4
Manica	13	7	20
Total	92	231	323

Fonte: DNFT (2011)

Ainda o mesmo estudo apresenta a porcentagem territorial em cada uma das províncias em análise. A província de Tete com 39% da sua extensão territorial já titulada. A província de Niassa com apenas 4% do seu território é onde houve pouco registro de DUAT.

Quanto a terra titulada em nome dos camponeses, a única informação que o estudo apurou é relativa às áreas delimitadas em nome das comunidades. As províncias de Nampula e Zambézia são que apresentam maior número de comunidades que registraram suas terras e a

província de Cabo Delgado apresenta poucos casos em que as comunidades aderiram ao registro das suas terras.

No que diz respeito à terra ocupada por grandes empresas, os dados revelam que até 2011, catorze empresas haviam sido cadastradas na Direção Nacional de Florestas e Terras, ocupando no total 948.000 mil hectares (quadro 17). Como se pode observar, os dados aqui apresentados carecem de informações básicas, tais como as locais onde estão as empresas Madal, Quifel, Agricultura, Biocombustíveis e Agriculture. Os dados relativos à delimitação das áreas ocupadas pelas comunidades não fazem menção às dimensões de comunidades.

Até aqui os dados apresentados referem-se ao panorama geral de todo o país prevalecente até 2011. Certamente que esse está desatualizado. Recorremos e esses dados uma vez que, o nosso pedido de dados à Direção Nacional de Florestas e Terras não foi atendido, infelizmente. Os dados que se seguem são referentes à província de Nampula. De acordo com o INE (2017), a província de Nampula tem a dimensão de 81.606 Km² que correspondem a 10% do todo o território nacional. Conta com cerca de 6.102.867 de habitantes e uma densidade de 74,8 hab./Km². Tal como fizemos questão de mencionar, a província de Nampula é a que maior área oferece ao ProSAVANA-JBM.

Tabela 15 - Grandes Concessões de terra

Tipo de uso Empresa Florestal	Localização	Área
Malona	Niassa	220000
Chiclete	Niassa	100000
Florestas de Niassa	Niassa	210000
Lúrio Green Rasoures	Nampula	126000
Portucel	Zambézia	173000
Florestas	0	0
Principle Energy	Manica	18000
Enerterra	Manica	19000
Gown Energy	Sofala	15000
Biocombustíveis	-	0
Agriculture	-	0
Madal	-	57000
Quifel	-	10000
Agricultura	-	0
Total	-	948000

Fonte: CIP; AWEPA (2011)

Dados obtidos nos Serviços de Floresta e Terra e Ambiente de Nampula (2018) indicam que estão cadastrados 5670 titulares de DUAT (quadro 7), gráfico 4. Desses são titulares, distinguem sete sujeitos, nomeadamente, associações, comunidades, cooperativas, empresas

nacionais e estrangeiras e singulares, também nacionais e estrangeiros. O mais numeroso naturalmente é de sujeitos singulares nacionais que totaliza 4193 de titulares.

Tabela 16 – Quantificação cadastros dos titulares

Sujeitos com DUAT	Quati	Área	% área
Associações	156	25440.8	0.45
Cooperativas	16	282.6	0.00
Comunidades	107	1760912.7	30.90
Empresas Estrangeiras	241	303468.1	5.32
Empresas Nacionais	662	2391526.6	41.96
Singulares Estrangeiros	295	59080.4	1.04
Singulares Nacionais	4193	1158259.6	20.32
Total	5670	5698970.8	100.00

Fonte: SPGC Nampula (2018)

Em relação à área ocupada, os dados indicam que mais de 5 milhões hectares de terra, na província de Nampula foram cadastrados no cadastro Nacional de Terras. Desta área a que efetivamente foi concessionada compreende a que está ocupada por cooperativas, empresas e sujeitos estrangeiros. Da que está ocupada por sujeitos singulares boa parte o seu acesso foi por intermédio de procedimentos de vária ordem desde a compra, grilagem e herança.

Destaca-se que em todo o conjunto de agregados familiares registrados na província de Nampula, que são cerca de 1.473.792, compreendem simultaneamente unidades de reprodução social, possuindo um pedaço de terra, com os dados aqui apresentados pode-se facilmente compreender que cadastrar o direito de uso da terra não está ao alcance de muitas famílias. Isso significa que, quem registra o DUAT não é um cidadão comum, o que pode até se assumir que não se trata de camponeses. Boa parte dos quem registraram as terras ocupadas fazem parte do que podemos assumir como classes favorecidas em Moçambique (média ou alta).

Quadro 6 - Fatores para classificação de explorações agropecuárias

Fatores	Limites	
	1	2
Área cultivada não irrigada (ha)	10	50
Área cultivada irrigada; pomar, plantações, hortícolas, floricultura (ha)	5	10
Número de cabeças de gado bovino	10	100
Número de caprinos/ovinos/suínos	50	500
Número de aves	2.000	10.000

Fonte: INE (2011); MASA (2015)

Para se compreender melhor essa questão observemos como estão especializados os sujeitos que registraram os seus DUATs. Na sua maior parte estão mais próximos da cidade de

Nampula e na zona costeira no distrito de Mossuril e também no distrito de Ribáuè. Consideramos como localização da cidade de Nampula, os distritos de Meconta e Rapale. Esses dois distritos são os que fazem fronteira com a cidade de Nampula. Só nessa região, 826 sujeitos singulares nacionais, que em função do tamanho das suas explorações são consideradas pequenas estão no entorno da cidade de Nampula. Em relação à zona costeira, que está a registrar um boom de casas de veraneio, os números apontam que 606 indivíduos cadastraram os seus DUATs.

Para efeitos de distinção das explorações agropecuária foram estabelecidos os parâmetros, que estão no quadro 6. Na realidade estes parâmetros só são aplicáveis para explorações agropecuárias. Todavia, os dados não estão organizados de tal forma que se distinga claramente os diferentes usos, como também, os respectivos titulares. Nessa situação, assumimos que a terra ocupada é unidade de reprodução social. O parâmetro com que nos baseamos foi o tamanho do lote.

No Censo agropecuário realizado em 2009 pelo INE e MASSA, as unidades de reprodução social de uso agropecuário foram distinguidas em função do tamanho, acesso à tecnologia de rega, tipo de cultivos e quantidade de animais (gados, bovino, caprino, ovinos) suínos e aves. Considera-se pequena exploração se todos os fatores forem menores que limite 1; e a média exploração é a que, pelo menos um fator é maior ou igual a valores do limite 1 e menor que o limite 2 e; por último, grande exploração se um fator for maior ou igual a valores do limite 2.

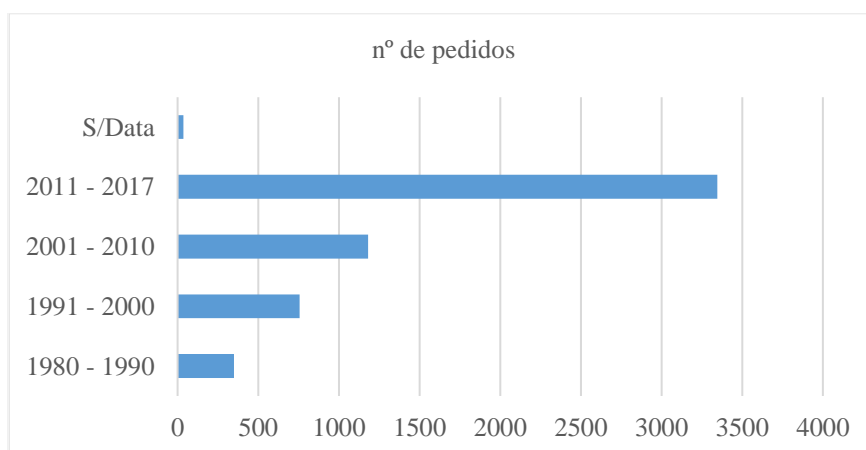


Gráfico 4 - Evolução dos pedidos de DUAT

Fonte: INE; MASSA (2009)

Uma das questões que está em nossa pauta nesta pesquisa é observar a evolução das ocupações de terra no distrito no Corredor de Nacala, através do distrito de Monapo. Para

compreender esse fenômeno dois procedimentos serviram de base, os dados estatísticos obtidos no DNFT e as entrevistas. As conversas foram aplicadas aos membros das associações filiadas à UNAC, ativistas da UNAC sedeados nos distritos de Monapo e Meconta e algumas famílias que foram interpeladas durante as caminhadas de observação de campo e dialogamos também com a servidora dos serviços de cadastro de terra, que trabalha no distrito de Monapo. Quando nos deslocamos partimos com o pressuposto de que a população que compõe as comunidades é nativa e, como tal está organizada no espaço tendo em conta o grau de parentesco. Isso significa que, a disposição dos aglomerados de agregados obedece o aspeto de familiaridade, isto é, os vizinhos são sempre aqueles agregados familiares da mesma linha ou clã. Nesse tipo de estrutura organizacional, os agregados estão ordenados a partir da linha progenitora, o que significa que no grupo há sempre um progenitor, que é visto como dono do grupo (aldeia) que é conhecido pelo nome de *mwene*.

O território de uma aldeia, nessas pequenas aldeias inclui terra para *machamba*, terra para pastagem e outros usos. De princípio cada *n'tata* possui sua terra, que é sobre ela que tem o dever de distribuir aos seus descendentes, enquanto o *mwene* tem a obrigação de zelar pela harmonia em todas as *n'tatas* (NEGRAO, 2008, NAMUHOLOPA, 2017).

Nesse tipo de estrutura, o acesso à terra ocorre sempre que os descendentes se casam. Tratando-se de uma região de domínio matrilinear, o poder nas pequenas aldeias está no irmão mais velho da *genearca* progenitora. É ele tem a obrigação de conceder a terra aos recém casados, neste caso, a filha que recebe o marido. Aqui pelo fato da mulher permanecer na sua aldeia, poderia se julgar que é a ela que se atribui a terra. Na realidade não é bem assim, a terra é atribuída ao casal, pois se ela, não se casasse não receberia a terra, ou seja, manter-ia em casa dos pais.

O casamento se configura nas sociedades makhuwas o mecanismo de acesso à terra. O que não significa que se a relação conjugal não houver harmonia, o casal esteja impedido de divórcio, como condição dela manter a posse da terra já adquirida. Uma vez já adquirido o direito sobre a terra, assume-se como um direito consumado. Quem realmente perde é o homem, que regressa à aldeia da sua mãe, onde caberá ao *n'tata* dessa aldeia lhe conceder espaço. Em sociedades makhuwa, a terra sob jurisdição do *n'tata* é um bem da família. Isso significa que os foram concessionados estão impedidos de transmitir o seu direito aos outros, incluindo seus próprios filhos. Essa terra é da família, cabendo só a *n'tata* dar o outro destino. Que pode ser sua repartição em caso de necessidade.

Outro pressuposto com o qual partimos foi, dada as dinâmicas ocorridas, a população fixada nos centros urbanos, nas vilas e em aldeias que estão nas proximidades da ferrovia

Nacala/Moatize, EN8, entre outros pontos que já registram índices elevados de densidade populacional, a distribuição espacial obedece os ditames de modernidade. Ou seja, o comando de estruturação do espaço se dá de acordo com as logicas racionais e do mercado. Em função dos fatos históricos registrados em Moçambique, em particular, advinda com a independência, assumimos que as aldeias comunais foram demarcadas, pensando-se no espaço habitacional e espaço de produção. Nesse sentido, a nossa lógica é de os agregados familiares envolvidos nas aldeias possuem dois pedaços de terra separados, um se configurando como espaço residencial e o outro como de produção.

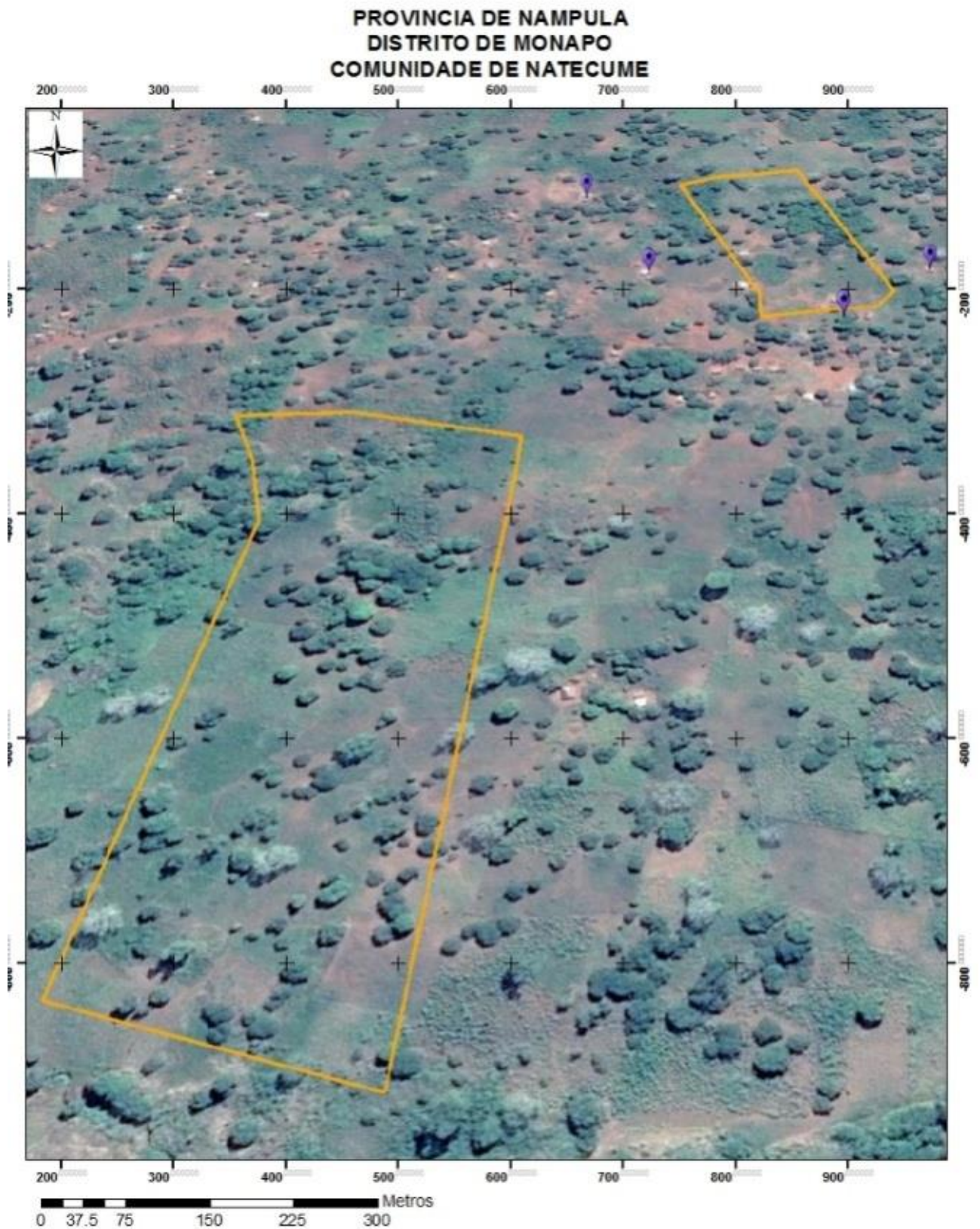


Figura 21 – propriedade familiar

Fonte: Org., próprio autor (2018).

À esquerda aldeia de Natecume, localidade de Muruto, Posto administrativo de Itoculo

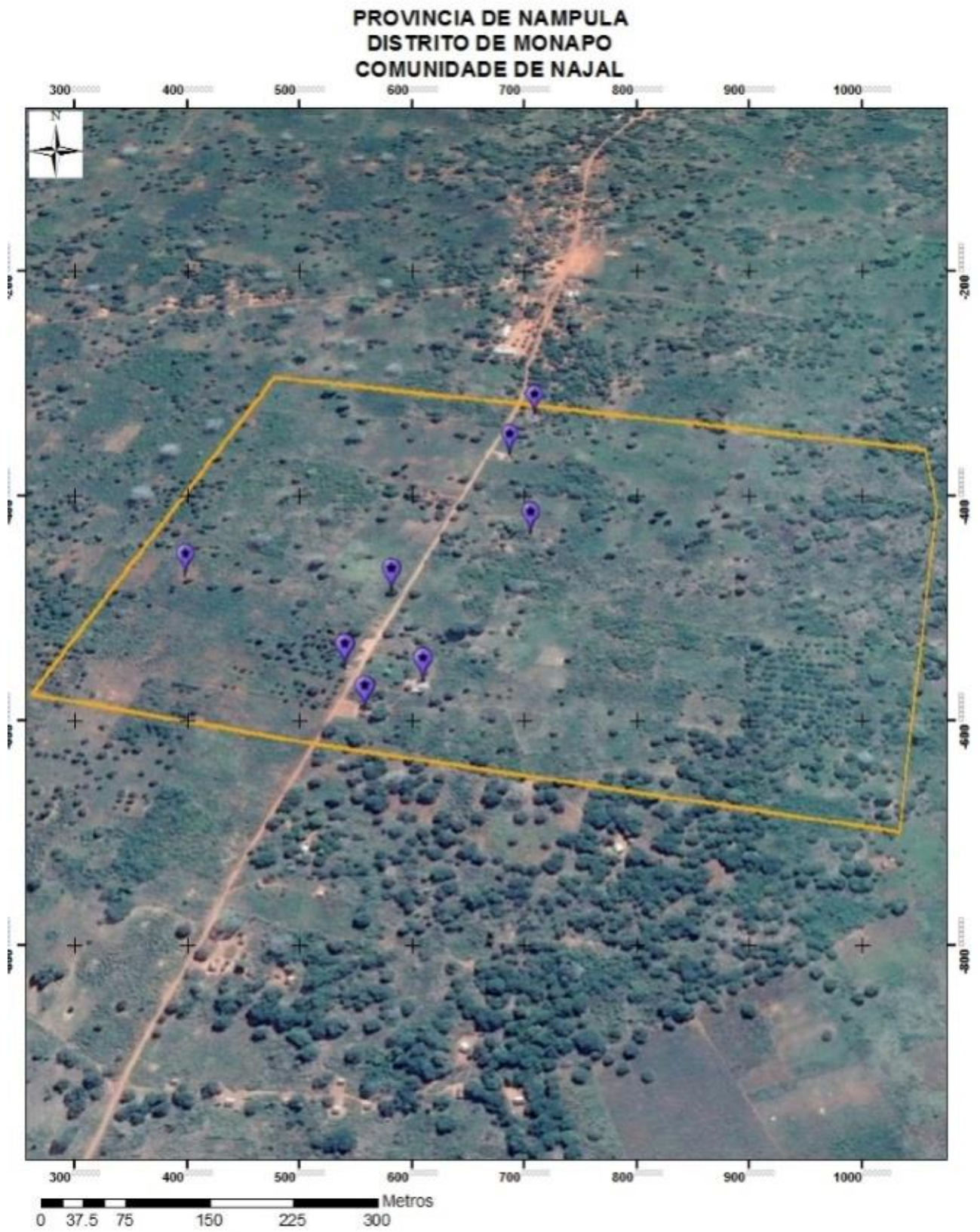


Figura 22 – propriedade familiar

Fonte: Org., próprio autor (2018).

Aldeia de Najal, localidade de Canacue, Posto administrativo de Monapo Sede

Outrossim, as pessoas, por razões diversas, tiveram que se deslocar, ou das aldeias de domínio de *n'tatas* ou de outros pontos do país e ou do mundo, passando a residir nas cidades, vilas e aldeias que estão perfiladas ao longo do Corredor de Nacala, a forma pela qual adquiriram o espaço de produção agrícola se configura com as lógicas de modernidade e de troca, que seriam, concessão pelos órgãos do Estado e ou compra.

Tanto, o primeiro, bem como o segundo pressuposto foram concebidos com base na revisão da literatura realizada, sobre os modos de vida em sociedades makhuwas. No primeiro pressuposto a literatura aponta como sendo regras consuetudinárias que permitem a transmissão ou concessão dos DUAT entre os membros da mesma família. Mesmo, tratando-se de ser uma transmissão direta, de pais ou mãe para filhos, parece-nos que os procedimentos adotados se configuram com transmissão via herança.

Ora, das entrevistas realizadas e observação apuramos que nas aldeias mais afastadas das principais rodovias na região norte, concretamente no distrito de Nampula, as aldeias de domínio de *n'tata* ainda prevalecem. No entanto, a configuração desses domínios territoriais tem se alterado, tal como ilustra a figura 21.

O território de domínio de *n'tata* é intercalado por outros territórios de domínios iguais. Quando procuramos saber o grau de parentesco existente entre o agregado familiar que aceitou realizarmos a coleta de coordenadas geográficas com os que se situam no meio, fomos informados de que não havia nenhum grau de familiaridade.

Segundo, declaração de uma informante-chave do estudo, em entrevista realizada no 18 de outubro de 2016, disse que,

A maioria parte dos membros da família desconhece a família que está no meio do seu terreno. Ninguém sabe ao certo como eles vieram se fixar. Isso aconteceu no tempo da guerra, em que maior parte da família tinha abandonado para cidade. Ficamos na cidade muito tempo sem o contato permanente como está acontecendo nos últimos dias. Esta família já está fixada aqui a mais de dez anos. Segundo a Lei de Terras, se alguém fixa-se na terra e permanece por dez anos ou mais, se considera essa ocupação como de boa-fé, e como tal, a família fixada adquire automaticamente o direito de uso e aproveitamento da terra. Perante esse fato nada podemos fazer. Agora, o estranho é que eles têm alterado constantemente os limites. Neste momento estamos em conflito por causa disso. Já apresentamos o problema as estruturas do bairro e aguardamos que seja resolvido.

Com este depoimento da senhora Regina, apercebemos que os territórios de domínio *n'tata* estão sendo sufocados pelas novas estruturas de divisão administrativa. Era suposto quanto a nós, que os limites dos bairros coincidissem com os limites do território de *mwene* ou de *n'tata*. A realidade manda dizer que, os bairros não são delimitados nessa lógica. Tanto é

que a visão do governo é acabar com a autoridades familiares. Quando se implantou os Secretários dos bairros e os Grupos Dinamizadores, a ideia era justamente acabar com as formas do poder locais que sempre foram consideradas como sendo tradicionais e perpetuação de injustiças.

A outra interpretação a fazer é a que, a senhora Regina diz, o seguinte: *Ficamos na cidade muito tempo sem o contato permanente como está acontecendo nos últimos dias.* Com essa declaração confirma-se claramente a leitura de que há uma migração gradual da população do campo para cidade e ou para as proximidades das principais estradas. Aliás a senhora Regina é ativista da UNC, ela fixou sua residência na cidade de Monapo. A entrevista com a sua família não contou com a participação de todos os membros da família. Aliás, os que estavam nem completavam a metade deles, dado que estão distribuídos pelas cidades de Nacala Porto, Monapo e Nampula, o que torna difícil para concentrá-los.

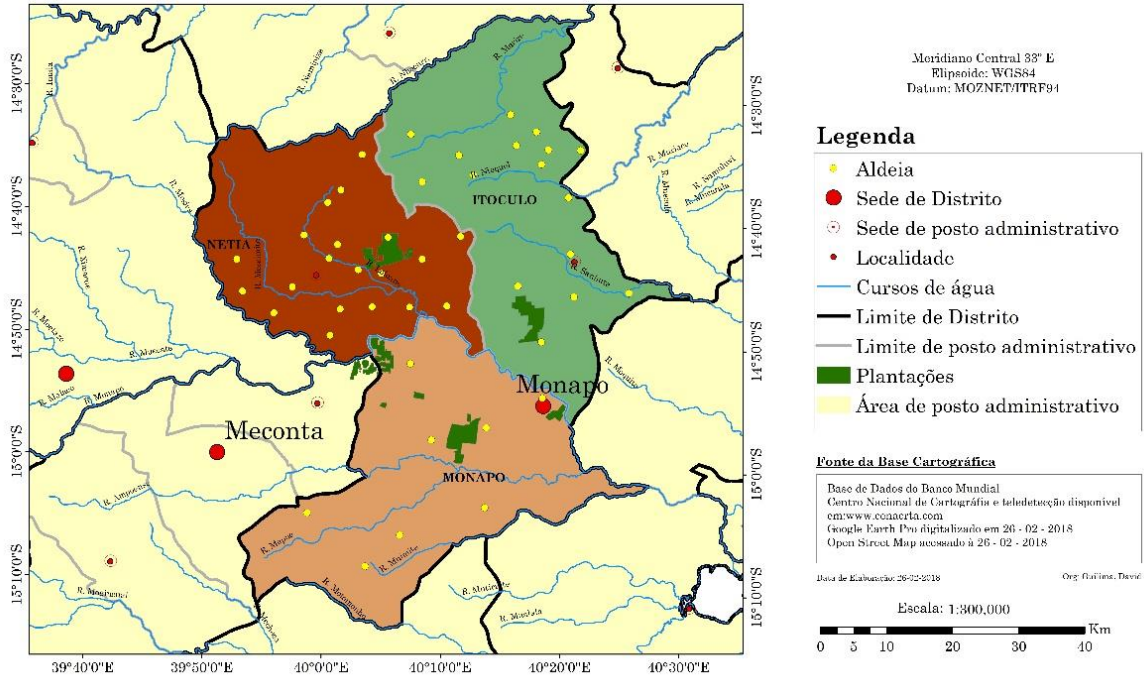
Netecume é uma aldeia que está na localidade de Muruto, no posto administrativo de Itoculo. A distância que separa Natecume da sede da vila de Monapo é de aproximadamente 50 a 60 Km. Tal como sucedera em outros pontos, as terras onde se formou a aldeia de Natecume faziam parte das antigas concessões coloniais. Observando-se a paisagem da área sulcada pelos rios Monapo e Mecuburi, pode-se aferir que a escolha dessas terras para albergar as plantações coloniais não fora uma decisão no vazio. O aspeto visual do solo, de coloração avermelhada e relativamente um pouco brilhante à luz do sol, transmite uma sensação de ser uma área favorável para o plantio de cereais, feijões, mandioca, etc., o que é realmente, testemunhado pela presença de comunidades camponesas. Além claro, das comunidades aldeãs, que disputam o mesmo espaço com interesses empresariais de gente proveniente de outros cantos do mundo.

A presença de Portugal ainda é bem nítida através das missões religiosas, como também tentativas para reaver as concessões de terras que os colonos abandonaram no alvoroço das revoluções, que tiveram como episódios a nacionalização da terra.

Um caso por nós presenciado, de tentativa para se reaver uma concessão, ocorre no povoado de Siabra, que de acordo com os relatos obtidos junto dos ativistas da UNC, que acompanham o caso, na pessoa do senhor Costa afirmou em conversa na povoação de Siabra que,

Desde 2013 a União Provincial de Camponeses da província de Nampula através de Uniões distritais tem recebido denúncias da população que se queixa de invasão das suas terras por pessoas estranhas de raça branca, que reivindicam concessões alegadamente de seus parentes que motivos de guerra civil tinham abandonado Moçambique (Entrevista com senhor Costa, Presidente da UPC, 27 de 10 de 15).

Província de Nampula
Assentamentos Populacionais do distrito de Monapo - 2007



Mapa 19a – Expansão de plantações em povoações camponesas
Fonte: Org. próprio autor (2018)

Na mesma seção de entrevista, o senhor Orlando Amade, membro da associação de camponeses filiada à UNAC situando os ativistas sobre o conflito que envolve a população de Siabra com um cidadão português disse que,

O senhor que reivindica terra numa área de 2000 hectares, que alega ser uma concessão colonial pertencente ao seu pai, chama-se António da Silva Alvarés. Quem está a facilitar o retorno do senhor António é o governo de Moçambique, através da Geografia e Cadastro de Nampula, em coordenação com o secretário que já é guarda nas instalações que foram construídas mesmo sem o desfecho do caso. Disse que os 2000 hectares em conflito, o governo de Moçambique atribuiu o DUAT sem realização da consulta comunitária, tal como determina a Lei de Terras 19/97 de 1 de outubro.

A povoação de Siabra é um povoado que está muito bem isolado. De acordo com o senhor Orlando Amade, conta de 500 famílias. Na área invadida, sob conivência do secretário, o uso que a comunidade ia observando era de criação de gado bovino e plantio de moringa. Os trabalhadores da propriedade são jovens que, uma parte deles são mesmo alguns jovens da aldeia de Siabra.

O senhor António da Silva, para demonstrar que é poderoso, não aceita conversar com ninguém e mandou construir uma vedação que impede aos camponeses de entrarem na mata em busca de bens de uso cotidiano, como é o caso da lenha.

Como se pode observar, a disputa pelo espaço no Corredor de Nacala é uma realidade. As plantações de caju levadas a cabo pela ADPP, como também a plantação de sisal, que foi possível de observar nestes territórios duros para serem percorridos sem transporte pessoal. As vias de comunicação se apresentam em seu estado natural, denotando que nos dias oferecem dificuldades de transitabilidade.

Observando a disposição das aldeias camponesas e das plantações que estão sendo retomadas, no âmbito das políticas do Governo, constata-se claramente a disputa pelo espaço. O avanço das plantações em aldeias não ocorre em Itoculo apenas, se verifica em toda a região do Corredor de Nacala. A ilustração do distrito de Monapo se deve pelo fato de ter sido o local onde pudemos percorrer o terreno em busca de dados não só apenas de distribuição das plantações.

Em relação aos conflitos de terra envolvendo “gente poderosa”, que incluem membros do Governo, empresários e servidores, tal como são descritas as pessoas, tem aumentado segundo as declarações dos camponeses com os quais conversamos em várias ocasiões. Numa dessas oportunidades o diálogo foi com o Senhor Armando Deixa Castigo, camponês sediado na vila do Posto Administrativo de Namialo.

O senhor Armando Deixa Castigo, quando o solicitamos para dialogar em torno da agricultura na região onde mora (encontramo-nos no centro comercial de Metocheria num dia em que estava marcada uma reunião entre a população da localidade de Nacololo com as autoridades do Governo distrital, neste caso, o Administrador do Distrito, Senhor Carlos Ramos e o dono da empresa Alfa Agricultura Lda, o Senhor Jan Paulus Le Grange), pediu primeiro para que escutássemos a sua história, de como ele foi parar em Nampula, sendo natural do distrito de Mambone, província de Inhambane, região Sul de Moçambique.

Ele disse que tem procurado ajuda de quem passa ajudar para saber, junto das autoridades do país, qual terá sido o crime que cometera, ao ponto de o terem encarcerado na penitenciária agrícola de Itoculo em 1984.

Com um semblante de dor, confesso que essa pergunta me abalou e nem foi possível prosseguir com a entrevista, tal como estava programada. Tive que o escutar, embora eu na minha condição de pesquisador, nada podia fazer em relação ao seu PEDIDO URGENTE, tanto naquele instante, como à posterior.

Sabe meu filho, eu ainda jovem com os meus 20 e poucos anos fui apanhado na rua na cidade de Maputo onde tinha ido para me inscrever na Agência Algos para ser contratado para trabalhar na África do Sul. Me levaram para cadeia, não me julgaram até aqui. Depois tiraram-me da cadeia e me colocaram como agente agrícola em Mexeram. Eu tive a sorte de me casar aqui. Os outros colegas morreram. Passamos mal. O que quero saber é só minha culpa.

Essa história estava muito longe das minhas previsões. Cocei minha cabeça sem sentir comichão, como tem sido meu hábito quando sou “encostado na parede” como se diz em gíria, sempre que algo nos deixa aflito. Com esse episódio, passamos a entender que a atividade de pesquisa é de grande responsabilidade. As pessoas com quem falamos esperam muito de nós. Elas querem soluções dos seus problemas. Elas não sabem qual é a missão de um pesquisador. Que tipo de problema e em que sentido um pesquisar pode contribuir.

A minha resposta naquela preocupação que me fora apresentada foi a seguinte: realmente é complicado o seu caso. Já foi apresentar esse problema na procuradoria da República delegação de Nampula? Talvez lá possam ajudar, eu não tenho como ajudar. Se quiser posso falar com um amigo que mora na cidade de Nampula que é advogado para lhe ajudar, não sei em que, talvez ele saiba. Pode ser para escrever uma exposição para o presidente da República. Não sei!”.

Assim terminou a nossa curta conversa no dia 18 de outubro de 2016. Tivemos que marcar outro encontro para continuarmos com a nossa conversa. Me convidou para conhecer a casa dele. Trocamos números de telefone. Agora, o que não sei é, se a resposta que dei o ajudou ou não. O certo é que nunca voltamos a falar daquele assunto de cadeia.

Quando trocamos os números de telefone foi um grande alívio. Embora pouca contribuição tenha dado, a minha leitura em relação aquele gesto foi de troca de números, a forma como ele ia tratando, o meu é de que inspirei-lhe confiança. Se isso for verdade, me parece que ele “more de saudade” de casa, a região Sul. Encontrou-se com alguém do Sul, por sinal docente em Inhambane. Assim aproveitou para abafar as saudades da terra e das gentes.

Nesse “devir” em outra data procurei saber se desde que está em Monapo alguma vez terá se deslocada à Mambone, com o objetivo de visitar a família, tendo respondido que,

Sim, não com muita frequência, mas sempre que puder vou. Disse ainda o seguinte - mensalmente envio dinheiro para meus parentes, que consigo obter pela venda dos produtos que planto nos meus 27.5 hectares e na outra machamba da minha esposa. Na machamba que eu cuido planto basicamente milho e feijões e, na que minha esposa cuida semeamos amendoim, feijões e mandioca.

Esse depoimento foi prestado a meio da conversa mantida noutro dia em casa dele. Isso ocorreu no dia 9 de novembro de 2016. A nossa conversa começou assim. Dos poucos dias que estou aqui deu para observar algumas coisas como o seu esforço pela agricultura. Pode me falar o que mais lhe causa desconforto no dia a dia do seu trabalho?

Olha são várias coisas que me entristece na agricultura. O primeiro caso prende-se com fato do Senhor Issufo Nuro Momade ter se apoderado do trabalho das associações de camponeses de Nampula, nomeadamente, Wapi, Luz Verde, Agriponi, Akhani, Akilin. Essas associações é que deram origem à empresa SANAN (Sociedade Algodoeira de Namialo).

Os membros fundadores foram Aberto Locote do distrito de Monapo; Marcelino Ucieque de Monapo; Armando Deixa Castigo Monapo-Namialo; Rafael Adamo de Monapo-Netia Saturinino Macocole Monapo; Horário Paulino de Namialo e Américo Candido, trabalhadores envolvidos na produção de algodão com os camponeses. Se não fosse o trabalho desses homens a empresa SANAN não estaria em pé.

O outro fato que apontou como preocupante é relativo aos preços dos produtos agrícolas. *Os comerciantes vem buscar os produtos de borla.* O que nos pagam não compensa o nosso esforço. Terminou de enumerar os problemas indicando a expropriação da terra que é feita pelos empresários com apoio dos servidores públicos. Viu o que a Senhora Telma faz? Ela não está sozinha. Nós camponeses temos força de produzir, mas, impedem-nos. Criam diversas barreiras. Não existe credito para camponês. Como é possível sobreviver assim?

Harvey (2005) denomina o fenômeno de expropriação que sucede na atualidade caracterizado pela financierização como expropriação da terra por espoliação. Certa vez, em Inhambane, ouvi o Governador Itai Meque a se insurgir com o fenômeno do turismo moderno que vai invadindo as belas praias de Moçambique e, *nada deixam, constroem barracões, palhotas. Nós os moçambicanos quando vamos a praia queremos instancias turísticas de luxo.* O descontentamento do “pai” da província de Inhambane, como carinhosamente são chamados os governadores das províncias em Moçambique colidem com as campanhas promovidas pelas instituições internacionais que propagam discursos de “turismo amigo de ambiente”.

Os donos do dinheiro nos dias que correm não estão preocupados com investimentos fixos, tipo estradas, pontes, empreendimentos de grande engenharia. Em contrapartida esses equipamentos são necessários e quem deve arcar com as despesas é o governo. O mesmo sucede com a terra.

Observando a tendência dos dados relativos aos grupos que registram os DUAT tudo nos conduz a dizer que o fenômeno de acumulação em Moçambique está a assumir contornos que sinalizam uma nova ordem nos espaços agrários, com o reconhecimento oficial de latifúndios. Ao se registrar como legítimos os direitos sobre grandes extensões de terra, essa realidade deve ser entendida como nova ordem de estruturação dos espaços agrários em Moçambique. Para já, um dos debates mais polêmicos em Moçambique é o de *regime jurídico da terra.*

Quando Moçambique conquistou a sua independência, em 1975, esse evento histórico, mais do que uma simples liberdade, marcava o nascimento de um Estado-nação na ordem do sistema-mundial moderno. Algumas das perguntas que têm sido colocadas para interpretação do que, a partir desse evento aconteceu são: qual era o nível de preparação dos Moçambicanos para assumirem a administração do Estado em gestação?

Aqui o conteúdo do povo Moçambicano é aquele que abordado por Ngoenha (1992) quando afirma que,

O homem que vivia em Moçambique quer fosse de origem banto, portuguesa, indiana ou chinesa, por mais que tentasse conservar a própria cultura de origem, já não era aquilo que antes fora. Ele participava consciente ou inconscientemente na formação de uma nova identidade cultural e de uma nova história (NGOENHA, 1992, p. 15).

Ora, sabendo-se que a delimitação que deu origem de Moçambique desintegrou formas organizacionais coesas, juntou-se povos e, nessa mescla, o banto foi tratado como objeto de trabalho, isto é, um bem material de apropriação (CABAÇO, 2004). Quando se deu esse nascimento, a sociedade se apresentava socialmente da seguinte forma:

2.5% da população total composta por brancos europeus, asiáticos, mulatos e alguns africanos estava concentrada nas áreas urbanas e nas zonas de desenvolvimento agrícola e mineiro – Ocidentalizada, habitantes de zonas urbanas e vinculada às atividades modernas (empresas), dessa minoria emergindo para o Estado vultosa proporção das suas receitas públicas; 3,5% da população total, composta por elementos de várias raças, mas principalmente por africanos, que tende a fixar-se nas periferias dos centros populacionais mais importantes. Os africanos deste estrato são de origem rural e têm tendência ou para chamar a si parentes de regiões distantes, ou a destribalizarem-se, abandonando assim, parcialmente pelo menos, os hábitos socioculturais de origem. Transformam-se geralmente num proletariado; 94% da população composta por africanos (podíamos mesmo dizer a quase totalidade) camponeses que vivem num regime de economia de subsistência, por vezes acrescido dalgum trabalho assalariado de natureza, migratória, e por alguns camponeses lavradores, pagos em dinheiro. Estes são residentes de regiões tribais e nas suas relações legais são governados pela lei tradicional (MONDLANE, 1975, p. 20).

Inevitavelmente nessa estrutura social, pode-se deduzir que, o homem branco, em particular o português que era quem exercia a administração do Estado não estava em condições de aceitar, sobretudo, a transferência do poder para os africanos. E foi isso que exatamente aconteceu. Essa estrutura social marcou profundamente as divergências ideológicas que caracterizam Moçambique na sua caminhada. Assim, o nascimento do Estado-nação se

configurou como uma oportunidade para desencadeamento das transformações que se impunham. E uma delas consistiu na alteração do estatuto jurídico. A reação que existe em relação à alteração do estatuto jurídico é a mesma como a que foi feita em contestação ao projeto de construção do socialismo. Como corolário de clivagens ideológicas, tal como anotado nos outros capítulos, o país ainda tentando edificar os seus pilares mergulhados em conflitos armados.

No campo científico são várias as interpretações assumidas em relação ao estatuto jurídico da terra, que estão de acordo com os modos de produção. Os neoliberais defendem, por sua natureza liberdades individuais. As suas bases de argumentação estão na necessidade de se usar a terra como um bem transacionável no mercado. Bem vista este argumento é mais político do que científico. Os neoliberais, não se importam por outros, onde as condições de mercado lhes favorecem.

Se, entre 1975 a 1990, conhecido como período da transição socialista, não havia condições para se estimular o debate sobre o estatuto jurídico, o mesmo já não diz em relação ao atual momento considerado de período de consolidação da democracia. Infelizmente os democratas menosprezam as suas vantagens em relação a boa massa, em particular, os camponeses que não tem acesso à informação. Com a abertura das suas portas para economia do mercado, o debate de estatuto jurídico voltou à ribalta, solicitando-se que a terra seja privatizada.

Recentemente, no âmbito da nova aliança para segurança alimentar, uma das pautas colocadas é das políticas da terra e das sementes. Claramente os mais poderosos querem se apoderar da terra e assumirem o monopólio das sementes. Gradualmente, o Governo tem estabelecido pactos de poder que dão sinais de abertura para novo cenário em relação ao estatuto jurídico da terra. Com a recente vinculação à Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional, em Moçambique pode ser um sinal inequívoco do início dos primeiros tendentes a mudança da página do estatuto.

Realmente, dentre as várias exigências que a nova aliança preconiza duas nos chamam a atenção, que o Governo assumiu o compromisso para reverter, como um sinal rumo à mudança do quadro jurídico da terra é a reformar do sistema dos direitos de uso e aproveitamento da terra (DUAT). Diz-se que o objetivo é proceder reformas que possam imprimir celeridade na emissão de DUATs de modo que os pequenos agricultores (homens/mulheres) tenham garantias da posse da terra e para promover o investimento de agronegócios. Adoção de procedimentos para obtenção de DUATs céleres e de baixo custo; Desenvolver e aprovar um regulamento que estabeleça os procedimentos e

autorize as comunidades a efetuar parcerias através de arrendamento ou subarrendamento (cessão de exploração) (NASAN, s/d)⁴⁰.

Para se entender o que está ocorrendo em Moçambique, em matéria da terra e outros bens naturais, como primeiro aspecto a abordar é o enquadramento da economia, isto é, em que fase a economia de Moçambique se encontra? Quais são as possíveis saídas para outras fases?

Tabela 17 – Dimensão de explorações agrícolas agropecuárias em todo o país

Classes de Dimensão de Área	Pequenas	Médias	Grandes	Total
<0.1	44 065	77	0	44 142
0.1 - < 0.2	37 094	55	1	37 150
0.2 - < 0.5	299 686	313	9	300 008
0.5 - < 1	882 238	1 362	31	883 631
1 - < 2	1 365 470	4 288	45	1 369 803
2 - < 3	576 118	4 313	44	580 475
3 - < 4	243 083	2 897	52	246 032
4 - < 5	98 861	2 026	60	100 947
5 - < 10	95 620	3 877	134	99 631
10 - < 20	0	4 234	110	4 344
20 - < 50	0	742	102	844
50 - < 100	0	9	53	62
100 - < 200	0	0	22	22
200 - < 500	0	0	24	24
500 - < 1000	0	0	6	6
>= 1000	0	0	15	15
Não especificada	10 136	225	47	10 408
	3 652 371	24 418	755	3 677 544

Fonte: INE (2011)

Pode-se julgar fácil responder estas duas perguntas, mas não é. Do ponto de vista dos setores econômicos que concentram maior quantidade de forças produtivas, a economia está na fase primitiva, na medida em que, o setor da agricultura, estatisticamente, é o ramo que concentra maior número da força de trabalho com 95% (INE, 2007). Por outro lado, observando-se o perfil das unidades produtivas, fica-se com a ideia em termos das capacidades que as forças produtivas possuem.

A maior parte da literatura moçambicana designa a *agricultura camponesa* como *agricultura familiar*. Entendemos que o conteúdo da *agricultura familiar* não cabe naquilo que é o mais comum em *sistemas de agricultura camponesas*. O termo *agricultura familiar* reduz

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/...mozambique/.../d136475.pdf>> . Acesso em: 16 jan. 2017

os componentes que tornam uma unidade de reprodução social, em uma unidade orgânica, dado que, expresso dessa forma faz com que o exercício da agricultura fosse a único componente. O que não é bem assim, os componentes de uma unidade de reprodução dos agregados familiares fixados no meio rural são vários.

Tabela 18 - População de 15 anos e mais distribuída por ramos de atividades

Categorias Ocupacionais	População	%
Altos Dirigentes	314	0.01
Patrões	1 831	0.03
Técnicos Universitários	592	0.01
Técnicos Não Universitários	2 411	0.04
Administrativos	846	0.02
Operários Não Agrícolas	4 826	0.09
Artesão Independente	1 517	0.03
Pequeno Comerciante	217	0.00
Pessoal De Serviço	2 272	0.04
Empregados Domésticos	103	0.00
Camponeses	5 271 893	95.25
Operários Agrícolas	118 822	2.15
Outras Ocupações	133 702	2.42
Desconhecidos	4 582	0.08
Total	5 543 928	100

Fonte: INE (2007) - III Recenseamento Geral da População e Habitação

Chamamos forças produtivas, neste caso concreto, as técnicas e tecnologias aplicadas no uso da terra e do território pelo campesinato, setor empresarial, cooperativas e associações. O INE distingue três categorias de dimensões de unidades de reprodução social: pequena – que na sua totalidade representa o campesinato; média que pode representar um dos lados (campesinato/empresa); grande – representa por sua vez o setor empresarial. De um total de 3.677.544 unidades de reprodução social, 3.652.371 correspondentes a 99.3% compreendem pequenas e corporizam na totalidade *agricultura camponesa*. Aqui claramente, se ilustra que a agricultura é dominada pelos camponeses.

Começando pelos componentes de economia natural, temos a coleta de bens florestais, a pesca, etc., os outros componentes incluem a venda de força de trabalho – o trabalho salarial, as remessas que são enviadas pelos parentes fixados em centros urbanos (ter alguém morando no centro urbano está cada vez mais se tornando uma necessidade básica para se assegurar a reprodução social), etc.

A agricultura é tida como atividade básica, isso transmite a ideia de que a agricultura é a que gera maiores receitas na família. Essa leitura pode não corresponder à realidade, como presumo ser, por exemplo, para os agregados familiares fixados em solos de textura arenosa em regiões costeiras que foram devidamente testados e comprovou a sua inaptidão ao uso agrícola. Todavia, nesses solos a população insiste em abrir *machambas*.

Tabela 19 – Dimensão das áreas cultivadas

Unidades Territoriais	Área Cultivada			
	Pequenas	Médias	Grandes	Total
Niassa	402 633	6 114	726	409 473
Cabo Delgado	487 273	3 194	684	491 151
Nampula	1 010 769	7 771	19 208	1 037 748
Zambézia	1 056 050	6 968	8 152	1 071 170
Tete	590 040	31 727	1 247	623 014
Manica	534 900	18 212	2 788	555 900
Sofala	458 150	10 696	4 702	473 548
Inhambane	403 284	10 553	1 004	414 841
Gaza	337 233	20 131	7 003	364 367
Maputo	119 572	12 714	29 066	161 352
Maputo-Cidade	28 667	2 571	48	31 286
Total	5 428 571	130 651	74 628	5 633 850

Fonte: INE (2011)

Em Moçambique as estatísticas ainda não desenvolveram mecanismos para determinação da atividade que gera maiores receitas. Provavelmente se houvesse hábito de conversão monetária do que se gera em cada setor, algo diferente poderia ser constatado. No entanto, está fora de hipótese o questionamento da importância da agricultura, isto é, da abertura da *machamba*, pois, segundo Macaringue (2017), a *machamba* além de prover bens alimentares, em muitas comunidades rurais, se configura como um meio que dá acesso à terra para outros usos, incluindo a moradia.

Associando os dados da área cultivada com os das unidades de reprodução constata-se que, a média de uma unidade de reprodução agrícola é de 1,5 hectares. Observando-se separadamente cada classe, temos os seguintes valores, em média uma pequena unidade de reprodução tem dimensão de 1.4 hectare, as de classe medem 5.35 hectares e as grandes, tem em média 89.84 hectares. Esses valores refletem exatamente que as tecnologias empregadas no uso da terra são basicamente manuais.

Com a descrição acima desenvolvida claramente se compreende que a economia do país é primitiva. Essa descrição quando confrontada com o comportamento do PIB referente ao mesmo período observa-se que a agricultura e o setor de serviços são os que registram uma

tendência de crescimento, sendo que as oscilações são menos pronunciadas. Contrariamente, a indústria sinaliza grandes flutuações aos outros que mostram flutuações. Considerando que o setor de serviços é constituído por uma rede de atividades comerciais, a sua consistência, à semelhança do que se dá com o setor agrário, sinaliza o início da fase mercantil. No entanto, observando a forma como a sociedade vai se estruturando economicamente, torna-se extremamente difícil prever como o país poderá descolar-se da fase onde se encontra até à fase capitalista, pois internamente não existe capacidade de poupança. O mais preocupante é observar-se que o padrão de consumo não corresponde ao que no país se produz.

Perante esta situação tudo indica que a visão do Governo é investir na formação de alianças com empresas mais poderosas interessadas em exploração dos recursos territoriais existentes no país. É nesse contexto em que se enquadram os acordos recentemente firmados com os países mais ricos, empresas, instituições filantrópicas quando bem analisados não pretendem alterar o quadro estrutural que impera a agricultura, pelo contrário visam assumir o protagonismo no processo de produção. Todavia, no atual estatuto jurídico de terra em Moçambique, em que a terra é *propriedade do Estado*, os capitalistas não se sentem seguros. Pelo que há toda pressão para sua alteração.

Quadro 7 – Desempenho dos setores econômicos no PIB

Tipo de atividade	1995	2000	2005	2010	2011
Agricultura	34.3	27.9	25.8	26.7	27.0
Industria	11.3	21.5	25.7	23.3	23.3
Serviços	54.3	50.7	48.5	50.0	49.7

Fonte: INE (2011)

Na tentativa de se entender os perfis dos sujeitos titulares de DUAT's tivemos que proceder a sua classificação que resultou em seguintes classes de titulares: (1) grupo de sujeitos ou pessoas coletivas: empresas nacionais, empresas estrangeiras, associações, cooperativas e comunidades; (2) grupo de sujeitos singulares que compreende cidadãos nacionais e estrangeiros.

De um modo geral observando os dados, há indicação de que no seio dos moçambicanos estão a emergir um segmento de pessoas que está concentrando a terra. Das empresas nacionais, que totalizam 662 empresas até à data que recebemos os dados, cerca de 2.391.526.6 que correspondem a 42% da terra cadastrada na província de Nampula estava titulada em seu nome. Por sua vez, em relação aos sujeitos ou pessoas singulares nacionais, 4193 concentrava em suas mãos o DUAT sobre 20% da área titularidade.

Alguns aspetos a ter em conta na base de dados dos Serviços provinciais de Geografia e Castro (SPGC) de Nampula: agregação de todos os tipos de uso de terra numa mesma tabela; dados incompletos, como por exemplo, tipos de uso cadastrados; parece não existir um padrão de usos para efeitos: denominações tais como “agricultura e habitação”, “agricultura e turismo”, agricultura e religião, religiosos ou religião, não deixam claro os usos que estão preconizados.

Quadro 8 – Grupos de interesses sobre a terra na província de Nampula

Descrição	No	Área	%
Associações	156	25440.8	0
Cooperativas	16	282.6	0
Comunidades	107	1760912.7	31
Empresas Estrangeiras	241	303468.1	5
Empresas Nacionais	662	2391526.6	42
Singulares Estrangeiros	295	59080.4	1
Singulares Nacionais	4193	1158259.6	20
Total	5670	5698970.8	

Fonte: o próprio autor

De todas as maneiras os dados dão indícios de surgimento de gente que está concentrando a terra, sem usos claramente definidos. Quem são os indivíduos que estão concentrando a terra na província de Nampula e em particular no distrito de Monapo? Essa é a questão que tentaremos dar resposta.

No seu banco de dados, SPGC de Nampula tem cerca de 6493 processos de pedido de DUAT. Destes 5.281 (5670) foram deferidos, 591 cancelados, 12 arquivados, 10 enviados aos órgãos do governo central, para efeitos de tomada de decisão. Em relação aos representantes, isto é, dos sujeitos encarregues pela tramitação dos expedientes para cadastro de DUAT, os dados revelam que 844 processos estão sendo representados por mulheres, 3978 por homens e 1671 sem informação.

De acordo com o panorama aqui apresentado de concentração de terra e compará-lo com a estrutura produtiva do setor agrário pode-se dizer que está-se em presença de um de concentração de terra sem nenhum uso. Os indivíduos que concentram grandes extensas de terra para uso extensivo são qualificados como latifúndios. Considera-se latifúndios aquele sujeito que possui uma propriedade de terra de grande extensão. Pode ser um sujeito singular, como, também coletivo, uma família ou empresa e que se caracteriza pela exploração extensiva de seus recursos. Por consequência, este fato trata-se de um fenômeno novo na história de Moçambique pós-independente que ocorre a partir de concessões que são desencadeadas pelos órgãos do Estado (MARTINS, 1979; OLIVEIRA, 1997).

4.5 Restruturação espacial da economia camponesa

A conjuntura histórica e atual, que de forma resumida foi acima exposta tem norteado o processo de formação do espaço produtivo do meio rural em Moçambique. No entanto, os acontecimentos históricos e fatores socioeconômicos ditaram a atual organização espacial e o estágio de desenvolvimento econômico. A maior inserção de culturas de caju, coqueiro, sisal, nas regiões Centro e Norte pode ser explicada pelas ações levadas a cabo pelo capital estrangeiro não-português. Paralelamente na região Sul, o trabalho nas minas, exclusivamente para homens, em certo grau explica as relações sociais no seio das famílias.

Quer num ou noutros contextos, o processo de formação do espaço produtivo rural em Moçambique conta com a participação de vários sujeitos - Estado; Setor Privado; Sociedade Civil, cada um com o seu nível de atuação. Na essência, os níveis de atuação dos sujeitos estão de acordo com as relações sociais que sistematicamente são reproduzidas. Não constitui nosso objetivo estudar o processo de formação do espaço produtivo do meio rural, mas, achamos que, para compreender o processo de modernização da agricultura em qualquer ponto do país, torna-se imperioso antes de mais, fazer uma cronologia dos acontecimentos que nortearam a sua formação desde o período de dominação estrangeira até a atualidade.

Assim, o processo de formação do espaço produtivo do meio rural em Moçambique, até então, passou por 3 etapas bem distintas. Todavia, um dos aspetos marcantes nessa caminhada é o tempo de duração dos eventos de formação, o que conseqüentemente tem uma relação direta com o grau e magnitude da sua influência. No cômputo geral, tem durado pouco tempo, como também, têm sido tão violentos. Segundo FORJAZ (1993), até 1993 em Moçambique "[...] as mudanças nos regimes de uso e posse da terra se têm processado sempre através de processos violentos e traumatizantes para os diversos grupos sociais sujeitos aos diversos usos e abusos do poder". É importante assinalar que a questão de tempo é crucial nos processos de formação do espaço produtivo. Realmente, é necessário tempo suficiente para indução, como também, para assimilação. No entanto, Negrão (2003) ao analisar o percurso histórico da economia de Moçambique distingue 5 momentos históricos que dominaram o pensamento teórico: (i) período de influência do paradigma de modernização e dos modelos dualistas; paradigma produtivista atrelado na revolução verde; paradigma protecionista; paradigma neoliberal.

A primeira etapa compreendeu o período de dominação portuguesa que durou um Séc. a segunda, se estende entre 1975 a 1990 enquanto a terceira, demarca-se entre 1990 até a atualidade. Em todas essas etapas, as decisões políticas e ações levadas a cabo visaram atender os interesses do capital e do Estado. Esta afirmação sustenta-se na forma como a terra foi ocupada e continua sendo ocupada, nos investimentos públicos (infraestruturas), incluindo a rede de prestação dos serviços básicos.

Estudos socioeconômicos demonstram que a base de reprodução social em Moçambique sempre residiu em zonas rurais. De acordo com CASTEL-BRANCO (2015) " histórica e estruturalmente a base de sustentação e de acumulação de capital de toda a economia de Moçambique, com exceção dos últimos 8 anos, tem residido em zonas rurais". Nessa perspectiva, o espaço produtivo rural constitui fonte de sustentação e de acumulação capitalista. É por essa razão, que as políticas e ações levadas a cabo em meio rural estão focadas na extração de matérias-primas, uso de mão-de-obra barata e expropriação da terra.

É um fato que, em cada etapa os mecanismos seguidos estão de acordo com a conjuntura internacional, níveis de poder das classes sociais e formas de organização das forças produtivas. Foi dentro dessas premissas que a reprodução do sistema colonial português esteve atrelada no princípio de concessões de terras mais férteis aos colonos, fomento de culturas de rendimento, trabalho forçado, promoção de grandes plantações, controlo do comércio da produção dos camponeses, por meio de fixação de preços, etc.

As bases históricas de formação do espaço produtivo do meio rural são agricultura em regime de sequeiro para a maioria dos camponeses, como também em regime de regadio para os colonos e os assimilados. Além da agricultura, inclui-se a criação de animais, principalmente aves, gado bovino, caprino, prática da pesca, recolha de raízes e tubérculos, folhas, entre outros derivados florestais tais como paus, capim, cordas. De um modo geral, as atividades que sustentam os camponeses no meio rural, como um todo, dependem fortemente das condições naturais.

Esse fato coloca-os na situação de vulnerabilidade. Para contraporem às intempéries naturais várias estratégias têm sido adotadas em função das condições existentes. Não existe um padrão de estratégias para enfrentar os diferentes riscos (seca, cheias e inundações, conflitos sociopolíticos, etc.) a que estão sujeitos. Uma dessas estratégias consiste em ocupar várias parcelas de terras com características físico-naturais diferentes.

Todavia, em Moçambique a independência de 1975, para a maioria dos camponeses fixados em comunidades rurais, teve um significado especial, pois essa constituiu-se em uma oportunidade efetiva para reocuparem as suas terras, ora expropriadas pela administração

colonial. Nesse contexto, o processo de formação do espaço produtivo do meio rural conheceu novos rumos no que concerne à redistribuição espacial da população.

Com a proclamação da independência, em 1975, o governo adotou como sistema político o Socialismo. Nesse contexto em 1976 foram tomadas reformas no sistema de gestão de gestão de terra, saúde, educação e na política econômica. As referidas reformas consistiram em nacionalização da terra e dos serviços básicos (saúde e educação).

No plano econômico o Estado concentrou a sua atenção em novas formas organizativa de produção, designadamente, empresas estatais, cooperativas e associações. As iniciativas de natureza privada embora não tenham sido explicitamente abolidas, eram consideradas resquícios do colonialismo, que seriam eliminadas à medida que o socialismo se consolidasse (Mosca, 2010).

No entanto, os espaços produtivos formados nessa etapa se caracterizaram pela fragmentação espacial, espaços privilegiados e não privilegiados, etc. Realmente, o território de Moçambique se apresenta como um sistema fragmentado, com 2 macrorregiões, delimitadas pelo Rio Save. A região Sul integra as províncias de Inhambane, Gaza e Maputo.

No entanto, os mecanismos seguidos para formação de cooperativas e associações não se basearam em princípios de voluntarismo. De um modo geral, estas novas formas de organização produtiva eram administradas pelos órgãos do Estado no contexto de monopartidaríssimo. Isto significa que, a filiação a essas novas formas produtivas foi por meios coercivos, pois a recusa era interpretada como um movimento reacionário.

Estas decisões geram reações de contestação por parte de alguns camponeses que tinham sistemas de produção relativamente estáveis, elites tradicionais, entre outros agentes socioeconômicos. O conjunto de dados mostram o caráter claro das mudanças.

Como foi salientado, as transformações ocorridas dependiam da infraestrutura, especialmente de transporte, o que foi protagonizado pelo Estado demonstrando a ligação direta com os interesses do capital externo.

CAPÍTULO IV

5 TERRITÓRIO: CONFLITOS E REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A tese de que “entre os problemas que assolam e atormentam Moçambique, a História ocupa um lugar primordial” (NGOENHA, 1992, p. 7) é plenamente corroborada neste estudo. De acordo com o autor, o conhecimento crítico da nossa história deve nortear o questionamento da trágica situação em que nos encontramos a partir de um conhecimento crítico. Com estas premissas, procuramos demonstrar nesta pesquisa que a “modernização da agricultura” que é almejada pelo Governo tem sua história. A fome que nos dilacera não é um fenômeno social ocasional e também tem sua história.

O nosso dilema reside fundamentalmente em quem pretende modernizar a agricultura em Moçambique? São os próprios camponeses, entendemos o camponês aqui, aquele sujeito que vive no campo. Para nós o que o define como camponês não é a prática da agricultura, mas sim, o espaço. Pensando-se assim, há que questionar os processos de modernização dos espaços agrários em Moçambique. A primeira pergunta é quem são os protagonistas? Haverá como hierarquizá-los?

Para falarmos da modernização da agricultura em Moçambique, que nas características da realidade moçambicana é, ao mesmo tempo falar-se da modernização territorial, consideramos imperioso primeiro descrevermos os desafios, conflitos e fatos que afrontam a reprodução do capital. Isso nos aponta que os principais protagonistas da história de modernização da agricultura moçambicana, claro são – o povo nas suas diversidades pluri-político - cultural, na sua multiplicidade étnica, nas diferenças crenças-religiosas e; as forças políticas, econômicas mais poderosas do mundo.

Dados como a “dimensão da extensão territorial” de Moçambique, as línguas faladas, o Português como “língua oficial” e de “unidade nacional”, “Moçambique como Estado unitário” parecem assuntos inquestionáveis. Há sua naturalização. O mesmo se diz ou se dizia até década de 1990, em relação à legitimidade do Partido Frelimo como digno representante do povo.

Não pretendemos nesta pesquisa propor alteração das fronteiras de Moçambique; como também, não pretendemos nos opormos às decisões que elencaram a língua portuguesa como língua oficial e de unidade nacional, ao Estado unitário, nosso objetivo é demonstrar que as fronteiras africanas, são um projeto colonial que, foi sustentado a partir da ideia de “dividir para reinar”.

Vele a pena destacarmos que o “povo moçambicano” é rico em diversidade étnico-cultural. Possui uma geofricidade própria: a faixa costeira foi sendo apropriada por mercadores. Embora haja evidencia de que os primeiros grupos se fixaram no litoral tenham sido os próprios africanos, a questão central é de que, a permanencia desses grupos era

temporária, pois o seu interesse não o de fixar residência definitivas, mas “postos de comercialização”.

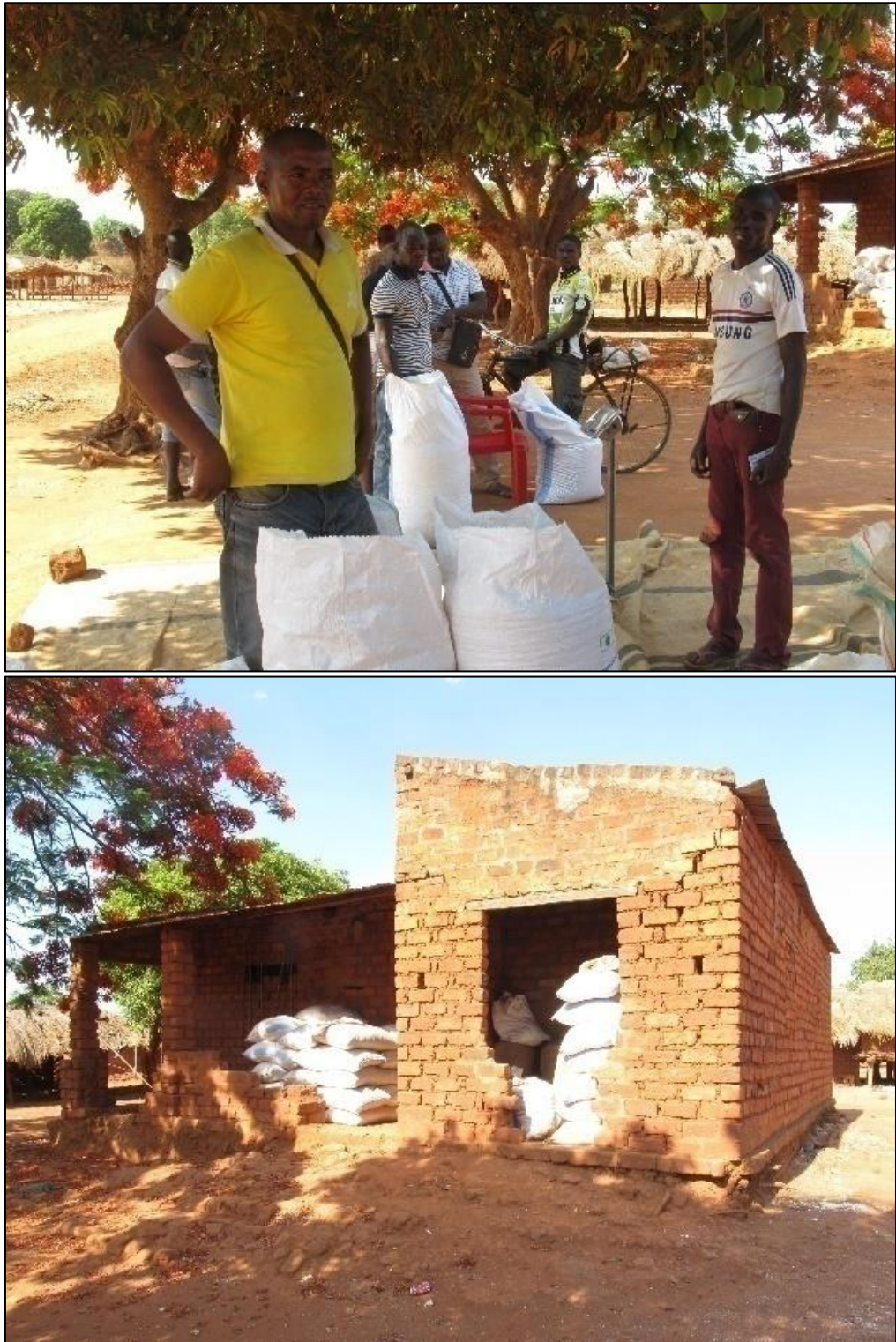


Figura 23 – Faces do mercado de produtos agrários
Fonte: Org. próprio autor (2016)

Essa forma de relação que os mercadores de origem dos povos *banto* estabelecem com os lugares ainda é visível hoje em diversos pontos do país, sobretudo ao longo das principais vias de acesso, e ou nos locais onde há muita produção de bens mais procurados em todo o país (feijões, milho e hortícolas). As fotos abaixo revelam em parte a relação que os mercadores estabelecem com o espaço onde há transações comerciais.

Não tem sido costume deles a edificação de moradias definitivas. O tipo de construção é de material precário, que só servem para acomodação enquanto estiver a recolher bens que os interessam.

Na história dos intercâmbios entre os africanos com os mercadores europeus e asiáticos, a língua nunca foi um impedimento para estabelecimento de trocas comerciais (econômicas) e, até socioculturais. Impor a adoção de língua portuguesa numa sociedade como Moçambique, em que num universo de 16 milhões pessoas, apenas 11% é que se comunica em língua portuguesa (INE, 2007) é um ato de dominação. Essa dominação é exercida, por uma elite negra “totalmente ignorante e revela não só arrogância, mas também uma grande distância da realidade cultural do país” (COSSA, 2018)⁴¹.

Essa nossa ideia é de que a diversidade linguística nunca foi impedimento de intercâmbios, seja de que natureza se possa imaginar. Pelo que a assimilação da ciência não é bloqueada pelas línguas nacionais, como também, o projeto de unidade nacional, não é obstaculizado pelas divergências de caráter cultural, tal como, referiu o escritor moçambicano *Ungulani Ba Ka Khosa* (COSSA, 2018) que, em Moçambique,

Há um tecido banto composto por vinte e tal etnias; há um tecido branco; há um tecido árabe; há um tecido asiático... Aí tens a parte chinesa e a parte indiana. São vários tecidos que se cruzam. Hoje, mais do que nunca, a moçambicanidade é uma construção que resulta na conjugação desses tecidos. A gente não sabe o que vai ser, mas é muito importante que essas comunidades culturais convivam. Os conflitos que podem surgir não são de índole cultural mas sim política, porque Moçambique tem a particularidade de ter o convívio entre esses tecidos (COSSA, 2018, s./p.).⁴²

Ao revistar esses fatos, assumidos como incontestáveis, uma vez que vem das forças hegemônicas, nosso objetivo é mostrar que elas estão carregadas de sentidos políticos são uma das facetas das lutas de classes.

⁴¹ COSSA, Francisco Esaú. **Ungulani**: “Moçambique ainda não se encontrou”. 2018. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2018/05/ungulani-mo%C3%A7ambique-ainda-n%C3%A3o-se-encontrou.html>. Acesso em: 06 maio 2018.

⁴² COSSA, Francisco Esaú. **Ungulani**: “Moçambique ainda não se encontrou”. 2018. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2018/05/ungulani-mo%C3%A7ambique-ainda-n%C3%A3o-se-encontrou.html>. Acesso em: 06 maio 2018.

As contradições que caracterizam Moçambique são produto dos antagonismos entre as diferentes forças, que na atualidade, incluem, além dos governantes, sustentados pelo partido Frelimo; partidos de oposição (Renamo, MDM, PIMO, etc.); grupos populacionais; agentes do capitalismo (banqueiros, empresários nacionais e estrangeiros). No esforço orientado para entendimento dos conflitos que ocorrem em Moçambique, relacionados com as intenções de modernização dos espaços agrários nos propomos a descrever a dimensão territorial moçambicana, os fundamentos do poder e das autoridades. Entendemos que essa via, se revela como extremamente para explicar os rumos das medidas políticas, suas verdadeiras intenções e suas conexões no atual contexto das relações políticas num mundo descrito por Santos (2013) como sendo de “globalizações perversas”.

5.1 Da dimensão territorial: organização territorial versus territórios

Ao associar o quadro teórico do conceito de “território”, os processos que deu origem ao território de Moçambicano, as relações sociais inscritas, a partir do XV – até à atualidade, chegamos à conclusão de que, o que hoje se assume como território de Moçambique – mapa 01, na sua organização territorial é na realidade uma estrutura que foi produzida para servir interesses alheios aos dos “povos originários”.

Consideramos “povos originários”, o conjunto de Estados e Reinos independentes uns dos outros e, que terão prevalecidos até o século XIX. Dentre eles, o mais extenso foi o Estado de Gaza, que abarcava toda a região Sul, incluindo as atuais províncias de Manica e Sofala. Com a chegada dos portugueses na costa do Índico e, posterior invasão a esses Estados e Reinos nada restou aos povos, senão sua desagregação em pequenas “aldeias” que foram constituídas em função de laços de parentesco, ou em torno, de uma mesma autoridade, sobre a qual se depositava legitimidade. Os pequenos aldeamentos que nasceram nunca tiveram capacidades de se organizarem politicamente, ao ponto de exercerem a sua soberania. Essas aldeias estiveram sob controlo do sistema colonial, que sempre impediu que crescessem, ou que reunissem população acima de 400 a 600 habitantes Martinez (1989).

Na relação estabelecida com o sistema colonial essas aldeias formadas por povos africanos eram designa “aldeias tradicionais”. O africano na visão eurocêntrica sempre foi associado a tradição. Martinez (1989), em seu estudo – *O Povo Makhuwa e a sua Cultura* descreve as “aldeias tradicionais” que existiam no distrito de Maúa, que sobreviveram até 1972, como “aglomerados não compactos”; pequenos núcleos familiares, agrupados em quatro a

cinco casas, separadas pelos respectivos campos de cultivo, ocupado uma determinada área de forma irregular com uma extensão que ia de 1 a 4 km².

Quadro 9 - Estados e Reinos em Moçambique no Século XIX

Estados/Reinos	Localização geográfica/ País vizinho
Estado de Gaza (mais extenso)	Sul do Zambeze - África do Sul, Suazilândia, e Zimbabwe
Aringa da Maganja da Costa, Angoche	Zona Costeira da Zambézia
Mwaliya, Komola, Maúa, Mataka	Interior de Cabo Delgado e Nampula
Gorongosa, Barué, Massingir, Carizamimba, Macanga,	Margens do Rio Zambeze
Mpezeni e Chicusse	Noroeste de Moçambique- Malawi, e Zâmbia
Canhamba, Mataquenha,	Noroeste - Zâmbia e Zimbabwe

Fonte: Atlas Geográfico de Moçambique (2009)

O sistema de “aldeamentos tradicionais” que era mantido pelas autoridades coloniais, em virtude da guerra pela luta de libertação, foi alterado em povoamentos concentrados. Esse processo, ocasionou o desaparecimento de algumas aldeias. Em Maúa, por exemplo, nove aldeias tradicionais resultaram em cinco novas aldeias.

Um outro sistema de organização da população que emergiu, em 1975, com o mesmo perfil dos aldeamentos, foi o de “aldeias comunais”. Esse novo sistema enquadra-se no contexto das revoluções, que iniciaram com a conquista da independência. As aldeias comunais foram concebidas como “novo habitat, que através delas, o principal interesse era o de distribuir e agrupar a população do campo, no âmbito das novas relações sociais de trabalho, baseadas em princípios socialistas.

Tal como se pode observar, o “território” de Moçambique, na primeira etapa da sua produção, do ponto de vista de dimensão política, foi configurado como colônia e, nesse sentido, o seu estatuto foi o de “província ultramarina”. Na segunda, em virtude da independência política, o mesmo “território” deixou de ser província ultramarina, tendo sido convertido em “Estado-nação”.

Se, no período em que esteve configurado como colônia – “província ultramarina”, estava vinculado ao Império Português, isso significa, que o poder era exercido a partir dos mecanismos de administração do governo imperialista português. As relações sociais implantadas se baseavam na “dominação do outro”. O dominante e, naturalmente colonizador era o sujeito da raça branca e de origem portuguesa. E o dominado e, por sua vez, era o sujeito negro africano.



Mapa 22 - Enquadramento geográfico de Moçambique

Fonte: Elab. / Org., próprio autor (2018)

O sistema de autoridade implantado, incluía nomeadamente, o governador-geral; abaixo deste, estavam os vários governadores de província; a esses seguiam-se os intendentos de distritos; os administradores de circunscrição; chefes de posto, cada um dos quais controlava a vida quotidiana de milhares de africanos.

Para facilitar o trabalho dos administradores e dos chefes de posto, o Governo Português reestabeleceu uma limitada autoridade tradicional dalguns chefes africanos. Mas, a fim de que nenhum destes pudesse adquirir poder suficiente para desafiar o homem branco, o Governo Português dividiu os vários regulados em pequenos territórios com poucos milhares de habitantes. Todos os chefes africanos eram diretamente responsáveis perante o administrador de circunscrição ou chefe de posto. Acrescia a tudo isto o facto de o poder do chefe não provir mais dum conceito de legitimidade dentro da sociedade tradicional, mas sim do conceito arbitrário da lei portuguesa. O chefe já não era o orientador da sua comunidade, mas o representante duma autoridade colonial hierárquica dentro dessa comunidade. Os antigos laços entre as várias comunidades africanas foram cortados e substituídos pelo poder dos Portugueses (MONDLANE, 1975, p. 11).

Faziam, ainda, parte do sistema de autoridade colonial, a Igreja Católica cuja sua missão na etapa de penetração se restringia em “pacificação espiritual” do povo.

De 1975 em diante, no contexto de Estado-nação, as relações sociais serão profundamente marcadas pela emergência da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). A FRELIMO, um movimento que liderou todo o processo de luta armada, que culminou com a libertação dos “povos” e das suas “terras”. O aspeto marcante, na FRELIMO é que a sua gênese, tem como suas bases, os três movimentos que na década de 60, mediante o crescimento do nacionalismo, vinham exigindo a autodeterminação dos povos inseridos na colónia portuguesa – Moçambique.

De acordo com Cahen (2010) entre os sujeitos aglutinados na FRELIMO, os traços culturais que os identificava como sendo, parte de uma mesma nação, era o sentimento de terem sido colonizados pelo mesmo colonizador – Portugal. Na realidade, o projeto de construção de uma nação, não era concebido da mesma forma, tal como se refere (Farré, 2014). Aponta-se como elementos que evidenciam as contradições que sempre marcaram o percurso da FRELIMO e, que culminaram com assassinatos, mortes acidentadas estranhas, o projeto de unidade. A morte do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, suspeita-se que tenha-se tido a participação de alguns dos seus membros. Dois dos suspeitos faziam parte da liderança da FRELIMO.

Nesse sentido, a conquista da independência, no seio da FRELIMO se converteu também, como conquista do território de Moçambique em toda a sua extensão territorial.

Entenda-se que a extensão territorial hoje reconhecida como Moçambique foi delimitada pelas potências coloniais e imperialistas. O artigo 6, nº 1 da Constituição, determina que “o território da República de Moçambique é uno, indivisível e inalienável ...” (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 117). Se nos basearmos do que se entende por *território*, somos forçados a afirmar que esta determinação é problemática. Ela revela autoritarismo, na medida em que, não abre possibilidades de existência categorias territoriais com relativa autonomia no interior dos limites do Estado-Nação. Ela estabelece uma concentração comando do poder – neste momento – o poder está concentrado no partido Frelimo. Por outro lado, há uma insistência em se avançar com o projeto de unidade nacional, a partir da negação da diversidade. A sociedade moçambicana tem uma particularidade de se distinguir a partir da diversidade *étnica-linguística*.

A ideia de concentração do poder no seio do partido Frelimo está muito bem calcada nas instituições que administração do Estado. No ano de 2010, o Jornal Canalmoz e Canal de Moçambique noticiou que o Secretário Geral do partido Frelimo numa, entrevista conduzida por Borges Nhamirre, declarou que, Filipe Chimoio Paúnde,

Enquanto a Frelimo estiver no poder, não haverá cidadão moçambicano, independentemente das suas competências, que ascenderá a um cargo de direção e/ou chefia no Governo, nem mesmo em instituições públicas, senão for membro da Frelimo. Isso porque, segundo Paúnde, estes cargos exigem confiança política⁴³.

Para nós, as transformações operadas no quadro político que permitiram a existência de muitos partidos políticos não são ainda acompanhadas com mudanças de atitudes, em relação ao apego pelo poder no seio da Frelimo. A declaração do Senhor Filipe Chimoio Paúnde na qualidade de Secretário Geral do Partido Frelimo, trinta e cinco anos depois que se conquistou a independência, ou ainda, numa altura em que, o país se preparava para testemunhar o novo governo, que seria constituído após o terceiro ciclo eleitoral revela claramente o apego que se tem pelo poder.

O outro elemento que é problemático em Moçambique é a insistência em se avançar com o projeto de *unidade nacional*, a partir da negação da diversidade. No seio da sociedade moçambicana existe uma particularidade sociocultural, que é a diversidade *étnica-linguística*. A questão da diversidade sociocultural também é aplicável quando estamos diante do que Negrão denominou sistemas costumeiros da terra em Moçambique. Em todo território nacional encontrou cinco sistemas costumeiros, que definem domínios territoriais que são: Sistema de Casamento Preferencial; Sistema de Territórios Consignados; Sistema de Estabilidade dos Descendentes Nucleares; Sistema de Segurança de Três Gerações e; Sistema de Dependência do Grupo.

Em relação à diversidade *étnica-linguística*, o mapa 02⁴⁴, revela-nos que as línguas banto em Moçambique estabelecem domínios territoriais cartografáveis. Por exemplo, as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, incluindo a cidade-capital – Maputo, por sinal, que cobrem a região Sul, fazem parte de uma mesma zona linguística – a *T*. Os grupos linguísticos desta zona são *Tonga e Chope, Ronga, Thonga Tswa, Ndau*. Na região Sul, ainda há um grupo linguístico *Suazi*, que faz parte da zona *S*, que domina uma pequena faixa na fronteira com a Suazilândia.

A região Centro, a faixa banhada pelo rio Zambeze é conhecida como zona *N*, sendo que os domínios linguísticos são *Nyanja, Mazarro, Nsenga, Nyungue, Sena e Podzo*. No Norte

⁴³ Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/01/cargos-de-direc%C3%A7%C3%A3o-e-chefia-s%C3%B3-para-membros-da-frelimo.html> Acessado em 07 de março 2015

⁴⁴ Elaborado com base em dados estatísticos do INE (2007) e inspiração no mapa Grupos Linguísticos. Disponível no blog macua: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/09/grupos-lingu%C3%ADsticos-de-mo%C3%A7ambique.html>. Acesso em 31 mar. 2018.

a maior parte da extensão territorial é dominado pelas línguas da zona *P*, nomeadamente, *Yao*, *Maconde*, *Ndonde*, *Makuwa Maindo*, *Xuabo*. Na extremidade superior à direita de Cabo Delgado, encontramos dois povos falantes de *Swahili e Mwani* pertencentes a zona *G*.

Como se pode observar, em Moçambique a concepção que se tem do território é a jurídica, que só reconhece a territorialidade institucional do sistema mundo-moderno, neste caso organismos como Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Africana (UA). As categorias territoriais, fora desse âmbito, timidamente são debatidas em Moçambique, avaliando-se o que até então foi edificado, no âmbito da desconcentração e descentralização do poder.

As transformações ocorridas, em particular as inerentes aos governos provinciais, com a introdução das assembleias provinciais, como também, revelam apenas uma sobrecarga na despesa e pouca relevância na transferência dos órgãos do poder. Em relação às autarquias locais, o seu surgimento se fez acompanhar com a introdução de um representante do Estado, o que por sua vez é qualificado como tentativa do poder central para exercer domínio sobre poderes locais. Nessa situação, estamos em presença de uma administração territorial e administrativa excessivamente baseada em autoritarismo, do poder central.

Os esforços tendentes a promover o debate encontram barreiras, que são colocadas pelo Governo, quanto a nós pouco claras. É recorrente, dizer-se que o país não reúne condições para arcar com despesas relacionadas com os processos de desconcentração e descentralização do poder.

No meio acadêmico, a geografia se mantém alheia ao debate das categorias de organização territorial. Esse fato faz com essas categorias territoriais percam o seu devido valor como espaços de intermediação do poder. Neste momento com exceção do debate no direito, o filósofo Severino Elias Ngoenha (1992), na obra *Por uma Dimensão Moçambicana da Consciência Histórica*. Ngoenha (1992, p. 88) refere que,

Moçambique é um país à procura de unidade e de paz; e a procura desta unidade e desta paz coloca o problema do federalismo no centro da atenção. Possivelmente esta é a única maneira de não criar um aparelho de Estado contrário ao elemento sociológico fundamental que constitui a liberdade e a decisão de um querer viver em comum (NGOENHA, 1992, p. 88).

Volvidos mais de 43 anos de conquista de independência, para além, das razões do apego ao poder, no seio da FRELIMO torna-nos extremamente difícil encontrar razões que expliquem a continuidade da concepção territorial adotada no ano em que se proclamou a

independência, em que, por várias razões, mas sobretudo o analfabetismo pairava ameaças dos “fantasmas” do *tribalismo* e do *divisionismo* com base em etnias.

Se nas décadas de 60 e 70 as questões do *tribalismo*, do *divisionismo* e do *regionalismo* no seio da FRELIMO, segundo sentença Bragança (1980) fazem parte das divergências ideológicas no seio dos combatentes, dado que maior parte da população era analfabeta. Segundo o autor, os problemas ideológicos que se manifestaram através da tendência do retorno a organizações *tribais*, *divisionismo* e *regionalismo*, ocorreram nas *primeiras zonas libertadas*, em Cabo Delgado e Niassa.

Uma vez que nas *primeiras zonas libertadas*, era imperioso implementar-se uma ideologia política, que preconizasse não apenas a abolição das relações sociais baseadas em raça, mas, sobretudo, pretendia-se que a abolição abarcasse todas as relações sociais de dominação. Nesse sentido, era necessário implementar novas ideologias no campo de política econômica, como por exemplo, as que pudesse eliminar a propriedade privada sobre os meios de produção. É no âmbito dos posicionamentos ideológicos que emergiram divergências que culminaram com a demarcação de duas linhas antagônicas – uma tendente ao *socialismo* e a outra ao *capitalismo*.

Entre 1975 a 1985, o *socialismo* foi a linha ideológica que ganhou força tendo sido responsável pela implantação das instituições do novo Estado, sob direção de um único partido – a Frelimo. No entanto, é importante lembrar que, um pouco antes da independência houve iniciativas de fundação de partidos políticos, que no horizonte da FRELIMO foram considerados tentativas de desvirtuar o processo de conquista do direito do povo à autodeterminação. Esse argumento ganhou consistência dado que a maior parte desses partidos era liderada por sujeitos que se reconheciam no seio do sistema colonial, isto é, faziam parte da classe que dominante.

A implantação de ideologias socialistas não conseguir ir para além da década de 1980. As circunstâncias que ditaram o fracasso são discutidas em outra seção. Cabe-nos aqui afirmar que com o fim de ideologias socialistas, o país passou a adotar políticas neoliberais. Existe um debate no seio das academias, questionando se, em Moçambique estão sendo implementadas cabalmente as políticas neoliberais.

Para nós, não há como não se aceitar que as políticas neoliberais comandam os impulsos socioeconômicos e político-partidários em Moçambique. Como também, não há condições para se duvidar que há uma tendência de estabelecimento de relações sociais, baseadas em crenças políticas, como também, relações sociais de exploração do homem pelo homem.

Como se pode observar existe uma geograficidade linguística muito bem nítida em Moçambique, que também poderia servir como objeto de análise e aprofundamento do debate em torno de alargamento do direito de autodeterminação. Os círculos de debate sobre o direito de autodeterminação precisam sair dos fóruns político-partidários, para outras esferas como é o caso de associações de camponeses, mulheres e juvenis, etc.

A língua de comunicação é também outro assunto que reclama um debate profundo, ao pensarmos no debate do direito de autodeterminação. Não faz sentido, insistir-se no uso obrigatório da língua portuguesa, mesmo reconhecendo que o país registrou saltos quantitativos no âmbito de erradicação do analfabetismo. A questão que se coloca é, o uso de língua portuguesa limita a contribuição dos cidadãos, sobretudo na reflexão dos programas apresentados pelos candidatos políticos durante as campanhas eleitorais, na sua participação nos processos de tomada de decisões, como por exemplo, em consultas públicas, debates dos currículos escolares, etc.

A abertura para esse debate é um desafio para o país e, exige uma mudança de atitude em relação aos centros do poder. O deslocamento dos centros de decisão certamente se fará acompanhar dos quadros que o país possui, que continuamente são concentrados nas grandes cidades, com maior destaque para a capital de Moçambique – Cidade de Maputo. A concentração de quadros em determinados pontos é uma estratégia inerente à necessidade de exercer o controlo por determinados indivíduos que detém o poder.

Esse problema é claramente evidente no pensamento dos dirigentes do partido Frelimo, que até foram capazes de estabelecer normativas para nomeação aos cargos de chefia. Esse problema está no quadro legal. O artigo 6, nº 1 determina de forma categórica que o território da República de Moçambique é uno, indivisível e inalienável, abrangendo toda a superfície terrestre, a zona marítima e o espaço aéreo delimitados pelas fronteiras nacionais. Já o artigo 7, estabelece categorias de organização territorial, que são: províncias, distritos, postos administrativos, localidades e povoações.

Determinar-se que Moçambique é uno, indivisível e inalienável, como também fixar as províncias, os distritos, os postos administrativos, as localidades e povoações como categorias de organização territorial, isso por si só não constitui nenhum problema. O real problema está no artigo 133 que fixa os órgãos de soberania do Estado. Em Moçambique, considera-se como órgãos de soberania apenas o Presidente da República, a Assembleia da República (250 deputados), o Governo, os Tribunais e o Conselho Constitucional.

Ao não estabelecer diretrizes consistentes aplicáveis para órgãos locais de administração (governos provinciais, distritais, como até os de nível mais inferior) o Estado moçambicano,

através dos órgãos revela, não apenas a sua posição de exercer controle sobre todo o povo, mas sobretudo a vontade de um grupo para dominar outros. Há uma recusa no seio do Governo para se debater a questão de descentralização e, que para nós e da extrema importância. A vida de mais de 28 milhões não pode-se continuar a ser debatida em Maputo, por um governo que celebra acordos de expropriação da terra dos camponeses sem seu consentimento.

Já não se pode falar de legitimidade da FRELIMO em Moçambique. Na história das eleições em Moçambique, os resultados têm revelado que a legitimidade da autoridade da FRELIMO já se foi. É urgente o estabelecimento de outros parâmetros de indicação dos representantes do povo, que na nossa opinião passam pela reforma das categorias de organização territoriais, isto é, dos órgãos locais do Estado. Na realidade, a reforma das categorias de organização territorial não abrangerá todas as escalas atualmente estabelecidas, mas sim, ao nível de escalas menores.

Em jeito de conclusão destaca-se aqui que, o que determinou a atual forma de Moçambique, suas fronteiras, estradas de ferro, a malha urbana, etc. é o imaginário colonização europeia, em particular, a que foi exercida por Portugal, Alemanha e Grã-Bretanha. Essa herança é problemática. Um dos aspetos que também é assinalado é o dos conflitos armados, pujança econômica e alianças envolvidos nesse processo. Por exemplo, Ngoenha (1992), refere que,

Falar de Moçambique é falar de um aglomerado de povos e culturas num amalgama arbitrário, e por razões desconhecidas e alheias aos Moçambicanos. Na origem de Moçambique, não estão as razões éticas e humanas, mas ideias de dominação de um homem sobre o outro, em nome de uma pretensa superioridade; quando um grupo de homens quer expandir a própria liberdade e, portanto, a própria história, sobre a liberdade e a história do outro homem. Moçambique significa, por um lado, para Portugal, o aumento geográfico, demográfico e de riquezas e do outro, a supressão dos reinos de Monomotapa, Gaza, etc., das suas tradições e das suas culturas (NGOENHA, 1992, p.11).

Na mesma linha, Newitt (1995) destaca que o moderno Moçambique é o resultado de uma série de tratados internacionais assinados entre Portugal e a Grã-Bretanha em 1891. As alianças, também se circunscreveram entre os invasores com as tribos que se sentiam ameaçadas diante de outras, aparentemente mais fortes. Neste trabalho, o território delimitado no âmbito da expansão colonial em África é, à semelhança da língua portuguesa uma herança problemática. Interessa-nos aqui destaque destacar o problema de autoridade no seio dos povos originários. É notório que no território Moçambique há uma projeção de um imaginário de uma nação moderna fundada por meio de abolição das tribos e dos grupos étnicos. A base das

relações de poder entre os sujeitos se concretiza com base em poderio militar. Entende-se por relações de poder um contexto de correlações de forças entre sujeitos, firmas e instituições.

5.2 A questão territorial em Moçambique

5.2.1 A machamba como meio de territorialidade dos camponeses

Dentre as várias possibilidades de interpretação teórica dos processos de Formação Econômica e Social (F.E.S)⁴⁵ em Moçambique e particularmente no Corredor de Nacala, a análise das relações geopolíticas pautadas com base nos ditames de soberania⁴⁶ se revela como a mais adequada para explicar as razões que estão por detrás das intenções de transformação estrutural do setor agropecuário, que é dominado pelas pequenas explorações agrícolas, em cerca de 99%. As explorações agrícolas de domínio familiar são comumente designadas *machambas*⁴⁷.

A *machamba* é como se designa na linguagem mais comum ou cotidianamente o lugar onde os camponeses realizam as atividades agrícolas em Moçambique. Todavia, oficialmente esse lugar é exploração agrícola. Não são conhecidas as razões dessa dupla denominação. Neste estudo essa questão foi dedicada uma especial atenção, na medida em que constitui na essência um dos principais aspetos de categorização de estrutura agropecuária em Moçambique.

Estudos levados a cabo sob várias perspectivas propõem critérios discutíveis como é o caso do critério usado pelos órgãos oficiais. Para o Instituto Nacional de Estatística (INE) a estrutura agropecuária de Moçambique é composta por três categorias de explorações agrícolas – grandes explorações agrícolas; médias explorações agrícolas; e pequenas explorações agrícolas. Por sua vez, Negrão (2008) propõe cinco categorias: machamba camponesa;

⁴⁵ A Formação Econômica e Social é entendida como categoria de Formação Social Santos (1977).

⁴⁶ A soberania neste trabalho é em primeiro plano ao nível territorial, o que significa que, um determinado pedaço de terra há um grupo ou mais pessoas que formam um mesmo povo. Estes dois elementos são os únicos que dão a concretude do Estado-nação. O Estado-nação pressupõe a existência de um grupo pessoas que administra o pedaço de terra juntamente com o povo. Nesse contexto, isso ocorre a partir de Auto proclamação ou por meio de delegação dessa função administrativa. Em Moçambique, o grupo que hoje detém o poder é a FRELIMO. Numa primeira fase, 1975 a 1994 se autoproclamou; de 1994 passou para a segunda fase, na qual as eleições realizadas quinquenalmente têm continuamente delegado esse poder ao mesmo grupo – FRELIMO, pelo menos ao nível do presidente da república e na assembleia legislativa. Assim a realização de qualquer atividade socioeconômica em Moçambique se articula a partir da relação entre o poder administrativo que está nas mãos da FRELIMO com outros agentes econômicos nacionais e estrangeiros na forma de pessoas singulares e coletivas e grupos populacionais, incluindo com outros países.

Todavia, o campo de soberania não se limita ao nível da esfera povo-terra-governo. O conceito se estende para outros contextos, como por exemplo “soberania popular”, “soberania alimentar”, etc.

⁴⁷ Machamba é a designação atribuída em Moçambique a um campo agrícola dos camponeses.

machambas cooperativas; machambas privadas; machambas mistas; e machambas estatais. Algumas categorias desta última proposta foram extintas logo que iniciou o programa de reajustamento estrutural em 1987.

Como se pode observar nestas duas propostas há uma diferença de maior relevo, que não é apenas a terminologia em si, mas sim, a lógica e o aspeto jurídico, tal como atestam os argumentos da proposta de José Negrão na obra *Repensando a Terra e as Modas do Desenvolvimento Rural*.

No entendimento de Negrão (2008) para se classificar a estrutura de produção agrária em Moçambique deve-se considerar três aspetos que chamou de “vetores principais inter-relacionados”, designadamente (i) a propriedade da unidade de produção; (ii) a qualidade e a quantidade dos insumos, fatores de produção; (iii) e o nível de integração no mercado (NEGRÃO, 2008, p.19).

Assim, a classificação acima apresentada foi concebida tendo em conta esses vetores. Porém, importa ressaltar que esta classificação reflete o contexto em que vigoraram as políticas de economia centralizada entre 1975 a 1997, enquanto a do INE insere-se nas políticas neoliberais que permitiram a canalização de recursos para financiamento de programas cujo seu cerne são as reformas do quadro jurídico.

A figura 21 ilustra uma propriedade familiar camponesa na povoação ou aldeia de Xitevele, posto administrativo de Beleluane, distrito de Boane, província de Maputo, região Sul de Moçambique. As habitações no meio rural estão integradas em pedaços de terra maiores que permitam agregação de muitas funções: habitacional, sagrado, produtivo e ecológico.

Em Moçambique, viver com base em *machamba* não é uma circunstância reservada apenas para *famílias camponesas*, embora, corresponda a verdade que a economia de todos os camponeses integra em sua estrutura produtiva a *machamba*. Aliás, observando as múltiplas paisagens moçambicanas, somos forçados a admitir que, no seio dos *camponeses* a fundação da *machamba* é algo que transcende dimensão econômica.

Esta nossa afirmação é baseada em dois aspetos de forma com que as *machambas* se apresentam. Um deles é relativo a sua localização, o outro, tem a ver com as características do lugar. É difícil pensar que uma *machamba* que é fundada no cume de uma elevação, ou numa encosta, essa localização tenha se baseada em critérios econômicos. Os camponeses não fundam a *machamba* apenas em locais com boas características para o plantio. O que tem sido critério nesse caso é a escolha de um tipo de cultura que se adequa às características do lugar.



Figura 24 – Habitação típica de famílias camponesas nas periferias urbanas
Fonte: arquivo do autor (2014)

É com base nisso, que sugerimos que a machamba seja encarada, primeiro como lugar de vida, segundo, de manifestação sociocultural, terceiro, de realização política. Em linhas que se seguem tentamos demonstrar os alicerces de vida, socioculturais e políticos da machamba em Moçambique pós-independência. Iniciamos essa nossa aventura, a partir do olhar do contexto histórico das *machambas* como instrumento para edificação de moçambicanidade e em seguida, observamos as contradições que emergem.

A conquista da independência em 1975, que foi acompanhada por um clima tenso, tendo culminado com a eclosão de violência armada (guerra civil), sobretudo no campo, bem assim, o movimento emancipatório que emergiu como corolário da independência, deu origem a uma vaga de ocupação de terra em zonas próximas às cidades em todo o país. Face a essa realidade, o governo se estruturou para dar cobro a esse novo fenômeno, tendo criado um órgão político-administrativo, que ficou com a designação de *Gabinete das Zonas Verdes* (GZV).

Na essência, uma das prerrogativas adstritas ao GZV era promover o aproveitamento das *herdades/quintas* abandonadas que, na sua maioria, produziam hortícolas para abastecimento do mercado urbano na cidade de Maputo. Isso supõe que essas *herdades/quintas*, por um lado estavam equipadas, por outro, a lógica de gestão era subjacente ao mercado. Ora, de acordo com vários autores, por intermédio de GZV emergiu o movimento cooperativo, como uma força produtiva que deveria o aproveitar o patrimônio produtivo, em estado de abandono pela população branca, que não se identificava com o novo projeto, que tinha a Frelimo, em sua manga (MOSCA, 2010).

Entre 1975 a 1990 o país experimentou momentos de tensão política, que se saldaram em migrações rurais forçadas em direção aos centros urbanos. Um outro fato ocorrido, nesse

mesmo período, diz respeito à *socialização do campo* (MOSCA, 2010). Se por um lado, a população se via diante das incursões armadas nos seus locais de residência, o que efetivamente, não desenvolver as suas atividades rotineiras, por outro, essa mesma população, foi submetida a atos de abusos de poder, que nesse trabalho enquadramo-los no campo da *violência simbólica*. Havia um discurso que incentivava constituição de associações de modo que pudessem aproveitar as *herdades* abandonadas, que passaram a ser denominadas *machambas do povo*. A *machamba* é deslocada para o campo político, para por meio dela, enfrentar-se os problemas de emancipação da mulher, de analfabetismo, do que, propriamente a gestão racional das *machambas do povo* (NEWITT, 2012).

Como se pode observar, a situação política militar, bem como, o projeto de socialização de campo determinaram o surgimento da *agricultura urbana* com características de *machambas camponesas*. Esse tipo de formas espaciais, se apresentam de diferentes maneiras em função das lógicas de produção. Nos últimos anos, as *machambas* voltadas para o comércio têm se consolidando cada vez mais, nos principais centros urbanos do país, como é o caso de Grande Maputo, através do surgimento de *pequenos produtores* especializados para produção de horticultura e criação de animais de pequeno porte (suínos) e aves, em particular, frangos. Ora, pelo fato de, do ponto de vista de *ações* levadas a cabo na *machamba*, o valor econômico ser aquele que mais se notabiliza, fica-se com a impressão de que a sua *função* é meramente econômica. É um fato que, o valor econômico é o que mais se notabiliza, através de diferentes maneiras, como por exemplo, nos casos em que um “jovem do sexo masculino” demonstra perante os pais da jovem com quem tenciona contrair matrimônio, a sua responsabilidade, no que diz respeito, ao trabalho por sua conta própria para prover bens alimentares para consumo da família que pretende erguer.

A *machamba*, embora seja simplificada como lugar onde os camponeses realizam as atividades agrícolas em Moçambique, na realidade ela, materializa a territorialidade dos sujeitos que a sua vida está intimamente ligada a terra. Tendo em conta o fato desse termo se restringir apenas a Moçambique, bem como, o contexto da sua origem pode-se pressupor que a *machamba* evoca modos de vida das sociedades moçambicanas. Ao sugerir a adoção do nome de *machamba*, pretende-se que se tome em conta, o aspeto cultural, traduzido através do léxico de *moçambicanismos* muito pouco discutido, sendo que, o termo *machamba* como lugar de vida, de trabalho é dos poucos termos aceites na língua portuguesa falada em Moçambique com o mesmo significado.

Essa definição não se ajusta com os lugares em que o termo de forma recorrente foi usado, por exemplo, *machambas estatais*, *machambas privadas*, *machambas do povo*. Primeiro,

esses lugares, para além de não evocarem explicitamente o camponês, pelo menos na forma singular, por outro lado, a produção gerada nesses lugares tinha como destino o mercado. Se considerarmos o momento em que o termo foi usado na designação de lugares de produção do contexto revolucionário, pode-se associar o seu uso como símbolo de campesinato, em função da natureza e maioria da força de trabalho, as formas organizativas de produção concebidas nas zonas libertadas, que não só asseguram a produção alimentar para abastecer aos combatentes, como também, para dinamizar a economia de um modo geral nessas zonas libertadas.

Nesse sentido, o termo *machamba* para além de expressar modos de vida dos camponeses, assume força política, pois evoca a classe camponesa. O fato de haver pouco debate, sobretudo, que clarifique as circunstâncias em que foi “inventado”, bem como, o não esclarecimento das razões de dupla denominação a lugares com logicas diferentes reduz a força política que o termo obteve ao longo da luta armada incluindo, nas ações que foram desencadeadas nos primeiros dez anos que se seguiram à proclamação da independência.

5.2.2 Lutas de resistência contra apropriação da terra camponesa

Dentre as várias denúncias que pesam sobre os programas em curso destacamos a expropriação de terra dos camponeses para dar lugar ao agronegócio. No entanto é importante frisar que o agronegócio é um projeto de grande capital internacional, que tem sua sede nos países mais desenvolvidos do mundo, nomeadamente, Estados Unidos da América, Alemanha, Japão, Inglaterra, França. Os países emergentes se configuram como facilitadores de transferência desse capital que necessita atingir os locais recônditos. É esta lógica de necessidade de circulação do grande capital internacional que deu origem ao ProSavana-JBM em Moçambique, cujo seus objetivos reais ultrapassam a necessidade de desenvolvimento socioeconômico de Moçambique e particularmente das comunidades rurais na região do Corredor de Nacala, tal como o programa é divulgado. É de estranhar que desde o primeiro dia que se falou publicamente do ProSavana-JBM até aqui, tem havido troca de informações⁴⁸, secretismo exacerbado, o que dificulta o acesso à sua documentação, alimentando dessa forma, muita desconfiança em relação a suas reais intenções. Tomando como referência o ProSavana-JBM, que é inserido no Corredor de Nacala abrangendo dezanove distritos integrando as províncias de Nampula, Zambézia e Niassa é desenvolvida uma pesquisa sobre modernização

⁴⁸ CLASSEN, Sayaka Funada. Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingeremann. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_53.pdf,> Acesso em: 23 mar. 2017.

da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique: redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2015.

O governo recorre-se aos dispositivos legais na qualidade de guardião da legalidade, abusa as suas atribuições para como provedor de serviços para desencadear arbitrariedades que violam os direitos básicos consagrados na Constituição da República. Importa aqui enquadrar o ProSavana-JBM em Moçambique, os seus objetivos reais e os discursos que ecoam em sua volta. A disponibilidade da terra arável, o baixo uso de maquinarias agrícolas, de fertilizantes e agrotóxicos⁴⁹, pesticidas, bem como, a inflação que hoje o país regista é atribuída como reflexo do défice alimentar. Nesse sentido, a concepção do ProSAVANA-JBM visa reverter esse quadro, por meio do incremento dos atuais níveis de produção e produtividade. A ociosidade da terra deve ser superada com sua entrega ou adjudicação aos que detém capacidades financeiras de realização de investimentos.

As grandes explorações agropecuárias do sector empresarial, em termos absolutos, ocupam pouco mais de 600 unidades. É outro indicador diminuto se avaliarmos pela sua importância na geração de economias de escala produtiva. Esta tendência desafia a todos nós a nos engajarmos na transformação da agricultura de subsistência em agricultura que garanta a segurança alimentar e produza rendas. Ao evidenciar a modernização como fator de mudança estrutural pode-se periodizar o processo.

A primeira fase compreende entre 1975 - 1989 que se caracterizou pela nacionalização da terra, criação de empresas estatais e dos grandes complexos agroindustriais, criação de cooperativas agropecuárias. Para permitir o funcionamento dessa estrutura agrária, foi concebida a ideia de aldeias comunais, pelo que, houve movimentação da população para determinados pontos;

A segunda fase se estende entre 1990 a 2004, as ações mais impactantes nesse período consistiram em privatizações das empresas estatais incluindo os grandes complexos agroindustriais, assinatura de contratos programas entre o Estado com as Fundações Sasakawa Global 2000, entrada massiva de Organizações Não Governamentais, tais como Kulima, Save The Tchildren, USAID, etc. É nesta fase que se inicia o que se chama “corrida pela terra vazia em África”; A terceira e última fase entre 2005 – até a atualidade, que constitui um verdadeiro assalto aos recursos naturais em todas as vertentes. Esta fase consagra a entrada de megaprojetos de mineração, energéticos e do turismo.

⁴⁹ O termo mais usado em Moçambique é o pesticida – “produtos químicos, também designados fitofármacos, destinados ao combate de ervas daninhas, pragas, doenças bem como agentes patogénicos (bactérias, fungos) ou seus transportadores tais como insectos, ratos, etc. (INE, 2009/10, p. 110).

5.3 Autodeterminação dos povos perante a armadilha da fome

Por motivos derivados à redução da produção agrária, falta de emprego entre outros fatores, em Moçambique, há sujeitos que ao longo dos 365 dias, ao acordarem não sabem o que vão comer. A redução da produção agrária gera pouca abundância de alimentos nos circuitos de distribuição em todo o país. Como ainda, a pouca abundância determina a especulação de preços. O país vive uma situação de instabilidade alimentar. Este problema não é uma novidade no seio da sociedade moçambicana.

Existe um debate que envolve diferentes ambientes, em amplas perspectivas que procuram encontrar explicações das causas que estão por trás de persistência da fome, de modo que se trace medidas para sua solução. No seio do governo, como prova do seu cometimento com a fome, o nome do Ministério da Agricultura teve que integrar a expressão “Segurança Alimentar”, como também criou-se um departamento específico que trata o assunto de fome – o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição. Além do governo, estão envolvidos no debate de fome, organismos internacionais, governos de outros países que providenciam apoio ao orçamento do Estado, etc. No ambiente acadêmico é mais notória a participação dos economistas e dos agrônomos.

De um modo geral, há uma tendência de se considerar como a causa de fome, isto é, da insegurança alimentar no país, os baixos índices de produção e produtividade agrária. Em função dessas constatações, a proposta mais apontada é a de modernização da agricultura, o que também, envolve a necessidade de transformação da estrutura agrária.

As propostas até então mais discutidas para solucionar a fome, que deve ser entendida como um fenômeno multe escalar, dada a forma como se manifesta em Moçambique, não sinalizam nenhum caso de sucesso. Tanto as políticas as neomarxistas, quanto as neoliberais negligencia o campesinato. Nos últimos anos o pensamento de revolução verde, como uma nova proposta vem paulatinamente ganhando força.

A ideia aponta na necessidade de incremento do uso de agrotóxicos (para melhorar a qualidade do solo e proteger as plantas dos ataques pelas pragas e doenças), da maquinaria (para facilitar o trabalho), semente de boa qualidade (resistentes ao ataque das pragas e doenças, como também que assegure altos níveis de produção). Por outro lado, afirma-se que é urgente, os camponeses estarem vinculados ao agronegócio, dado que apresente maiores chances para solucionar os problemas que surgem tanto na jusante como do lado do montante, da cadeia do setor agrária. A concepção que parte da necessidade de alocação da terra ao grande capital, já

demonstrou a sua inadequação visto que promove-se excomunhões de povos dos seus territórios dos sujeitos/povos originários ou de camponeses. No entanto, não há evidências de sucesso desse caminho, sobretudo, nos países pobres onde o setor de indústria é praticamente inexistente.

A tentativa de implantação de transformações (modernizações) com tendências socialistas fracassou em 1985, tendo em substituição do pensamento econômico baseado em ideias socialistas passou-se a se adotar políticas neoliberais. Tal como se sabe, o pensamento neoliberal limita a participação do Estado na atividade econômica, como também, preconiza a liberalização do mercado, com base em ideias de competitividade. Para os neoliberais, as forças produtivas são consideradas como estando em pé de igualdade. Entre 1986 a 1994 os esforços foram concentrados para criação de condições legais que pudessem pôr em marcha o neoliberalismo: foram desencadeadas as privatizações, elaborou-se um quadro legal que se adequa ao contexto da liberação do mercado e participação mais ativa pelo setor privado.

No entanto, as transformações operadas não removeram o monopólio do Estado em relação à sua posse e controle da terra. A alteração operada estabeleceu o reconhecimento dos direitos dos camponeses adquiridos a partir de normas consuetudinárias, salvaguardando-se não incorporação dos aspetos que violam a Constituição da República. Enquanto se desencadeava a alteração do quadro legal de terra, o patrimônio do Estado foi privatizado, liberalizou-se o mercado da castanha de caju.

O Estado foi chamado para erguer e reabilitar infraestruturas públicas e ao mesmo tempo, as mesmas infraestruturas foram adjudicadas para o setor privado, como sucedeu com os Corredores de Desenvolvimento de Maputo, da Beira e de Nacala, que foram concessionadas nomeadamente a TRAC, a Corredor de Desenvolvimento do Norte Lda. (CDN). No setor de agricultura, até aqui o que está a acontecer em todo o país são ações ligadas à promoção de investimentos privados: concessão de terra ocupada pelos camponeses. O Estado não mais participa no processo de desenvolvimento da agricultura. E gradualmente assiste-se a sua redução nos componentes em que dava assistência aos camponeses: investigação agrária, extensão agrária e aprovisionamento de insumos e fatores de produção.

Assim os mesmos problemas que nas décadas de 1980 a 1990 originaram a carência de alimentos, persistem nos até na atualidade. A carência de alimentos em Moçambique é resultado de conjugação de muitos fatores: as dinâmicas climáticas; inadequação dos sistemas agrícolas com as mudanças dos padrões do clima. Este fato suscita indagação e debates que assumem contornos políticos, econômicos e culturais. No nosso caso particular, nos concentrarmos para identificar primeiro os grupos de interesses e, salta-nos à vista a existência de grupos

antagônicos: temos de um lado os camponeses e trabalhadores rurais e do outro lado, a máquina do estado (burocratas) e os capitalistas.

Estes dois grupos estão em confronto direto. Os primeiros lutam pela sua existência enquanto, sujeitos livres em seus próprios territórios, pelo reconhecimento da sua contribuição, como uma força produtiva, com suas lógicas de reprodução social, vivendo do seu trabalho na terra, como pela venda da sua força de trabalho dentro das condições favoráveis. O outro grupo, vive sugando o suor do primeiro grupo, como o que está a acontecer anualmente, tanto ao longo da campanha agrícola, como no processo de comercialização

Com base em dados da produção alimentar, não há dúvidas de que a situação de segurança alimentar prevalente no país coloca em xeque-mate a soberania nacional. Um país com carências alimentares não está em condições de assegurar sua soberania. A integridade dos sujeitos, aos vários níveis de organização social será sempre beliscada.

Na história de Moçambique independente, as estatísticas agrícolas apontam que apenas as culturas de milho e mandioca são as que já proporcionaram excedentes. As cifras das outras culturas estão muito aquém das necessidades interna. No entanto, a fome que graça a sociedade moçambicana, em particular em comunidades rurais, parece-nos ser consequência de crises internas e externas do país. Compreendem crises internas nomeadamente, o que está associado à problemática de gestão de autodeterminação. O problema de gestão de autodeterminação é multidimensional. A maioria da população moçambicana, enfrenta por exemplo, as limitações das suas liberdades fundamentais constitucionais (direito à educação, saúde, habitação, direito de participação nos processos políticos - o acesso à informação, etc.).

No que diz respeito à crise externa, obviamente, as duas crises do sistema mundial: guerra fria e a recente crise alimentar, constituem fatores que determinam que obstaculizaram as forças para enfrentamento da fome. Tanto, o contexto da guerra a fria, como o da crise alimentar que teve os primeiros sinais em 2007, nos países mais ricos, o protagonismo de Moçambique, se equipara a o que é enunciado por um provérbio africano – “quando dois elefantes brigam, quem sofre é a grama”.

Ora, com base nas circunstâncias acima descritas e, avaliando a evolução sociopolítica, entre 1994 – 2016, fica claro que, o que determinou o fim da *guerra civil* em Moçambique, não é o resultado de aproximação de posições antagónicas entre o Governo liderado pela Frelimo⁵⁰ e a Renamo, mas, a vitória do *Capitalismo* sobre o *Socialismo* em todo o mundo.

⁵⁰ A Frelimo pretendia implantar o *Socialismo*, baseado em um partido único, no qual a participação dos cidadãos se basearia em critérios adstritos em democracia popular, a Renamo, por sua vez, que lutava pela instauração do

O abandono da via socialista por parte de Governo de Moçambique foi conjecturado muito antes do AGP⁵¹. O que nos conduz a essa alusão é uma sequência de acordos políticos orquestrados muito antes da assinatura do AGP, nomeadamente as negociações entre o governo de Maputo com o de Pretória que culminaram com a assinatura do Acordo de Nkomati; como ainda, o acordo com Instituições de Bretton Woods, nomeadamente o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário e Internacional (FMI)⁵² que permitiu a adesão de Moçambique como membro dessas instituições em 1984.

Muitos autores referem que, o resultado das negociações que permitiram a adesão de Moçambique às Instituições de Breton Woods, assegurou o acesso a assistência social às vítimas de seca, que entre 1980 a 1985 fustigou algumas regiões do país, como também apoio aos deslocados de guerra civil, pelas Instituições das Nações Unidas, como foi o caso do Programa Mundial de Alimentação (PMA) que passou a distribuir os alimentos em todo o país aos mais necessitados.

No que diz respeito à situação da agricultura é descrita por Mucavele (2012) como de “dupla natureza”. Persiste por um lado, no seio da agricultura em Moçambique, uma crise estrutural que advém de questões não resolvidas do século passado (período colonial) e, na atualidade, uma crise da modernidade que por ser simbolizada pela “doença de civilização moderna” (MUCAVELE, 2012, p.162. *Grifo nosso*). O argumento do autor, em relação ao que chama de “doença de civilização moderna” é de que,

Esta se manifesta na razão intrínseca dos sistemas económicos que levam a sociedade a desregular-se à medida que apenas uma das dimensões – o da racionalidade – expande, em detrimento das demais. O avanço unilateral da racionalidade técnico-instrumental parece estar atingindo limites que comprometem a expansão de outras dimensões, e impossibilita uma convivência de multidimensionalidades inerentes à natureza humana no desenvolvimento da agricultura (MUCAVELE, 2012, p. 162).

No entanto, além desse, há outros tantos desafios que no nosso entender merecem ser abordados nesta pesquisa. Um dos desafios que África enfrenta, ao que nos parece é a instabilidade política. Os Estados-nação Soberanos. Estados reconhecidos por todos. A África de um modo geral está mergulhada em conflitos armados. É necessário admitir que uma das

Capitalismo, no qual defende-se o multipartidarismo e que a participação dos cidadãos adota princípios de democracia burguesa.

⁵¹ Abrahamsson e Nilsson (1998).

⁵² A satisfação das exigências dessas instituições permitiu ainda a recepção em 1985 de Samora Machel, primeiro Presidente de Moçambique na Casa Branca pelo Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos da América.

causas dos conflitos suficientemente esclarecido que um dos fatores de dinamização socioeconômica são as determinações do Estado Harvey (2011).

A crise alimentar de 2007 que é tida como causada pelo aumento de produção de biocombustíveis e a consequente redução de produtos alimentares veio provar que a instabilidade alimentar é uma questão real em todo o mundo, e veio reforçar um debate em torno do papel do Estado no âmbito das políticas socioeconômicas. No caso particular de Moçambique, a reflexão em torno da oferta de alimentos e consequente eliminação da fome é uma questão urgente.

As estatísticas agrárias, em termos globais, revelam um aumento da produção em determinadas culturas (milho e mandioca), mas também, há umas que a tendência é no sentido inverso. Com base na forma como os órgãos que superintendem os setores da agricultura estão articulados, como também a estrutura que sustenta a atividade agrária, não há dúvidas de que o aumento da produção agrária que se verificou nos últimos cinco anos não tem nada que ver com as intervenções públicas.

Ao observar o que ocorre no espaço agrário, no campo das intervenções infraestruturas e no de definição de políticas, os dados não nos permitem dar “crédito” que o Governo de Moçambique nos últimos anos colocou em sua pauta de prioridades, efetivamente as que estão plasmadas nos documentos de consumo público, nomeadamente, a estratégia da revolução verde (ERV).

Em relação ao que está estabelecido na ERV, foram estabelecidos os seguintes pilares: recursos naturais (terra, água, florestas e fauna bravia); tecnologias melhoradas; mercados e informação atualizada; serviços financeiros; formação do capital humano e social. Partindo do pilar dos recursos naturais, claramente as ações que foram levadas a cabo pelo Governo tenderam mais para promoção de investimentos estrangeiros. O que foi feito no capítulo de “questão agrária” foi concessão de direitos de uso e aproveitamento da terra alegadamente “livre”, em particular, a terra que outrora fizera parte do património das empresas estatais extintas ou privatizadas, terra que no período colonial fora destinada as plantações. Tanto a terra que fora património das empresas estatais, como a terra pertencera as plantações coloniais, na sua maior parte, estava parcial ou completamente “reocupada pelas populações originárias”, ocupadas por novos sujeitos que devidos às circunstâncias adversas tiveram que mudar dos locais onde nasceram.

Tanto a guerra de independência, como os conflitos subsequentes, como também, as políticas de “socialização do campo” e de “operação produção”, incluindo as calamidades naturais resultaram em migrações forçadas. Essas dinâmicas forçadas à luz da Lei 19/97 de 1

de outubro reconfiguraram um novo direito de uso e aproveitamento de terra, o de *ocupação de boa-fé*. O outro fenômeno de acesso está aliado às dinâmicas dos *sistemas consuetudinários de acesso e gestão de terra*. Nos diálogos que estabelecemos com sujeitos que se identificaram como pertencentes da etnia *makuwa*, anotamos relatos que nos revelaram situação de acesso à terra por ocupação de boa-fé, a partir de empréstimo, aluguel e compra. Os sujeitos que declaram terra adquirida com base em compra afirmaram que, só a compra é a única via que garante o acesso à terra de gestão particular, isto é, terra alheia do domínio das regras linhagens familiares.

5.4 Os rumos de formação social e econômica no distrito de Monapo

As transformações do espaço agrário moçambicano, desde que se conquistou a independência em 1975, as reformas jurídicas deram origem as três versões da Constituição da República; duas leis de terra: Lei nº ... de 1978 e Lei de Terras 19/97; o surgimento de novas leis: Lei das Florestas e Fauna Bravia, Lei de Exploração Mineira, Lei do Turismo e Lei Investimento, a liberalização do mercado, os Programas de Desenvolvimento do Setor Agrário – Plano Nacional da Agricultura (PROAGRI I e II), Plano de Ação para Produção de Alimentos (PAPA) claramente se percebe que o governo é um dos protagonistas no processo de F.E.S. Sendo pertinente entender a influência das políticas públicas, por um lado, e a atuação dos membros do governo – aqueles que exercitam o Poder.

O ponto de partida nessa empreitada, ou seja, o estudo dos determinantes de F.E.S tem como impulso a inquietante instabilidade econômica que graça a África Subsaariana, de modo geral, e particularmente a República de Moçambique, onde a guerra pela independência teve como “efeito imediato uma profunda recessão” (Newitt, 2012, p. 472). No entanto, é importante questionar até que ponto a conquista da independência perturbou o funcionamento normal da economia? Em que medida pode se considerar que o descalabro da economia é resultado das políticas inspiradas no marxismo-leninismo?

Os fatos históricos revelam que o sistema capitalista, do qual Moçambique sob administração portuguesa estava submetida, estava em crise que atingiu segundo Newitt (2012) que atingiu os preços pagos pelas matérias-primas tropicais”.

José Negrão (2008) apresentou essa inquietação nos seguintes termos,

A instabilidade é consequência, entre outras causas, do fraco desempenho econômico. Os programas de ajustamento estrutural estão sendo

implementados um pouco por todo o lado com o objetivo de estimular as economias africanas. Mesmo assim, a prática tem demonstrado que na presença de instabilidade, é impossível implementar com sucesso um programa de ajustamento (NEGRÃO, 2008, p. 12).

Muitos estudos apontam que a instabilidade em África, e particularmente, a causada pelos conflitos armados é uma realidade que dura desde que as potências imperialistas europeias decidiram se subdividir pelo continente para extrair as matérias-primas, como também, se servirem dos sujeitos africanos para se enriquecerem. As outras causas apontadas são os processos de destruição dos sistemas de reprodução social. As estruturas de reprodução social dos africanos foram destruídas, alegadamente por estarem baseadas em organizações tribais, algumas práticas cotidianas africanas adotam procedimentos não científicos, entre outras alegações.

A magnitude dos impactos causados com os comércios de ouro, de marfim e de escravos, afirmamos categoricamente que a data a considerar o processo de destruição as estruturas de reprodução social é o século XV. Nesse sentido, a destruição dos modos de vida dura a mais de cinco centenas. Nesse intervalo de tempo é mais do que claro que, no seio das elites africanas foram suficientemente implantadas as ideias de supremacia étnica, por exemplo em Moçambique pairam ideias desse gênero entre alguns sujeitos do sul, em relação aos sujeitos das regiões certo e norte que são de outras etnias. A supremacia étnica e ou regional é um fato e, ao longo do texto serão apresentadas as evidencias dessas sequelas coloniais. Ainda, nas elites africanas, o contato com métodos científicos, como também, com a religião cristã é motivo suficiente para desqualificação de outros saberes, outras crenças ou possibilidades de enxergar os mundos de subjetividade que governam o ser humano.

Na realidade, o que aconteceu e continua acontecendo é que os sistemas coloniais impuseram novos modos de exercício de poder. A primeira apreciação que é, os indivíduos ou grupos que se consideram poderosos autoproclamam-se legítimos representantes do povo. Obviamente, esse procedimento é “*past copy*” dos *modus operandi* dos sistemas coloniais; A segunda apreciação diz respeito à imagem territorial que move os indivíduos ou grupos de indivíduos que libertaram o continente africano. Os governos instituídos decidiram assumir como limites da nova divisão administrativa africana, a delimitação outorgada pela Conferência de Berlim.

É com base nessas duas apreciações que afirmamos, neste estudo, que os governos instaurados após às independências impuseram os mesmos mecanismos coloniais de exercício do poder. Essa prática faz com que o continente tenha dificuldade de constituir lideranças com

ampla legitimidade. Nesse contexto foi inevitável o surgimento de ondas de resistência, que tiveram apoio das forças coloniais, ainda presentes em alguns países, como por exemplo, o regime colonial de Ian Smith, na Rodésia do Sul e o regime minoritário branco na África do Sul. A esse respeito Newitt (2012) afirma que,

A posição de guerra da África do Sul em relação ao resto da África surgira durante o período de descolonização, em que os regimes coloniais brancos no Sudoeste Africano, África do Sul, Rodésia e as colônias portuguesas se tentaram opor à descolonização e formar um bloco de territórios sob domínio branco na parte sul do continente (NEWITT, 2012, p. 480).

Como consequência o continente africano vive momentos de tensão cíclicos como resultado de injustiças praticadas por grupos que assumem o poder, sobretudo, político.

O outro elemento socioeconômico com que se caracterizavam as sociedades moçambicanas apontado pelo mesmo autor é a “ignorância”. Realmente, Newitt (2012) refere que “o conhecimento e práticas tradicionais que condenavam à pobreza, as tornavam supersticiosas e perpetuavam a tirania de costumes como *lobola*, poligamia e iniciação” (NEWITT, 2012, p. 470).

As aldeias comunais no seio da população rural moçambicana não são novidade, tal como mostra o autor ao afirmar,

[...] à ideia da Aldeia Comunal remonta, na história de Moçambique, aos *aldeamentos* planeados, em particular no Norte, como parte das campanhas de cultivo do algodão – mas não será demasiado fantasioso vê-las arraigadas numa tradição ibérica muito mais antiga, nas tentativas dos Espanhóis de erradicação da religião dos Incras, concentrando a população do Peru no século XVI, e nas colônias planeadas dos Jesuítas no Brasil e no Paraguai, destinadas a «civilizar» e cristianizar a população índia (NEWITT, 2012, p. 471/2).

Nesse contexto histórico da sua origem, NEWITT (2012) afirma que a Aldeia Comunal revestiu de duas finalidades: originar uma dimensão de cooperação e uma concentração dos recursos da agricultura e doutrinar o campesinato na ideologia política e religiosa dos governantes da época.

As Aldeias contaram com oposição sobretudo porque envolviam a mudança forçada dos camponeses da terra que tradicionalmente trabalhavam, e que era controlada pela sua própria linhagem, para grandes aglomerados semiurbanos onde dependiam da comuna da aldeia para o acesso à terra. Muitos camponeses alojados em Aldeias Comunais regressaram simplesmente às suas

antigas casas, deixando os novos aglomerados vazios, e quem os encorajou a fazê-lo foram os chefes da sua linhagem, os quais, por sua vez, tinham sido destituídos por funcionários do partido e adjuntos eleitos. Apesar de as Aldeias Comuns poderem apresentar vantagens no papel, representavam no que um observador francês descreveu como *violence culturelle* (NEWITT, 2012, p. 472).

Os processos de transformações tiveram mais aceitação das mulheres que dos homens que se mostravam relutantes em avançar na defesa de luta de classes, do trabalho remunerado ou do funcionalismo público. “As mulheres que ousaram percorrer o caminho da Frelimo tiveram dificuldade no cumprimento simultâneo das funções tradicionais de esposas. Mesmo assim, 28% dos eleitos para as assembleias populares, em 1977, eram mulheres – uma percentagem que provavelmente poderá ser comparada favoravelmente em relação às taxas de participação em qualquer país do mundo” (NEWITT, 2012, p. 472).

No campo cultural, as práticas de medicina africana conhecidas como *Kufemba*, *Nlhalhuva*, bem assim, as práticas culturais de adorações aos defuntos foram de um modo geral enquadradas como atos supersticiosos. Os ritos de iniciação, as cerimónias de *lobola* estavam no bojo do conflito entre o governo e as populações em todo o país.

Não obstante, todas as práticas acima referidas até então prevalecem, não apenas em espaços rurais como também em espaços urbanos. Esse fato revela que essas práticas e crenças culturais são elementos estruturantes das sociedades moçambicanas e ao mesmo tempo ilustram o estágio em que essas sociedades se encontram.

No plano econômico, as iniciativas privadas foram desencorajadas, dado que a percepção que se tinha era de que essas são a base do sistema capitalista. As circunstâncias que decidiram a vitória do povo moçambicano contra a dominação portuguesa definiram os países com os quais se poderia esperar o seu apoio na prossecução dos objetivos emancipatórios.

Quer o combate ao tribalismo, a proibição de línguas nacionais, como a ideia de aldeias comuns, o desencorajamento de iniciativas privadas, se constituíram de bases materiais que deram origem a um distanciamento entre a FRELIMO e a população, sobretudo, população fixada no meio rural, estruturada a partir de laços familiares, linhagens, sob domínio étnico. No plano regional e internacional, a orientação marxista-leninista colocou Moçambique em conflito com os regimes minoritários até então vigentes na República da África do Sul e Ex-Rodésia do Sul.

Nessas condições de descontentamento do espaço agrário como resultado dessas reformas emancipatórias, aliado ainda pelo fato de essas reformas se orientarem na redução e ou mesmo eliminação dos privilégios que o setor empresarial que detinha a posse sobre terra, o

que inevitavelmente concorria para a perda da sua hegemonia, isso se refletiu no desempenho econômico. Se por um lado, o descontentamento no meio rural permitiu que de lá fossem recrutados homens que foram treinados para desestabilização do tecido socioeconômico; por outro lado, o abandono dos empresários que mantinham em funcionamento da economia rural incluindo a guerra de desestabilização que precedeu a fuga dos colonos, estimularam a emigração rural/cidade.

A instabilidade que verifica em Moçambique tem inviabilizado o aproveitamento das potencialidades deste importante corredor, não só ao nível nacional, como ao nível regional. As reformas que estão sendo impressas estão a criar condições para entrada de investimentos privados estrangeiros. O governo por sua vez celebra acordos sem o conhecimento público, como é o caso do acordo de cooperação entre Brasil, Japão e Moçambique para viabilização do agronegócio no Corredor de Nacala.

O referido acordo pretende viabilizar a entrada do capital estrangeiro, que diante das recentes crises está à procura de espaços de reprodução (acumulação). Para o governo uma vez gorada a possibilidade de criação de empresas estatais na mesma lógica do capital privado, a viabilização do capital privado que está à procura de espaços constitui a opção atual.

Os governos de Moçambique, do Brasil e do Japão difundem um discurso segundo o qual a entrada de investimentos estrangeiros de agronegócios vem melhorar a situação de segurança alimentar e nutricional. Esse discurso é acolhido no seio de alguns segmentos sociais que acreditam nessa possibilidade, menos o campesinato que de várias formas tem denunciado os atropelos à Constituição da República, às Leis cometidos por membros do governo, empresas privadas.

Os recentes acordos de cooperação são vistos como janelas de oportunidades para investimentos que vão incrementar a produção e produtividade, como ainda irão promover o emprego no meio rural, de aproveitamento racional dos recursos naturais de que o país dispõe, etc. A visão dos signatários desses acordos (governos e capital) até aqui é pouco clara, se não mesmo, controversa e perversa. Se a ideia é incrementar a produção e produtividade, porque os atuais níveis de produção são baixos, porque é que eles expulsam camponeses das suas terras? Será que no seio das comunidades abrangidas não existe o interesse por melhorar os níveis de produção e produtividade? Será que o custo de importação de tecnologia é tão insustentável em comparação com os custos relativos aos assentamentos? Estas são algumas perguntas que se pode colocar ao processo de transformação da estrutura agrária ao longo do Corredor de Nacala, em particular no distrito de Monapo.

A história desse termo é pouco conhecida, embora a sua menção seja frequente, tanto em textos literários, como em textos científicos. O período inicial de transição do sistema colonial para a autodeterminação, o governo usou muito este termo no processo de mobilização para novas formas de organização produtiva. O lugar de cultivo empresarial sob alçada do Estado era denominado “*machambas* estatais”; o lugar de cultivo pelos camponeses agrupados em cooperativas ficou conhecido como “*machambas do povo*”; e o lugar de cultivo pelos camponeses individualmente foi designado “*machamba*”.

Estranhamente o termo *machamba* ao nível oficial é pouco, ou até nem é utilizado. Os técnicos de várias áreas e oficiais do governo e das Organizações não-governamentais (ONGs) ligados ao setor de agricultura no seu cotidiano usam mais o termo *machamba*, sobretudo quando se referem ao lugar de produção dos camponeses. Esse fato contrasta com a expressão “exploração agrícola” adotada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) – órgão oficial encarregue de compor as estatísticas em Moçambique.

Para o INE a estrutura agrária compõe-se de três categorias de explorações agrícolas – grandes explorações agrícolas; médias explorações agrícolas e pequenas explorações agrícolas. O procedimento do INE remete ao entendimento de que as lógicas de produção, que evidentemente determinam os conteúdos, isto é, o que é produzido nessas explorações agrícolas, e as formas são as mesmas nas três categorias. Todavia, a realidade revela que as lógicas de produção são diferentes.

5.5 A atuação do governo no processo de formação social e econômica

Os processos de modernização da agricultura constituem “realidade material” e como tal, Raffestin (1993) afirma que “Conhecer e operar sobre a realidade material supõe [...] um sistema de relações no interior do qual circula o poder”. Assim nos propomos a explicitar o conhecimento e a prática que o governo de Moçambique tem da pobreza rural e dos processos de modernização da agricultura no Corredor de Nacala. Esse exercício teoricamente nos permitirá revelar o “poder” que o governo de Moçambique se atribui ou procura se atribuir sobre os moçambicanos e as coisas.

Com estas palavras tentou-se indicar o campo científico desta pesquisa – a geografia política. De acordo com Raffestin (1993, p. 29) a geografia política foi “concebida como geografia das relações do poder”. Neste sentido, o entendimento das relações do poder tecidas entre o Governo de Moçambique com a População como atores envolvidos na produção do

Território nas suas múltiplas facetas. Por sua vez, as relações do poder a sua base teórica este embrulhada nos processos de troca analisados por Karl Marx (2005).

Foi dito que há um desencadeamento das relações do poder entre o governo de Moçambique e a população na produção do território. O governo, população são atores de territorialização. Esses atores projetam múltiplas imagens sobre o território, concebido como um bem de apropriação, o que pressupõe que a comunicação entre os atores está na centralidade do processo de produção do território.

As pessoas, como qualquer outro ser vivo, estabelecem relações entre si. As relações são estabelecidas em várias escalas espaciais, como ainda, em diferentes níveis de organizações institucionais. A escala espacial diz respeito às categorias: sítio, lugar, região, nacional e mundial e no plano institucional, se distinguem diferentes níveis de organização: familiar, comunitária, empresarial, corporação, governamental, etc.

As unidades espaciais são as manifestações da territorialização. Nesse sentido, o território, seja em que nível de escala, resulta do que Claude Raffestin (1993) chama “ação conduzida por um ator sintagmático”, isto é, por uma instituição que realiza um programa em qualquer nível. O processo de produção do território é mediado por “relações de poder”, que na realidade são determinadas pelas imagens projetadas pelos atores sobre o mesmo espaço.

A partir da teoria de axiomas procurar-se-á responder a pergunta de Raffestin (1993) sobre as intenções subjacentes na delimitação do espaço de Corredor de Nacala, a partir de tessituras de paisagens agrícolas, redes logísticas e comandos de controlo que conduzem a construção de um novo território e ao mesmo tempo desconstrução do território construído.

A explicação que tem sido fornecida na territorialidade é baseada na teoria das relações de troca entre os sujeitos entendidos como atores sintagmáticos. O raciocínio da teoria das relações entre os atores sintagmáticos obedece o mesmo princípio verificado por Karl Marx (2005) entre classes antagónicas. De acordo com Raffestin (1993) a territorialidade resulta para além do eixo relacional entre os proprietários/trabalhadores, como também a partir das relações existenciais. Quer o primeiro, como o segundo eixo, todas são relações de poder. Nesse sentido, a pesquisa procura entender a dinâmica processual das relações que se manifesta de diferentes maneiras em função da evolução das sociedades. Por exemplo, a territorialidade, sofreu modificações em função dentro do modo de produção capitalista no capitalismo, como também, na era da proclamação de independência de vários países, que eram territórios anexos às potências imperialistas.

O espaço agrário moçambicano volvidos quarenta e um, anos de independência as modificações registradas foram basicamente incremento dos componentes sociais (escolas e

unidades sanitárias). A componente econômica ficou estagnada. É cada vez mais notória a formação de aglomerados populacionais ao longo dos principais eixos (rodovias), ao mesmo tempo a fragmentação espacial é nítida, entre campo/cidade; entre a costa/interior; entre sul/centro e norte.

É mais fácil a ligação entre os centros urbanos do que comunicação entre cidade e seu entorno; é ainda mais fácil a ligação entre que as capitais provinciais que na sua maioria estão implantados ao longo da costa; a região sul se apresenta mais desenvolvida em comparação com as regiões centro e norte que ambas compõem mesma unidade espacial.

Claramente, a estrutura econômica fortemente dominada pelo setor agrícola é basicamente doméstica. No entanto, a sua vitalidade depende de uma rede comercial informal que não dá nenhuma possibilidade aos camponeses de obterem excedentes que seriam aplicados em novos investimentos.

Um outro fenômeno que merece uma atenção relaciona-se com a tendência de adoção dos mesmos modelos de desenvolvimento, como se os desafios, as perspectivas e visões de cada país fossem os mesmos em todos os outros países. Essa tendência pode ser constatada nas novas fórmulas de parceria entre as nações desenvolvidas com as nações pobres, conhecidas como, Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África (NAFSN) que tem como promotores o G8⁵³ e a Nova Parceria de Desenvolvimento da África - New Partnership for Africa's Development (NEPAD)⁵⁴ (SCHUTTER, 2015).

O lançamento desta nova fórmula de parceria das nações mais ricas do mundo, em 2012 ocorre numa altura em que o capital enfrenta uma das maiores crises de sempre que até levou a China a lugares cimeiros como maior economia do mundo. As sociedades africanas enfrentam problemas de fome, pandemias curáveis, a muito mais tempo. As grandes potências só agora é que se conscientizaram do drama africano? Algo estranho está por trás dessas fórmulas de parcerias.

Não existem dúvidas de que a NEPAD é uma fórmula que pretende o retorno dos colonizadores, desta feita coligados com as elites governamentais africanas. A consonância entre estas duas estratégias capitalistas pode constatada no Programa Compreensivo para o

⁵³ O G8 inicialmente formado por apenas sete países (Estados Unidos da América, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido. Em 1998 passou a contar com a participação da Rússia. A economia dos sete países totaliza 64% da riqueza líquida global equivalente a 263 trilhões de dólares norte-americanos.

⁵⁴ O lançamento de NEPAD ocorreu num dos encontros do G8 em 2001 em Génova. A partir desse fato as ilações a tirar deste órgão é a universalização dos modos de pensamentos e de agir perante os problemas enfrentados hoje em todo o mundo.

Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) que constitui um quadro regular dos processos de planificação dos países que aderiram a NEPAD.

Nesse sentido o CAADP estabeleceu como objetivos “[...] apoiar o processo de elaboração e implementação de melhores programas no sector agrário [...]” (CAADP, 2009). Foi dentro desse contexto que nasceram os seguintes planos: Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA) – 2011-2020, o Plano Nacional de Investimento Agrário (PNISA) 2013 – 2017 e Estratégia de Revolução Verde que são entendidos como os melhores instrumentos de promoção de desenvolvimento. Na lógica e espírito dos mentores do CAADP, os programas elaborados com base nesse quadro orientador da União Africana e de NEPAD expressam os anseios dos governos e todas as esferas sociais em cada um desses países.

Com esse entendimento, o PEDSA reflete os anseios de todos os atores envolvidos no setor agrário. Assim, as prioridades determinadas pelo PEDSA incluem, o aumento da produção e produtividade agrária; melhoramento de infraestruturas e serviços para maior acesso ao mercado; fortalecimento das instituições agrárias públicas, privadas e associações; uso sustentável dos recursos naturais: Terra, Água, Floresta e Fauna Bravia.

Assim a tese defendida nesta pesquisa é de que a modernização de agricultura em Moçambique, em particular no Corredor de Nacala, se configura na lógica de estratégias capitalistas de apropriação (desterritorialização) da terra e de colonização, e por via dela, alargar o monopólio da produção agrícola a nível mundial.

A implementação do CAADP em Moçambique iniciou em 2010 com a criação da equipa nacional pelo Governo da República de Moçambique em Dezembro de 2010. Esta equipa integra representantes dos Ministérios da Agricultura, Finanças, Planificação e Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Obras Públicas e Habitação, e Saúde. O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) é um dos parceiros importantes neste processo. Também fazem parte desta equipa representantes de Produtores, parceiros de desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil (Academia e ONGs).

A situação é ainda mais dramática no meio rural com 53.1%. As províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia são as que registram maiores índices de pobreza. O que estes números revelam? Muito pouco, mas muito pouco mesmo! Todavia, embora eu os considere pouco relevantes, necessito deles para estabelecer um diálogo em volta de um assunto vital em Moçambique - modernização da Agricultura.

Nesse contexto eles revestem-se de um valor conectivo de fatos/opiniões ou evidências/teorias, num esforço que nos impele ao entendimento das ações em curso no distrito

de Monapo em Moçambique, seus impactos as possibilidades de superação das carências básicas em pleno século XXI, o que Amartya Sen (2013) privação de liberdades concretas.

De acordo com MASA (2014) estima em cerca de 10 milhões de pessoas que vivem em pobreza absoluta, enfrentando basicamente a insegurança alimentar, baixos rendimentos e desemprego. A insegurança alimentar e os baixos rendimentos resultam da fraca capacidade dos produtores produzirem mais e com acesso ao mercado, ao passo que, o desemprego é o reflexo de uma estrutura agrária onde mais 99% de explorações agropecuárias são orientadas ao consumo familiar.

Em consequência do sub-aproveitamento das potencialidades agropecuárias existentes no país, ao elevado índice de pobreza absoluta, como também, ao desemprego o governo de Moçambique promove ações de facilitação de entrada de investidores privados estrangeiros com interesses, sobretudo, em agronegócios, mineração e turismo, que são assumidos dos problemas acima citados.

Pelo que, a celebração de um acordo de cooperação entre Moçambique, Brasil e Japão denominado Programa Triangular de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Savana (ProSAVANA) está atinada nessa linha assumida de que só o agronegócio é que permitirá ao país obter as capacidades para aproveitar as potencialidades agropecuárias existentes e por essa via resolver a pobreza e o desemprego. Obviamente, com esse programa pretende-se viabilizar a concretização de empreendimentos do agronegócio⁵⁵ no Corredor de Nacala.

No entanto, tendo em conta a origem do ProSAVANA, que foi assumida publicamente como “réplica do PRODECER” pelo Senhor José Pacheco, Ministro da Agricultura no governo do presidente Armando Emílio Guebuza, claramente o ProSAVANA é um projeto do capital que tem como ponto de concentração, nesta primeira fase, no Japão e no Brasil e de lá é deslocado para Moçambique. Esse processo, segundo Harvey (2011, p. 42) consiste em circulação de capital que implica ao mesmo tempo movimento espacial. Nesse contexto o ProSAVANA se desloca para Moçambique com um único objetivo, o de reproduzir o capital.

Discorrendo as ações públicas desde que se conquistou independência em 1975 até 2015 constata-se que o ProSAVANA não é a primeira investida do capital em Moçambique, que se camufla na necessidade de transformação estrutural da economia moçambicana como um todo. A primeira ideia construída visava transformação da estrutura agrária criada pelo sistema

⁵⁵ No capítulo 1 da Nota Conceptual do Plano Diretor do ProSAVANA, relativo ao propósito do plano diretor de Desenvolvimento Agrícola do Provana, parágrafo nº 6 destaca-se que como “...resultado da promoção do crescimento de atividades económicas relevantes e o desenvolvimento de vários agronegócios, tais como a cadeia de abastecimento e serviços relacionados com a produção agrícola, distribuição de produtos agrícolas e a indústria de processamento”.

colonial e agora aposta-se na ideia de modernização da agricultura em Moçambique para fazer face aos baixos níveis de produção e produtividade, insegurança alimentar e ao desemprego.

Os recentes discursos⁵⁶ do governo de Moçambique em relação ao setor agrário convergem na necessidade de transformar a atual estrutura agrária que é caracterizada por maior número de propriedades de terra geridas pelas famílias alargadas. Nessas propriedades a produção está orientada para consumo das famílias, o que comumente se chama de “subsistência”. Existe um debate que critica o uso do termo subsistência, por considerar que que reduz a produção camponesa para mera subsistência, o que na realidade não constitui a verdade (MENDONÇA, 2004).

O presidente da república, Filipe Jacinto Nyusi, no âmbito das cerimônias centrais de abertura da campanha agrária 2016/17 realizadas no dia 28 de outubro de 2016 no distrito de Mopeia na província de Zambézia destacou os seguintes aspetos: (i) enquadramento do setor agrário na lei mãe – Constituição da República; (ii) atual estrutura agrária; (iii) peso da produção agropecuária no Produto Interno Bruto Nacional e (iv) os desafios que se colocam para o futuro.

Perante o quadro descrito, identificou como condição para o incremento da produção e produtividade agrária a necessidade de agregação da atual orientação produção agropecuária para se ir além do consumo familiar. Certamente o discurso do presidente da República de Moçambique foi elaborado com base nos dados do último censo agropecuário, na descrição da atual estrutura agrária moçambicana dominada pela produção familiar de subsistência. As recentes intervenções do setor agrário no âmbito dos planos e estratégias visando estimular a produção agrária, nomeadamente, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA) – 2011-2020, o Plano Nacional de Investimento Agrário (PNISA) 2013 – 2017 e Estratégia de Revolução Verde subsidiaram o discurso do Presidente da República, que deve ser entendido como um apelo aos camponeses para acatarem as decisões do governo. A questão central é que, o MASA apoiando-se nos instrumentos de planificação por si elaborados, celebrou um acordo de cooperação entre Moçambique, Brasil e Japão denominado Programa Triangular de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Savana (ProSAVANA - JBM). Obviamente, com esse programa pretende-se viabilizar a entrada de capitais com interesses em agronegócios⁵⁷ no Corredor de Nacala.

⁵⁶ Discurso de abertura da campanha agrária 2016/17. Disponível em: <www.presidencia.gov.mz/index.php/noticias/1586-presidente-da-republica-procede-ao-lancamento-da-campanha-agraria-2017>. Acesso: 23 mar. 2017.

⁵⁷ No capítulo 1 da Nota Conceptual do Plano Diretor do ProSAVANA, relativo ao propósito do plano diretor de Desenvolvimento Agrícola do Provana, parágrafo nº 6 destaca-se que como “...resultado da promoção do

5.6 A ação da técnica no corredor de Nacala

O ProSAVANA-JBM como um programa amplo que foi concebido supostamente com a finalidade de imprimir mudanças, na competitividade do setor rural da região do Corredor de Nacala, tanto em matéria de segurança alimentar a partir da organização e do aumento da produtividade no âmbito da agricultura familiar, como na geração de excedentes exportáveis a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio (PROSAVANA, 2011) é em si, um veículo ideológico.

Existe um projeto ideológico que está vinculado à necessidade de inserção do Corredor de Nacala no circuito de produção da soja, uma das commodities que ganhou protagonismo no capital. A escolha do lugar, para sua concretização, tal como nos aponta Santos (2013) reflete que o lugar reúne condições para acumulação ampliada do capital.

Estrategicamente o ProSAVANA-JBM, contempla três componentes: a primeira cuja sua finalidade é de maximizar os atuais conhecimentos dos recursos naturais e socioeconômicos do Corredor de Nacala, e na identificação das tecnologias agrícolas mais adequadas ao desenvolvimento sustentável da agricultura regional – ProSAVANA – TEC; a segunda, tem em vista realização de estudos destinados ao planejamento e execução de projetos produtivos em nível de comunidades visando a instalação de zonas de desenvolvimento modelo; e a terceira e última, perspectiva-se elaborar um plano abrangente de desenvolvimento regional agrícola para o Corredor de Nacala (Plano Diretor).

De acordo com Castilho (2014), a técnica ou inovação é construída para uma única direção, referenciando a modernização e até mesmo reforçando a construção de conceitos. Observando-se o que está sendo mobilizado no âmbito do ProSAVANA-JBM não restam dúvidas de que está-se em presenta de um processo de modernização e construção dos conceitos. São difundidas novas variedades de plantas, novas formas organizacionais, o capital encontra novos espaços para sua reprodução por meio de acumulação ampliada.

Em trabalho de campo testemunhamos a concretização do processo de difusão de sementes produzidas pelas grandes empresas especializadas na produção de sementes, como também, campanhas tendentes a acabar com os modos de produção recorridos pelos

crescimento de atividades económicas relevantes e o desenvolvimento de vários agronegócios, tais como a cadeia de abastecimento e serviços relacionados com a produção agrícola, distribuição de produtos agrícolas e a indústria de processamento”.

camponeses. São dez empresas, instituições, associação ou ONGs que estão baseadas na província de Nampula, cuja sua missão é propagar ideologia do agronegócio.

De um total dez empresas cadastradas no centro de promoção de investimentos (CPI), duas são especializadas na produção de sementes e as restantes participam para comercialização de sementes melhoradas: JNB-Empreendimentos Lda; Agrodalton Lda; a Casa do Agricultor; a ONG Swiss Contact-Projecto Hort-Sempre; a Formex Moçambique Lda, O Instituto de Investigação da Agricultura Tropical (IITA), IKURO-Empresa comercial de Produtos e Insumos Agrícolas.

[1] JNB-EMPREENDEMENTOS, LDA. JNB-Empreendimentos, Lda, é uma empresa de multiplicação e de comercialização de Sementes, adubos, pesticidas, medicamentos veterinários e equipamentos agrícolas com sua sede fixada na cidade de Nampula. Solicitamos uma entrevista com a direção da empresa, que nos foi aceite. A entrevista decorreu no dia 06 de junho de 2017, entre as 16:00 às 17:15 horas.

A pessoa entrevistada chama-se *Jaime Bila*, que é proprietário e ocupa no âmbito da administração da empresa o cargo de diretor. No total a empresa conta com dez colaboradores, incluindo o diretor, um técnico superior, dois técnicos médios, quatro técnicos básicos e dois elementos com formação elementar, que protegem as instalações da sede.

Quadro 10 - Relação de Culturas: Multiplicação de Semente Certificada

Cultura	Varietades	Área (ha)	Observação
Milho	Sussuma; Matuba; Tsangano; ZM-309	10	Considerou-se produção perdida devido à queda irregular de chuvas
Gergelim	Lindy	10	
Amendoim	Txitala; Nametil; CG7	4	
Feijão boer	554; 557; IT16; IT18		
Feijão Nhemba		12	
Total		36	

Fonte: Org., próprio autor (2017)

Os locais de multiplicação de semente estão nos postos administrativos de Monapo-Sede. O modelo de multiplicação de semente é baseado na machamba do produtor e mediante a celebração de contrato entre a empresa com os agricultores. A tecnologia de produção de sementes melhorada é garantida mediante o cumprimento da legislação e das exigências técnicas de cada cultura. Nesta óptica, de acordo com os termos de contrato, a empresa responsabiliza-se pelas lavouras, disponibilização de semente básica, adubos, pesticidas, sacos, e o produtor arca por outras responsabilidades. Os principais adubos que utilizaram na produção

de sementes são: os biofertilizantes, NPK (12-24-12), ureia (46% de N). Quanto aos pesticidas foram alocados: cipermetrina, mancozebe e imidacloprid.

Fornecedores Internacionais: Brasil (Feltrin sementes); França (GSN sementes); Dinamarca (Vikima seed). O material genético importado é submetido aos ensaios de adaptação multilocais junto do IIAM. Após testes e validação coloca-se à disposição no circuito comercial.

No ano de 2014, a empresa através do Projeto HORT-SEMRE da ONG-Swiss contact, beneficiou da facilitação para a ligação entre esta e as empresas brasileiras como é o caso da FELTRIN SEMNTES, que atualmente estes são os seus fornecedores. Ao nível do governo provincial há uma boa relação e cooperação com a empresa, na medida em que, tanto, a DPASA, assim como o SDAE têm adquirido os seus produtos, nomeadamente sementes, pesticidas, equipamentos e materiais agrícolas.

Em face aos constrangimentos da JNB-Empreendimentos, LDA destacou-se a falta de um armazém para sementes e meios de empacotamento. O outro problema é o da seca devido a irregularidade da chuva. Na campanha de 2016/2017 o Senhor Jaime Bila referiu que a empresa registrou perda numa área de 10 hectares. Apontou ainda, as avarias dos equipamentos laboratoriais do IIAM-Estação Regional de Nampula.

A Casa do Agricultor em Nampula é uma loja do Grupo TECAP (Tecnologia & Consultoria Agropecuária Lda). É também uma empresa que está vinculada ao agronegócio dedicando-se exclusivamente em comercialização de insumos e fatores de produção. A entrevista foi com o senhor Oblardino Orlando Baúque que ocupa o cargo de gerente da loja.

De acordo com o senhor Oblardino Orlando Baúque, a Casa do Agricultura é uma empresa especializada para comercialização de sementes, fertilizantes, agroquímicos, maquinaria agrícola, produtos veterinários, meios de rega, material para montagem de estufas (casa de vegetação), Kits de enxertia, etc.

A Casa do Agricultor está no mercado de Nampula desde 2016 e teve como estratégia de penetração o convívio saudável dos empreendedores locais, mediante as políticas de integração de cooperação mutua e com vantagens para ambos, nomeadamente, a Casa do Agricultor adquire alguns produtos destes e vice-versa.

Por outro lado, a empresa inovou ao introduzir a loja móvel do agricultor (Home farms), no qual garante a entrega ao domicílio caso justifique, e venda em feiras agrícolas, assim como instalou perto de 15 revendedores (Agrodealer) ao longo do corredor de Nacala, com maior destaque para os distritos de (Malema, Ribáuè, Monapo, Murrupula).

No que tange aos apoios, segundo o nosso entrevistado avançou que a empresa tem um apoio do governo provincial na medida em que este facilitou a sua instalação e inauguração da

loja em Nampula. Por outro lado apontou também que o governo através dos Serviços Distritais de Atividades Económicas (SDAEs) têm facilitado os ensaios e os campos de demonstração de resultados com maior enfoque para os distritos de Malema, Ribáuè e Monapo, não tendo especificado em termos de áreas/hectare. Realçou também as facilidades que o governo tem proporcionado aos Serviços de Extensão Agrária, pois a disseminam e recomendam os produtores a adquirirem os diversos produtos nesta loja. Por outro lado, a extensão tem apoiado na identificação de produtores e criadores de gado os quais são treinados em matérias como o manejo de gado (alimentar, sanitário, reprodutivo, etc.) com suporte financeiro desta Casa. No entanto, não tendo especificado em termos de valores monetários, o nosso entrevistado, apontou que o grupo TECAP ao nível da sede tem um apoio proveniente da ONG norte Americana USAID.

Agrodalton Lda. A empresa Agrodalton Lda, é uma empresa especializada na comercialização de sementes e insumos agrícolas. Área de atuação: Venda de sementes e insumos agrícolas; Local da entrevista: Cidade de Nampula, Av. Trabalho: Zona da Faina em frente ao Mercado do Pinto; Data da entrevista: 08 de Junho de 2017; Hora: 09 a 10h30; O entrevistado: Amilcar Cuacheque; Posição/cargo na empresa: Diretor Comercial

A sua fundação ocorreu em 2013. Possui atualmente duas lojas de vendas, ambas fixadas nos mercados populares da cidade de Nampula: Faina e Waresta. A empresa dispõe de um plano de negócios e estratégico, no qual prevê a sua expansão para os distritos de Balama (Cabo Delgado) e Malema. Neste último distrito, a previsão é de que o início de operação da loja se concretize ainda dentro do ano de 2017. Segundo o diretor comercial a empresa em longo prazo tem o projeto de albergar a produção e multiplicação de sementes certificadas, para tal aponta a estratégia de instalação de lojas como prioridade.

Tratando de uma loja de comercialização, tem como fornecedores: a Oruwera, a Morais Comercial, a Phoenix, a Klain Caron da África de Sul, Casa do agricultor, Agrifocus. Para o caso da Phoenix tem fornecido semente de cereais como o milho (variedades: Matuba, Pris 601- cuja esta última é tolerante a seca). Os fornecedores oferecem sementes de hortícolas, feijões (F. Vulgar; IT16; IT18), soja. Para pesticidas e fertilizantes são garantidos através da empresa agrifocus.

No âmbito da sua política de atuação, está em negociação a possibilidade de ser representante oficial dos produtos da Empresa de Sementes Phoenix sediada na cidade de Chimoio. De acordo com o proprietário da empresa, há um plano de venda de mudas de fruticultura, numa área de 1,3 hectares, onde até já havia se plantado trinta e duas plantas de laranjeiras, variedades *Valência e Washington naval*); doze mangueiras cujo material é oriundo

da África de Sul. As variedades das mangueiras não nos foram reveladas. O projeto que se tem com esse material é de torna-lo “matriz” para produção de “garfos” e “borbulhas” para a reprodução agâmica de mudas.

No que tange aos apoios, segundo este aponta que o apoio que existe com o governo provincial se caracteriza por este reconhecer e adquirir os produtos oferecidos pela empresa. Apontou as altas taxas de juros da moeda quando o empréstimo for junto dos bancos comerciais.

Segundo a sua experiência, recomenda que os interessados pudessem recorrer aos microcréditos tendo dado exemplo que por algum período recorreu ao banco microcrédito FIDES, pois esta não apresentou uma taxa de juros alta e para além de ter sido fixa, não sofrendo oscilações com a variação cambial, para além de serem flexíveis. Ainda com o nosso entrevistado considerou que desde a criação da empresa o ano 2015 considerou como o melhor ano de exercício económico. No contexto geral as ONGs que trabalham com a empresa citam-se a Clusa, Visão Mundial, IDE.

Em relação a componente de Recursos Humanos, a Agrodalton Lda, conta com a colaboração de quatro trabalhadores, dos quais um do sexo masculino (diretor comercial) e técnico superior, dois com formação de nível médio geral e um de com formação de nível básico.

São considerados como desafios da empresa a concretização do projeto de instalação das lojas em Malema e Balama; atração de financiamento para o projeto de multiplicação de sementes certificada para alimentar as suas lojas. Como recomendação para os governos provincial ou central, a promoção de projetos de construção de pequenas represas rurais que possam garantir o armazenamento da água para uso agrícola. Para o senhor Amilcar Cuacheque a construção de essa de rega e dinamizar a agricultura, e como consequência toda cadeia estaria a obter os ganhos, pois a dependência das chuvas tem fragilizado a cadeia agrária.

Projeto Horti-Sempre da ONG Swiss Contact. O Projeto Horti-Sempre é uma iniciativa que foi idealizada pela Fundação Suíça Swiss Contact. Área de atuação: Ligação entre (Fornecedores-Comerciantes-Produtores Agrários); Local da entrevista: Cidade de Nampula; Data da entrevista: 09 de Junho de 2017; Hora: 10 a 10h50; O entrevistado: Nordino Chilale; Posição/cargo na empresa: Oficial de Monitoria e Avaliação do Projecto

O mecanismo pelo qual atua é baseado em atuação *assistência técnicas aos produtores e provedores de insumos e fatores de produção*. A referida assistência consiste em conselhos e orientação técnica aos produtores locais de hortaliças de modo que a produção não seja destinada apenas para o autoconsumo, seja destinada também para comercialização. O projeto cobre os distritos de Malema, Ribáuè Nampula, Monapo e Nacala.

A Horti-Sempre tem apoiado na transferência de tecnologias aos produtores, orienta ainda sobre os cuidados que devem ser observados na produção destinada para o mercado, procurando-se sempre assegurar a continuidade do processo de produção durante todo ano. Uma das tecnologias que está sendo divulgada é de estufas, sistemas de irrigação de baixo custo, tutoramento de tomateiro, etc.

Em relação às espécies de culturas desenvolvidas, decorre um processo de fomento de “novas” e “alternativas” variedades de diferentes hortícolas importadas no Brasil. A Horti-Sempre trabalha nesse processo em parceria com o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) que é responsável pela realização de testes de adaptação e sua aprovação. Sendo que, a Horti-Sempre sempre que uma dada tecnologia, variedade ou determinado produto for liberada pelo IIAM, *emite um comunicado aos diversos agentes provedores de insumos e fatores de produção na região dando a conhecer o tipo de produto e onde importar, estabelecendo assim a ligação entre o fornecedor e revendedor local e este com o produtor.* Ainda de acordo com o senhor Nordino Chilale, *a relação entre o projeto Horti-Sempre com o Governo Provincial é boa em todos os níveis, visto que essa toda a sua atividade é apoiada desde a DPASA e o SDAE.* E por último, no que concerne à geração de postos de emprego, a Horti-Sempre, de acordo com o senhor Nordino Chilale, até à data da realização da entrevista - 09 de junho de 2017, contava com dez trabalhadores efetivos, dos quais três do sexo feminino e a restante parte do sexo masculino.

Quadro 11 – Insumos agrícolas disponíveis

Meios motorizados e Acessórios	Agrotóxicos e Sementes	Meios manuais
Bombas de regra pedestais	Aubos	Enxadas
Motobombas e seus acessórios	Inseticidas	Picaretas
Geradores elétricos	Fungicidas	Machado
Mangueiras	Herbicidas	Catana
Reguladores de pressão	Nematicidas	Roçadeiras
Motosserra	Acaricidas	Foices
Conexões	Raticidas	Pulverizadores
Etc.	Formicidas	Etc.

Fonte: Org., próprio autor (2017)

FORMEX MOÇAMBIQUE LDA, é também uma empresa especializada no comércio, porém o seu enfoque é de produtos de ferragens e insumos agrícolas. A pessoa com quem dialogamos apenas se identificou com o nome de *Ritesh*. É de origem indiana. Não foi possível apurar, as circunstâncias que o levaram a estabelecer residência na cidade de Nampula, em Moçambique e nem, o ano em que se fixou.

No entanto, em função da sua pronúncia, pode-se deduzir que, *Ritesh* é daqueles sujeitos imigrantes provenientes da Ásia, cujo seu destino é incerto. Há indícios que alguns estejam de passagem, uma vez que seu destino é África do Sul, mas outros, em particular os indianos, certamente seu destino são os centros urbanos de Moçambique, onde há condições favoráveis para exercício de comércio de um modo geral.

Em Nampula, os indianos dominam o comércio formal, sendo que os seus prováveis concorrentes sejam também imigrantes dos países do norte da África Subsaariana. Os países da África Subsaariana mais citados pelos moçambicanos, nas “conversas dos botecos” têm sido Nigéria e Malí.

Os imigrantes provenientes da Nigéria são, geralmente, associados ao mercado de peças e sobressalentes de automóveis, e os malianos com o mercado de vestuário. Concomitantemente, os moçambicanos, dominam o mercado informal, no qual há comercialização de todos os tipos de bens e mercadorias transacionados no país, desde os bens de uso doméstico até industrial, isto é, bens que vão ao encontro da economia e das capacidades existentes no país.

O senhor *Ritesh*, tal como dissemos, faz parte dos cidadãos imigrantes vinculados ao comércio. Na nossa conversa não foi possível apurar se é dono da loja Formex Moçambique Lda ou meramente “trabalhador”. Contudo, declarou que a loja emprega cinco trabalhadores e está fixada, na cidade de Nampula dispendo de três postos de venda.

A Formex Moçambique Lda, é uma loja que faz parte de cadeia de empresas do agronegócio situadas a montante. De um modo geral, os produtos alistados no quadro em baixo, que foi elaborada com base em dados fornecidos pelo senhor *Ritesh* refletem o nível da demanda existente no país, em particular, na região Norte de Moçambique. A lista de insumos agrícolas comercializados, inclui equipamentos manuais e motorizados, acessórios e meios manuais.

Em relação à relação Governo setor privado, o senhor *Ritesh* referiu que o relacionamento é de cordialidade, na medida em que as diferentes instituições do Governo, das quais, ele destacou as instituições do MASA (DPASA e SDAE’s) têm feito as suas compras na Formex Moçambique Lda.

[6] Instituto de Investigação de Agricultura Tropical (IITA) é uma organização de pesquisa, vocacionada para a agricultura no qual para o IITA-Nmpula trabalha com as culturas de feijão nhemba, feijão vulgar, Gergelim e soja como aponta a tabela³ a seguir: está estabelecido em Moçambique desde 2008.

Desde então atua na investigação e na multiplicação de sementes feijão nhemba, feijão vulgar, na soja e no gergelim. No âmbito desta pesquisa a nossa conversa foi com a Eng^a. Nancy Das Rosas, que trabalha como Assistente de Pesquisa.

O Governo dos Estados Unidos, o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e o Instituto Internacional de Agricultura Tropical (IITA) inauguraram as novas instalações de investigação do IITA na cidade de Nampula, parcialmente financiadas pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Figura 25 – Inauguração de novas instalações de IITA. Cidade de Nampula



Fonte: Disponível em <<https://www.dn.pt/lusa/interior/eua-anunciam-investimentos-no-valor-de-346-me-para-a-agricultura-em-mocambique-7585609.html>>⁵⁸

Com o apoio do Governo dos Estados Unidos, o IITA modernizou e equipou as suas instalações laboratoriais em Nampula e desenvolveu dois produtos de bio-controlo chamados Aflasafe para mitigar a contaminação por aflatoxina no milho e amendoim. A importância da presença da aflatoxina na dieta moçambicana não pode ser exagerada, pois o seu consumo está ligado à alta prevalência do câncer de fígado no país, aumento da taxa de infecção pelo HIV, e o raquitismo nas crianças.

Os dois produtos Aflasafe irão contribuir para a redução dos níveis de aflatoxina na dieta nacional moçambicana, bem como oferecer meios adicionais para os agricultores e comerciantes exportarem o amendoim e o milho em conformidade com os padrões internacionais. O Governo dos Estados Unidos, através da USAID, e o IITA, estão atualmente

⁵⁸ Disponível em: <<https://mz.usembassy.gov/pt/inauguracao-das-novas-instalacoes-instituto-internacional-de-agricultura-tropical-iita-na-cidade-de-nampula>>. Acesso em: 09 maio 2017.

a implementar um projeto no valor de 12 milhões de dólares americanos – programa SEMEAR de produção, réplica e comercialização de sementes – e estas novas instalações enquadram-se no âmbito deste programa.

O Diário Notícias Lusa, na sua página Internacional, do dia 8 de maio de 2017, tem uma notícia que dá conta de um financiamento de 38 milhões de dólares (34,6 milhões de euros), destinado às províncias de Nampula e Zambézia. Esse financiamento foi anunciado pelo embaixador dos EUA em Maputo, Dean Pittman. Anunciou ainda, a inauguração de novas instalações do Instituto Internacional para Agricultura Tropical (IITA) e participação no lançamento da nova Atividade de Mercados Agrícolas Resilientes (RAMA, sigla inglesa). Outra agenda do embaixador norte-americano é de participação no lançamento do projeto de Expansão da Iniciativa da Batata-Doce Viável para África (VISTA) e reunir-se com membros do governo da província de Nampula e responsáveis do município da capital provincial⁵⁹.

Quadro12 – Relação de culturas que o IITA produz sementes certificadas

Cultura	Variedade	Área (ha)	Local de Produção
Gergelim	Nicaragua	-	Itoculo
Feijão nhemba	IT18	-	Itoculo
Gergelim	Nicaragua	10	Namialo-zona de vieira
Feijão nhemba	IT18	0.5	Meconta-Zona de Teterene
Feijão nhemba	IT18	1	Rapale
Feijão nhemba	IT18	2	Ribáuè
Feijão nhemba	IT18	1	Ribáuè - Zona de Mathariha
Soja	Wima	1	Ribáuè
Feijão nhemba	IT18	2	Murupula-Associação Nyvenhe
Gergelim	Nicaragua	1	Murupula-Associação Nyvenhe
Gergelim	Nicaragua	1	Mogovolas
Gergelim	Nicaragua	-	Moma

Fonte: Org., próprio autor (2017)

Atualmente, O IITA encontra-se na reestruturação das estratégias de relacionamento com os seus grupos alvos (empresas de multiplicação de sementes certificadas) no que diz respeito aos contratos de pagamento da contraparte do valor da semente básica disponibilizada pela Instituição. Para a presente campanha agrária, o trabalho consistiu em oferta da semente aos produtores singulares e associações a “custo zero”. Por outro lado, o IITA atua segundo as potencialidades agroecológicas da província de Nampula.

⁵⁹ DN (8 de maio de 2017) Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/eua-anunciam-investimentos-no-valor-de-346-me-para-a-agricultura-em-mocambique-7585609.html>>. Acesso em: 25 maio 2018.

As tecnologias de produção ainda utilizadas ao nível da pesquisa do IITA, assim como nas associações e produtores que recebem assistência técnica, ainda é manual, com baixos índices de uso de adubos e pesticidas. Em relação ao relacionamento com as entidades do Governo, a senhora Nancy considerou como boas, tendo argumentado que,

O fato de o Governo de Moçambique, no geral e o da província de Nampula, em particular terem aceite que o IITA estabelecesse as suas instalações de raiz em Nampula para desenvolvimento de atividades de pesquisa é uma prova evidente de apoio e de bom relacionamento. Acrescentou, pelo facto do IITA trabalhar em parceria com o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) – Centro Zonal Nordeste, a Direção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar, os Serviços Distritais das Atividades Económicas, havendo sempre que necessário treinamentos e implementação conjunta de projeto, por exemplo: O projeto Semear que é financiado pela USAID.

Ainda de acordo com a senhora Nancy, o IITA até a data em que nos concedeu entrevista tinha disponibilizado ao público as seguintes variedades:

- a) Feijão nhemba: IT-16; IT-18; IT-1069; IT-1263;
- b) Soja: Wima; Sana; Wamina; Zamboane; Olima.

Em relação à proveniência do material genético multiplicado no IITA, confidenciou-nos, como *sendo a partir da sua sede em Nigéria*, e quem custeia as despesas das pesquisas agrícolas conduzidas pelo IITA em Moçambique são duas instituições: *a USAID e a Fundação Bill & Melinda Gates*.

IKURO. A IKURO-Empresa Comercial de Produtos e Insumos Agrícolas. Acua especificamente na multiplicação de sementes, na comercialização de grão e na prestação de serviços.

A IKURO é uma empresa que se dedica à produção de sementes melhoradas, na comercialização de grão, prestação de serviços de processamento de grãos, beneficiamento de sementes, aluguer de maquinaria para preparação de solos.

Foi com essas palavras que iniciou a conversa entre o nosso assistente o eng. Helder Miteca com os senhores Mário dos Santos e Jaime Assane, ambos trabalhadores de IKuro, que decorreu nas instalações de IKURO na cidade de Nampula. O primeiro, o senhor Mário dos Santos, ocupa o cargo de Gestor de Insumos e Qualidade e, o segundo, Jaime Assane, o de Assistente de Insumos.

De acordo com o senhor Mário dos Santos, Gestor de Insumos e Qualidade, a Ikuro foi criada em 2003 como um consórcio que envolve as seguintes instituições:

- 20 mil produtores que detém 15.5% de ações na empresa atualmente, estão aglutinados na Associação dos “Produtores Ikuro” (API);
- GAPI-Sociedade de Investimento Lda;
- Na França (SIDI);
- ONG-norgisvele da Nuruega

O processo de produção de sementes pela IKURO é baseado em contratos que são celebrados com os 20.000 produtores (membros da associação). No âmbito dos termos acordados, cabe à IKURO *o custeio das despesas inerentes à compra de semente básica, preparação do solo, compra dos pesticidas (agrotóxicos), inspeção dos campos de multiplicação de sementes pelas entidades competentes, processamento e beneficiamento da semente, embalagem e sua comercialização.*

Em relação às obrigações dos “produtores” não foi possível obter dados a partir dos senhores Mário dos Santos e Jaime Assane que falaram em nome da IKURO. Não são conhecidos os motivos de omissão desse dado. Há duas hipóteses possíveis a colocar em relação à omissão desse dado: a primeira e a mais provável, é de que, pode ser que o assistente desta entrevista não tenha formulado a pergunta; a segunda, é de que, os entrevistados tenham preferido não responder a pergunta.

No entanto, embora tenhamos registrado esse episódio, isso não vedou completamente o acesso aos dados sobre as obrigações que pesam aos vinte mil “produtores”, uma vez que dos camponeses entrevistados, um deles, o senhor Armando Deixa é parte desses “produtores”. De acordo com o senhor Armando Deixa, camponês de localidade de Nacololo, no posto administrativo de Monapo-Sede, são obrigados dos camponeses envolvidos na multiplicação de semente de IKURO, *a realização dos trabalhos relativos à produção agrícola que exigem a mão-de-obra, que incluem, a sementeira, sacha, pulverizações e colheita.* A outra responsabilidade dos produtores é a de *disponibilização da terra para multiplicação da semente a título gratuito.* Como se pode observar, a penetração do capital não ocorre apenas a partir da expropriação da terra, se realiza também a partir de uso gratuito das terras dos camponeses e da sua força de trabalho.

Em uma outro, pergunta formulada aos senhores Mário dos Santos e Jaime Assane soubemos que, o sistema agrícola adotado pelo IKURO é de, *agricultura de conservação, no qual a produção é orgânica e a estratégia da empresa é de não multiplicar híbridos devido a sua maior exigência e altos custos de manejo*. Os outros aspetos técnicos adotados, são nomeadamente, escolha de variedades de polinização aberta OPV's, escolha dos locais ou distritos para a multiplicação de sementes de acordo com o treinamento atempado oferecido aos “produtores” (camponeses) sócios da empresa, a sua seriedade e seu desempenho e os fatores agroecológicos que devem ser favoráveis às culturas que compõem a especialidade de IKURO.

A entrevista terminou por avaliação da campanha agrícola 2016/2017. Os interlocutores desta pesquisa, trabalhadores de IKURO referiram que o processo de planificação da campanha 2016/2017, fixou como área de plantio, 320 hectares de multiplicação de sementes das culturas discriminadas no quadro 09. Um dado que nos chama atenção neste quadro é que, o distrito de Manapo não consta nesta lista. Esse fato contradiz o que realmente ocorre no terreno. Tal como dissemos, dos camponeses entrevistados, um deles, o senhor Armando Deixa desenvolve suas atividades na localidade de Nacololo, posto administrativo de Monapo-Sede, distrito de Monapo.

Quadro13 – Área dos camponeses abrangida pelo IKURO

Culturas	Variedades	Local/Distrito de cultivo	Área (ha)
Amendoim	Nametil	Mogovolas	320
Milho	Matuba e ZM523	Moma/Mecuburi/Ribáuè	
Gergelim	Limd	Angoche	
Soja	TGX8F	Malema/Ribáuè	
Feijão nhemba	IT16 e IT18	Malema/Ribáuè	
Feijão boer	0040	Murrupula	

Fonte: Org., próprio autor (2017)

No que diz respeito à comercialização de grão, a estratégia de IKURO consiste em estabelecimento do “preço” de compra ao “produtor” (camponês) de acordo com a dinâmica do mercado, isto é, adoção do preço em vigor no mercado. Os produtos que participam no circuito do negócio de IKURO, incluem para além, da semente de culturas que constam na lista, a castanha de caju. A IKURO, compra a castanha comercializada pelos produtores para, em seguida, vender às empresas de processamento ou de exportação. Na última colheita, isto é, campanha agrícola, 2016/2017, a quantidade de castanha comercializada foi de cerca de 70 toneladas. Em relação ao relacionamento entre a IKURO com as entidades governamentais, na ótica dos senhores Mário dos Santos e Jaime Assane é de boa parceria, uma vez que, a Gapi-

Sociedade de Investimento Lda, tem recebido apoios que são canalizados pelo governo. Outro tipo de apoio disponibilizado pelas instituições governamentais, trata-se de assistência técnica prestada pelos técnicos de extensão agrária e que estão distribuídos em distritos da província de Nampula.

EMPRESA ORUWERA, LDA. Os dados que a seguir são apresentados sobre ORUWERA, Lda, foram facultados gentilmente por um dos seus fundadores, o senhor Calisto Raimundo Viegas. Tivemos conhecimento das circunstâncias em que a empresa foi criada, âmbito da sua atuação, origem do fundo e suas perspectivas.

Em 2010, de acordo com palavras do senhor Calisto Raimundo Viegas, eng.º Agrônomo, foi concretizado um dos seus sonhos ao criar uma empresa de multiplicação e de comercialização de sementes melhoras. A concretização desse sonho, ocorreu num momento em que, em todo o país, de um modo geral e, em particular, na província de Nampula, o setor agrário se ressentia do problema de provisão de sementes melhoradas, isto devido, a falta de empresas multiplicadoras. Nesse sentido, o senhor Calisto Raimundo Viegas afirma que ORUWERA Lda, *nasceu com a missão de multiplicar e de comercializar sementes melhoradas.*

A empresa Oruwer Limitada é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, criada em 2010 e que está registrada sob o n.º 100207397, na Conservatória dos Registos de Nampula, como empresa moçambicana de sementes (MOÇAMBIQUE, 2012). O termo *Oruwer* significa *semente de boa qualidade e produtiva, tudo que o agricultor merece.* Oruwer significa boa qualidade e sementes produtivas, bem como a prosperidade dos agricultores.

Com sede na cidade de Nampula a empresa produz semente básica e certificada que é vendida aos clientes localizados em todo o país. A missão da Oruwer é promover a produção de sementes de qualidade, e promover o seu acesso e uso pelos agricultores.

A Oruwer, orgulha-se pelo seu sucesso, tal como consta no seu site, onde se diz que, *O nosso sucesso é devido à alta qualidade de semente certificada que colocamos no mercado, a qual deixa muitos clientes satisfeitos com o produto que compram. A Oruwer mantém fortes vínculos com o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e Serviço Nacional de Sementes para garantir que somente uma semente de alta qualidade é que chega aos agricultores.*

Oruwer, Limitada reúne profissionais com vasta experiência em iniciativas de sementes comunitárias no norte de Moçambique. Dos seus objetivos, apuramos que o objetivo de Oruwer é desenvolver a experiência adquirida, estabelecer uma empresa de sementes sustentável que mantenha uma forte ligação com os produtores externos, o Instituto Nacional

de Pesquisa Agrícola (IIAM), a autoridade nacional de sementes (SNS) e uma rede de agronegócios. O objetivo final da empresa é garantir que as sementes certificadas de variedades de alto potencial selecionadas e multiplicadas pelos pequenos agricultores as atinjam em tempo hábil a preços e tamanhos de pacotes acessíveis.

Em relação à localização e sua abrangência, a Oruwera Lda. Está baseada na província de Nampula, como também, estabeleceu duas redes de produtores e de retalhistas em quatro distritos. São no total 750 produtores e 50 retalhistas e comerciantes agrícolas nas províncias de Nampula, Zambézia e Cabo Delgado. A Oruwera oferece treinamento técnico e comercial para produtores e varejistas e compra sementes básicas e certificadas.

O termo ORUWERA Lda, de acordo com o senhor Calisto Raimundo Viegas é uma palavra da língua *Emakua*, que traduzida em português, significa “produção/cultivo”. No entanto, importa assinalar que de acordo com dados estatísticos do INE 2007, *Emakua* é a língua nacional com mais falantes em Moçambique, com cerca de 25% do total da população com 5 anos ou mais, que declarou como sendo sua língua materna.

Uma das perguntas que foi formulada e que se insere na contextualização histórica da ORUWERA Lda, é aonde é obtido o dinheiro que garante a concretização do sonho de ORUWERA Lda? A resposta, que recebemos foi de que, *o capital aplicado na produção é proveniente de donativos concedidos pelas organizações internacionais, designadamente AGRA, CIMMIT, FINAGRO e PROSAVANA-JICA.*

Com o apoio técnico e financeiro da AGRA à Oruwera conseguiu-se suprir-se com o défice da produção de sementes de qualidade certificada de polinização aberta (OPV) e de polinização cruzada (híbrida). As sementes certificadas de OPV e híbrida de milho, sorgo (mapira), gergelim, amendoim, guandu (feijão boer), feijão cute (feijão-de-china ou feijão-mungo ou ainda *vigna radiata*), feijão jogo (bamabara-nut), feijão-frade e de hortaliças foram disponibilizadas aos pequenos agricultores oportunamente a preços acessíveis e, em melhores condições de conservação.

Por meio do apoio de AGRA a empresa produziu 972 toneladas de sementes certificadas, conduziu atividades de educação de agricultores (83 demonstrações estabelecidas/oficinas, que abrangeram 465 agricultores) e, também foram criados 57 agro concessionários estabelecidos.

A empresa estima que foi capaz de trabalhar com 1.374 agricultores, dos quais 534 mulheres na produção de sementes certificadas. A estratégia da empresa inclui a produção de sementes de base de milho, soja, amendoim e mandioca para as empresas de sementes e grupos

de produtores que produzem sementes certificadas. A produção de sementes fora da estação é uma das prioridades da empresa a partir da temporada 2015/2016.

O processo de produção de sementes melhoradas, de acordo com as palavras do Chefe da Produção, o Senhor Calisto Raimundo Viegas está organizado em duas linhas de produção de sementes: produção em campos próprios e produção em subcontratos. A produção em campos próprios é realizada em todas as fases pela empresa numa área de aproximadamente 10 hectares situada no distrito de Nampula. As atividades realizadas nos campos próprios estão relacionadas basicamente com pesquisas de testes, purificação de variedades, manutenção e ampliação varietal e controle do comportamento.

A produção em subcontratos é realizada em campos alheios a empresa, ou seja, pertencentes aos “produtores” camponeses, associações e pequenas empresas. Mediante a celebração de contratos, cujo objeto de contrato é produção de sementes melhoradas, a Oruwera Ltda., é a parte contratante, e os “produtores” camponeses, associações e pequenas empresas, parte contratada.

Dentre os vários compromissos assumidos, que o Senhor Calisto Raimundo Viegas considera de princípios básicos de funcionamento (deveres e direitos) entre as partes, incluem, como deveres da parte contratante, a disponibilização de sementes, adubos (*N-P-K-12-24-12*; *UREIA-46% N*; Inoculante) e pesticidas. Concomitante, são direitos da parte contratante, a recolha de toda produção obtida nos campos de multiplicação de sementes e comercialização do que se apurar como semente, de modo que sejam deduzidos os custos acarretados.

Uma das grandes inovações da empresa é a multiplicação de semente melhorada durante todo ano, isto é, garantido através de pequenos sistemas de rega (gota-gota numa área de 1-2 hectares) e gravidade. Outra inovação, é o fato de se ter adquirido capacidade de multiplicação de sementes de hortícolas (hortaliças). Até então, o resultado obtido na produção de sementes de hortícolas é a cifra de 80 kg de semente de cebola de variedades locais, que se adaptam às duas estações do ano (inverno e verão - IPA-10; IPA-11) e de outras culturas, como é o caso de alface (variedades: oruwanda/alface crespa, alface franciscana, alface repolhuda).

Figuram como principais parceiros da ORUWERA, nomeadamente o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique-IIAM, Instituto Internacional de Agricultura Tropical-IITA, ICRISAT, CIMMIT, AGRA, FINAGRO e o PROSAVANA-JICA.

Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) – Centro Zonal Nordeste (Czn) Nampula. O Centro Zonal Nordeste (Cznd) é um órgão regional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), localizado na região Nordeste do país. A sua função básica é coordenar, executar políticas, estratégias, programas e projetos de investigação

agrária na sua área geográfica de atuação. A atuação do IIAM-Centro Regional Nordeste pode ser resumida nos seguintes termos, coordenação da investigação agrária, bem como, na fiscalização de atividades de investigação agrária na região norte de Moçambique.

No âmbito desta pesquisa, o IIAM foi uma das instituições escolhidas para recolha de dados, tanto, secundários, como primários, por meio de consulta documental, relatórios, estudos, conversas. Nesta seção apresentamos o que foi possível coletar, por meio de entrevista que ocorreu no dia 27 de junho de 2017, entre as 12h45 a 13h30 com o Eng. Robate, que ocupa do cargo de chefe de departamento de pecuária.

A conversa com o Eng.º Robate iniciou por nos situar naquilo que ele chamou de função, mandato, missão e visão do Centro Zonal Nordeste do IIAM, que está sediado na cidade de Nampula.

Constitui visão do centro zonal nordeste do IIAM ser um centro de investigação e inovação de excelência que contribua para o desenvolvimento do agronegócio, satisfação da necessidade alimentar da população e uso sustentável dos recursos naturais na região Nordeste de Moçambique. A sua missão é de gerar conhecimento e soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, ecossistemas predominantes e segurança alimentar e nutricional, em benefício da população da região Nordeste e de Moçambique em geral.

O Centro Zonal Nordeste é uma máquina constituída por 218 profissionais, nomeadamente, investigadores, técnicos médios profissionais, gestores administrativos, motoristas, agentes de apoio e segurança.

O CZnd no componente de investigação atua a partir de *unidades experimentais* que comportam, programas sectores ou áreas de investigação, nomeadamente: algodão, caju, cereais, estudos socioeconómicos, ciências animais, fertilidade e gestão de solos, florestas, fruticultura, leguminosas de grão e oleaginosas, proteção de plantas, raízes e tubérculos e sectores de apoio.

Em termos de cobertura, o Centro Zonal Nordeste do IIAM abrange as Regiões Agroecológicas: R7, R8, R9. Essas regiões agroecológicas cobrem os distritos de Gilé e Pebane na província da Zambézia; toda a província de Nampula, com exceção do distrito de Malema; distritos de Nipepe, Marrupa e Mecula na província de Niassa e toda a província de Cabo Delgado.

Os locais onde o IIAM está estabelecido e que possui objetos espaciais de apoio às suas atividades são, nomeadamente, Posto Agrônômico de Nampula na cidade de Nampula, Centro de Investigação de Caju de Nassuruma em Meconta, o Centro de Investigação de Algodão de

Namialo, Posto Agrário de Nametil, Posto Agronómico de Namapa, Laboratório Regional de Veterinária, Estação Agraria de Ribae, Centro de Formação em Frutas de Namialo, Centro de Investigação de Mapupulo, Posto de Agrário de Napaha e Nacaca.

Quadro14 – Espécies de culturas em investigação pelo IIAM em parceria com Ikuro

Culturas	Variedades	Local
Amendoim	Nametil e GL24	Mogovolas e Meconta
Milho	Matuba e ZM523	Ribae,
Gergelim	Nicaragua, Limd	Meconta, Monapo
Feijão nhemba	IT16 e IT18	Mogovolas, Meconta
Feijão boer	0054-CIP; 0057-CIP	Meconta, Mogovolas
Mapira	Mukuveia, Sima, Matica-1, Matica-2, Tocolé	Montepuez
Algodão	⁶⁰ CINSAN-1; ³ CINSAN-2	Namialo
Batata doce	Nene, Tereza, amelia, cicilia, gloria, irene, bela, lurdes, Herica, delvia,	Morrupula, Meconta, Monapo, Rapale, Mogovolas, Malema, Angoche, Larde, Mecuburi, Cidade de Nampula
Papaia	Red lady, Red Royal	Meconta
Mandioca	Eyop, Nziva, Colicanana, Fernando, Amuali kanpinche	Mogincual, Nampula distrito, Mogovolas

Fonte: Org., próprio autor (2017)

Para a campanha agrícola finda (2016/2017) foram planificados trabalhos de investigação que incluem, seleção, testes, acompanhamento em uma área de 355.9 hectares com vista a produção de sementes básicas diversas, assim mudas de diversas espécies frutícolas, como ilustra o quadro em baixo.

O IIAM, através do Centro Zonal Nordeste, arrancou com a implementação da sementeira mecanizada, mas a título experimental, na cultura de milho. Portanto, maioritariamente a sementeira é feita manualmente, assim como os tratamentos fitossanitários. Outra inovação é a multiplicação de sementes de feijão nhemba (*Vigna unguiculata*) através de rega por micro aspersão, que segundo o nosso entrevistado apontou ser uma grande alavanca para a melhoria da produção e produtividade desta cultura.

Entretanto, o Centro zonal do Nordeste, já está a desenvolver programas de multiplicação de sementes de hortícolas, assim como estudos específicos, em certas culturas tais como cebola e amaranthus. Para concretização dos seus projetos o IIAM - Centro Zonal Nordeste mantém parceria com as seguintes instituições, Instituto Internacional de Agricultura

⁶⁰Primeiras variedades de algodão libertas pelo IIAM depois da independência de Moçambique.

Tropical-IITA, ICRISAT, CIMMIT, Empresas de Multiplicação de Sementes, Associação dos Produtores, USAID, JICA-Prosavana, MACNAIT, Banco Mundial, FNI.

5.7 A atuação do capital financeiro

A República de Moçambique mantém relações de cooperação com Estados e governos do mundo. Destes destacam-se os: Parceiros de Apoio Programático (PAP's): Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Mundial, Bélgica, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grã Bretanha, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia e Suíça; África do Sul, Austrália, Brasil, China, Coreia, EUA, Índia, Japão e Vietname.

A Câmara de Comércio de Portugal a partir do seu veículo de comunicação *on-line*⁶¹ do dia 16 de fevereiro de 2017 publicou a sua página a notícia de que o Banco Mundial desembolsa 216 Milhões de Euros para agricultura em Moçambique.

O Banco Mundial vai desembolsar 216 milhões de euros para um projeto de desenvolvimento rural em Moçambique, visando incentivar a produção agrária nos pequenos agricultores - “Sustenta”. A notícia foi tornada pública pelo Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, em conferência de imprensa.

Estima-se que “o sustenta abarque mais de 700 mil pessoas. O acesso aos recursos financeiros irá permitir o aumento do rendimento das famílias rurais, através da produtividade e acesso aos mercados”, afirmou o governante, que classifica o projeto como “extremamente ambicioso. Em fase inicial, o projeto vai abranger as províncias da Zambézia, no centro do país, e Nampula, no norte, criando um mecanismo de financiamento em insumos às comunidades sem taxas de juro.

Ainda no âmbito do financiamento do sustenta, será revitalizada uma área com cerca de 240 hectares de regadio, bem como a reabilitação de infraestruturas importantes para a prática agrícola nestas duas províncias. A nossa expectativa é que este investimento nas famílias possa trazer resultados mais acelerados no combate à pobreza.

Como forma de resistir aos altos índices de pobreza e à desnutrição crónica, a maior parte da população moçambicana, que vive em zonas rurais, recorre à agricultura de subsistência como único meio de sobrevivência. O Governo moçambicano, que definiu a

⁶¹ Disponível em: <http://www.ccpm.pt/newsletters/Newsletter_2276.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

agricultura como a base da economia moçambicana, tem apontado a industrialização do setor como um dos principais desafios.

Ainda outra notícia que circulou, no dia 13 de março de 2017 anunciou que a aprovação de 44,5 milhões de euros pelo BM para um projeto florestal em Moçambique. De acordo com A Bola os 47 milhões de dólares (44,5 milhões de euros) se destinam para apoiar o Projeto de Investimento Florestal do Governo de Moçambique (MozFIP), de acordo com um comunicado da entidade financeira. Segundo a nota, divulgada na terça-feira, o projeto é parte de um esforço para conter o rápido ritmo de deflorestação no país e criar novas oportunidades de subsistência para as comunidades rurais através de melhores práticas de manejo florestal e da terra em paisagens específicas em Moçambique.



Figura 26 – Presidente da República no ato de lançamento do projeto Sustenta

Fonte: Jornal Notícias, 21 de fev. 2017

Disponível em: <http://www.newsaipep.com/moz_news/nyusi-lanca-projecto-sustenta-e-fala-de-empoderamento-rural/> Acesso 21 de fev. 2017

O país lusófono é dotado de recursos naturais, incluindo 40 milhões de hectares de florestas naturais, das quais quase 27 milhões de hectares são florestas produtivas, tendo contribuído com mais de 300 milhões de dólares (284,1 milhões de dólares) para o Produto Interno Bruto (PIB) do país nos últimos anos. Apesar do seu enorme potencial, as florestas naturais do país estão a ser rapidamente destruídas a uma taxa anual de 0,35% ao ano, representando uma perda anual de quase 140 mil hectares. Alguns dos principais resultados esperados incluem a redução das emissões de gases de efeito estufa resultantes da deflorestação, o aumento do número de hectares de recursos naturais protegidos e restaurados e a melhoria da governança florestal. Também é esperado o aumento do acesso ao financiamento para a agricultura e os participantes da produção florestal e o aumento do número de agregados

familiares rurais com acesso a certificados de terras. Este projeto foi desenvolvido em estreita colaboração com as autoridades do Governo local e central, comunidades locais, setor privado e sociedade civil, segundo a nota. O projeto beneficiará 163 mil famílias nos distritos das províncias da Zambézia e Cabo Delgado.

A moda iniciou com o Presidente Armando Emílio Guebuza. Realmente, em 2005 iniciou com um novo “slogan” presidencial - “presidências abertas inclusivas⁶²”. A nova retórica respondia a um descontentamento generalizado face ao agravamento das condições de vida da população – a pobreza absoluta (BRITO, 2010). Essa expressão (pobreza absoluta) para quem a pronuncia, se reveste de símbolos de heroísmo para um povo tão carenciado, que até mesmo de sonhar está carente.

O presidente Armando Emílio Guebuza entre 2005 a 2014 faz parte dos heróis que libertaram a terra e os homens a partir da luta armada entre 1964 a 1974. Se no processo de libertação do Homem e da terra, a vitória foi possível devido ao recurso de estratégias militares, já na segunda etapa, a de autonomizar o Homem livre exigiam-se novos procedimentos. A estratégia adotada foi exatamente a de “caixas de soluções”.

Na mesma lógica de atuação, assiste-se o atual presidente da República Filipe Jacinto Nyusi em uma das digressões que periodicamente realizou na província de Nampula, dirigindo-se a milhares de pessoas que acorreram à vila-sede do distrito de Ribáuè para testemunhar o lançamento do que considerou a implementação do ciclo produtivo que foi projetado quando se desenhou a estratégia da sua governação. Começou por recorrer às estatísticas recentes para chamar atenção sobre a relevância do programa lançado oficialmente na última sexta-feira – o “Sustenta”. Lembrou que o relatório do Inquérito ao Orçamento Familiar 2014-2015 constatou a redução do nível nacional de pobreza de 54.4%, em 2008, para 46.1%. O mesmo documento apontou como aspectos negativos o agravamento da pobreza de consumo, no Norte do país, de 41.5% em 2008, para 55.0%. As províncias da Zambézia e Nampula tiveram a despesa média mensal mais baixa.

O programa Sustenta foi concebido pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, o seu enfoque especial é nos pequenos e médios agricultores. Prevê a disponibilização de financiamento sem taxas de juro; garantia de acesso aos documentos de uso e aproveitamento de terra, bem como aos meios de produção e insumos agrícolas; reabilitação de estradas que ligam as zonas de produção às principais rodovias, tendo como objetivo o

⁶² Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/uma-avalia%C3%A7%C3%A3o-cr%C3%ADtica-da-presid%C3%A2ncia-aberta-e-inclusiva-em-mo%C3%A7ambique/a-6534772>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

escoamento dos produtos e acesso ao mercado, para além da projeção de unidades de agro processamento.

Para o início da implementação, como fase-piloto, foram selecionados cinco distritos de Nampula (Malema, Ribáuè, Lalaua e Mecuburi) e cinco da Zambézia (Mocuba, Gilé, Alto-Molócuè e Gurùè). São 16 biliões de meticais disponibilizados pelo Banco Mundial para tornar possível o projeto Sustenta. “Este projeto não vem substituir outros que estão em curso. É o contrário. Esta iniciativa, de carácter sustentável, vem reforçar a nossa vontade de acelerar o desenvolvimento rural”, esclareceu o Presidente da República, lembrando que, aquando da sua tomada de posse, em Janeiro de 2014, prometeu trabalhar com a sua equipa para permitir o desenvolvimento das famílias rurais.

“Foi nesta perspectiva que criámos, com muita firmeza, o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, com a missão de dirigir, planificar, coordenar, controlar e assegurar a execução das políticas do sector. Tivemos muitos questionamentos, mas tínhamos a certeza e sabíamos que o problema dos moçambicanos partia, sobretudo, da zona rural”.

Quadro 15 - Investimentos Estrangeiros concedidos a Moçambique 1999 – 2007

Investimento Estrangeiro	Milhões			Total
	Banco Mundial		Governo outros	
	Credito	Subvenção		
Biodiversidade Costeira e Marinha	6	4	1	11
Gás (Moçambique - África do Sul	161	-	560	721
Reforma e Acesso à energia	40	-	42	82
Caminhos de Ferro da Beira	110	-	48	158
Desenvolvimento E. (PODE)	26	-	22	48 0
Planeamento e F. Descentralizados	42	-	4	46
Desenvolvimento Municipal	42	-	8	34
Desenvolvimento Nacional Água 1	36	-	21	57
Desenvolvimento Nacional Água 2	105	-	10	115 0
Educação Superior	60	-	11	71
Sector de Educação (ESSP)	71	-	646	717
Gestão de Recursos Minerais	18	-	15	33
Manutenção de Estradas e Pontes	162	-	542	704
Reforma Sector Comunicações	12	-	2	14
Agricultura (PROAGRI)	40	-	177	217
Resposta ao HIV/SIDA	0	55	9	64
Restruturação P. Caminhos/Ferro	100	-	20	120
Reforma do Sector Público	26	-	19	45
Redução da Pobreza	60	-	130	190
Total	1.109	59	2.287	3.455

Fonte: BM (2016)

Para ter acesso ao financiamento, os visados têm muitas opções: deverão recorrer aos serviços distritais de Agricultura, representações de base do Ministério da Terra e Desenvolvimento Rural ou aos gabinetes locais de implementação do projeto Sustenta. Entretanto, o levantamento de potenciais elegíveis nos dez distritos acima mencionados começou há algum tempo.

Para se ter o crédito, há pré-requisitos que se devem observar, um dos quais é ser um produtor “com experiência comprovada” ou uma empresa do ramo devidamente registada e que seja claro o seu trabalho.

“Nós vimos aqui que haverá unidades de implementação em cada distrito. Vamos trabalhar com essas unidades, com os governos distritais, com os serviços distritais de atividades económicas, para, em conjunto, vermos como é que podemos fazer com que os potenciais elegíveis/beneficiários tenham acesso ao crédito e a outros apoios que estão previstos”, disse Abdul Razak, governador da Zambézia, presente no evento de sexta-feira, em Ribáuè.

Estima-se que 700 mil pessoas tenham um benefício direto do projeto Sustenta nas duas províncias. Entretanto, ao longo da implementação, serão criados mais de 5 mil empregos no trabalho de plantações florestais, através do reflorestamento de mais de 1 600 hectares de terras degradadas. “Sustenta” é a materialização do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável, desenhado pelo ministério dirigido por Celso Correia.

Os investimentos estrangeiros, as parcerias, os programas e as ações certificam a ação do capital estrangeiro, as investidas geopolíticas e os efeitos nas comunidades camponesas. Mostram também que a modernização do Espaço agrário no distrito de Monapo expressa mudanças estruturais em Moçambique. Essas mudanças amealham o sentido político do país e a vida de seus povos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais queremos destacar que, a construção da tese de que, a modernização do espaço agrário que se verifica nos territórios campestres dos povos Makhuwas em Moçambique está inserida no projeto de dominação capitalista, que no atual contexto em que, o dominador com as técnicas que possui, já não necessita de uma presença igual à aquela que foi recorrida nos séculos anteriores. O estágio das técnicas proporciona aos dominadores, não apenas dominarem os povos, como também às suas autoridades. Se no século XIX, o dominador precisou de criar autoridades paralelas, hoje já não precisa dessa estratégia. Os dominadores usam as autoridades que nos libertaram da colonização para sua territorialização, onde os convém.

O sonho por modos de vida eurocêntricos e por formas de consumo, que exigem o porte de meios técnicos inexistentes no contexto do espaço de Moçambique é a principal arma usada para dominação dos povos. A modernização do espaço agrário que tanto é debatida em Moçambique, discute inserção do agronegócio nos territórios campestres, ao invés de conferir maior capacidade ao campesinato de modo que esteja em condições de produzir não apenas para si, como para abastecimento do mercado urbano, sem ter que usar sementes transgênicas, agrotóxicos.

Há uma insistência em se dizer que os camponeses de Moçambique são de subsistência, como também, as culturas dos povos de Moçambique, tais como, os ritos de iniciação, as crenças mágico-religiosas como estágios de obscurantismo e de superstição. Criou-se uma imagem de que, os portadores das técnicas nasceram já dotados de conhecimentos e os despossuídos dela devem ser civilizados. Intencionalmente, nega-se a apreensão da realidade do movimento, da totalidade que funda a interdependência e das contradições que caracterizam o movimento.

Dizer-se que os camponeses de Moçambique são de subsistência é negar fatos que evidenciam formas de poupança, rendas muito além do sustento, edificações no espaço que revelam projeção da vida muito além do dia -, investimentos de longa duração.

Os convívios em festas de casamentos, durante os ritos de iniciação, nos fins da época agrícola, que reúnem não apenas os membros das mesmas famílias, como também, das famílias amigas para comemoração das conquistas. A passagem da idade de infância para adolescência é comemorada, o primeiro ciclo menstrual tem significado muito grande. Os ritos de iniciação mais do que simples festas, são espaços de educação das jovens e dos jovens para a sexualidade e vida conjugal. É evidente que os processos que materializam qualquer que seja formas e

conteúdo de vida, neste caso, os ritos de iniciação são sempre marcados por contradições. Essas contradições ocorrem em vários níveis escalares: familiar, local, nacional.

O estágio da técnica em que o espaço de Moçambique atingiu é produto de relações de produção, tanto internas como externas dos camponeses. A permanência de determinadas técnicas rudimentares, tais como, enxada de cabo curto, a não adoção de técnicas simples e que se adequam às condições dos camponeses, exige uma explicação a partir da interpretação das relações sociais históricas. Os camponeses não têm os simples carros de bois, máquinas artesanais de ralar mandioca, etc.

Chegados aqui precisamos abrir parênteses para dizer que a possibilidade de leitura do movimento do espaço agrário dos territórios dos povos Makuas, como parte da totalidade do território nacional, a partir das contradições desde as que originaram a luta contra a presença colonial, incluindo as contradições de sociedades patriarcais, foi construída na convivência acadêmica no IESA. Devo agradecer a todos os professores de Geografia vinculados ao IESA, pois foram eles que me proporcionaram essa habilidade ainda em fase de iniciação. O outro aspecto a destacar tem a ver com a forma como debate foi desenvolvido no texto. Optou-se por uso de duas formas de terminologias em referência ao processo de modernização territorial: modernização da agricultura e modernização do espaço agrário. Na realidade os termos referem-se ao mesmo objeto, o espaço.

Com base no aprendizado construído na interação com professores, alunos e servidores do IESA chegamos à conclusão de que uma tese são ideias e ao mesmo tempo posições políticas construídas com o intuito de expressar a vontade de existência de um determinado grupo social. Essa é a lógica que norteou a construção desta tese que começa por defender a ideia de Moçambique, precisa e está em condições de construir um pensamento diferente, sobre as formas de uso das suas riquezas do solo e do subsolo em benefício dos seus povos, desde que retire os referenciais até então usados – eurocêntricos. Precisa-se pensar em modelos diferentes de exercitação democrática. Há que se entender que o campesinato é um estágio social que corresponde a uma fase histórica no movimento do espaço de Moçambique.

Em função do modo de produção escolhido, ele encontra-se na fase pré-capitalista. Não existe indústria que acrescente o valor nos produtos gerados pelo campesinato. O padrão do consumo não é correspondente às capacidades produtivas do país. Do campesinato, os comerciantes realizam a acumulação ampliada.

Politicamente, as autoridades desenvolvem relações de dominação a partir de autoritarismo. Não existe o mínimo respeito pelo povo. O desprezo que se manifesta no seio dos governantes é testemunhado pelos acordos de cooperação técnica que são celebrados

justamente, tendo como alvo o campesinato sem nenhuma preocupação com as suas opiniões. Essa atitude tem como seu fundamento na condição socioeconômica, uma vez que, a projeção que faz da vida tem como referência a cultura eurocêntrica. Os governantes de Moçambique esgrimem-se para estabelecimento de um ambiente de diálogos francos, no contexto de prestação de contas, com o mundo Ocidental em detrimento dos povos sobre os quais se diz estar a seu serviço.

A única justificativa que encontramos para tal postura é que os povos de Moçambique não possuem recursos financeiros, o que os Outros possuem em demasia – os economistas chamam essa fartura de “excesso de liquidez”. E uma vez que o dinheiro foi configurado como o recurso mais dotado de atratividade, aqueles que não o possuem, não merecem o devido respeito. Na verdade, essa postura proveio de uma educação, que teve como lição “assumir os despossuídos de dinheiro como inferiores”.

Hoje, em nome dos esforços tendentes para colocação dos povos de Moçambique na rota de desenvolvimento, o Governo e seus Parceiros: EUA, Brasil, Japão entre outros países mais ricos, ambos imbuídos dos modos de vida eurocêntricos, se aproveitam dos aspetos mais sensíveis, como é a fome, por exemplo, para forçarem os povos a adotarem estilos de vida sufocantes nas condições em que muitos se encontram. A ideia de desenvolvimento é assustadora, dado que as suas referências estão na verdade, em um movimento, pelo que jamais é alcançável, dado que, a cada passo dado por um subdesenvolvido, o passo dado pelo desenvolvido é o dobro do outro. Os rios de dinheiro que são gastos em nome de combate à fome e modernizações, não passam de manobras e novas estratégias de submissão dos povos para dominação através do capital financeiro.

As parcerias de assistência técnica para alavancar a situação socioeconômica dos camponeses não passam de umas estratégias de vinculação dos territórios camponeses no circuito de produção de commodities a partir do agronegócio – os territórios vinculados e esses modelos de produção são na realidade *fronteiras agrícolas*. Há um processo de distribuição ou concessão de terra ocupada pelos camponeses, pelo governo às empresas e indivíduos estrangeiros e nacionais. Os camponeses se articulam aos vários níveis para defenderem os seus interesses que estão sendo postos em causa pelo governo.

Através da UNAC tem havido denúncias públicas, como também, estabelece-se correspondência com as instituições julgadas como as chancelam os programas de desmonte dos alicerces da vida comunal. Através da UNAC os camponeses se articulam com outras redes internacionais que incluem, instituições de pesquisa, ONG, movimentos sociais, dentre eles, os movimentos brasileiros Via Campesina e o MST, Justiça Já. No âmbito deste estudo, constatou-

se duas formas de organização espacial dos camponeses: pequenos agrupamentos de aldeias (primeiro nível) *nloko*, conjunto de agrupamento de aldeias regulado. O *nloko* é um território que geralmente é fundado por pessoas que estão ligadas por laços de familiaridade e o regulado através das imposições dos poderes formais. Essas duas estão sendo sufocadas pela organização instituída pelo governo que se desdobra em todos os sentidos para acabar com as formas locais de organização.

O espaço que compreende Nacala-Moatize, incluindo os ramais Monapo-Lumbo e Cuamba-Niassa, é denominado corredor de Nacala. Essa denominação propositiva é uma demonstração clara do peso da infraestrutura na ofuscação das sociedades camponesas que perdem a prioridade na elaboração de políticas públicas elaboradas pelo governo de Moçambique. A existência dessa forma técnica se configura como um elemento de estruturação do capital internacional que está interessado em explorar recursos do solo, do subsolo e ainda exploração de mão-de-obra barata.

O processo de vinculação dos *territórios camponeses* ao agronegócio mundial decorre através de uma abordagem de planejamento público que já estabeleceu o conceito de *corredor de desenvolvimento*. Com essa abordagem já foram definidos seis corredores de desenvolvimento: de Maputo, do *Limpopo*, da Beira, do *Vale de Zambeze*, de *Pemba-Lichinga* e de Nacala.

Os territórios que são inseridos na lógica de produção de *commodities* e agrocombustíveis, embora revelem que são formações sociais, abrigando povos muito antes da penetração europeia, há uma tendência de se uso de linguagens liberais, tais como, integração territorial, registro dos DUATs, empreendimentos econômicos, pelos grupos hegemônicos para justificar a sua modernização a partir do conceito do “corredor” que é encarado como catalizador do crescimento econômico. Os territórios camponeses ao serem qualificados na perspectiva natural - *savanas tropicais* ou como *corredor de desenvolvimento*, gera-se uma imagem de que, na totalidade do território nacional, são territórios com mais potencialidades, e que só eles é que reúnem condições de geração de elevadas quantidades de alimentos e commodities. Há um esforço no sentido de se evitar que a sua abordagem seja a partir das especificidades de cada um dos grupos etno-linguísticos –, *Yao*, *Makonde* e *Makua*.

Uma abordagem separadamente destes três grupos etno-linguísticos, por exemplo, o de Makua, permitiria entendimento das lógicas subjacentes aos modos de produção não capitalistas, às relações sociais, às formas de concepção do “espaço vivido”. Todavia, o que se observa é cada vez mais uso de instrumentos de dominação para forçar os povos a adotarem relações sociais capitalistas. Todas as ações em curso correspondem, processos de dominação

vinculados ao modo de produção capitalista, que em Moçambique assumem novas formas de autoritarismo.

Nesse sentido, se si pretende entender, como é que decorre o processo de vinculação dos territórios campesinos da região Norte de Moçambique, em particular dos povos Makhuwas para a lógica de produção capitalista baseada em agronegócio, sugere-se análise das ações de modernização do espaço, a partir do acordo de cooperação bilateral, que resultou em estabelecimento de um Programa de Cooperação Triangular para Desenvolvimento da Agricultura na Savanas Tropicais de Moçambique – ProSAVANA-JBM. Com esse programa há produção de múltiplos territórios que em função das suas lógicas, a emergência de uns se dá por meio de conflitos.

Tentaremos aqui demonstrar que existe uma relação de dependência no âmbito das relações bilaterais, que se dão entre Estado de Moçambique, com os seus parceiros que apoiam o orçamento do Estado, que são os países que formam o G 8, incluindo os países emergentes – Brasil, China, África do Sul e Rússia; no âmbito ainda das relações multilaterais, com as instituições de *Bretton Woods* – BM e FMI, que concedem créditos e subvenções, como também, organismos humanitários - FAO, entre outros.

A dependência externa, no contexto de Moçambique se converte como uma armadilha, através da qual o capital usa para estabelecer alianças com os grupos poderosos, e a partir dessa aliança se concretiza a sua inserção nos territórios campesinos. Por outro lado, a fome se configura também como “trama” através da qual os mesmos grupos poderosos, juntamente com o capital usam para eliminação da soberania alimentar.

Moçambique é um país (Estado-nação) economicamente dependente de donativos e de créditos externos. A sua estrutura econômica é dominada por um setor agrário majoritariamente composto por pequenas explorações agropecuárias de camponeses, que representam 99% de estrutura agrária.

As explorações agropecuárias dos camponeses além de serem caracterizadas por lotes de tamanhos reduzidos, a média nacional é de 1.5 hectare, as tecnologias aplicadas são rudimentares: enxada de cabo curto, queima de biomassa, uso de quantidades excesso de sementes por cova, dependência de chuvas, etc. Em função das condições tecnológicas e das lógicas de produção dos camponeses – autoconsumo, a produção gerada por esse segmento social não vai para além de satisfação das necessidades dos agregados familiares.

Ora, uma vez que o campesinato, na estrutura agrária constitui o grupo com maior participação na produção alimentar, sendo que, a produção colocada no mercado, se dá não pela necessidade de multiplicação das mercadorias transacionadas, mas obtenção do dinheiro que

permita compra dos bens não produzidos pela família. Isto significa que, a produção camponesa comercializada não é excedente, tal como erroneamente tem se dito. A sua geração não visa satisfação da demanda interna de alimentos.

A demanda de alimentos em Moçambique é complexa, pois, existem bens que já fazem parte da cultura alimentar de Moçambique e que, não são cultivados internamente, outro cenário ainda, tem a ver com o fato de a produção agrária no seu todo ser dependente dos fatores naturais (chuva), o que sempre que se registre fenômenos de instabilidade climática, tem-se gerado demanda de alimentos. Outra demanda alimentar é a dos centros urbanos que tende aumentar, como resultado direto do crescimento da população urbana.

O Governo para solucionar esse problema, promove entrada de capitais estrangeiros do agronegócio, para aproveitamento das potencialidades agroecológicas existentes no país. Os empreendimentos capitalistas do agronegócio que são inseridos nos territórios camponeses, tal como foi observado estão a gerar conflitos de terra. Os conflitos de terra ocorrem entre os camponeses, em particular, entre os grupos que detêm o poder com as massas, entre os membros do governo com os povos, entre os empresários com os povos.

Os conflitos que se dão envolvendo sujeitos das mesmas comunidades/territórios, resultam na maioria das ocasiões devido às disputas pelo controle das terras dos agregados familiares. Essas disputas, evidentemente degradam os laços sociais comunitários e, dependendo da capacidade existente em cada agregado familiar para superação das crises dessa natureza, há situações em que não houve consensos, tendo culminado nesses casos, com desintegração das famílias. Registramos, neste estudo cinco casos de conflitos entre os membros dos mesmos agregados familiares alargados. Desses casos, dois já estavam nas mãos das autoridades locais – chefe da localidade de Nacololo. Um dos membros envolvidos num desses casos de disputa pelo controle da terra, declarou na conversa que tivemos com ele que, a sua reivindicação é o valor monetário de compensação correspondente à parte da terra que ele usava. Com o valor de compensação, a ideia era para procurar outro espaço no distrito de Rapale.

No que diz respeito aos conflitos envolvendo camponeses e empresas, durante o trabalho de campo acompanhamos cinco casos de conflitos. Um deles envolvendo camponeses do povoado de Natuto, posto administrativo de Canhunha, distrito de Malema com a empresa Mozaco - Mozambique Agriculture Corporation - uma empresa do grupo João Ferreira dos Santos. Em entrevista com o gestor de produção soubemos que o motivo do conflito é a *disputa pela posse do DUAT de uma área de 1000 hectares*, roubos constantes que poderão obrigar a empresa a abandonar o cultivo de culturas comestíveis.

Em relação a Alfa Agriculture que disputa com os camponeses dos diferentes povoados da localidade de Nacololo, no posto administrativo de Monapo-sede, a posse de 600 hectares que circundam uma área de 1000 hectares de uma antiga concessionária colonial de plantação de sisal. Esse conflito até Novembro de 2016 já tinha causado um óbito do lado dos camponeses, que se suspeita ter sido praticado pelo proprietário da empresa Alfa Agricultura; as empresas Amarulha Farms e o Centro de Frutas disputam respetivamente o controle da represa de água e uma área de 700 hectares com os camponeses fixados na sede do posto administrativo de Namialo; por último, a Matanusca e a Amarula Farms estão em litígio com os camponeses que vivem na cercania das suas propriedades, em que há produção de banana para exportação e hortícolas para comércio, respetivamente, dado que essas empresas suspeitam que os roubos que ocorrem nas suas propriedades são protagonizados pelos membros das povoações lá fixadas.

Há que se destacar que o problema de terras é bem complexo, pois as terras que eram patrimônio das empresas estatais, quando essas empresas estatais fecharam as suas portas, a terra ficou numa situação de terra livre. Com as reformas iniciadas em 1987 com o PRE, e o acordo de financiamento aos agricultores sul-africanos na província de Niassa, emergiu o interesse pela busca de terras em todo o país. Esse fato fez com que, as terras estatais fosse objeto de atenção pelos vários grupos de interesse. Segundo José Negrão, nasceu um grupo de sujeitos que registrou DUATs de terras sem nenhum interesse para investimento direto, outro grupo, tratou-se de empresas privadas, que por sua procedeu o registro de DUATs. O grupo de *sujeitos titulares singulares*, com esse registro de DUATs esperavam, ou praticar a venda de terra ou arrendá-la. A conjuntura político-econômica das reformas no âmbito do PRE era favorável para o nascimento de latifúndios.

A tendência de emergência dos latifúndios esfumou-se com a concepção da atual Lei de terras em 1997. A terra registrada em nomes de *sujeitos nacionais singulares* sem interesse para investimento direto coletivos, foi se revelando tal como ilustram os dados, uma vez que a lei não dava nenhuma possibilidade para uma das opções que tendem ser praticas dos latifúndios. De um pouco mais 1000 titulares de DUATs, entre o período que iniciaram as reformas no âmbito do PRE até 2000, 358 tinham sido cancelados e 111 extintos. Ao todo, 469 correspondem a um grupo social sem nenhum projeto de investimento direto na terra.

Num contexto caracterizado por uma lei que não favoreceu a emergência de latifúndios, boa parte da terra ficou à mercê dos camponeses, que foram se territorializando à luz de ocupações de boa-fé. Porém, entre 2000 a 2017 o número de pedidos de DUATs tem vindo a crescer de forma galopante. Dos 4463 pedidos de DUATS registrados nesse período, 3520

pedidos de DUATs foram registrados nos últimos sete anos e, destes ainda 2525 se deram entre 2014 a 2017.

O outro fenômeno que está a ocorrer é a constituição de um segmento empresarial que não realiza diretamente a produção agrária. O seu negócio é a comercialização de *insumos agrícolas – adubos, agrotóxicos, sementes transgênicas, sementes híbridas*. Esse novo segmento social está a forçar o Governo no sentido de se paralização dos programas de distribuição de sementes, que até 2014, ocorriam entre os meses de setembro a outubro, marcando o arranque da época agrícola. A distribuição das sementes fazia parte do programa de mobilização popular para produção agrária. Uma outra estratégia recorrida pelo segmento empresarial, que participa no agronegócio para prestação de serviços comerciais é o estabelecimento de agricultura baseado em contrato.

Na realidade a agricultura de contrato é uma nova forma de uso de mão-de-obra camponesa gratuitamente, incluindo a respetiva terra. Através de um acordo que tem como algumas obrigações para a empresa – que constitui a parte contratante -, o fornecimento de sementes (transgênicas), de adubos, dos agrotóxicos e aquisição de toda a produção após à colheita e sua comercialização. Os camponeses, por seu turno que realizam o processo de produção propriamente, isto é, a preparação da terra e os amanhos culturais, desde a sementeira, sacha, tratamento de fitossanitário entre outros, se configuram como trabalhadores que vendem a sua mão-de-obra, como também disponibilizam a terra à empresa de multiplicação de sementes.

Ocorre que o produto do trabalho realizado pelos camponeses só é recebido após a venda pela empresa de toda a produção, depois da dedução dos custos de insumos de produção. Nesse processo, a empresa é quem define o valor pelo trabalho desprendido pelo camponês.

Durante o trabalho de campo, que decorreu nos meses de Outubro a Novembro de 2015 e, entre Outubro a Dezembro de 2016 no distrito de Monapo entrevistamos dois camponeses, envolvidos na multiplicação de sementes a partir de agricultura de contrato. Até à data de realização da entrevista já havia passado setes meses depois que a empresa havia recolhido toda a produção gerada pelos camponeses, continuavam esperando a sua recompensa. Esse tipo de relação social, não difere de exploração do trabalho do Outro.

7 REFERÊNCIAS

ABRAHAMSSOM, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em transição**: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. 1. ed. Maputo: CEGRAF, Maputo, 1994.

ARAÚJO, Manuel G. M. De. **O sistema de aldeias comunais em Moçambique**: transformações na organização do espaço residencial e produtivo. 1988. 497 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1988

BATA, Eduardo Jaime. **Entre estatais e transnacionais, "quantos ais"**: efeitos espaciais dos Megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique. Goiânia. 565 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2018

BENTO, Agostinho. **Porquê e para quê uniformizar as leis de sementes?** In: Boletim informativo “UNAC”. Maputo, Edição nº 38, UNAC, Maputo, 2013

BECKER, Bertha K. **Significância Contemporânea da fronteira agrícola**: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. s./d. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37776.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRANDÃO, Carlos Brandão Antônio. **Território e desenvolvimento**: múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique, Identidades, Colonialismo e Libertação**. 2007. 433 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/pt-br.php>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

CALENGO (Coord.). **O avanço das plantações florestais sobre os territórios dos camponeses no corredor de Nacala**: o caso da Green Resources Moçambique. Maputo: Lexterra, 2016

CASANOVA, González. Pablo. **Colonialismo interno (uma redefinição)**. In publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Boron, A. A.; Amadeo, J.; Gonzalez, S. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap>>. 19.doc

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; MASSINGUE, Nelsa; MUIANGA, Carlos. (Org.). **Desafios para Moçambique**. Maputo: IESE, 2015.

_____; _____. **Questões sobre o desenvolvimento produtivo em Moçambique.** Maputo: IESE, 2015.

CASTIANO, José P. **Filosofia Africana: da Sagacidade à Intersubjetivação com Viegas.** Maputo: Educar, Universidade Pedagógica, 2015

CASTILHO, Dênis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás.** 2014. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3500>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARRERE, Ricardo; FONSECA, Hersilia; OVERBEEK, Winfridus. **O avanço das monoculturas de árvores em Moçambique.** Impactos sobre as comunidades camponesas na província de Niassa. Montevideo – Uruguay: Oxfam Netherlands, 2010

CARRILHO, João; SERRA, Carlos Manuel (Coord.). **Dinâmicas da ocupação e do uso da terra em Moçambique.** Maputo: Escolar Editores, 2013

CDN. **Plano de mobilidade das ferrovias CDN, CLN, CEAR E VLL.** [s/ed]. 2015.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CALAÇA, Manoel. **Por uma abordagem territorial do Cerrado Goiano.** In: Saquet, M.; Dansero, E. e Candioto, L. (Org.) Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas. São Paulo: Expressão Popular, 2012

CLASSEN, Sayaka, Funada. **Análise do discurso e dos antecedentes do ProSavana em Moçambique** – enfoque no papel do Japão. 2013. Tóquio. Disponível em: <[https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20\(Funada\).pdf](https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20(Funada).pdf)> Acesso em: 16 de jun. 2014

_____. Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann. 2015. Disponível em: <<http://macua.blogs.com/files/fukushima-prosavana-and-ruth-first-pt---final.pdf>> Acesso em: 20 de mai. 2015

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder.** Tradução de Waltensir Dutra e Zahar Editores. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CISTAC, Geilles. **Evolução Constitucional da Pátria Amada**. Maputo: CIEDIMA, SARL, 2009.

CRUZ E SILVA, Tereza Maria da. **Moçambique: um perfil**. 2015. Disponível em <<https://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>>. Acesso em: 22 abr. 2015

DINAGECA. **Inventariação do uso e ocupação da terra entra na fase de execução**. In: Boletim Informativo da Direção Nacional de Geografia e Cadastro. Maputo: Edição Especial, 2003.

DOMINGUES, José Maurício. **A Dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582002000300005&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FAO; IFAD; WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2015**. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome: FAO, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i6583e.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

FERNANDES, Carlos. **Intelectuais orgânicos e legitimação do Estado no Moçambique pós-independência: o caso do centro de estudos africanos (1975-1985)**. 2013. In: **Afro-Ásia**, Salvador, n. 48, p. 11-44, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/afro/n48/a01n48.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. In: FABRINI, João Edmilson; PAULINO, Eliane Tomiasi (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008

FINGERMANN, Natalia N. **Os mitos por trás do ProSAVANA**. 2013. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf> Acesso em: 23 mar. 2017

FRANCISCO, António A.; LOPES, Hortêncio S. M.; MAGALHÃES, Nelson. **Estudo sobre Impacto da política Agrária em Moçambique: Pesquisa realizada em Cidade de Maputo e nas Províncias de Maputo, Sofala, Manica e Tete**. Maputo: [s/ed.], 2010

FREI, Vanito Viriato Marcelino. **No país do mano Muça, eu sou carvão: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula**. Goiânia. 412 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2017

FREI, Vanito Viriato Marcelino; PEIXINHO, Dimas Morais. **Do Brasil à Moçambique, uma travessia, um índico: sistemas de produção de caju e dinâmicas socioespacial no distrito de Angoche**. Goiânia: Kelps, 2016.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**: uma introdução à obra de Ignácio Rangel. In: RANGEL, Ignácio; GRAZIANO DA SILVA, José. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. **O que é questão agrária?** 4. ed. [s/l]. UNICAMP: 1981

GRAZIANO DA SILVA, José e Stolcke (Org.) Weber, Engels, Lenine, Kaustsky, Chayanov, Stalin: **Questão agrária**. Tradução de Edgard Afonso Malagodi, Sandra Brizolla, José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo, Editora Brasiliense: 1981

GUANZIROLI, Carlos E.; GUANZIROLI, Tomás. **Modernização da agricultura em Moçambique**: determinantes da renda agrícola. In: RESR, V. 53 Supl. Piracicaba, 2015 p. S115- S128

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Estudos Brasileiros, v. 24).

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP; 2006.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschansk. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004

HEDGES, David et al. **História de Moçambique. Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961.** 2. ed. Maputo: Livraria Universitária, 1999.

HUGON, Philippe. **Geopolítica da África.** Tradução de Constância Morel. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

HUGON, Philippe. **Geopolítica da África.** Tradução de Emanuel Pestana. 3. ed. Lisboa: Escolar Editores, 2015

INDE. **Atlas de Moçambique.** Maputo. Editora Nacional de Moçambique. 2009

INE. **Censo Agropecuário CAP 2009-2010: Resultados Definitivos - Moçambique.** Maputo, 2011.

INE. **Panorama Sócio-Demográfico de Moçambique.** Maputo, 2013.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **Geopolítica e Redes de Poder: uma proposta metodológica para as pesquisas de campo no cerrado brasileiro.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais.** Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1129_1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

KATUPHA, A. **O panorama linguístico de Moçambique e a contribuição da linguística na definição de uma política linguística apropriada.** In: Lua Nova. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos. 1988, p. 27-32

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** Tradução de C. Iperoig. Gráfica Editora Laemmert. S.A. Rio de Janeiro, 1968

LEMOS, Anabela (Coord.) **Campanha não ao ProSavana.** 2017. Disponível em: <<https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/>> Acesso em: 26 de mai. 2017

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** Tradução de Jose Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural: 1985

LIPHOLA, Marcelino. **As línguas banto de Moçambique uma pequena abordagem do ponto de vista sócio-linguístico**. In: Lua Nova. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos. 1988, p. 33-37

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**: Anticritica. Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 3. ed. São Paulo, Nova cultural, 1988

MACAMO, Elísio. **A disciplinarização de Moçambique**: ajustamento estrutural e as estratégias neo-liberais de risco. In: **Africana Studia**, Porto, n. 6, p. 231- 255, 2003. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06_231.pdf> Acesso em: 18 dez. 2017.

MAE. **Perfil do Distrito de Monapo Província de Nampula**. Maputo: MAE. 2005.

MARSHALL, Berman. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a ventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo, Contexto: 2014

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª ed. Contexto, São Paulo, 2009

_____. **O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. In: **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 01, p. 25-70, maio, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-20701996000100025&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 dez. 2017.

MARX Karl; ENGELS Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Soveral Martins. Coimbra: Centelha, 1974.

_____. **A Ideologia Alemã, 1º capítulo**: seguido das Teses sobre Feuerbach. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de. **Desterritorialização e Reterroterialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique**. 2016. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, 2016

MATOS, Elmer, A. C. de; MEDEIROS, Rosa, M. V. **Acesso a terra e exploração mineira em Moçambique**: que implicações para as comunidades locais. In: Campo.Território, v. 9, nº 17. 2014, p. 599-621

MENDES, João. **Tópicos para o estudo do Movimento de Libertação Nacional de Moçambique**. Maputo: CIEDIMA, 2006

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <https://getem_geografia.catalao.ufg.br/up/521/o/04_MARCELO_RODRIGUES_MENDONCA.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

MOÇAMBIQUE, MASA. **Anuário de Estatísticas Agrárias 2015**. Maputo, 2015

_____. **Plano estratégico de desenvolvimento do sector agrário 2011-2020**. Maputo: MASA, [2011].

_____. Plano Diretor para o desenvolvimento agrícola do corredor de Nacala: versão provisória. **2015**. Maputo, 2015.

_____. **Conceito, Princípios e Estratégia de Revolução Verde em Moçambique**. Maputo: Ministério da Agricultura, 2008.

_____. **Projeto de Cooperação Triangular entre o Japão-Brasil-Moçambique**. ProSAVANA – Projeto I – Projeto de melhoria de capacidade de pesquisa e de transformação de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no corredor de Nacala, Moçambique. Maputo: Ministério da Agricultura, 2010.

_____. **Memorando de entendimento sobre a Cooperação Triangular para desenvolvimento da agricultura das savanas tropicais em Moçambique**. Maputo: MASA, 2009.

_____. **Memorando de entendimento entre o Governo da Republica de Moçambique e o Governo da República da Índia sobre a cooperação no domínio da produção e comercialização do feijão bóer**. Maputo: MASA, 2016.

_____. **Memorando de entendimento sobre a cooperação trilateral entre o MASA de Moçambique, o Ministério do Comercio da República Popular da China e a Fundação Melinda e Bill Gates no domínio da agricultura.** Maputo: MASA, 2016.

Moçambique. **Linhas Fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo para 1981-1990.** Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, [1980].

MOÇAMBIQUE. Constituição da República (2004). **Constituição da República de Moçambique.** Lei nº 19/97. Regulamento da Lei de Terras Decreto, nº 66/98. 3. ed. Maputo: Imprensa Nacional, 2002.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. **Legislação Sobre Terra.** Lei nº 19/97. Regulamento da Lei de Terras Decreto, nº 66/98. 3. ed. Maputo: Imprensa Nacional, 2002.

MOÇAMBIQUE. **Resolução nº 10/95 Aprova a política nacional de Terras e as respetivas estratégias de implementação.** Maputo: Imprensa Nacional, 1995

MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia:** Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOSCA, João. Políticas agrárias e mudanças na agricultura de Moçambique (1975-2009). In: MOSCA, João. (Coord) *Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.* Maputo, Escolar Editora, 2012. P. 15-247

MOSCA, João. **Evolução da agricultura moçambicana no período pós-independência.** Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996.

_____. **Agricultura Familiar em Moçambique:** Ideologias e Políticas. In: Working Papers CEAs. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/menupublicacoes/working-papers>; <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5296/4057>> Acesso em: 17 jun. 2015

MUCAVELE, Firmino. **O papel da agricultura no desenvolvimento de Moçambique: agenda para Moçambique.** In: MOSCA, João. (Coord) *Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.* Maputo, Escolar Editora, 2012. P. 15-247

MUCHANGOS, Aniceto dos. **Moçambique: paisagens e regiões naturais.** Maputo, 1999.

MUNGOI, Claudio Artur. **Desenvolvimento regional no Vale do Zambeze** – Moçambique em perspectiva. 2008. 353 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008

NASCIMENTO Augusto; ROCHA Aurélio, RODRIGUES Eugénia. (Org.) **Moçambique: relações históricas regionais e com países da CPLP**. Maputo: Alcance Editores, 2011

NEGRÃO, José. **Cem anos de economia da família rural africana**. Tradução de Luís Clemente. Maputo: Promédia, 2001

_____. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008

_____. **Como Induzir o desenvolvimento em África?** O Caso de Moçambique. O economista, n. 3, p. 39-75, 2003. Disponível em: <https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/61.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Tradução de Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado. Portugal: Publicações Europa-América, 2012.

NILZA, Matavel; DOLORES, Sílvia; CABANELAS, Vanessa. **Os Usurpadores da Terra** – Análise Preliminar do fenómeno de usurpação de terra em Moçambique. Maputo: Justiça Ambiental e UNAC, 2011.

NGOENHA, Severino Elias. **Por uma Dimensão Moçambicana da Consciência Histórica**. Porto: Edições Salesianas, 1992

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Territórios em disputa e agricultura**. In: FABRINI, João Edmilson; PAULINO, Eliane Tomiasi (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu Paranaíba/MG**. Rio Claro. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1988.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. **O Termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. Revista Econômica do Nordeste, n. 03, v. 40, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140>. Acesso em: 18 dez. 2017.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS, 2008

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2006

PROSAVANA. **Elaboração do plano diretor do desenvolvimento agrícola no corredor de Nacala: nota conceitual**. Maputo. 2013. Disponível em: <<http://prosavana.gov.mz>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática S.A. 1993.

RICARDO, Apolinário, Maria. **Carta aberta para deter e refletir o ProSavana**. In: Boletim informativo “UNAC”. Maputo, Edição nº 38, UNAC, Maputo, 2013

_____. **Nota da UNAC sobre o lançamento do PNISA**. In: Boletim informativo “UNAC”. Maputo, Edição nº 38, UNAC, Maputo, 2013

RIGONATO, Valney Dias. **Por uma Geografia de/em transição: r-existencia e (re) habitação dos geraizeiros no médio vale do rio Guará São Desidério, BA**. 2017. 311 f. Tese (Doutoramento em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7591>> Acesso em 16/01/2018

ROSSI, Amanda. **O aeroporto fantasma feito pela Odebrecht em Moçambique, que o BNDES financiou e tomou calote**. BBC BRASIL, 27 de nov. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-42074053>> Acesso em: 28 nov. 2017.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsanyi. São Paulo: HUCITEC, 1979

_____. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998

SANTOS, Vanicléia Silva. Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, n. 2, v. 14. p. 277-301, 2014,. Disponível em <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol14/artigo1dvol14-2.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério; RIBAS, Alexandre Domingos. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. UNIOESTE, Paraná, p. 123, 2004.

SERES, Michel. **O tempo de crise: o que a crise financeira trouxe à tona e como reinventar nossa vida e o futuro**. Tradução de Clóvis Marques. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

SERRA, Carlos. **História de Moçambique. Volume 1**. Maputo: Imprensa Universitária, 2000.

SCHLESINGER, Sergio. **Cooperação e investimentos do Brasil na África: o caso do ProSavana em Moçambique**. 1. ed. Maputo: FASE, 2013

SITOE, Tomás Adriano. **A nova Revolução Verde Africana: de que forma ela pode contribuir para erradicar a fome e a pobreza na África**. In: Revista Desenvolvimento em Questão, Unijuí, n. 15, ano 8, p. 39-70, 2010.

UAIENE, N. Rafael. **Estrutura, Conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique**. In: MOSCA, João. (Coord) Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Maputo, Escolar Editora, 2012. P. 15-247UNAC. Manifesto da UNAC. [s/l]: UNAC, 2007

UNAC e GRAIN. Relatório os usurpadores de terras do corredor de Nacala: uma nova era de luta contra as plantações coloniais no Norte de Moçambique. 2015. Disponível em <<https://www.grain.org/.../5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2015

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Unesp, 2012

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Tradução de Ricardo Aníbal Rosembushc. Vozes: Petrópolis, 2002

ZEIGLER, Jean. **Destruição em massa geopolítica da fome**. Tradução de José Paulo Neto. 1. ed. São Paulo: Cordtez, 2013.